



**PROFHISTÓRIA**

MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

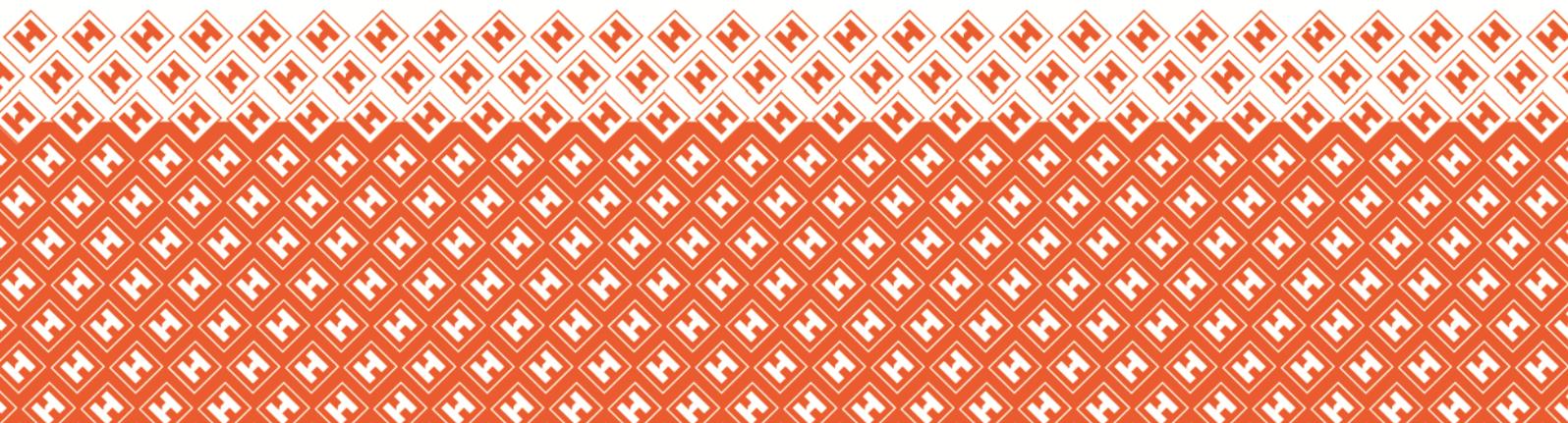
---

FÁBIO DA SILVA GOMES

**Livro didático de História  
como lugar de memória:  
uma proposta de ensino  
da diversidade sexual**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Agosto / 2018





**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA**

**LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA COMO LUGAR DE  
MEMÓRIA: UMA PROPOSTA DE ENSINO DA DIVERSIDADE  
SEXUAL**

**FÁBIO DA SILVA GOMES**

**Sob a orientação da professora**

**Dr<sup>a</sup>. Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho**

**e sob a co-orientação da professora**

**Dr<sup>a</sup>. Denize de Aguiar Xavier Sepulveda**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Seropédica, RJ  
Agosto/2018

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G6331 GOMES, Fábio da Silva, 1979-  
Livro didático de História como lugar de memória:  
uma proposta de ensino da diversidade sexual / Fábio  
da Silva GOMES. - 2018.  
185 f. : il.

Orientadora: Maria Angélica da Gama Cabral  
COUTINHO.  
Coorientadora: Denize de Aguiar Xavier SEPULVEDA.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro, Pós-graduação em Ensino de  
História, 2018.

1. Ensino de História. 2. Livro didático. 3.  
Diversidade sexual. 4. Prática docente. 5. Memória. I.  
COUTINHO, Maria Angélica da Gama Cabral, 1959-  
orient. II. SEPULVEDA, Denize de Aguiar Xavier, 1965  
, coorient. III Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro. Pós-graduação em Ensino de História. IV. Título.

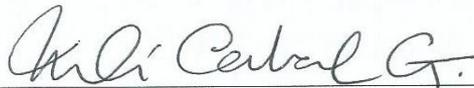
FÁBIO DA SILVA GOMES

LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA COMO LUGAR DE MEMÓRIA: UMA PROPOSTA  
DE ENSINO DA DIVERSIDADE SEXUAL

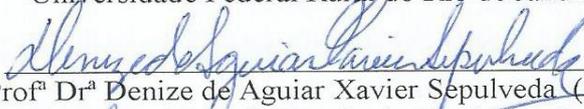
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Aprovada em 28/08/2018.

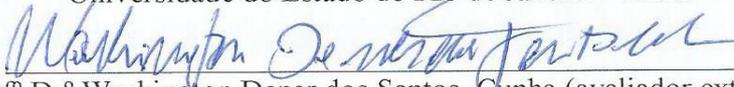
BANCA EXAMINADORA



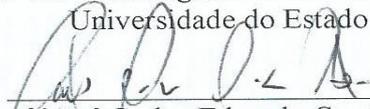
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho (orientadora)  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ



Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Denize de Aguiar Xavier Sepulveda (co-orientadora)  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ



Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Washington Dener dos Santos Cunha (avaliador externo)  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ



Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Carlos Eduardo Coutinho da Costa (avaliador interno)  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Dedico esta pesquisa a todos os (as) alunos (as) e professores (as) LGBT, que têm o desafio de reconhecerem o valor que possuem como seres humanos ao mesmo tempo em que lidam com os desafios provenientes dos preconceitos e das discriminações.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço imensamente a Adriano Oliveira Santos pelo incentivo e apoio, de ordem intelectual, material e emocional, na execução deste trabalho, e pelo exemplo que ele é para mim de pesquisador determinado, responsável e ético, cuja produção acadêmica tem utilidade nas salas de aula, contribuindo para diminuir as distâncias que ainda existem entre o que a Universidade produz e o que o professor ensina.

Agradeço à amiga Aline do Carmo Rochedo pelo encorajamento a fim de que eu tentasse o mestrado e por evidenciar, na forma em que ela própria concluiu o mestrado e o doutorado, que conseguimos vencer os desafios provenientes da burocracia e da desigualdade que, infelizmente, ainda existem na Universidade.

De coração, agradeço o amor e apoio da minha mãe, mulher de muito valor para mim, Maria Neuza da Silva Gomes. Sua ajuda foi fundamental para que eu tivesse tempo e condições físicas de realizar este trabalho.

Sou imensamente grato à minha orientadora Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho por me aceitar como orientando, de forma imediata, sem temer os possíveis desafios que adviriam com um tema ainda polêmico na nossa sociedade. Agradeço profundamente por idealizar comigo, me acompanhando nessa empreitada, dando sugestões e apontando caminhos, sem me impor nada, sem autoritarismo, respeitando minha autonomia. Agradeço muito por ter como orientadora uma professora humilde, generosa, eficiente, sem estrelismos.

À professora Denize de Aguiar Xavier Sepúlveda a minha sincera gratidão por acompanhar este trabalho na co-orientação, me dando os direcionamentos essenciais sobre o tema da diversidade sexual, me emprestando generosamente uma farta bibliografia e tirando minhas dúvidas.

Ao professor e amigo querido Washington Dener dos Santos Cunha meu muito obrigado por aceitar o convite para compor a banca, me fornecendo ideias, conselhos e bibliografias que certamente tornaram a pesquisa mais relevante. Sua humildade, aliada a uma inteligência apurada é, para mim, modelo de conduta de um professor/pesquisador que realmente entende seu papel na sociedade, na universidade e no ensino.

Sou grato ao professor Carlos Eduardo Coutinho da Costa pelas discussões ricas e profundas promovidas nas aulas da disciplina que lecionou para minha turma. Elas foram

extremamente úteis para o embasamento teórico que precisei para levar esta pesquisa a cabo. Além disso, sua inteligência e simplicidade são, também, exemplo para mim de como um professor/pesquisador deve agir.

Agradeço à professora de Seminário de Pesquisa, Maria da Glória de Oliveira, pelas excelentes aulas que me deram os encaminhamentos necessários para a elaboração do meu projeto e da dissertação. Ao buscar criatividade para escrever esta pesquisa, constantemente me vinha à mente sua instrução, praticamente um mantra, de que “escrever é um trabalho de carpintaria”.

Ao amigo Alex de Souza minha gratidão sincera pelo companheirismo e apoio. Sua amizade foi um presente que o mestrado me trouxe.

Ao Universo agradeço a possibilidade e as condições de concluir esta pesquisa e este mestrado; a criatividade e os recursos que tive; a presença de cada uma dessas pessoas na minha vida. Muito obrigado, muito obrigado, muito obrigado!

## RESUMO

GOMES, Fábio da Silva. **Livro didático de História como lugar de memória: uma proposta de ensino da diversidade sexual.** Dissertação: Mestrado Profissional em Ensino de História. Área de concentração: Ensino de História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

Esta pesquisa teve como tema as representações da diversidade sexual em coleções de livros didáticos de História, do 6º ao 9º anos. Para a construção deste trabalho, o recorte bibliográfico principal engloba os seguintes autores e suas ideias: Candau (2016), Choppin (2004), Jesus (2012), Nora (1981), Pollak (1989) e Rossi (2010). Buscou-se compreender o processo de elaboração do livro didático de História voltado para os anos finais do ensino fundamental; apontar, nas coleções analisadas, os conteúdos que, de alguma forma, citaram a diversidade sexual; debater o processo de enquadramento da memória realizado nos livros didáticos analisados; e evidenciar as vivências da diversidade sexual de algumas sociedades em certos períodos da história ocidental. A metodologia foi desenvolvida a partir das funções essenciais do livro didático, atribuídas por Choppin. Percebeu-se que silenciamentos, disputas e enquadramentos de memória são constantes na produção de uma obra didática, especialmente em relação à diversidade sexual, mantendo-se na memória coletiva da sociedade ocidental o padrão heteronormativo como o único a ser seguido, marginalizando os comportamentos sexuais destoantes. A pesquisa culminou na elaboração de um material didático de apoio docente que contribui para o ensino da diversidade sexual nas aulas de História, atendendo a uma especificidade do mestrado profissional, a qual se caracteriza pela criação de um produto a ser utilizado no ensino.

**Palavras-chave:** ensino de História, currículo, prática docente, livro didático, memória, diversidade sexual.

## ABSTRACT

The purpose of this research was the sexual diversity's representation in History's textbooks, in the elementary brazilian school (6th to 9th grade). As our theoretical support, we had the contribution of the following authors: Candau (2016), Choppin (2004), Jesus (2012), Nora (1981), Pollak (1989) and Rossi (2010). We aimed to comprehend the elaboration's process of the History's textbook related to the elementary school as well as to distinguish, in the collections analyzed, the contents that, somehow, focused on sexual diversity; to debate about the process of the memory's delimitation occurred in the analysed textbooks and to put into evidence the people's experience of sexual diversity in certain ages of the Occidental history. The methodology was developed through the essential functions of a textbook, proposed by Choppin. We perceived that, silencings, disputes and memory's delimitations are regular in the elaboration of a textbook collection, mainly when the discussion refers to sexual diversity, maintaining in the collective memory of the Occidental society a heteronormative standard as the only and natural way, subalternizing, therefore, the different sexual behaviors. The research culminated on the elaboration of a didactic material for the teachers that contributes to the teaching of sexual diversity in the History's classes, considering a specific demand of a professional master degree, in which is required to produce a didactic material.

**Keywords:** History's teaching, curriculum, teaching practice, textbook, memory, sexual diversity.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b> – Conceitos e definições.....	42
<b>Quadro 02</b> – Roteiro de análise .....	86
<b>Quadro 03</b> – Análise do Excerto 01.....	88
<b>Quadro 04</b> – Análise do Excerto 02 .....	90
<b>Quadro 05</b> – Análise do Excerto 03 .....	92
<b>Quadro 06</b> – Análise do Excerto 04.....	94
<b>Quadro 07</b> – Análise do Excerto 05 .....	96
<b>Quadro 08</b> – Análise do Excerto 06.....	99
<b>Quadro 09</b> – Análise do Excerto 07 .....	101
<b>Quadro 10</b> – Análise do Excerto 08.....	102
<b>Quadro 11</b> – Análise do Excerto 09 .....	104
<b>Quadro 12</b> – Análise do Excerto 10 .....	106
<b>Quadro 13</b> – Análise do Excerto 11 .....	107
<b>Quadro 14</b> – Análise do Excerto 12.....	109
<b>Quadro 15</b> – Síntese da análise .....	111

## LISTA DE IMAGENS

<b>Excerto 01</b> – “Os homossexuais” .....	87
<b>Excerto 02</b> – “Criminalização da intolerância” .....	89
<b>Excerto 03</b> – “Nem todos eram bem-vindos” .....	91
<b>Excerto 04</b> – “Os homossexuais na Rússia” .....	93
<b>Excerto 05</b> – “Lutas por direitos” .....	95
<b>Excerto 06</b> – “Categorias de marginais medievais” .....	98
<b>Excerto 07</b> – “Ernst Röhm” .....	100
<b>Excerto 08</b> – “Uruguai” .....	101
<b>Excerto 09</b> – “O passado presente” .....	104
<b>Excerto 10</b> – “Cá entre nós” .....	105
<b>Excerto 11</b> – “Crimes de ódio” .....	107
<b>Excerto 12</b> – “Triângulo rosa” .....	108

## **LISTA DE SIGLAS**

**BNCC** – BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM

**CNE** – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

**FNDE** – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

**HIV** – HUMAN IMMUNODEFICIENCY VIRUS

**IHGB** – INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO

**LDBEN** – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

**MEC** – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**PCN** – PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

**PNLA** – PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

**PNLD** – PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

**PNLD EJA** – PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

**PNLEM** – PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA O ENSINO MÉDIO

**PT** – PARTIDO DOS TRABALHADORES

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1 LIVRO DIDÁTICO: ORIGEM E USOS</b> .....	20
1.1 O livro didático e o controle do Estado .....	25
1.2 Livro didático: objeto de discussões .....	28
1.3 Memória, identidade e ideologia no livro didático de História .....	32
1.4 O livro didático de História e a diversidade sexual.....	35
<b>2 A DIVERSIDADE SEXUAL</b> .....	39
2.1 Diversidade sexual, movimentos sociais e educação .....	47
2.2 Diversidade sexual e memória coletiva .....	52
2.3 A diversidade sexual na História .....	64
2.3.1 A diversidade sexual na Antiguidade Clássica: gregos e romanos.....	65
2.3.2 A diversidade sexual no Brasil Colônia .....	74
2.3.3 A diversidade sexual no século XIX .....	82
<b>3 ANÁLISE DAS COLEÇÕES DIDÁTICAS</b> .....	85
3.1 Discussão dos resultados .....	110
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	113
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	119
<b>FONTES/LIVROS DIDÁTICOS</b> .....	130
<b>APÊNDICE (PRODUTO)</b> .....	131

## INTRODUÇÃO

“Professor, antigamente havia viado e sapatão?” A pergunta foi feita por uma aluna do 6º ano quando estudávamos a condição das mulheres na Grécia Antiga, numa escola da rede privada, no município de Itaguaí, em 2016. Por “antigamente”, ela queria dizer o período histórico sobre o qual estávamos tratando naquele momento e por “viado” e “sapatão” estava se referindo aos homossexuais masculinos e femininos. Foi a expressão natural da curiosidade de uma aluna de onze anos, motivada em parte pela recorrente exposição de artistas e personagens de novelas, com essa orientação sexual, na mídia.

A pergunta pegou-me desprevenido e deixou-me um pouco receoso ao formular uma resposta. Primeiramente, pelo fato de aquela comunidade escolar ser, em sua maioria, cristã. Além disso, quanto e como eu poderia responder sobre a questão para uma turma composta por crianças e adolescentes com dez ou onze anos. Respondi afirmativamente, comentando superficialmente as diferenças nas formas de aceitação da diversidade sexual que havia na Antiguidade e que existem na sociedade contemporânea. Fui objetivo na resposta, sem muitos aprofundamentos, e a aula prosseguiu. No entanto, a situação vivida me fez ponderar acerca das discussões sobre a diversidade sexual nas aulas de História e no quanto o livro didático pode contribuir para promover ou inibir esse tipo de debate.

O livro didático que utilizávamos naquele ano não trazia qualquer referência ao assunto, embora haja fontes abundantes sobre a vivência sexual dos gregos e romanos da Antiguidade. Minha resposta baseou-se no que eu já havia lido por conta própria, porque mesmo durante a minha graduação o tema não fora discutido ou sequer mencionado. E era a primeira vez que eu me dava conta desse fato. A partir desse dia, comecei a refletir sobre os livros didáticos utilizados por mim ao longo dos anos, nas escolas em que trabalhei. De fato, pouco ou nada apontavam sobre o tema. Quando o faziam, era para informar que a Inquisição e o Nazismo mataram muitos homossexuais.

Ao entrar no Mestrado Profissional em Ensino de História, minha ideia inicial para o projeto de pesquisa alinhava-se ao campo da história local, no qual pretendia abordar a história do meu município, Itaguaí. No entanto, as aulas da disciplina “História do Ensino de História”, nas quais debatemos a elaboração dos manuais escolares, precursores dos livros didáticos, trouxeram à tona a situação vivida na turma

do 6º ano e o tema para a pesquisa surgiu. Desisti de pesquisar a história de Itaguaí e decidi investigar as representações da diversidade sexual nos livros didáticos de História, do 6º ao 9º ano.

Minha experiência profissional já indicava que havia certo ocultamento desse tema nos livros didáticos da minha área e que, se não houver criticidade por parte do professor, o assunto é silenciado, como se não tivesse existido. Esse silenciamento pode levar o alunado a pressupor, erroneamente, que se trata de comportamentos dos dias atuais ou que essa questão não tem qualquer registro no passado. Todavia, para um projeto de pesquisa, eu precisava de mais dados e teoria, além dessas constatações iniciais baseadas na minha experiência.

Os conhecimentos apreendidos nas aulas de outra disciplina no mestrado, “Seminário Especial: memória, história oral e o ensino de História”, contribuíram muito para a base teórica a ser utilizada. As discussões a respeito da relação que existe entre a memória coletiva de uma sociedade e a elaboração das identidades, como também sobre a conceituação de lugar de memória, foram essenciais para a definição do meu objeto de pesquisa e das fontes que seriam utilizadas.

Para me auxiliar na definição do tema da pesquisa, busquei os resultados de trabalhos sobre a diversidade sexual e livros didáticos de História. Boa parte das pesquisas encontradas preocupou-se, no geral, em tratar da relação do processo educativo e seus aspectos pertinentes (currículo, prática pedagógica, materiais didáticos, entre outros) com a diversidade sexual, mas não tinha relação com o ensino de História. Com a intenção de relacionar diversidade sexual com o ensino dessa disciplina, algumas pesquisas foram elaboradas, porém sem debater o uso do livro didático e como esse recurso apresenta a temática da diversidade sexual nas aulas de História. Tais investigações estavam restritas à prática dos docentes e aos modos como eles constroem suas próprias estratégias para tratarem desse tema.

Especificamente sobre livros didáticos de História e diversidade sexual, encontrei apenas uma pesquisa, que tratou da análise de coleções didáticas, dos anos 2005-2011, liberadas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), para perceber a forma como o tema homossexualidade é tratado nos conteúdos dessa disciplina, no 9º ano<sup>1</sup>. A autora constatou que o tema somente surge nos conteúdos Nazismo e Contracultura, no entanto, não pretendeu criar sugestões ou propor ideias de como esse

---

<sup>1</sup>SILVA, Márcia Barbosa. **Representação de homossexuais nos livros didáticos de história**. Aracaju: EDISE, 2016.

tema ou o mais amplo, a diversidade sexual, pode ser apresentado ou debatido nas aulas de História.

Esses trabalhos não tiveram a preocupação de historicizar a discriminação sexual que faz parte da mentalidade ocidental, o que poderia contribuir para o entendimento de como a memória coletiva de uma sociedade influencia nas práticas cotidianas, na geração de preconceitos e nos atos discriminatórios.

Concluída essa busca, estabeleci como objetivo geral analisar algumas coleções didáticas atuais de História, do 6º ao 9º ano, por se tratar do segmento com o qual trabalho, a fim de compreender a forma como a diversidade sexual está nelas representada. Com esse objetivo definido, tracei os específicos que me forneceriam as condições de chegar aonde pretendia, portanto, tencionei compreender o processo de elaboração do livro didático de História voltado para os anos finais do ensino fundamental; apontar, nas coleções analisadas, os conteúdos que, de alguma forma, citam a diversidade sexual; debater o processo de enquadramento da memória realizado nos livros didáticos analisados; e, atendendo a uma especificidade do mestrado profissional, a qual se caracteriza pela criação de um produto a ser utilizado no ensino, elaborar um suplemento pedagógico, que se tornará um material de apoio docente, com textos informativos sobre a vivência da diversidade sexual em diferentes períodos históricos e sugestões de como motivar a discussão sobre esse tema nas aulas de História. Ele poderá ser utilizado pelo (a) professor (a) em qualquer um dos anos finais do ensino fundamental e até no ensino médio.

Dessa forma, é possível contribuir para que a diversidade sexual não seja mais um assunto alijado das aulas de História; que, além de política, economia e cultura, os alunos também saibam que a maneira de viver a sexualidade foi construída socialmente pelos povos estudados; e que, do mesmo jeito que esses povos, nós também construímos a nossa e podemos, com conhecimento, diminuir os preconceitos e evitar ações discriminatórias.

As fontes selecionadas compõem-se de cinco coleções didáticas, perfazendo um total de vinte livros, separados em duas categorias: os que são adotados na rede pública de ensino e os que são direcionados para o uso nas escolas privadas. A razão de contemplar essas duas categorias, na análise, relaciona-se com a possibilidade de conhecer o panorama do ensino da diversidade sexual nos materiais didáticos que circulam nas duas redes oficiais de ensino, no município de Itaguaí, no estado do Rio de

Janeiro, onde trabalho e resido. As coleções escolhidas são atuais e divulgadas nas escolas dessa região.

O procedimento metodológico adotado para a investigação desses livros baseia-se nas funções que Choppin atribuiu para o livro didático. Para ele, esse recurso tem a função referencial, que ocorre por se constituir na base dos conteúdos, dos conhecimentos e das habilidades que serão transmitidas às novas gerações; a função instrumental, que por meio de métodos de aprendizagem facilita a memorização dos conhecimentos, a aquisição de competências disciplinares e a apropriação de habilidades; a função ideológica, percebida nos subsídios que o livro pode oferecer na elaboração de identidades e na forma como favorece a veiculação dos valores das classes dirigentes; e, por fim, o livro didático pode desempenhar a função documental, porque, por meio de documentos, textuais ou icônicos, pode facilitar o desenvolvimento da criticidade dos alunos. Para Choppin, o livro didático é um meio de desenvolvimento do senso crítico de alunos e cabe ao professor ou professora, ciente de sua responsabilidade como profissional da educação, criar estratégias que viabilizem essa possibilidade.

A partir das ideias desse autor, propus um roteiro para a análise dos conteúdos, os quais, de alguma maneira, mencionavam o tema da diversidade sexual nos livros investigados. Os conteúdos encontrados foram digitalizados e expostos no corpo do texto da dissertação e relacionados com as funções estabelecidas por Choppin, para ao final perceber se a forma como o tema era representado favorecia a criticidade dos estudantes sobre a questão da diversidade sexual ou se preservava o que há séculos se mantém na memória coletiva ocidental acerca do tema. Os dados obtidos de cada grupo de coleção foram, então, confrontados e sistematizados num quadro com base nos critérios mencionados. Por fim, a partir dos dados revelados pela aplicação dos procedimentos, discuti os resultados.

Para o melhor desenvolvimento da pesquisa e para o alcance dos objetivos propostos, foi necessário recorrer aos auxílios teóricos oferecidos por outros autores. Foi imprescindível, por exemplo, discutir o conceito de memória e sua relação na constituição de identidades para compreender os usos que são feitos dela na elaboração dos livros didáticos. Para isso, categorias elaboradas por Nora, Pollak e Rossi foram norteadoras.

É possível considerar o livro didático como lugar de memória, a partir do conceito utilizado por Nora. O teórico explica que lugares de memória são “locais

materiais ou imateriais”, em que a memória de uma sociedade se cristalizou e “onde grupos ou povos se identificam ou se reconhecem, possibilitando existir um sentimento de formação da identidade e de pertencimento”. Como lugar de memória, portanto, o livro didático está imbuído de certos aspectos dessa faculdade e é reconhecido como tal pela sociedade que o criou.

A memória caracteriza-se por uma operação coletiva dos fatos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar. Por isso, em qualquer sociedade ocorre uma disputa de memórias, com o objetivo de conservar o que é desejável. Sob esse ponto de vista, embasado nos conceitos levantados por Pollak, pode ser percebido que, como consequência de uma disputa de memórias, os livros didáticos apresentam a memória que se quer perpetuar sobre qualquer tema, inclusive o da diversidade sexual.

Lionço e Diniz, estudiosas da temática da diversidade sexual, indicaram que predomina a exigência do silêncio sobre a diversidade, na questão da sexualidade, o que conduz à enunciação desse tema, nos livros didáticos, somente quando remete ao sexo heterossexual e à compreensão de seus efeitos reprodutivos. Ao buscar entender por que isso ocorre, foi fundamental fazer uso do conceito de silenciamento da memória, corroborado em Rossi, para quem essa ação nunca é inocente ou ingênua. Ela atende a uma intencionalidade, demonstrando que, numa disputa de memórias que constantemente ocorre no interior de qualquer sociedade, selecionam-se aquelas que são consideradas dignas de permanecer e silenciam-se as que são derrotadas.

Para o entendimento de conceitos-chave relacionados à diversidade sexual, o aporte teórico de Jaqueline Gomes contribuiu sobremaneira. Pude, então, compreender e expor o sentido dos termos: “diversidade sexual”, “identidade de gênero”, “orientação sexual” e as diversas expressões da sexualidade humana.

O primeiro capítulo desta dissertação trata da gênese do livro didático de História, no Brasil, desde a elaboração dos manuais didáticos no contexto da constituição da disciplina escolar “História” e do surgimento do Colégio Pedro II, no século XIX, até o controle do Estado brasileiro sobre a produção desse recurso, com início na Era Vargas e atualmente favorecido pelo PNLD. São apontadas as críticas que foram feitas a esse recurso, acusado de representar, de forma inferiorizante, em décadas passadas, grupos minoritários da sociedade historicamente excluídos, como os negros, os indígenas e as mulheres. É comentada a relação entre memória e ideologia na concepção desse material.

Após as pressões contundentes de movimentos sociais em favor dos direitos das pessoas LGBT, algumas iniciativas foram tomadas pelo Governo Federal com o intuito de diminuir a homofobia, entre elas, a orientação para a inclusão do tema da diversidade sexual nos livros didáticos. Na área da História, a produção destinada aos anos iniciais do ensino fundamental foi mais ousada, expondo em suas páginas questões como os novos arranjos familiares e orientação sexual. Setores conservadores da sociedade, no entanto, historicamente se opuseram a isso e a polêmica ainda persiste.

Para o andamento satisfatório da pesquisa e o alcance dos objetivos propostos, era fundamental discutir a diversidade sexual. O segundo capítulo, então, versa sobre o entendimento dela como diferentes possibilidades da expressão da sexualidade ao longo da vida. Sendo assim, a homossexualidade e a bissexualidade são tão normais quanto a heterossexualidade.

Foi preciso definir o que é heteronormatividade, com o intuito de compreender o sistema normativo imposto pela sociedade, que exclui e discrimina aqueles (as) que não se enquadram nos padrões sexuais e de gênero estabelecidos. Com base na definição desse conceito e sua relação com a homofobia instituída e seus efeitos nocivos sobre as pessoas, complementa-se a importância da atuação de grupos em defesa dos direitos das pessoas LGBT para a mudança de cenário, não somente no que diz respeito à exibição do tema da diversidade sexual nos livros didáticos, mas também para a obtenção da cidadania plena, como o direito ao casamento civil, por exemplo.

As Conferências LGBT, ocorridas em Brasília, entre 2008 e 2016, foram importantes nesse processo, mas o avanço de movimentos como o Escola sem Partido, com a pretensão de impedir as discussões nas escolas e nos materiais didáticos sobre as questões de gênero e de diversidade sexual, ameaça a usufruição do que já se conquistou, nesse campo. Esse movimento, apoiado por parlamentares religiosos fundamentalistas, nos três níveis legislativos, objetiva a construção de dispositivos legais que concretizem seu projeto.

Além disso, nesse capítulo, são apresentados os elementos formadores da memória coletiva, no Ocidente, que tacham a diversidade sexual como algo sujo, pecaminoso e imoral. A formatação do cristianismo, com base nos valores sociais do judaísmo e nos princípios espirituais do estoicismo, como uma religião puritana, que defende a castidade, a monogamia e o uso do sexo somente para fins reprodutivos, foi essencial para o Estado, os valores burgueses e a medicina, nos séculos posteriores, forjarem leis e procedimentos constituintes do sistema heteronormativo.

A vivência da sexualidade dos gregos e romanos, da Antiguidade Clássica; dos povos nativos do Brasil e dos africanos escravizados que foram trazidos para cá, no início da colonização; e a forma como a diversidade sexual passou a ser encarada, no século XIX, como uma patologia passível de cura, fecham esse capítulo.

Por fim, o terceiro capítulo expõe a análise realizada acerca dos livros didáticos selecionados e as respectivas discussões dos dados encontrados, utilizando para tanto a metodologia elaborada a partir das ideias de Choppin. Constatou-se que não há mais um silenciamento da diversidade sexual nos livros didáticos de História, contudo, a forma como ela é representada nesses materiais não contempla todas as identidades de gênero e orientações sexuais, além de estigmatizar a única expressão da sexualidade citada (a homossexualidade) como uma condição que inevitavelmente leva ao sofrimento, à perseguição e à morte.

Esta pesquisa proporciona o entendimento de que os livros didáticos de História não contribuem de maneira eficiente com o trabalho dos professores, quando se trata de discutir questões relacionadas à diversidade sexual, portanto, um material didático que contribua para tal fim é de extrema relevância. Esse suplemento pedagógico, assim compreendido por mim por complementar aquilo que falta nos livros didáticos de História, é a consequência final desta dissertação. Nomeado como Material Didático de Apoio Docente, ele ambiciona propiciar aos/às professores (as) de História, em suas aulas, conhecimentos que embasem a promoção de debates sobre a diversidade sexual, com base na vivência de povos do passado, para que os alunos compreendam que ela é uma faceta da vida humana tão importante quanto a política ou a economia e que deve ser objeto de estudo e meio de valorização das diferenças que são próprias da vida em sociedade.

## 1 LIVRO DIDÁTICO: ORIGEM E USOS

O livro didático é o recurso mais utilizado pelos professores em seu trabalho pedagógico e pelos alunos em seu processo de aprendizagem. Diversos pesquisadores consideram-no um objeto de difícil definição, porque, para além da utilidade explícita do livro didático (ser o suporte dos conteúdos que são ministrados aos alunos), é preciso levar em consideração que ele sofre influência da indústria editorial e está subordinado ao controle do Estado. Bittencourt, por exemplo, afirma que esse recurso é uma mercadoria pertencente à lógica da produção e da indústria cultural do capitalismo, constituindo a base dos conhecimentos escolares preconizados pelos currículos educacionais. Dessa forma, o Estado “interfere diretamente na elaboração dos conteúdos escolares veiculados por ele e estabelece critérios para avaliá-los, seguindo, na maior parte das vezes, os pressupostos dos currículos escolares institucionais”<sup>2</sup>.

Nesse sentido, Circe Bittencourt é corroborada por Munakata, para quem o livro didático é um produto da indústria cultural, “produzido para fins educacionais, visando principalmente ao público escolar, (...) com grande relevância na economia livreira”<sup>3</sup>. Freitas, por sua vez, assegura que, entre outras funções, o livro didático reproduz ideologia, difunde o currículo e guia o processo de aprendizagem<sup>4</sup>. Fazendo coro a ele, Monteiro considera que esse material orienta explicações desenvolvidas nas aulas, apoia o planejamento e as avaliações, além de servir como fonte de estudo e atualização<sup>5</sup>.

Fonseca, em um trabalho publicado em 2003, afirmou que o livro didático é o principal difusor de conhecimentos sistematizados e o produto cultural de maior alcance entre os brasileiros contemplados com a educação escolar<sup>6</sup>, e um levantamento realizado, em 2011, com base nas respostas ao questionário socioeconômico da Prova Brasil, aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

<sup>2</sup>BITTENCOURT, Circe M<sup>a</sup> Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez Editora, 2004, p.301.

<sup>3</sup>MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. **PRO-POSIÇÕES**, v.23, n.3 (69), Campinas: set/dez 2012, p.58..

<sup>4</sup>FREITAS, Itamar. Livro didático de história: definições, representações e prescrições de uso. In: OLIVEIRA, Margarida Dias de; OLIVEIRA, Almir Félix Bueno de. **Livros didáticos de História: escolhas e utilizações**. Natal: Editora da UFRN, 2009, pp. 11-12. No contexto citado, ideologia significa um conjunto de representações que servem para justificar a ordem e as relações sociais. Mais adiante, neste capítulo, discute-se a relação de ideologia com o livro didático de História.

<sup>5</sup>MONTEIRO, Ana Maria. Professores e livros didáticos: narrativas e leituras no ensino de história. In: ROCHA, Helenice; RESNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo (orgs.). **A História na escola – autores, livros e leituras**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p.175.

<sup>6</sup>FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**. Campinas/SP: Editora Papirus, 2003, p. 49.

Teixeira (INEP), comprova a afirmação da pesquisadora ao concluir que 98% dos professores das escolas públicas do País utilizam o livro didático, e que este, após a Bíblia, é o livro mais lido pelos brasileiros<sup>7</sup>. Torna-se, assim, o principal referencial educativo de professores e alunos.

Como ele tem ampla circulação em boa parte da sociedade, sendo o principal elemento de apoio da maioria dos professores do País, e como carrega posicionamentos políticos, ideológicos e pedagógicos, expressando a visão de mundo e pré-conceitos de seus autores, é imprescindível uma análise atenta de sua produção e da forma como são elaborados e divulgados os conteúdos; da relação entre essa produção e o Estado, além de uma compreensão, mesmo que elementar, da sua origem.

O livro didático, guardadas as devidas proporções com o que é considerado na atualidade, tem origem remota na Antiguidade. Marcos Antônio Silva indica que Platão, na Grécia Antiga, já propunha que fosse realizada uma seleção de textos com os assuntos mais relevantes de seu tempo<sup>8</sup>. No decorrer dos séculos, de livros religiosos a livros de leitura, o ensino, de alguma forma, sempre esteve associado a um livro escolar<sup>9</sup>. E, ainda no século XIII, na Europa, antes da invenção da tipografia, havia livros manuscritos, associados com a ampliação das universidades e sua clientela, que podem ser considerados os pioneiros do livro didático<sup>10</sup>.

Devido à formação dos Estados nacionais, na Europa e nas Américas, no século XIX, os manuais escolares, precursores dos livros didáticos, constituíram-se como elemento essencial do universo escolar, contribuindo para a formulação e consolidação da identidade nacional, estando, também, intimamente relacionados à construção da História como disciplina. O crescimento da escolarização e o estabelecimento dos princípios do ensino público, laico e gratuito<sup>11</sup> realçaram o papel do manual escolar

---

<sup>7</sup>Ver: “98% dos professores de escolas públicas usam livros didáticos”, publicado em 27/02/13, em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2013-02-27/98-dos-professores-de-escolas-publicas-usam-livros-didaticos.html>. Acesso em 23/04/17.

<sup>8</sup>SILVA, Marcos Antônio. A fetichização do livro didático no Brasil. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v.37. n.3, set/dez, 2012, p. 807.

<sup>9</sup>SOARES, Magda B. Um olhar sobre o livro didático. **Presença Pedagógica**. Belo Horizonte, v.2, n.12, nov/dez, 1996, p.54.

<sup>10</sup>MUNAKATA, Kazumi. Op. cit.

<sup>11</sup>É importante comentar que o ensino público laico, nesse contexto, defendia a total dissociação da religião do processo educacional. Embora, naquele momento, as práticas dos professores estivessem intimamente ligadas aos objetivos positivistas (entre eles, inculcar a consciência nacionalista e cívica, à medida em que se enaltecia o progresso científico), a defesa de um ensino laico foi importante para limitar o poder de instituições religiosas que impunham sua visão de mundo ao que deveria ser ensinado. Apesar disso, as atitudes de professores cristãos, no Brasil atual, que teimam fazer proselitismo em suas aulas, impedem de se afirmar que esse princípio esteja sendo acatado satisfatoriamente nas escolas públicas brasileiras. Ver <http://www.edulaica.net.br/> Acesso em 05/01/18.

como divulgador dos aspectos constituintes da identidade a que os estudantes deveriam ser submetidos.

A formação da identidade nacional era um objetivo perseguido pelos grupos dirigentes que se beneficiariam do poder. Para tanto, era necessário solapar as diferenças locais e criar a ideia de um passado comum que unisse, supostamente de forma pacífica, todos os integrantes dos Estados- Nação. Hall afirma que a lealdade e o senso de identificação eram comuns à tribo, à região, ao povo e à religião, antes do processo de formação desses Estados. A partir desse momento, porém, as diferenças étnicas e regionais foram soterradas em nome de uma cultura nacional, que abrangia, obviamente, um espaço territorial bem maior.

A formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional<sup>12</sup>.

A constituição da História como disciplina escolar era, portanto, fundamental, porque seria ela o veículo, ainda segundo Hall, capaz de transmitir as culturas nacionais que forneceriam os sentidos com os quais os componentes desses Estados-Nação se identificariam, elaborando assim suas identidades. “Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas”<sup>13</sup>. Com esse propósito, a História surgiu como disciplina escolar autônoma no século XIX, na França, relacionada à genealogia da nação e do estado de mudança. Ela foi se moldando, sob uma ótica positivista, como uma área do conhecimento destinada a usar a memória como apoio para a formação de uma consciência cívica e um forte sentimento de nacionalismo. Dessa forma, o método a ser empregado era a revisão e a memorização, acreditando-se que a História era linear, sucessiva, sem rupturas, uma narrativa dos fatos ocorridos. Moreira complementa essa informação dizendo que a História “voltava-se para o conhecimento do progresso humano, dos grandes vultos e datas memoráveis (...) destinada a ensinar sobre o passado glorioso da civilização e (...) a formar patriotas”<sup>14</sup>.

As disciplinas escolares surgiram como resultado de processos decorrentes de vários fatores. Os interesses dos grupos dominantes, refletidos num projeto de Nação e

---

<sup>12</sup>HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015, p. 30.

<sup>13</sup>HALL, Stuart. Op. cit., p.31.

<sup>14</sup>MOREIRA, Kênia Hilda. Livros didáticos de História no Brasil do século XIX: questões sobre autores e editores. **Educação e Fronteiras**. Dourados/MS, v. 3, n. 5, 2010, p.33.

governo, certamente contribuíram para esses processos, mas também devem ser considerados fatores mais internos, como a própria atuação dos grupos subordinados no desenvolvimento dessas disciplinas. Segundo Luciola Santos, com base em Goodson e Ball, teóricos do campo da história das disciplinas escolares, a história de uma disciplina deve ser compreendida como produto das contradições próprias do campo de estudos, provenientes dos conflitos e mudanças que ocorrem na sociedade<sup>15</sup>. Ela é a consequência do processo dinâmico de interesses dos diversos grupos que compõem a sociedade. Ao mesmo tempo em que pode expressar os interesses de um grupo, a disciplina é aprendida, debatida, contestada por outros.

Com essa perspectiva, a História tornou-se disciplina obrigatória no Brasil a partir da fundação do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, em 1837, que tinha o objetivo de instruir e formar os filhos da elite, os quais sucederiam seus pais na direção do País. A História estudada, nesse contexto, era um reflexo do que tinha acontecido na Europa, como se somente pela ação dos europeus a nação brasileira veio a se formar. Esse tipo de ensino corroborava a ideia de que indígenas e negros, liderados pelo branco civilizador, formaram, de forma pacífica e complementar, o povo brasileiro. Por esse raciocínio, a História do Brasil era secundária, sem estrutura própria e, nas palavras de Nadai, “consistia em um repositório de biografias de homens ilustres, de datas e de batalhas”<sup>16</sup>.

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, também foi fundamental para a legitimação e construção do tipo de História a ser ensinada no País. Os membros desse Instituto (alguns também eram professores do Pedro II) estabeleceram as diretrizes dos programas de ensino e dos manuais didáticos. Em 1843, a dissertação de Karl Friedrich Phillip Von Martius, *Como se deve escrever a História do Brasil*, foi vencedora de um concurso promovido pelo IHGB, tornando-se referência no processo de elaboração dos futuros manuais didáticos e, conseqüentemente, de como ensinar essa disciplina no Brasil<sup>17</sup>. A partir daí, propôs-se um modelo de ensino de História cujo objetivo era apresentar a história da Europa Ocidental como a verdadeira história da civilização e a do Brasil como um

---

<sup>15</sup>SANTOS, Luciola L. de C. P. História das disciplinas escolares: perspectivas de análise. **Teoria & Educação**. Porto Alegre, n. 2, 1990, pp. 21-27.

<sup>16</sup>NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.13, n.25/26, 1993, p.143.

<sup>17</sup>SALLAS, Ana Luisa Fayet. Visões do Brasil: Carl Fredrich von Martius e Sílvia Romero. **XIX Encontro Nacional da ANPOCS**. Caxambu/MG, 1995, p.2.

desdobramento daquela<sup>18</sup>. Os manuais didáticos, portanto, não deveriam fugir da concepção e metodologia de História embasada na dissertação de Von Martius. Enquanto o Instituto tinha a preocupação de recolher, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Império do Brasil, o trabalho de Martius dava à história um caráter pragmático, pois lançava os pontos complementares das ações desenvolvidas pelo IHGB como fins e objetivos<sup>19</sup>.

Ao longo do século XIX e início do XX, vários manuais foram produzidos e tornaram-se modelos de fazer ou de construir a escolarização<sup>20</sup>. Esses materiais, de perfil bastante conservador, determinaram os elementos que possibilitariam a construção de uma identidade nacional, como conteúdos, métodos, valores e imagens de uma História do Brasil carregada de patriotismo, a partir de um passado em comum, permeado pelas velhas figuras de heróis, tendo o europeu como protagonista no processo de formação do povo brasileiro<sup>21</sup>. Como ainda não havia cursos universitários voltados para a formação dos professores, intelectuais de “notório saber” foram responsáveis por essa produção e difusão da forma de ensino da História.

Embora possam ser feitas várias críticas à metodologia desses manuais, que privilegiavam a memorização ao invés do raciocínio e da capacidade de argumentação dos alunos, o fato é que esses manuais contribuíram para a materialização da disciplina de História. Schmidt pondera que:

Os objetos utilizados no ensino de uma disciplina mudam, ao mesmo tempo que a sua matriz disciplinar muda. É neste sentido que pode se falar da importância do manual didático na construção da história da Didática da História, uma disciplina que foi sendo instituída nas e valendo-se das experiências realizadas nos cursos de formação de professores, acompanhando o próprio processo de pedagogização da História no Brasil<sup>22</sup>.

Atualmente encontrados em sebos como relíquias de uma época passada, os manuais didáticos foram usados com regularidade até meados da década de 1980, sendo

---

<sup>18</sup>NADAI, Elza. Op. cit.

<sup>19</sup>KODAMA, Kaori. Uma missão para letrados e naturalistas: “Como se deve escrever a história do Brasil”? In: MATTOS, Ilmar Rohloff de. (org.) **Histórias do ensino da História no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Access, 1998, pp. 12-13.

<sup>20</sup>SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. Manuais de didática da história destinados à formação de professores e a constituição do código disciplinar da história no Brasil: 1935-1952. **História**. São Paulo, v.30, n.2, 2011, p.126.

<sup>21</sup>MATTOS, Selma Rinaldi de. **Lições de Macedo**: uma pedagogia do súdito-cidadão no Império do Brasil. In: MATTOS, Ilmar Rohloff (org.), op. cit., pp. 31-32.

<sup>22</sup>SCHMIDT, Maria Auxiliadora M. S. Op. cit.

o material de base para os alunos, para a formação de professores e como fonte de pesquisa, de forma geral<sup>23</sup>.

### 1.1 O livro didático e o controle do Estado

O Estado assumiu, efetivamente, o controle sobre a produção do livro didático e a divulgação de seus conteúdos quando esse recurso passou a ser utilizado em larga escala no processo educacional, fato que ocorreu com a expansão da escolarização da sociedade. Embora estivesse se referindo à política do governo espanhol sobre o livro didático, Puelles Benítez afirmou algo cujo sentido cabe perfeitamente na realidade brasileira:

(...) o livro didático pode ser considerado como uma ferramenta de trabalho de caráter pedagógico e didático, útil para a transmissão de conhecimentos e para a formação da personalidade; mas, precisamente por revestir esta condição, esteve invariavelmente na mira dos poderes públicos, interessados sempre na socialização política das crianças, dos adolescentes e dos jovens, quando não pela pura dominação da população instruída<sup>24</sup>.

Assumir esse controle era a garantia para a formação de uma identidade social conformada com os objetivos da Nação. No século XX, de acordo com Silva, o controle estatal sobre a produção dos livros didáticos passou a ser mais sistemático, a partir da Era Vargas (1930-1945), notadamente na vigência da ditadura varguista, o Estado Novo. Havia uma preocupação em instituir a ideia de uma nação forte e unida. A criação da Comissão Nacional do Livro Didático, em 1938, estabeleceu o controle político e ideológico da produção e distribuição dos livros didáticos, fato necessário para que Vargas pudesse pairar como o pai dos pobres e defensor dos trabalhadores, um líder essencial para a condução do País num momento em que, supostamente, os comunistas ameaçavam tomar o poder<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup>Como exemplos de manuais escolares de História, que foram amplamente utilizados no século XX no Brasil, podemos citar, entre outros, para a formação de professores: SERRANO, Jonathas. **Como se ensina a História**. São Paulo: Melhoramentos, 1935; MENDES, Murilo. **A História no curso secundário**. São Paulo: Gráfica Paulista, 1935. Como fonte de pesquisa para os estudantes, citamos, entre outros: HADDOCK LOBO, Roberto Jorge Netto. **Pequena História do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1960; ROCHA POMBO, José Francisco da. **História do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

<sup>24</sup>PUELLES BENÍTEZ, M. de. La política del libro escolar en España (1813-1939) apud MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. **Pro-Posições**. Campinas, v. 23, n. 3 (69), set./dez. 2012, p. 60.

<sup>25</sup>SILVA, Marcos Antônio. Op. cit. p. 808.

O curto período democrático (1946-1964), vivenciado após a Era Vargas, teve como uma de suas características a inserção de pessoas mais pobres no sistema educacional e, nesse contexto, foi indispensável baratear a produção do livro didático, portanto, em 1961, a produção desse material começou a ser subvencionada pelo Banco do Brasil.

No início da ditadura civil-militar-empresarial (1964-1985), o controle sobre a produção do livro didático ficou a cargo da Companhia Nacional de Material de Ensino, posteriormente substituída pela Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (1966), culminando com a Fundação Nacional de Material Escolar<sup>26</sup>. Esses órgãos estatais primavam pela produção de materiais que estivessem consonantes com o pensamento de que, no País, a sociedade vivia de forma harmoniosa e segura, usufruindo as benesses de um grande desenvolvimento econômico.

Com a Lei 5.692/71, a disciplina História perdeu suas especificidades ao se fundir com Geografia formando os Estudos Sociais, no âmbito do antigo 1º Grau<sup>27</sup>. Tal fusão não ocorreu para permitir uma integração dos conteúdos de disciplinas das ciências humanas, como História, Geografia, Economia e Sociologia, o que poderia resultar em uma visão mais global da vida, mas, sim, para favorecer a fragmentação e simplificação do conhecimento histórico, alicerçando-se na inexistência de estímulo à análise, ao debate, ao desenvolvimento da criticidade e da criatividade<sup>28</sup>. Complementando esse quadro, o autoritarismo seria a característica principal dos métodos pedagógicos e da relação professor/aluno, o que era percebido pela concentração do poder e do saber na figura do docente e da autoridade do livro didático<sup>29</sup>. A impossibilidade de questionamentos e o tolhimento da autonomia do aluno permaneceram nos livros didáticos dessas disciplinas mesmo após a extinção dos Estudos Sociais, na década de 1980:

(...) Algumas das principais características das obras eram a generalização e a simplificação dos conteúdos. Isso dificultava a percepção e a compreensão, por professores e alunos, do objeto da História, que aparecia subsumido, diluído, pulverizado ao longo dos textos e atividades de Estudos Sociais. (...) As marcas da exclusão social, dos preconceitos e estereótipos, evidentes na chamada História tradicional escolar, eram implícitas e explícitas nos textos e

---

<sup>26</sup>Idem, p. 809.

<sup>27</sup>SANTOS, Beatriz B. M. dos. A História e os Estudos Sociais: o Colégio Pedro II e a reforma educacional da década de 1970. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo**, julho, 2011, p. 1. A Lei estabeleceu as diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus, conforme a nova terminologia para os antigos cursos primário, ginásial e colegial.

<sup>28</sup>SANTOS, Beatriz B. M. dos. Op. cit. p. 11.

<sup>29</sup>FONSECA, Thais Nivia de Lima. **História & Ensino de História**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2003, p. 58.

imagens. (...) os conteúdos, as imagens e as atividades dos livros de Estudos Sociais dificultavam o processo de compreensão da realidade social, histórica, econômica e cultural<sup>30</sup>.

Em 1985, já no fim do regime ditatorial e no início da redemocratização, foi instituído o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que passou por aperfeiçoamentos até ser implantado pelo Ministério da Educação (MEC), em 1996, para avaliar os livros didáticos que o Governo Federal compra e distribui para a rede pública de ensino. Desde então, é o PNLD que impõe as normas do que deve ser considerado pertinente à publicação nos livros didáticos. Ele divulga os editais, aos quais as editoras devem se submeter para que seus livros sejam avaliados. Essa avaliação é realizada por um grupo de especialistas de cada área de conhecimento, que analisa os elementos conceituais e metodológicos das obras, determinado pela Secretaria de Educação Básica do MEC. As características físicas e técnicas são avaliadas pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do estado de São Paulo. Os resultados dessa avaliação chegam às escolas públicas do País por meio do Guia do Livro Didático.

A partir daí, os professores, representando a escola, escolhem, entre os livros aprovados pelo MEC, aqueles que querem adotar. Os livros são comprados pelo Governo e distribuídos para que sejam utilizados por três anos, no mínimo, quando se reinicia o processo<sup>31</sup>. Esses livros são classificados em consumíveis, que não precisam ser devolvidos pelos alunos ao final do ano letivo, e reutilizáveis, que serão devolvidos para novo uso por outros estudantes, ao longo do ciclo apontado.

A partir de 2004, houve a criação de mais dois programas voltados para a aquisição de livros didáticos: o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) e o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), posteriormente transformado no PNLD EJA. O PNLD, o PNLEM e o PNLD EJA são mantidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia subordinada ao MEC<sup>32</sup>.

---

<sup>30</sup>SILVA, Marcos Antônio; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, n. 60, 2010, p. 26.

<sup>31</sup>FRANCO, Alécia Pádua. Uma conta de chegada: a transformação provocada pelo PNLD nos livros didáticos de História. In: MAGALHÃES, Marcelo et al (orgs). **Ensino de História – usos do passado, memória e mídia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 144.

<sup>32</sup>BRITTO, Tatiana Feitosa de. **O livro didático, o mercado editorial e os sistemas de ensino apostilados**. Centro de Estudos da Consultoria do Senado. Brasília, 2011. Disponível em: [www.abrale.com.br/wp-content/uploads/Livro-didático-o-mercado-editorial-e-os-sistemasapostilados.pdf](http://www.abrale.com.br/wp-content/uploads/Livro-didático-o-mercado-editorial-e-os-sistemasapostilados.pdf) Acesso em 14/10/17.

## 1.2 Livro didático: objeto de discussões

Desde a redemocratização, o livro didático, especialmente da área de História, tem sofrido diversas críticas. Nos anos que se seguiram à abertura política, ele foi acusado, por professores e intelectuais, de manter, nos conteúdos que divulgava, uma ideologia burguesa e conservadora, a qual desconsiderava personagens historicamente excluídos, como os nativos das terras brasileiras, os diversos grupos étnicos africanos que formaram o grande contingente de escravizados e as mulheres, sempre apontadas num papel subalterno à ação masculina. Por causa disso, esse recurso didático foi considerado, no meio educacional, um dos elementos responsáveis pela perpetuação de estereótipos que dificultavam o acesso à cidadania.

Devido às pressões de grupos defensores dessas minorias, algumas leis foram criadas com o intuito de diminuir as polêmicas e recolocar esses indivíduos marginalizados num papel de protagonismo de sua própria história. Em 2003, foi promulgada a Lei 10.639, que propôs a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, incluindo “o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil (...), resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil”<sup>33</sup>. Cinco anos mais tarde, ela foi modificada pela Lei 11.645, que acrescentou a obrigatoriedade do ensino sobre a cultura indígena, apontando “a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos”, “resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil”<sup>34</sup>. Coube às áreas de educação artística, literatura e história, principalmente, abordar essas temáticas. Sob essas diretrizes, as editoras de livros didáticos tiveram que se adequar às exigências impostas pelas leis, no entanto,

---

<sup>33</sup>BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.** Disponível em [http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei\\_10639\\_09012003.pdf](http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_10639_09012003.pdf). Acesso em 02/12/17.

<sup>34</sup>BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".** Disponível em <http://www.prograd.ufu.br/legislacoes/lei-no-11645-de-10-marco-de-2008-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-indigena>. Acesso em 02/12/17.

ainda persistem críticas na forma como esses grupos étnicos e sua história são apresentados nos conteúdos<sup>35</sup>.

Ironicamente, na primeira década do ano 2000, críticas ao livro didático também foram apresentadas por representantes da direita brasileira, os quais viram nesse recurso o veículo de propagação de um projeto esquerdizante em curso no País. Em 2007, o jornal O Globo publicou um artigo que acusava o Governo Federal (na época sob o comando de Luiz Inácio Lula da Silva) de financiar “propaganda político-eleitoral do PT” e valorizar as experiências socialistas na antiga URSS, nos conteúdos dos livros de História, que compunham o Projeto Araribá, destinados à 8ª série (atualmente 9º ano) do Ensino Fundamental, os quais seriam distribuídos na rede pública naquele ano<sup>36</sup>.

No campo da diversidade sexual, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), estabelecidos em 1997 como decorrência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, motivaram a discussão sobre a sexualidade humana ao introduzirem o tema transversal Orientação Sexual<sup>37</sup>. Embora limitassem a discussão à área da Biologia para combater a gravidez indesejada e a contaminação pelo HIV, e não pretendessem debater o conceito amplo de diversidade sexual, os PCN foram importantes, pois pela primeira vez um documento oficial estabeleceu diretrizes para que, de alguma forma, a sexualidade fosse inserida nos currículos escolares e, conseqüentemente, nos livros didáticos.

A amplificação desse debate, que envolve as questões de gênero e sexualidade, nos livros didáticos, entretanto, não tem acontecido de forma tranquila. Em março de 2017, foi amplamente divulgado o episódio ocorrido em Ariquemes (RO), em que os poderes Executivo e Legislativo municipais determinaram a retirada de páginas dos livros didáticos que seriam entregues aos alunos, porque tratavam desse tema<sup>38</sup>. Essa intolerância coaduna com as propostas do movimento Escola sem Partido, criado pelo

---

<sup>35</sup>Para comprovação, ver PRINTES, Rafaela B. Presença indígena nos livros didáticos de geografia. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**. Campinas, v. 4, n. 8, pp. 195-220, jul/dez 2014; GARRIDO, Mírian C.M. História que os livros didáticos contam depois do PNLD: história da África e dos afro-brasileiros por intermédio dos editais de convocação do PNLD (2007-2011). **História e Perspectivas**. Uberlândia, n. 54, pp. 239-268, jan/jun 2016.

<sup>36</sup>KAMEL, Ali. **Livro didático e propaganda política**. O Globo, 02/10/2007. Disponível em: <http://www.alikamel.com.br/artigos/livro-didatico-propaganda-politica.php> Acesso em: 14/10/17.

<sup>37</sup>Nesse documento, a expressão “orientação sexual” significa educação sexual e não possui o sentido que lhe é atribuído na atualidade, qual seja, a designação afetivo-sexual dos indivíduos, que pode ser homossexual, heterossexual ou bissexual. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

<sup>38</sup>CARLOS, Jeferson. **Prefeitura manda tirar trechos de livros escolares com união entre gays**. Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/ariquemes-e-vale-do-jamari/noticia/2017/01/prefeitura-manda-arrancar-paginas-de-livros-escolares-sobre-homossexuais.html>. Acesso em 14/03/17.

advogado e procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib. Tal movimento afirma que governos esquerdistas pretendem destruir os valores consagrados da sociedade brasileira, incitando à revolução. Nesse contexto, defensores desse movimento consideram que os professores nas escolas podem agir como doutrinadores de esquerda, mais especificamente, aliciadores do Partido dos Trabalhadores<sup>39</sup>. Esse pensamento cria uma espécie de censura sobre o livro didático: se antes era o medo da manutenção do conservadorismo que motivava as críticas de grupos mais à esquerda, na atualidade, é o receio da liberdade sexual e uma suposta inversão de valores tradicionais que leva alguns setores da sociedade a querer obstruir a divulgação de certos temas nesse recurso didático.

Essa discussão nos faz concordar com Munakata, para quem o livro didático em si não é vilão nem herói. Esse autor pondera que “se não se resume às ideias (...) de que é suporte, se, na sua materialidade, remete a diversos sujeitos, com seus interesses, pretensões, (...) é a esses sujeitos – e a suas ações – que devemos prestar atenção”<sup>40</sup>. Daí, depreende-se que o livro carrega em si a intencionalidade de quem o produz e reproduz ideias que expressam o ponto de vista de seus autores e, teoricamente, da sociedade em que ele está inserido.

Atualmente, como meio de se evitar atritos que põem em xeque os vieses ideológicos que podem servir de base para a elaboração e apresentação dos conteúdos, o livro didático deve atender a critérios estabelecidos pela avaliação a que é submetido. Miranda e Luca indicam que

(...) Na área de História é patente a transformação: de um cenário marcado pelo predomínio de obras que veiculavam, de modo explícito ou implícito, todo tipo de estereótipo e/ou preconceitos, para um quadro em que predominam cuidados evidentes, por parte de autores e editores, em relação aos critérios de exclusão de uma obra didática. Nos vários editais e nos Guias publicados, tais critérios têm sido exaustivamente repetidos: existência de erros de informação, conceituais ou desatualizações graves; veiculação de preconceitos de gênero, condição social ou etnia, bem como de quaisquer formas de proselitismo e, por último, verificação de incoerências

---

<sup>39</sup>SEPULVEDA, José Antônio; SEPULVEDA, Denize. O pensamento conservador e sua relação com práticas discriminatórias na educação: a importância da laicidade. **Revistas Teias**. Rio de Janeiro, UERJ, v. 17, n. 47, out-dez, 2016, p. 149. Desde 2014, período da discussão e aprovação do atual Plano Nacional de Educação, projetos de lei estão sendo apresentados nos estados e municípios com nomes variados, mas com os mesmos objetivos, tendo como referência o PL 2.731/15, proposto pelo deputado Eros Biondini (PTB-MG). Para visualização do avanço desse movimento, acessar o blog <https://pesquisandoesp.wordpress.com>, que é mantido por pesquisadores que acompanham a expansão do movimento Escola Sem Partido.

<sup>40</sup>MUNAKATA, Kazumi. Devem os livros didáticos de história ser condenados? In: ROCHA, Helenice et al (orgs). **A escrita da história escolar: memória e historiografia**. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p.291.

metodológicas graves entre a proposta explicitada e aquilo que foi efetivamente realizado ao longo da obra<sup>41</sup>.

Com relação a esse processo de avaliação, ele foi duramente criticado, acusado de ser elitista, hermético, caro, entre outros aspectos<sup>42</sup>. Por isso, em 2010, foi instituído o Decreto Federal de nº 7.084 estipulando algumas determinações que pretenderam dirimir os problemas apontados. Entre elas, foi estabelecido que as universidades formariam equipes técnicas para a avaliação pedagógica, constituídas por professores de seu quadro funcional e de outras instituições de ensino superior e da rede pública de ensino. Ademais, essas equipes deveriam declarar que não prestavam serviço ou consultoria às editoras constantes no processo, como também não podiam ser parentes até o terceiro grau dos titulares de direito autoral ou de edição participantes do mesmo.

Também foi assegurada a possibilidade de recurso no caso de parecer indicativo de reprovação da obra. Esse decreto foi revogado com a publicação de outro, o Decreto 9.099, de 18 de julho de 2017<sup>43</sup>, que manteve as mesmas medidas, porém, acrescentou que um dos objetivos do PNLD é “apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular” (BNCC), que, segundo o MEC, é uma referência nacional do que é considerado fundamental para o processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas e privadas brasileiras. O documento define os conhecimentos essenciais, direitos e objetivos de aprendizagem de todos os estudantes do país<sup>44</sup>.

Sobre a BNCC, é importante comentar que os projetos relacionados à sua elaboração provocaram polêmicas, desde o início das discussões a seu respeito, em 2013, até a conclusão do documento definitivo, tratando da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, em dezembro de 2017, e do Ensino Médio, em abril de 2018. Segundo o MEC, todas as versões do documento, antes de passarem à versão definitiva, foram disponibilizadas para consulta popular e recolhimento de sugestões<sup>45</sup>. No entanto,

---

<sup>41</sup>MIRANDA, Sônia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 48, 2004, p. 127.

<sup>42</sup>BRITTO, Tatiana Feitosa de. Op. cit. p. 10.

<sup>43</sup>BRASIL. Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, inciso VI, Art. 2º. **Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático**. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9099-18-julho-2017-785224-publicacaooriginal-153392-pe.html>. Acesso em 14/10/17.

<sup>44</sup>BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf) Acesso em 02/06/17.

<sup>45</sup>A primeira versão da BNCC passou por uma consulta pública (entre setembro de 2015 e março 2016) e recebeu, segundo dados do MEC, mais de 12 milhões de contribuições. A segunda versão foi analisada por gestores, professores e alunos de todos os estados, em seminários organizados pela União dos Dirigentes Municipais de Educação e pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação. O MEC informa que mais de 9 mil recomendações foram sistematizadas. Esse processo culminou com a terceira (e definitiva) versão. Ver <https://novaescola.org.br/conteudo/4784/32-respostas-sobre-a-base-nacional->

setores mais críticos do magistério, principalmente, questionaram se de fato houve a participação apontada pelo MEC, uma vez que a BNCC apresenta alguns pontos que contrariam o princípio da laicidade do Estado.

Um deles é a reafirmação da oferta do ensino religioso como obrigatória. Para aqueles que discordam, essa indicação na BNCC conduz a uma obrigatoriedade que favorecerá o proselitismo, dificultando ainda mais o respeito aos diferentes credos que já sofrem discriminação, como é o caso daqueles de origem africana e afro-brasileira. Ainda será debatido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) se o ensino religioso será considerado como área do conhecimento ou como componente curricular da área de Ciências Humanas<sup>46</sup>.

Outro ponto discutível diz respeito ao tratamento que será dado às questões de gênero. Cogitou-se que caberia à disciplina de ensino religioso a incumbência de debater tais temas, porém, por sugestão do MEC, o CNE retirou do documento os termos relacionados não somente às questões de gênero como também à orientação sexual. Posteriormente, o Conselho expedirá as prescrições do que deverá ser apresentado e de que forma. O órgão justifica a eliminação dos termos com a necessidade de aprofundar os debates que acaloraram a sociedade, mas a ação pode ser compreendida também como uma forma de agradar a grupos conservadores do Congresso Nacional, necessários para o apoio às propostas do Governo Federal<sup>47</sup>.

### 1.3 Memória, identidade e ideologia no livro didático de História

É possível considerar o livro didático de História como lugar de memória, a partir do conceito utilizado por Pierre Nora. Esse teórico explica que lugares de memória são locais materiais ou imateriais, em que a memória de uma sociedade se

---

comum-curricular (Acesso em 02/06/17) e MARQUES, Marília. **Base Nacional Curricular (BNCC) do ensino médio é entregue pelo MEC.** Disponível em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/base-nacional-curricular-do-ensino-medio-e-entregue-pelo-mec-veja-o-documento.ghtml> Acesso em 08/07/2018.

<sup>46</sup>CUNHA, Luiz Antônio. **Ensino religioso na Base Nacional Curricular Comum?** Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=1F9bf0YL9mw&feature=youtu.be> Acesso em 06/01/18.

<sup>47</sup>BORGES, Helena. **MEC corta homofobia da lista de preconceitos que devem ser combatidos na educação.** Disponível em <https://theintercept.com/2017/04/07/mec-corta-homofobia-da-lista-de-preconceitos-que-devem-ser-combatidos-na-educacao/> Acesso em 05 de janeiro de 2018. Ver também SALDAÑA, Paulo. **Governo Temer esvazia gênero na base curricular e mistura tema com religião.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/12/1940989-governo-temer-esvazia-genero-na-base-curricular-e-mistura-tema-com-religiao.shtml> (Acesso em 06/01/18) e <https://g1.globo.com/educacao/noticia/base-nacional-comum-curricular-bncc-e-aprovada-em-conselho.ghtml>

crystalizou e “onde grupos ou povos se identificam ou se reconhecem, possibilitando existir um sentimento de formação da identidade e de pertencimento”<sup>48</sup>. Como lugar de memória, portanto, o livro didático está imbuído de certos aspectos dessa faculdade e é reconhecido como tal pela sociedade que o criou. E o que é memória?

Memória é a capacidade de conservar e lembrar o passado e o que se relaciona com ele. Ela se caracteriza por uma operação coletiva dos fatos e das interpretações do passado que se quer preservar. Existe uma relação intrínseca entre memória e identidade. Segundo Neves, “(...) a memória, como substrato da identidade, refere-se aos comportamentos e às mentalidades coletivas, na medida em que o relembrar individual encontra-se relacionado à inserção histórica de cada indivíduo”<sup>49</sup>. A constituição da identidade de um indivíduo está ligada à memória coletiva da sociedade em que ele vive. Conclui-se, portanto, que a memória é uma construção coletiva, porque o sujeito se forma nas relações com os outros. Halbwachs afirmou que a memória coletiva retém do passado somente aquilo que ainda está vivo na consciência do grupo que a mantém<sup>50</sup>.

Com relação a isso, Candau argumenta que a identidade coletiva (decorrente da memória coletiva) é uma representação, visto que memória coletiva não pode designar uma faculdade, sendo impossível que todos os componentes de uma sociedade recordem os mesmos fatos da mesma forma, seguindo uma modalidade culturalmente determinada e socialmente organizada; para o autor, somente uma maioria dos membros desse grupo compartilha o estado considerado. Entretanto, a representação produzida por essa maioria é capaz de tornar-se “uma memória massiva, coerente, compacta e profunda”, assumindo a “dimensão importante da estruturação de um grupo”, refletindo, assim, diretamente na percepção de sua própria identidade<sup>51</sup>.

Tal processo foi evidenciado na constituição das identidades nacionais, conforme explicado por Hall e debatido por nós, anteriormente. Os interesses de grupos com poder de controle (como ditar as normas de elaboração dos currículos e manuais escolares) sobrepujaram os pontos de vista de grupos mais fragilizados, que tiveram

---

<sup>48</sup>NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, 1981, p.13.

<sup>49</sup>NEVES, L. de A. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. **História Oral**, vol. 3, p. 113, 2000.

Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=issue&op=view&path%5B%5D=6&path%5B%5D=showToc>.

<sup>50</sup>HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro Editora, 2006, p. 86.

<sup>51</sup>CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2016, pp. 24-26, 44.

suas diferenças étnicas ou regionais desconsideradas para que uma identidade “comum” a todos fosse construída.

Essa relação entre memória e identidade leva ao entendimento de que, em qualquer sociedade, ocorre uma disputa de memórias, com o objetivo de se conservar o que é desejável. Sob esse ponto de vista, com base nos conceitos levantados por Pollak, pode ser percebido que, como consequência de uma disputa de memórias, os livros didáticos apresentam a memória que se quer conservar acerca de qualquer tema, inclusive o da diversidade sexual, o qual é o interesse desta pesquisa<sup>52</sup>. Como é seletiva e socialmente construída, a memória sofre um enquadramento de acordo com os interesses da maioria ou de quem pode controlar a maioria, com o objetivo de criar um sentimento de identidade no grupo.

Para os objetivos desta pesquisa, é fundamental a compreensão de certos conceitos que serão utilizados na análise das fontes. Para tanto, as contribuições de Choppin são de extrema relevância.

O livro didático, segundo ele, exerce quatro funções essenciais: a função referencial, também chamada de curricular ou programática, que ocorre por se constituir na base dos conteúdos, dos conhecimentos e das habilidades que serão transmitidas às novas gerações; a função instrumental, que por meio de métodos de aprendizagem facilita a memorização dos conhecimentos, a aquisição de competências disciplinares e a apropriação de habilidades; a função ideológica e cultural, percebida no papel que o livro exerce na construção de identidade e na veiculação da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. Essa função acontece explícita ou dissimuladamente, visando à doutrinação ou aculturação das novas gerações. Por último, o livro didático desempenha a função documental, evidenciada na possibilidade que esse material tem de, por meio de documentos textuais ou icônicos, estimular a observação e os questionamentos, os quais podem desenvolver a criticidade do aluno<sup>53</sup>. Para Choppin, fica evidente a influência que o livro didático pode exercer na construção de identidades, executando, dessa forma, uma função ideológica e cultural.

Nesse aspecto, cabe uma discussão sobre o significado do conceito de ideologia que ele está apontando. Esse é um conceito polivalente. Pode significar,

---

<sup>52</sup>POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989, p.3-15. \_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992, pp. 200-212.

<sup>53</sup>CHOPPIN, Alan. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, USP, v. 30, n. 3, set./dez, 2004, p. 553.

etimologicamente, o estudo das ideias de um grupo ou sociedade, podendo inclusive ser as ideias seguidas por um indivíduo, sua visão de mundo e as crenças que guiam seu cotidiano. Também pode se referir à “ciência da gênese das ideias”, a qual as considerava “como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano com o meio ambiente”, na visão dos filósofos ideólogos liderados por Destutt de Tracy, para quem era possível “uma teoria sobre as faculdades sensíveis, responsáveis pela formação de todas as nossas ideias”<sup>54</sup>.

Choppin parece mobilizar o termo com o significado de um conjunto de representações que justificam a ordem social. Nesse sentido, Marilena Chauí, com base em Karl Marx, facilita a compreensão do sentido que Choppin quer dar ao conceito. Ela explica que ideologia é o “ocultamento da realidade social”, típica de uma sociedade em que há exploradores e explorados; é o meio pelo qual “a classe dominante legitima e assegura seu poder econômico, social e político”<sup>55</sup>. Aprofundando seu raciocínio, ela conclui:

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais (...)<sup>56</sup>.

Ao afirmar que o livro didático possui uma função ideológica e cultural, Choppin vai ao encontro do que Chauí afirma ser ideologia e também corrobora a importância que esse recurso tem, como lugar de memória, na constituição de identidades e como suporte de uma memória coletiva, ou seja, do que deve ser transmitido e mantido como o padrão a ser seguido, numa sociedade.

#### 1.4 O livro didático de História e a diversidade sexual

A diversidade, de modo geral, é a condição do que é diferente e variado. Também diz respeito à pluralidade e à multiplicidade que conduzem à heterogeneidade. A humanidade, ao longo de sua existência, construiu diferentes expressões culturais, resultantes das interações sociais que ocorreram de forma dinâmica entre os inúmeros

---

<sup>54</sup> CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008, p. 27.

<sup>55</sup> Idem, p. 24.

<sup>56</sup> Idem, pp. 113-114.

grupos que a compuseram. A existência de diferentes etnias, religiões e orientações sexuais é uma evidência de que é impossível homogeneizar os seres humanos.

Os estudos de interseccionalidade apontam para essa direção ao demonstrarem que até na categorização das desigualdades há diferenças ou diversidade. Com o objetivo de compreender a conexão entre múltiplas diferenças e desigualdades, as interseccionalidades são formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação, como o sexismo, o racismo e o patriarcalismo<sup>57</sup>. A origem do conceito remonta ao movimento do final dos anos 1970 conhecido como *Black Feminism*, cuja crítica coletiva se voltou de maneira radical contra o feminismo branco, de classe média, heteronormativo. A partir daí, passaram a ser consideradas as “múltiplas fontes da identidade”, como o gênero, a classe, a etnicidade, a raça, o sexo, a idade, a deficiência e a orientação sexual<sup>58</sup>, consolidando o conceito de diversidade.

Como afirmado anteriormente, nas décadas após a abertura política, no Brasil, foram promovidas críticas contundentes à forma de escrever a história brasileira, que não levava em conta as especificidades e contribuições dos sujeitos que, ao longo do século XX, foram deixados à margem dos processos históricos. Negros, indígenas e mulheres eram tratados como indivíduos secundários nesses processos, todavia, leis foram estabelecidas para, de alguma forma, sanarem essa falha. No que diz respeito às questões de gênero e sexualidade, porém, as dificuldades permanecem sólidas até nossos dias.

Houve tentativas de mudar esse quadro com o Programa Brasil sem Homofobia e o Plano Nacional LGBT<sup>59</sup>, que foram lançados por causa das pressões perpetradas por movimentos sociais, na década de 2000, com o apoio do governo federal. A partir daí, surgiram pesquisas na área da Educação que discutiram a diversidade sexual e a discriminação que ocorre nos espaços escolares.

Em 2009, Tatiana Lionço e Debora Diniz organizaram um livro no qual reuniram vários artigos com o objetivo de debater, de forma geral, a política educacional voltada para a produção e a distribuição de materiais didático-pedagógicos utilizados nas escolas públicas. Não se limitaram a uma área específica, mas

---

<sup>57</sup>PISCITELI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Revista Sociedade e Cultura**. Goiânia/UFG, v. 11, n. 2, jul/dez, 2008, pp. 263-274.

<sup>58</sup>HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça – interseccionalidade e substancialidade das relações sociais. **Tempo Social**. São Paulo, USP, v. 26, n. 1, jun 2014, pp. 61-73.

<sup>59</sup>Ver:[http://portal.mj.gov.br/sedh/documentos/004\\_1\\_3.pdf](http://portal.mj.gov.br/sedh/documentos/004_1_3.pdf); <http://portal.mj.gov.br/sedh/homofobia/planolgbt.pdf>. Acesso em 10/05/17. No próximo capítulo, esses planos são discutidos mais detalhadamente.

pretenderam denunciar e combater a homofobia presente nos materiais didáticos e nas salas de aula<sup>60</sup>.

Essas autoras indicam que “(...) prevalece a exigência do silêncio sobre a diversidade, em matéria de sexualidade”, o que faz com que “(...) nos livros didáticos, a sexualidade somente é passível de enunciação quando remete ao coito heterossexual e à compreensão de seus efeitos reprodutivos”<sup>61</sup>. A produção desses importantes recursos de aprendizagem e ensino parece ser influenciada pela mentalidade que permeia a sociedade, no que se refere à diversidade sexual. Sendo assim, as representações da diversidade sexual, realizadas por esses recursos didáticos, pode servir de subsídios para a discussão, em sala de aula, sobre os preconceitos e as discriminações, o que talvez favoreça uma postura mais crítica por parte dos alunos e professores.

Ao buscar entender por que ocorre a “exigência do silêncio” sobre a menção à diversidade sexual nesses materiais didáticos, será útil fazer uso do conceito de silenciamento da memória, corroborado em Rossi, para quem essa ação nunca é inocente ou ingênua. Ela atende a uma intencionalidade, demonstrando que, numa disputa de memórias que constantemente ocorre no interior de qualquer sociedade, selecionam-se aquelas que são consideradas dignas de permanecer. As derrotadas nessa disputa são silenciadas, pois “(...) apagar também tem a ver com esconder, ocultar, despistar, confundir os vestígios, afastar da verdade, destruir a verdade”. Isso acontece para que haja o impedimento da circulação de ideias e a imposição do “silêncio e do olvido”, formatando “todo pensamento possível dentro de uma imagem enrijecida e paranoica do mundo”<sup>62</sup>.

A diversidade sexual refere-se ao reconhecimento das diferentes possibilidades de expressão da sexualidade ao longo da existência humana. Sendo assim, a homossexualidade, a bissexualidade e a heterossexualidade são expressões da diversidade sexual<sup>63</sup>. O tema encontra certa resistência para ser debatido pela sociedade e para ser tratado na sala de aula. Os preconceitos existentes a respeito, que em muitos casos se tornam atos discriminatórios, são um dos empecilhos que obstruem o pleno desenvolvimento da aprendizagem.

---

<sup>60</sup>LIONÇO, Tatiana/DINIZ, Debora (orgs). **Homofobia e Educação – um desafio ao silêncio**. Brasília: EdUnb, 2009.

<sup>61</sup>LIONÇO, Tatiana/DINIZ, Debora (orgs). Op. cit., p. 11.

<sup>62</sup>ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**. Seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Unesp, 2010, p.32.

<sup>63</sup>Esses termos serão debatidos, com mais profundidade, no próximo capítulo.

No contexto atual, no Brasil, as intervenções de parlamentares evangélicos e católicos, que compõem a chamada bancada religiosa no Congresso Nacional, aliadas às pressões do movimento Escola sem Partido, contribuem para inibir a divulgação desse tema nos livros didáticos de todas as áreas, inclusive a de História. Dessa forma, são desperdiçadas oportunidades de levar os alunos à reflexão sobre posturas discriminatórias, presentes na sociedade, acerca das diversas expressões da sexualidade humana.

Apesar disso, alguns livros didáticos, de áreas variadas, têm abordado as questões de gênero e também as referentes à diversidade sexual, do ensino fundamental ao ensino médio<sup>64</sup>. Guardadas as suas especificidades e instrumentos metodológicos, esses livros propõem a discussão sobre o padrão considerado normal para a formação de famílias e comportamentos de gênero na nossa sociedade. No entanto, e este é o interesse primordial desta pesquisa, como esse processo está ocorrendo nos livros didáticos de História? Também eles, de alguma forma, debatem esse tema ou o silenciam? Fornecem subsídios para a desconstrução de preconceitos ou, de alguma forma, os reforçam? Essas questões são problematizadas no terceiro capítulo desta dissertação.

---

<sup>64</sup>Para comprovação do que está sendo afirmado, podem ser citados os seguintes livros: para a 1ª fase do ensino fundamental SIMIELLI, M<sup>a</sup> Elena/CHARLIER, Anna Maria. **História. Projeto Apis**. 5º ano. São Paulo: Editora Ática, 2014; CARVALHAES, Leylah de/BORELA, Regina Nogueira. **História. Projeto Ligados.com**. 2º ano. São Paulo: Editora Saraiva, 2016. Para o ensino médio: FREITAS, Luciana M. A. de/COSTA, Elzimar G. de M. **Sentidos em língua espanhola**. 1 ed. São Paulo: Editora Richmond, 2016; OLIVEIRA, Luiz F. de/COSTA, Ricardo Cesar R. da. **Sociologia para jovens do século XXI**. 4 ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.

## 2 A DIVERSIDADE SEXUAL

Falar de sexualidade nem sempre foi algo aceito ou permitido. Na própria universidade, nos cursos de História, teoricamente um local de maior autonomia e vanguarda, durante muito tempo o tema foi considerado pouco acadêmico. Talvez porque, devido aos resquícios da Era Vitoriana, no campo moral, e aos efeitos da Revolução Industrial, na área político-econômica, os historiadores estivessem mais preocupados com outros objetos de estudo. A partir do final da década de 1960, com o avanço das manifestações feministas e as discussões sobre as questões de gênero, que se iniciaram décadas antes, além da invenção da pílula anticoncepcional, que facilitou a dissociação entre sexo e reprodução, ocorreram mudanças na forma de se enxergar a mulher e a sexualidade, o que fez o tema ser mais discutido pela sociedade e, conseqüentemente, na universidade. Louro afirma que:

(...) o poder não poderia mais, a esse momento, ser compreendido como um movimento hierárquico linear, centralizado ou de direção única. Assumia-se que vários marcadores sociais combinavam-se sempre, de formas peculiares, situadas, o que passa a impedir a concepção simplista de homem dominante versus a mulher dominada. O conceito de gênero investe, de forma enérgica, contra a lógica essencialista que acredita num homem e numa mulher universais e trans-históricos<sup>65</sup>.

De fato, o movimento feminista contribuiu decisivamente para os questionamentos acerca da ordem sexual vigente, o que também favoreceu a luta por igualdade e direitos das pessoas alijadas da lógica binária macho-fêmea ou masculino-feminino. Como Louro ainda afirma, “(...) as feministas, pondo em xeque o machismo, propiciaram aos gays e lésbicas, nas ruas e academias, a possibilidade de questionar sua opressão”<sup>66</sup>.

Nas décadas seguintes, entre 1970 e 1990, estudiosos importantes contribuíram para uma pesquisa sistemática e abrangente da sexualidade. Foucault, Richards, Bellini, Mott e Vainfas, entre outros, colaboraram para que o assunto se tornasse um legítimo objeto de pesquisa<sup>67</sup> e, como afirmou Engel, “ (...) se afirmasse, cada vez mais, como um objeto fundamental na busca da compreensão dos possíveis significados das

<sup>65</sup> LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto: Porto Editora, 2000, p. 15.

<sup>66</sup> Idem, p. 30.

<sup>67</sup> Ver, à guisa de comprovação, FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I** – A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1979; BELLINI, Lígia. **A coisa obscura** – mulher, sodomia e Inquisição no Brasil Colonial. São Paulo: Brasiliense, 1987; MOTT, Luiz. **O sexo proibido** – virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição. Campinas: Papyrus, 1988; RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação** – As minorias na Idade Média. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1993; VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados** – moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

relações humanas, consideradas nos seus mais variados e complexos sentidos”<sup>68</sup>.

Naquele momento entendeu-se que

(...) a incorporação pela história de objetos tais como a sexualidade (...) pode representar o aprofundamento de reflexões bastante significativas em torno, por exemplo, da vida cotidiana, vista como palco privilegiado da diversidade das vivências e ideias, dos fatos culturais e, portanto, das tensões e conflitos considerados em sua dimensão microscópica e que expressam não apenas continuidades e permanências, mas também as pequenas grandes mudanças operadas de forma quase invisível no dia-a-dia de personagens de carne e osso<sup>69</sup>.

Embora as pesquisas desses autores tenham originado um conjunto útil de informações importantes sobre sexualidade e alguns aspectos da diversidade sexual, no campo da História, a aplicação desse conhecimento foi praticamente nula nos livros didáticos dessa disciplina. Os produtores desses materiais mantiveram-se silenciados em relação a essas questões. Como debatido no capítulo anterior desta dissertação, o silenciamento imposto ao tema da diversidade sexual foi forte o suficiente para que não houvesse menção a respeito dele nos livros didáticos de História até a primeira década dos anos 2000. Seguramente, menções a esse respeito surgiram na década seguinte, com direito a críticas, como veremos mais adiante neste trabalho.

Se a sexualidade, compreendida como uma dimensão da liberdade humana relacionada à busca do prazer físico e emocional, abrangendo aspectos biológicos, psíquicos, sociais, culturais e históricos<sup>70</sup>, encontrou barreiras para ser discutida na sociedade e no meio acadêmico, a diversidade sexual, por sua vez, enfrentou (e enfrenta) mais empecilhos. Ela é um dos aspectos mais polêmicos da vida humana. Com o desenvolvimento e a ampliação dos meios de comunicação, frequentemente são noticiados casos de violência contra aqueles que não estão enquadrados no padrão heterossexual, considerado normal e aceitável para a conduta sexual humana. Nas escolas, por exemplo, são notórios os casos de discriminação contra alunos e professores que possuem identidades de gênero e orientação sexual diferentes da maioria.

A diversidade sexual refere-se às diferentes possibilidades de expressão da sexualidade ao longo da vida humana. Nesse contexto, a heterossexualidade, compreendida como a relação sexual ou afetivo-sexual com pessoas do sexo oposto,

---

<sup>68</sup>ENGEL, Magali. História e Sexualidade. In: CARDOSO, Ciro Flamarion ; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, p. 297.

<sup>69</sup>Idem, p. 311.

<sup>70</sup>JESUS, Beto de et al. **Diversidade sexual na escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens**. São Paulo: Editora Maxprint, 2008, p. 15.

torna-se apenas uma das possíveis expressões da sexualidade. A homossexualidade (sexualidade vivenciada, sexual ou afetivamente, entre pessoas do mesmo sexo biológico) e a bissexualidade (parcialmente desvinculada da relação sexual exclusiva entre homens e mulheres) também são expressões humanas da sexualidade, mas não necessariamente aceitas pela sociedade, por isso, debater esse tema, nos espaços acadêmicos e escolares, pode contribuir para que as discriminações diminuam e as diferenças de ordem sexual e de gênero, entre outras, não sejam motivo para atos de violência física, verbal ou psicológica.

Afirmar que a homossexualidade, a bissexualidade e a heterossexualidade são expressões da sexualidade humana não significa afirmar que são uniformes, ou seja, vivenciadas todas da mesma forma. Existem diferentes expressões do desejo e da sexualidade em cada um desses grupos. A satisfação sexual não é alcançada sempre da mesma forma. Determinadas práticas, essenciais para a satisfação de alguns casais heterossexuais, por exemplo, são pouco interessantes, desagradáveis ou mesmo repulsivas para outros casais desse mesmo grupo. Conclui-se, então, que não existe só uma possibilidade de expressão da sexualidade ao longo da vida, ou seja, um único modelo válido de experiência sexual. Por isso, é mais coerente afirmar que existem sexualidades manifestadas em homossexualidades, heterossexualidades e bissexualidades, em contraposição a uma única sexualidade, por serem tantas as formas de vivenciá-la. E é justamente isso que caracteriza a diversidade sexual<sup>71</sup>.

Alguns conceitos, neste momento, devem ser apresentados para uma compreensão mais ampla da diversidade sexual. Eles estão expostos no quadro a seguir, elaborado por nós, com base nos estudos de Jaqueline Gomes<sup>72</sup>.

---

<sup>71</sup>Idem, p. 10. Ver também TORRES, Marco Antonio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na Escola**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 36.

<sup>72</sup>JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012.

**Quadro 01** – Conceitos e definições

CONCEITO	DEFINIÇÃO
<b>SEXO</b>	Classificação biológica das pessoas como machos ou fêmeas, baseada em características orgânicas como cromossomos, níveis hormonais, órgãos reprodutivos e genitais. Algumas pessoas nascem com características biológicas dos dois sexos: os/as intersexuais. O sexo biológico não define o comportamento masculino ou feminino das pessoas; o que faz isso é a cultura, a qual define alguém como masculino ou feminino, e essa definição muda de acordo com a cultura de que falamos.
<b>GÊNERO</b>	O gênero é construído socialmente, designando papéis considerados tipicamente masculinos ou femininos. Não está, necessariamente, atrelado ao sexo biológico, pois os indivíduos podem exercer papéis e ter comportamentos diferentes do que é esperado do seu sexo biológico.
<b>IDENTIDADE DE GÊNERO</b>	Gênero com o qual o indivíduo se identifica, que pode ou não concordar com o que lhe foi atribuído no nascimento. Sendo assim, as pessoas cisgêneros identificam-se com o gênero que lhes foi designado ao nascerem e as transgêneros não se identificam com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento.
<b>ORIENTAÇÃO SEXUAL</b>	Diferentemente do senso pessoal de pertencer a algum gênero, a orientação sexual é a atração afetivo-sexual por alguém. Dessa forma, os indivíduos podem ser heterossexuais, homossexuais ou bissexuais. Há, inclusive, os assexuais, que não sentem atração sexual por nenhum gênero, e os pansexuais, que extrapolam essas limitações e se relacionam sexualmente com qualquer gênero.

Uma pessoa intersexual apresenta órgãos genitais masculinos e femininos. O grupo composto por pessoas intersexuais tem-se mobilizado cada vez mais, em nível mundial, para que a intersexualidade não seja entendida como uma patologia, mas como

uma variação, e para que não sejam submetidas, após o parto, a cirurgias ditas ‘reparadoras’, que as mutilam e moldam órgãos genitais que não necessariamente concordam com suas identidades de gênero ou orientações sexuais<sup>73</sup>.

Há pessoas transgêneros que se conformam com o corpo que possuem, mas não com o comportamento e papel de gênero que a sociedade espera delas. Outras, para aceitarem a si mesmas, necessitam fazer uma cirurgia de redesignação sexual, por meio da qual seus genitais estarão de acordo com a identidade de gênero que têm. Jaqueline Gomes define a transgeneridade como um conceito “guarda-chuva” justamente porque o sentimento de inadequação do sexo biológico com a identidade de gênero não se reflete de forma única para todas as pessoas com essas especificidades.

Nesse contexto, podemos citar as travestis, que não têm intenção de alterar seu sexo biológico. A ambivalência é a característica principal das travestis: expressam-se de forma feminina, mas mantêm alguns atributos masculinos. Também podem ser exemplos de transgêneros os artistas que fazem uso de feminilidade estereotipada e exacerbada em suas apresentações, as *drag queens* (sendo mulheres fantasiadas como homens, são *drag kings*). O termo mais antigo, usado no Brasil para tratá-los, é o de artistas transformistas.

*Drag queens/king* são transformistas que vivenciam a inversão do gênero como espetáculo, não como identidade. As *cross-dressers* (homens que gostam de se vestir com peças de roupas femininas, mas que não são necessariamente homossexuais) e as *butches* (mulheres lésbicas que se vestem e se comportam de maneira bastante masculinizada, aproximando-se do modo de se portar dos homens machões) também podem ser consideradas manifestações da transgeneridade.

Para evidenciar como a identidade de gênero não é sinônima de orientação sexual, damos o seguinte exemplo: uma mulher trans (como usualmente é chamada uma mulher transgênero) nasceu com órgãos genitais masculinos, mas se identifica como mulher, expressando assim sua identidade de gênero. Ao se relacionar sexualmente com homens ela será heterossexual e ao se relacionar sexualmente com mulheres será homossexual (orientação sexual). Os/as transexuais seriam as pessoas transgêneros que realizaram a redesignação sexual, no entanto, movimentos de defesa dos direitos desses indivíduos preferem, mesmo nesses casos, o nominativo “transgênero”, visto que “transexual” remete à ideia de patologia com a qual esses grupos não concordam.

---

<sup>73</sup>JESUS, Jaqueline. Op. cit., p. 14.

Outro termo que deve ser debatido é o de heteronormatividade, pois a discussão sobre diversidade sexual, na atualidade, é vinculada a esse conceito. Heteronormatividade, segundo Britzman, “é a obsessão com a sexualidade normalizante, através de discursos que descrevem a situação homossexual como desviante”<sup>74</sup>. Junqueira amplia essa explicação ao afirmar que

(...) se refere a um conjunto de disposições (discursos, valores, práticas etc.) por meio dos quais a heterossexualidade é instituída e vivenciada como única possibilidade legítima de expressão sexual e de gênero, com base na crença da existência natural de dois sexos que se traduziriam, de maneira automática e correspondente, em dois gêneros complementares e em modalidades de desejos igualmente ajustadas a esta lógica binária<sup>75</sup>.

De acordo com o autor, a lógica binária, base da heteronormatividade, pressupõe a existência de somente dois sexos (macho e fêmea), dois gêneros (masculino e feminino), com a preponderância do primeiro sobre o segundo, e apenas uma orientação sexual (heterossexualidade).

Uma sociedade heteronormativa não aceita as diferentes expressões da diversidade sexual porque desconsidera que as identidades de gênero e a sexualidade humana não se restringem à biologia e que elas estão intrinsecamente ligadas à história, ao desejo, à experiência individual e aos marcadores culturais de cada sociedade. Guacira Louro, com base em Jeffrey Weeks, argumenta que as formas de viver nossos desejos e prazeres não estão dadas pela natureza; “(...) há toda uma complexa combinação de sentidos, de representações, de atribuições que vão constituir aquilo a que chamamos sexualidade”. O que é considerado “normal” em matéria de gênero ou de sexualidade nem sempre foi assim concebido, sendo passível de ser alterado<sup>76</sup>.

A não aceitação de indivíduos que estão fora do sistema heteronormativo provoca casos de violência (simbólica ou real). Em 2008, sob a supervisão do Ministério da Educação, foi realizada uma pesquisa em 500 escolas do País, com alunos dos anos finais do ensino fundamental, do ensino médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de envolver profissionais da educação e responsáveis pelos alunos, que visava a formular estratégias que promovessem a redução das desigualdades relacionadas a resultados educacionais. Concluiu-se que as orientações sexuais que não

<sup>74</sup>BRITZMAN, Deborah. O que é essa coisa chamada amor. Identidade homossexual, educação e currículo. **Educação e realidade**, v.21, p.79, 1996.

<sup>75</sup>JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. **Espaço do currículo**, v.2, n.2, p.212, setembro/2009 a março/ 2010.

<sup>76</sup>LOURO, Guacira Lopes. Op. cit., pp. 39-40.

se enquadram na heteronormatividade são uma das três maiores causas de discriminação sofrida, não somente pelos estudantes, mas também por professores<sup>77</sup>.

Passados dez anos da realização da pesquisa, percebe-se que a violência contra aquelas e aqueles que não se enquadram no padrão heteronormativo não diminuiu. Segundo os dados levantados pelo Grupo Gay da Bahia, em 2017, foram assassinadas 445 pessoas, no Brasil, devido à sua identidade de gênero e/ou orientação sexual<sup>78</sup>. Tamanha violência deve ser motivo de preocupação por parte das autoridades políticas e policiais, como também dos gestores e profissionais da educação. Situações como as descritas devem ser alvo de projetos educacionais no ambiente escolar, a fim de que os alunos compreendam o contexto histórico-social no qual a discriminação que as motiva se originou.

De maneira geral, as pessoas que não se enquadram no padrão heteronormativo têm sido designadas pela sigla LGBT, que é o resultado de um processo decorrente das mudanças sociais e das lutas políticas desenvolvidas nas últimas décadas. Inicialmente, usou-se GLS que contemplava *Gays*, *Lésbicas* e *Simpatizantes*. Posteriormente, utilizou-se LGBT, que incorporava também bissexuais, travestis, transexuais e lésbicas. A letra L no início marca a desigualdade de gênero que diferencia homossexuais femininos e masculinos.

Atualmente, essa sigla é a usada pelo movimento social brasileiro e por entidades governamentais. Alguns países usam a denominação LGBTTTIS para se referir a *Lésbicas*, *Gays*, *Bissexuais*, *Transexuais*, *Travestis*, *Transgêneros*, *Intersexuais* e *Simpatizantes*, todavia essa não é a denominação usual no Brasil. Internacionalmente, a sigla mais utilizada é LGBTI, que abrange as pessoas *Intersexuais*. Uma nomenclatura que vem ganhando força é LGBTQ ou LGBTQI, pois inclui, além da orientação sexual e da diversidade de gênero, a perspectiva teórica e política dos Estudos Queer<sup>79</sup>. A letra

---

<sup>77</sup>A pesquisa pode ser encontrada em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf>. Acesso em 19/04/17.

<sup>78</sup>O **Grupo Gay da Bahia** é a mais antiga associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil em atuação. Fundado em 1980, registrou-se como sociedade civil sem fins lucrativos em 1983, sendo declarado de utilidade pública municipal em 1987. Ocupa, desde 1995, a Secretaria de Direitos Humanos da ABGLT, e a Secretaria de Saúde desde 1998. Ver: <http://www.ggb.org.br/ggb.html> Acesso em 11/07/17. A informação sobre as 445 pessoas assassinadas pode ser encontrada em SOUTO, Luiza. **Assassinatos de LGBT crescem 30% entre 2016 e 2017, segundo relatório**. Disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/assassinatos-de-lgbt-crescem-30-entre-2016-2017-segundo-relatorio-22295785> Acesso em 19/02/2018.

<sup>79</sup>“Queer” é uma palavra inglesa que pode ser traduzida como “estranho”, “ não convencional”, “transviado”. É uma forma pejorativa para se referir a gays e lésbicas, em países anglófonos. Uma vertente do movimento LGBT passou a assumir a expressão, de forma afirmativa, para expressar suas posições políticas. A teoria queer se contrapõe a normas, padrões e binarismos, entendendo que “toda

P, para Pansexuais, e a letra A, para Assexuais, também podem ser acrescentadas na sigla, contudo são menos usadas<sup>80</sup>. Pessoas pansexuais sentem-se atraídas, sexualmente, por todos os tipos de gênero e de orientações sexuais. Os/as assexuais não sentem atração ou desejo sexual.

Para os fins deste trabalho, preferimos utilizar a sigla LGBT para nos referirmos aos que não estão conformados à heteronormatividade, pois essa é a forma mais utilizada no Brasil, com a qual a sociedade já está mais familiarizada.

A aversão à população LGBT tem sido denominada, de forma genérica, de homofobia, termo criado, ao que tudo indica, em 1965, pelo psicólogo norte-americano George Weinberg para designar o medo de homossexuais, que algumas pessoas demonstraram numa conferência sobre homossexualidade<sup>81</sup>. A partir daí, a palavra tornou-se notória na mídia, porém, na atualidade, para muitos ativistas ela diria respeito principalmente a homens *gays*. Por isso, outros termos foram adotados como lesbofobia, bifobia e transfobia, para particularizar as violências e discriminações sofridas pelas lésbicas, bissexuais e transgêneros, respectivamente<sup>82</sup>.

A homofobia, para além das emoções negativas (aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo) em relação a homossexuais, é um fenômeno social relacionado a preconceitos, discriminação e violência, diretamente, contra lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais e, indireta e potencialmente, contra qualquer pessoa que se relacionem com eles<sup>83</sup>. Borrillo, citando Hudson e Ricketts, comenta que

(...) o termo homofobia designa dois aspectos diferentes da mesma realidade: a dimensão pessoal, de natureza afetiva, que se manifesta pela rejeição dos homossexuais; e a dimensão cultural, de natureza cognitiva, em que o objeto da rejeição não é o homossexual enquanto indivíduo, mas a homossexualidade como fenômeno psicológico e social. Essa distinção permite compreender melhor uma situação bastante disseminada nas sociedades modernas que consiste em tolerar e até mesmo em simpatizar com os membros do grupo estigmatizado, no entanto, considera inaceitável qualquer política de igualdade a seu respeito<sup>84</sup>.

---

identidade é o efeito de um contexto histórico-social de relações de poder”, portanto, deve-se desnaturalizar a identidade sexual e criar conhecimentos que favoreçam a tomada de poder. PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades** – a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez Editora, 2008, p. 54.

<sup>80</sup>SEPULVEDA, José Antônio; SEPULVEDA, Denize. Conservadorismo e educação escolar: um exemplo de exclusão. **Movimento – Revista de Educação**. Niterói, UFF, ano 3, n.5, p.90, 2016.

<sup>81</sup>Disponível em <http://www.identidadeg.com.br/2017/04/como-surgiu-palavra-homofobia.html> Acesso em 19/02/2018.

<sup>82</sup>SEPULVEDA, Denize. **Emancipação social e exclusão no cotidiano escolar: A homofobia e sua influência nas tessituras identitárias**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Educação, UERJ, 2012, p.222. Tese de doutorado.

<sup>83</sup>JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Op. cit., p. 211.

<sup>84</sup>BORRILLO, Daniel. **Homofobia** – história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 22.

Nesse contexto, Borrillo associa a homofobia ao heterossexismo, o qual é considerado um dispositivo intelectual e político de discriminação, apoiado num sistema que segrega as pessoas segundo a orientação sexual<sup>85</sup>. Heterossexismo e heteronormatividade, portanto, podem ser considerados sinônimos e a homofobia, neste trabalho, por uma questão de economia de linguagem, se referirá à discriminação contra qualquer pessoa LGBT.

## 2.1 Diversidade sexual, movimentos sociais e educação

No que concerne ao debate sobre a sexualidade na sala de aula, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), estabelecidos em 1997 como decorrência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, tiveram importância considerável. Os PCNs motivaram a discussão sobre a sexualidade humana ao introduzirem o tema transversal Orientação Sexual, no entanto, nesse documento, a expressão “orientação sexual” significava educação sexual e não possuía o sentido que lhe é atribuído na atualidade, qual seja, a designação afetivo-sexual dos indivíduos<sup>86</sup>. Junqueira fez uma crítica aos PCNs, considerando que, por si só, seriam insuficientes para promoverem a discussão sobre a diversidade sexual necessária na formação dos professores e professoras:

(...) é preciso considerar que, embora louváveis, ações isoladas tenderão a produzir efeitos limitados enquanto os temas da diversidade sexual estiverem ausentes da formação inicial e continuada de profissionais da educação e não comparecerem de maneira nítida e bem articulada nas diretrizes para os sistemas de ensino. Nesse sentido, é irrealista esperar que os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental possam, isoladamente, dar conta desses temas. Além de não terem encontrado condições favoráveis a seu enraizamento nos sistemas de ensino, os PCNs não foram acompanhados de políticas educacionais especificamente voltadas à temática da diversidade sexual. Primeiro documento oficial do Ministério da Educação a associar a sexualidade à ideia de prazer, os PCNs deixaram de mencionar as homossexualidades e mantiveram total silêncio sobre as transgeneridades<sup>87</sup>.

Embora limitassem a discussão à área da Biologia para combater a gravidez indesejada e a contaminação pelo HIV, e não tenham debatido o conceito amplo de

<sup>85</sup>Idem, p. 23.

<sup>86</sup>BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

<sup>87</sup>JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Políticas de educação para a diversidade sexual: escola como lugar de direitos**. In: LIONÇO, Tatiana/DINIZ, Debora (orgs). Op. cit., p. 164.

diversidade sexual, os PCNs foram importantes, pois pela primeira vez um documento oficial estabeleceu diretrizes para que, de alguma forma, a sexualidade fosse inserida nos currículos escolares.

Devido às pressões perpetradas por movimentos sociais<sup>88</sup>, foi lançado, com o apoio do Governo Federal, o Programa Brasil sem Homofobia, em 2004, que tinha como objetivo principal a educação e a mudança de comportamento dos gestores públicos, a fim de promover a cidadania da população LGBT<sup>89</sup>. A partir daí, surgiram pesquisas na área da Educação que discutiram a diversidade sexual e a discriminação que ocorre nos espaços escolares<sup>90</sup>. Nos livros didáticos de História, porém, houve pouca visibilidade do tema.

Em junho de 2008, foi realizada a primeira Conferência Nacional, em Brasília, de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais<sup>91</sup>. O evento fazia parte da agenda de atividades organizadas, nesse ano, para celebrar o sexagenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e também era reflexo dos debates promovidos na Conferência de Yogyakarta, na Indonésia, um ano antes, dos quais o Brasil participou<sup>92</sup>.

---

<sup>88</sup>É importante lembrar que, desde 1978, ainda na vigência do governo ditatorial, grupos organizados reivindicavam a fruição de direitos por pessoas LGBT. Nesse ano, foi fundado o Grupo SOMOS de Afirmação Homossexual, em São Paulo, formado por artistas, estudantes e intelectuais, entre eles o historiador James Green e o jornalista João Silvério Trevisan. Em 13 de junho de 1980, o SOMOS organizou uma marcha contra a violência sofrida pela população homossexual naquela cidade, inaugurando, no País, as Paradas do Orgulho LGBT. O Grupo lutou pela visibilidade desse segmento social, até ser dissolvido três anos após sua fundação. Ver em <https://parada24.wordpress.com/2016/11/13/grupo-somos-primeiro-grupo-de-afirmacao-gay-lgbt-no-brasil/> Acesso em 03/03/2018. Em 1980, foi criado o Grupo Gay da Bahia e, na atualidade, outros atuam na luta pela igualdade sexual e de gênero, como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (1995); a Articulação Brasileira de Lésbicas (2004); a Rede Nacional de Negras e Negros LGBT (2005).

<sup>89</sup>CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

<sup>90</sup>Para exemplificar, podemos citar alguns trabalhos: JESUS, Beto de et al. **Diversidade sexual na escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens**. São Paulo: Editora Maxprint, 2008; LIONÇO, Tatiana/DINIZ, Debora (orgs). **Homofobia e Educação – um desafio ao silêncio**. Brasília: EdUnb, 2009; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. **Espaço do currículo**, v.2, n.2, pp.208-230, setembro/2009 a março/ 2010; FREITAS FILHO, Luciano Carlos Mendes de. **As rosas por trás dos espinhos: discursos e sentidos na formação de professores em face do debate da homofobia**. Recife: Programa de Pós-graduação em Educação, UFPE, 2009. Dissertação de mestrado; SEPULVEDA, Denize. **Emancipação social e exclusão no cotidiano escolar: A homofobia e sua influência nas tessituras identitárias**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Educação, UERJ, 2012. Tese de doutorado; BORTOLINI, Alexandre. **Diversidade sexual na escola: currículo e prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Educação, PUC-Rio, 2012. Dissertação de Mestrado.

<sup>91</sup>SECRETARIA Especial dos Direitos Humanos. **Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT**. Brasília, 2008.

<sup>92</sup>A Conferência de Yogyakarta foi coordenada pela Comissão Internacional de Juristas e pelo Serviço Internacional de Direitos Humanos. Como efeito desse evento, foi publicado o documento “Princípios de Yogyakarta”, que expressam os princípios jurídicos internacionais a serem considerados na aplicação da

Elaborada a partir de discussões promovidas nos níveis municipal e estadual, essa Conferência teve como objetivos norteadores a reivindicação da criminalização da homofobia, a promulgação da união civil entre parceiros do mesmo sexo e a mudança do prenome das travestis e das pessoas transgêneros. No âmbito educacional, propunha, entre outros pontos, a inclusão nos livros e materiais didáticos, de conteúdos que abordassem a temática das questões de gênero e de orientação sexual.

No ano seguinte, como resultado da Conferência, foi publicado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, contendo 51 diretrizes e 180 ações, as quais geraram a criação da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de LGBT, na estrutura da então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2009); a instalação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT (2010); a instituição do Dia Nacional de Combate à Homofobia (2010), no dia 17 de maio; a inclusão do módulo LGBT no Disque Direitos Humanos - Disque 100 (2011); e a implantação da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT (2011)<sup>93</sup>.

Em 2011, foi realizada a 2ª Conferência em Brasília, com o tema “Por um País Livre da Pobreza e da Discriminação: Promovendo a Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, que debateu como as condições de classe aumentam as vulnerabilidades e violências infligidas contra a população LGBT. A criação do Comitê Técnico de Cultura LGBT (2012), os Relatórios de Violência Homofóbica (2012 e 2013), o lançamento do Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2013) e também do Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBT (2014) foram decorrentes dessa Conferência<sup>94</sup>.

A 3ª Conferência ocorreu em 2016, também na capital federal, baseada no lema “Por um Brasil que Criminalize a Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”. As discussões tiveram como foco a elaboração de estratégias que levassem “à construção de uma Política Nacional LGBT, de enfoque transversal”, fortalecendo e consolidando “as políticas públicas intersetoriais, envolvendo os entes

---

legislação global às violações dos direitos humanos com base na orientação sexual e identidade de gênero. Ver [http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf) Acesso em 04/03/2018.

<sup>93</sup>SECRETARIA Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2009.

<sup>94</sup>SECRETARIA de Direitos Humanos. **2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT - Por um País Livre da Pobreza e da Discriminação: Promovendo a Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2011.

federados e os Poderes da República, além do Ministério Público e da Defensoria Pública, entre outras instituições”, para a garantia efetiva dos direitos humanos desse grupo social<sup>95</sup>. Essa Conferência foi realizada em abril. Meses depois, precisamente em agosto, a consolidação do Golpe que culminou com o *impeachment* de Dilma Rousseff, impediu a implantação das medidas propostas.

As décadas de 2000 e 2010 foram importantes para a elaboração e a consolidação de medidas que viabilizaram algumas conquistas para a população LGBT, no Brasil. A regulamentação do processo transexualizador; a utilização do nome social por servidores e servidoras transgêneros e travestis (e também por pacientes em atendimentos médicos); a proibição de discriminação por orientação sexual em três Constituições Estaduais (MT, SE e PA) e legislação específica em mais cinco estados (RJ, SP, MG, SC e RS); a elaboração de algum tipo de lei que contempla a proteção dos direitos de homossexuais e o combate à discriminação por orientação sexual em mais de oitenta municípios; o reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, da união estável para casais do mesmo sexo; a resolução, aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça, que possibilita o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e a conversão da união estável homoafetiva em casamento; e a permissão, também concedida pelo STF, para pessoas transgêneros mudarem de nome e sexo em seus registros sem necessidade de autorização judicial e/ou cirurgias redesignadoras de sexo são, indiscutivelmente, conquistas que merecem ser celebradas.

No entanto, esses direitos conquistados não conseguiram, ainda, transpor os muros das escolas e tornar o processo educacional mais suave para estudantes LGBT. Em parte, isso se deve à crescente onda neoconservadora que, desde 2014, ganhou força no País. Como afirmado no capítulo anterior deste trabalho, propostas legislativas embasadas no movimento Escola Sem Partido, com o apoio da Bancada Religiosa do Congresso Nacional e seus adeptos nas Câmaras Municipais, criam forte oposição à concessão da liberdade plena (paradoxalmente garantida por lei) para o ensino nas escolas das questões de gênero e de orientação sexual. A histeria produzida pelos opositores da “ideologia de gênero”, notadamente líderes políticos que se aproveitam da ignorância e do preconceito de boa parte da população para angariarem votos nas eleições, tornou-se, também, mais um obstáculo ao direito que professores e alunos têm

---

<sup>95</sup>CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos da população LGBT. **Relatório final da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT**. Brasília, 2016, p. 9.

de debater, em sala de aula, o que ocorre na sociedade e na própria escola, como as diversas manifestações sexuais e de gênero<sup>96</sup>.

Ao prestar contas do que foi proposto pelo Plano Nacional LGBT, durante a 2ª Conferência Nacional, o Ministério da Educação reconheceu que houve a inclusão, nos Editais de Avaliação e Seleção de Obras Didáticas do PNLD, do PNLEM e do PNLA, de recomendações que promovessem o reconhecimento à diversidade sexual e o enfrentamento à violência por orientação sexual e identidade de gênero, assim como a distribuição de livros científicos e literários, para as bibliotecas escolares, que abordam as temáticas de gênero e diversidade sexual para os públicos infanto-juvenis e adultos. Todavia, a inserção da temática de famílias compostas por LGBT, considerando também os recortes interseccionais, nos livros didáticos, não foi totalmente cumprida<sup>97</sup>. Os recursos desse tipo que publicaram conteúdos com fotografias e informações de famílias fora do padrão heteronormativo foram severamente criticados e causaram grande polêmica<sup>98</sup>.

No Governo Dilma, responsável pelas duas últimas Conferências, o receio da perda de apoio político ocasionou a suspensão de um material didático que estava pronto para ser impresso e distribuído às escolas do País. Resultante de vários anos de discussões e estudos, esse material, o Escola Sem Homofobia, contribuiria para a formação de educadores no trato com as questões relacionadas ao gênero e à sexualidade, com o nítido objetivo de promover mais respeito e compreensão, inibindo ações discriminadoras no ambiente escolar. Grupos conservadores da sociedade e do Congresso Nacional, porém, iniciaram uma campanha contra o projeto. Nas acusações feitas, o *kit gay*, como ficou pejorativamente conhecido, era responsável por “estimular o homossexualismo e a promiscuidade”. O Governo cedeu à pressão e suspendeu o

---

<sup>96</sup>A expressão “ideologia de gênero” não é uma categoria acadêmica ou um objeto de pesquisa. No entanto, é utilizada por grupos conservadores para apontar uma suposta tentativa de modificar a sexualidade e a identidade de gênero de crianças e adolescentes. Esse termo foi criado por setores católicos, no século passado, e apropriado pelos neopentecostais, nos últimos anos. KARAWEJCZYK, Mônica. Vamos falar de... Gênero? Um debate necessário. **Revista do Lhiste**. Porto Alegre, n.5, vol.3, p. 93, jul/dez. 2016. Ver também <https://www.cafehistoria.com.br/explicando-estudos-de-genero/> Acesso em 04/03/2018.

<sup>97</sup>SECRETARIA de Direitos Humanos. **2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT**, Op. Cit., pp. 67-68.

<sup>98</sup> O episódio ocorrido em Ariquemes (RO), conforme citado no primeiro capítulo desta dissertação, é uma evidência desse fato.

projeto<sup>99</sup>. Uma grande derrota para o Governo que parecia alinhado à defesa da população LGBT.

## 2.2 Diversidade sexual e memória coletiva

A questão do *kit gay* exemplifica muito bem a disputa de memórias. “Em nome da moral e dos bons costumes”, os grupos conservadores souberam valer-se do que está na memória coletiva como o certo ou o padrão estabelecido pela religiosidade cristã e pelos costumes, para rejeitar a possibilidade de debater-se nas escolas o direito à diferença, seja ela de que natureza for.

No Ocidente, a memória coletiva acerca da sexualidade foi elaborada a partir de alguns elementos relacionados à religião, ao Estado, aos interesses econômicos e aos preceitos médicos. Como debatido no capítulo anterior, a memória de uma sociedade é uma construção coletiva e somente permanece o que ainda está vivo na consciência do grupo. Todavia, como nem todos os componentes de uma sociedade recordam os mesmos fatos da mesma forma, haja vista as diversas reações às experiências vividas marcadas pela subjetividade, a elaboração da memória coletiva segue uma modalidade culturalmente determinada e socialmente organizada, na qual somente uma maioria dos membros desse grupo compartilha o estado considerado.

A representação produzida por essa maioria é capaz de tornar-se “uma memória massiva, coerente, compacta e profunda”, assumindo a “dimensão importante da estruturação de um grupo”, refletindo, assim, diretamente na percepção de sua própria identidade<sup>100</sup>. Tal processo fica evidenciado na aceitação ou não aceitação das diversas expressões da sexualidade ao longo do tempo. Os interesses de grupos com poder de controle (e aqui podemos considerar a Igreja, o Estado, a burguesia) prevaleceram sobre os pontos de vista de indivíduos desviados da norma estabelecida nessa área, os quais tiveram suas diferenças sexuais e de gênero desconsideradas para que uma identidade “comum” a todos fosse construída. Essa disputa de memórias produziu, portanto, um enquadramento de acordo com os interesses da maioria ou de quem podia controlar a maioria, com o objetivo de criar um sentimento de identidade no grupo, excluindo, geralmente com violência, aqueles e aquelas que divergiam dessa identidade.

---

<sup>99</sup>Ironicamente, a suspensão desse material aconteceu em 2011, mesmo ano da 2ª Conferência. Atualmente, pode ser encontrado na Internet. Ver em <https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011> Acesso em 03/01/2016.

<sup>100</sup>CANDAU, Joël. Op. cit.

Para corroborar esse ponto de vista, podemos citar Barbosa que afirma serem os discursos, implícitos ou explícitos, integrantes de obras literárias, filosóficas ou historiográficas, contribuintes para colocar a homossexualidade (e qualquer expressão sexual diferente da considerada padrão) na marginalidade. Esses discursos foram “silenciados pela história ou negligenciados e mantidos numa condição interpretativa baseada em um senso comum, produzido e reproduzido conforme os interesses de uma ideologia político-cultural dominante”<sup>101</sup>.

Foucault, em seu clássico *História da sexualidade*, afirmou que, a partir do século XVII, no Ocidente, as transformações econômicas pelas quais a sociedade estava passando, com o advento do capitalismo e do processo de industrialização, contribuíram enormemente para as mudanças nos comportamentos sexuais das pessoas. Se antes, no entendimento dele, havia relativa liberalidade nessa área, agora era necessário um controle sobre os casais, especialmente os pobres, para que o sexo tivesse o objetivo primordial de fornecer mão de obra para as fábricas que começavam a surgir.

Ao impor a família burguesa como a família padrão (pai, mãe e filhos, constituição familiar que gerava necessidades de consumo interessantes para a produção industrial incipiente), o sistema capitalista definia a família natural, que não admitia o reconhecimento de novos arranjos familiares. Com isso, o casamento heterossexual e a monogamia foram defendidos como os padrões a que todos deveriam submeter-se.

(...) Diz-se que no início do século XVII ainda vigorava uma certa franqueza. As práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce; tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade. Eram frouxos os códigos da grosseria, da obscenidade, da decência, se comparados com os do século XIX. Gestos diretos, discursos sem vergonha, transgressões visíveis, anatomias mostradas e facilmente misturadas, crianças astutas vagando, sem incômodo nem escândalo, entre os risos dos adultos: os corpos "pavoneavam".

Um rápido crepúsculo se teria seguido à luz meridiana, até as noites monótonas da burguesia vitoriana. A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o

---

<sup>101</sup>BARBOSA, Renata Cerqueira. Em busca de conceitos: sexualidade, homossexualidade e gênero na Antiguidade Clássica. In: ESTEVES, Anderson M. et al. **Homoerotismo na Antiguidade Clássica**. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016, pp. 172 e 173.

estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este *status* e deverá pagar as sanções<sup>102</sup>.

Além disso, não era mais permitido esbanjar a força física nos prazeres sexuais, pois ela era necessária no trabalho fabril. Embora o sexo continuasse a ser praticado como antes, refletindo os desejos de pessoas com orientações sexuais e identidades de gênero diversas, nesse momento o estabelecimento de um padrão heteronormativo, imposto pela elite burguesa e baseado na religião cristã, com o apoio do Estado, excluiu da considerada “normalidade” quem fugisse à regra. Nesse contexto, a homossexualidade não era desejada e o casal heterossexual protagonizava e determinava o comportamento sexual.

(...) Esse discurso sobre a repressão moderna do sexo se sustenta. Sem dúvida porque é fácil de ser dominado. Uma grave cautela histórica e política o protege; pondo a origem da Idade da Repressão no século XVII, após centenas de anos de arejamento e de expressão livre, faz-se com que coincida com o desenvolvimento do capitalismo: ela faria parte da ordem burguesa. A crônica menor do sexo e de suas vexações se transpõe, imediatamente, na cerimoniosa história dos modos de produção: sua futilidade se dissipa. Um princípio de explicação se esboça por isso mesmo: se o sexo é reprimido com tanto rigor, é por ser incompatível com uma colocação no trabalho, geral e intensa; na época em que se explora sistematicamente a força de trabalho, poder-se-ia tolerar que ela fosse dissipar-se nos prazeres, salvo naqueles, reduzidos ao mínimo, que lhe permitem reproduzir-se?<sup>103</sup>

Seguindo esse raciocínio, Louro endossa que os novos Estados Nacionais preocuparam-se em buscar estratégias de controle sobre suas populações e consequente produtividade: a família sofreu um processo de disciplinação caracterizado por um cuidado especial com as práticas sexuais e a reprodução<sup>104</sup>.

Deve-se ponderar, no entanto, que a memória coletiva da civilização ocidental acerca da diversidade sexual teve como base preponderante a religião cristã, imposta à força pela Igreja Católica e pelos reinos que se formaram após a queda do Império Romano do Ocidente, em 476. Foi à concepção cristã de sexo e sexualidade que o sistema burguês-capitalista recorreu para iniciar o padrão normatizador citado por Foucault. No Ocidente, os argumentos religiosos foram fundamentais para a elaboração de uma mentalidade que condena a diversidade sexual. As leis de cunho cristão, criadas no período da Inquisição com base na teologia tomista, contribuíram para a formação de

<sup>102</sup>FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I** – A vontade de saber. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, pp. 8-9.

<sup>103</sup>FOUCAULT, Michel. Idem, pp. 10-11.

<sup>104</sup>LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). Brasília: Edições MEC/Unesco, 2009, p. 88.

uma memória coletiva que apontava a heteronormatividade como regra, porque levava à procriação, e qualquer vivência sexual diferente como pecado e crime.

No século XIII, Tomás de Aquino preconizava a heterossexualidade como a ordem divina que conduziria à consecução dos desígnios que Deus havia projetado para a humanidade, visto que somente por meio dela as pessoas se reproduzem. Dessa forma, o exemplo dos animais deveria ser copiado: entre eles, segundo o ponto de vista do teólogo, não há comportamentos homossexuais e o ato sexual conduz, inegavelmente, à procriação<sup>105</sup>. Somente no matrimônio, portanto, estava justificada a prática sexual, pois:

(...) o fim intencionado pela natureza, na conjunção matrimonial, é a geração de filhos e a criação deles; e para esse bem ser alcançado, tornou ela deleitável a cópula carnal, (...). Ora, toda relação carnal buscada só pelo prazer que encerra, sem a referir ao fim visado pela natureza, colide com esta. (...) como a criação e a instrução dos filhos pelos pais se prolonga diuturnamente, a lei natural exige a diuturna coabitação entre pai e mãe, a fim de em comum criarem os filhos<sup>106</sup>.

Esse entendimento serviu de base para a lógica burguesa, a partir do século XVII, e mesmo na atualidade, passados mais de quinhentos anos desde a publicação original da obra mais conhecida de Tomás de Aquino (escrita entre 1265 e 1273, mas publicada somente em 1485), é perceptível como o pensamento tomista acerca do casamento monogâmico e da reprodução permanece nos credos cristãos de diferentes igrejas. Esse fato evidencia a importância que a religiosidade teve, no Ocidente, para a composição de uma memória coletiva que condena as expressões sexuais que não seguem o esquema heteronormativo, todavia, recuando mais no tempo, podemos perceber que Tomás de Aquino baseou sua doutrina em Santo Agostinho, que consolidou, no final do século IV e início do V, a associação entre sexo e pecado original.

Antes da queda do homem, ambos (...) tinham, pois, os olhos abertos, mas não olhavam de modo que conhecessem o que a graça lhes encobria, quando seus membros ignoravam o que é desobedecer à vontade. Ao faltar esta graça, para que a desobediência fosse castigada com pena recíproca, achou-se no movimento do corpo uma desavergonhada novidade, que converteu em indecente nudez e os deixou envergonhados e confusos<sup>107</sup>.

<sup>105</sup> LOPES, Jailson Silva. **Elementos da ética sexual tomista**. Natal: Programa de Pós-graduação em Filosofia, UFRN, 2011, pp. 27, 65. Dissertação de Mestrado.

<sup>106</sup> AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. Pars Prima secundae – Tratado da Bem-Aventura. Artigo 4, Questão 65, p. 3986. Disponível em: <https://sumateologica.files.wordpress.com/2017/04/suma-teolec3b3gica.pdf> Acesso em 05/05/2018.

<sup>107</sup> SAN AGUSTÍN. **La ciudad de Dios**. Capítulo XIII, p. 355. Disponível em [www.LibrosTauro.com.ar](http://www.LibrosTauro.com.ar) Acesso em 05/05/2018. Tradução nossa.

Santo Agostinho também pregou contra os “invertidos”, que eram os homens que se vestiam e agiam sexualmente como mulheres, nos cultos pagãos, expressando não somente o repúdio aos cultos não cristãos, mas também às identidades de gênero que não se enquadravam na lógica binária bíblica.

Não me recordo de ter lido em parte alguma nem Varrão faz qualquer referência acerca dos invertidos consagrados à Grande-Mãe com tal desprezo de tudo o que, para um homem e uma mulher, constitui o pudor, os quais se viam, ainda ontem, de cabelos encharcados de perfume, cara pintada, membros lânguidos, andar efeminado, a deambularem pelas praças e ruas de Cartago, chegando mesmo a exigir ao público com que possam manter a sua vergonhosa existência. A compreensão falha, a razão ruboriza-se, emudece a palavra! A Grande-Mãe superou todos os outros deuses, seus filhos, não pela grandeza da sua majestade, mas pelo crime. A este monstro nem a monstruosidade de Jano se compara. A monstruosidade de Jano estava apenas nas imagens, mas aquela mostra a crueldade da sua deformidade nos seus próprios mistérios. (...) Nem os tão numerosos e tão graves estupros de Júpiter superam esta ignomínia. Este, no meio dos seus atentados contra as mulheres, só com Ganimedes desonrou o Céu; mas ela, com tantos invertidos profissionais e públicos, profanou a Terra e ultraja o Céu<sup>108</sup>.

Antes do Bispo de Hipona, porém, o cristianismo primitivo já delimitava o que era permitido na esfera da sexualidade para seus seguidores e para todos que, posteriormente, seriam alcançados pela fé católica. A Didaquê, catecismo cristão compilado provavelmente entre os anos 60 e 90 da era cristã, originário de diversas fontes orais e escritas, é considerada a mais antiga fonte de legislação eclesiástica seguida por inúmeras igrejas cristãs. Como um manual de conduta, a Didaquê reitera alguns dos ensinamentos de Jesus Cristo, contidos nos Evangelhos, entre eles o amor ao próximo e a disposição de perdoar e servir. Sobre a sexualidade, está escrito na obra:

O segundo mandamento da Instrução (dos Doze Apóstolos) é: Não matarás, **não cometerás adultério; não te entregarás à pederastia, não fornicarás**, não furtarás, não exercerás magia nem bruxaria (charlatanice). Não matarás criança por aborto, nem criança já nascida; não cobiçarás os bens do próximo<sup>109</sup>. (Grifo nosso)

Os imperativos destacados denotam a preocupação que os primeiros líderes cristãos tinham em controlar o sexo e a sexualidade como uma forma de sobrepor a nova religião que surgia aos velhos cultos religiosos, agora chamados pagãos. Havia a necessidade de se fundar uma identidade com a qual o “povo escolhido pelo Deus verdadeiro” se distinguiria dos infiéis. E essa identidade tinha como elemento principal a pureza sexual, compreendida como um comportamento que destoasse totalmente da

<sup>108</sup>SANTO AGOSTINHO. **A cidade de Deus**. Volume I (Livro I a VIII). Capítulo XXVI. 2 ed. Tradução De J. Dias Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p. 671.

<sup>109</sup>**DIDAQUÊ** – A instrução dos Doze Apóstolos. Capítulo II. Disponível em <http://sagradamissao.com.br/2016/07/a-didaque-a-instrucao-dos-apostolos/> Acesso em 05/05/2018.

liberdade (considerada libertinagem pelos cristãos) que os povos que “não conheciam a Deus” tinham em suas práticas sexuais.

Ao serem ratificados o adultério e a fornicação como pecados, a monogamia e a castidade foram consolidadas como padrões inquestionáveis de conduta para casados e solteiros, respectivamente. A proibição mencionada sobre a pederastia (em algumas traduções o imperativo é substituído por “Não corrompa os jovens”<sup>110</sup>) fazia referência às relações homossexuais entre adolescentes e homens adultos, ocorridas num ritual de iniciação ao mundo masculino, da Grécia Antiga (mais adiante, neste trabalho, essa prática será abordada). Com isso, a homossexualidade era instituída como algo errado e antinatural.

Não podemos desconsiderar a influência que o estoicismo, corrente filosófica criada por Zenão de Cício, no século IV a.C., e desenvolvida por várias gerações de filósofos, exerceu sobre o cristianismo primitivo na elaboração de uma moral virtuosa e puritana. Os estóicos pregavam a dominação dos impulsos e o controle das paixões por meio da reflexão. A felicidade seria alcançada quando o indivíduo tivesse autocontrole e equilíbrio. Nesse contexto, o sexo deveria ser praticado apenas no casamento para o refinamento do espírito. Aos não casados, a alternativa era o celibato<sup>111</sup>. Com isso, quando o cristianismo surgiu, encontrou elementos restritivos da diversidade sexual que logo foram cooptados pelos primeiros líderes da religião nascente, como forma de se distinguirem daquele velho mundo de prazeres e carnalidade, e para a elaboração de um novo, no qual o que mais contava era a espiritualidade, compreendida como a vitória do espírito sobre a carne.

Além do estoicismo, o judaísmo primitivo também contribuiu para o cristianismo se imbuir de uma condenação *a priori* das relações sexuais que não levavam à procriação e aos comportamentos que não se encaixavam na lógica binária dos gêneros. Assim, a homossexualidade, masculina ou feminina, a bissexualidade e a travestilidade foram consideradas expressões sujas e pecaminosas da sexualidade humana<sup>112</sup>.

Com o que foi exposto, podemos constatar a importância da religião cristã, ou melhor, da forma como a religião cristã foi conduzida por sua liderança ao longo dos

---

<sup>110</sup>**DIDAQUE** – A instrução dos Doze Apóstolos. Capítulo II. Disponível em [http://www.escolacharlesspurgeon.com.br/files/pdf/DIDAQUE\\_-\\_A\\_Instrucao\\_dos\\_Doze\\_Apostolos.pdf](http://www.escolacharlesspurgeon.com.br/files/pdf/DIDAQUE_-_A_Instrucao_dos_Doze_Apostolos.pdf) Acesso em 05/05/2018.

<sup>111</sup>TORRES, Marco Antônio. Op. cit., p. 22.

<sup>112</sup>BORRILLO, Daniel. Op. cit., p. 44; TORRES, Marco Antônio. Op. cit., pp. 23-24.

séculos, para a formação de uma memória coletiva que pontua o que é e o que não é aceito na questão da sexualidade. As relações burguesas e capitalistas, a partir do século XVII, como afirmou Foucault, sem dúvida imprimiram sua marca nessa memória, mas é inegável que, bem antes, a religião cristã já firmava as bases de uma mentalidade que determinaria como aceitável e normal o padrão heteronormativo.

Essas bases sustentaram, no período medieval e moderno, as leis civis e eclesiásticas que passaram a regular o sexo e a sexualidade, evidenciando a perfeita simbiose entre a Igreja e o Estado, que por força da lei e do castigo, impunham o que devia ser aceito como natural ou como antinatural. Tornou-se um consenso que os sodomitas eram criminosos, portanto, passíveis de punição neste mundo e condenação no que viria. Havia punições severas para quem era sodomita. Esse indivíduo não era compreendido como alguém com uma sexualidade desviante, mas sim como uma pessoa que, deliberadamente, desobedecia às leis estabelecidas e transgredia a norma aceita socialmente e, se era um transgressor, deveria ser punido<sup>113</sup>.

Sodomia é um termo que, dependendo do tempo histórico, pode considerar distintas práticas sexuais, tendo em comum a sua não aceitação pela moral vigente. Tradicionalmente, é associada à cidade bíblica de Sodoma, onde viveriam, num constante frenesi de orgias, homens homossexuais, os quais causaram a ira divina, que destruiu a cidade com fogo dos céus. Esse relato encontra-se no capítulo 19 de Gênesis, no Velho Testamento da Bíblia. Entretanto, essa explicação para a destruição de Sodoma é contestada por estudiosos.

Segundo Gladstone, a destruição se deu como castigo pela xenofobia dos habitantes daquele local, que não usaram de hospitalidade para com os estrangeiros (os anjos enviados por Deus). Sustentando-se em outras passagens bíblicas, explica que “Sodoma cometeu abominação por sua constante hostilidade, segregação e agressão ao ser humano”<sup>114</sup>. Vainfas cita que “teólogos como Orígenes e Ambrósio fizeram idêntica leitura ‘não sexualizada’ da destruição de Sodoma”, confirmando que a destruição da

---

<sup>113</sup>FOUCAULT, Michel. Op. cit., p. 42. Sobre isso, Bellini também afirma que “[os atos sodomíticos eram] apenas a prática de um ato proibido, inserido no *status* incerto da sodomia. Como insubmisso à norma, o indivíduo era julgado pelo que fazia: os motivos das punições eram atos específicos, cuja efetivação devia ser comprovada”. BELLINI, Lígia. **A coisa obscura**. Mulher, sodomia e Inquisição no Brasil Colonial. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 32.

<sup>114</sup>GLADSTONE, Marcos. **A Bíblia sem preconceitos**. 2 ed. Rio de Janeiro: ICC, 2010, pp. 31-33.

cidade deveu-se à inospitalidade dos sodomitas e à contundente reprovação judaica a tal atitude<sup>115</sup>.

O livro de Levítico, no Velho Testamento, é explícito na proibição de relações sexuais masculinas e parece que, com base nessa proibição, o apóstolo Paulo condenou a sensualidade entre homens e usou o termo sodomita para se referir ao praticante desse pecado<sup>116</sup>. A partir de então, a palavra passou a designar um conjunto de práticas sexuais não aceitas pela Igreja: a masturbação (chamada de molície), as medidas contraceptivas e a bestialidade (sexo com animais), configurando-se como uma forma antinatural de devassidão, já que não conduzia à procriação.

Posteriormente, o IV Concílio de Latrão universalizou o celibato, tornando-o obrigatório para a carreira eclesiástica, e consolidando o matrimônio como uma instituição verdadeiramente cristã, um ideal de vida para os leigos, no qual – e tão somente – o uso de sêmen era permitido, mesmo assim, com restrições. O sexo anal entre os casais era malvisto (chamado posteriormente de sodomia imperfeita), dada a impossibilidade de procriar dessa forma. Finalmente, a partir do século XIII, os atos sodomíticos adquiriram uma configuração mais específica na conceituação cristã de luxúria, quando foram estritamente ligados ao sexo anal praticado entre homens. Tal prática recebeu o nome de sodomia perfeita e entrou para o rol de crimes passíveis da pena capital<sup>117</sup>.

O Concílio de Nablus, realizado em Jerusalém em 1120, já havia estabelecido que os sodomitas do sexo masculino, adultos e reincidentes, seriam queimados pela justiça civil, medida que os equiparava aos assassinos, hereges e traidores<sup>118</sup>. A legislação portuguesa exemplificou bem a forma como os preceitos religiosos serviram como base para o Estado criar sistemas de controle sobre a sexualidade dos seus súditos. O que poderia ser considerado somente pecado, também era crime, segundo as leis portuguesas.

---

<sup>115</sup>VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados – moral, sexualidade e Inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 188.

<sup>116</sup>**BÍBLIA SAGRADA**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Brasília: SBB, 1969. Velho Testamento: Levítico, p.139, versículo 22; Novo Testamento: p. 195, versículos 26-27 e p. 217, versículo 10.

<sup>117</sup>MOTT, Luiz. **O sexo proibido – virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição**. Campinas: Papirus, 1988, p. 39. É importante considerar que essa classificação de sodomia não foi unânime na Europa Ocidental. Em Veneza, por exemplo, no século XV, a masturbação não era criminalizada e a sodomia designava os atos homoeróticos, a relação anal heterossexual e a bestialidade. Ver RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação -As minorias na Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, p.150.

<sup>118</sup>RICHARDS, Jeffrey. Op. cit., p. 146.

As Ordenações do Reino explicitavam esses crimes e as penalidades aplicáveis aos criminosos. As Ordenações do Reino se referem aos códigos legislativos oficiais portugueses: as Ordenações Afonsinas (vigentes até 1514), Manuelinas (de 1514 a 1603) e Filipinas (a partir de 1603)<sup>119</sup>. De acordo com as Ordenações Afonsinas, foi o pecado da sodomia o responsável pelo dilúvio, pela destruição de Sodoma e Gomorra, além da Ordem dos Templários, por isso, tal delito deveria ser punido com a morte na fogueira<sup>120</sup>.

As Ordenações Manuelinas instituíram o confisco dos bens, estendendo a infâmia do crime aos descendentes. Para o delator, concediam a recompensa de um terço dos bens do acusado e punição para os que não denunciasses<sup>121</sup>.

As Ordenações Filipinas, por fim, confirmaram a pena capital aos sodomitas, incluindo as mulheres (todavia, a partir de 1646, os inquisidores restringiram a condição de crime somente à sodomia perfeita, a cópula anal entre homens<sup>122</sup>); aumentaram a recompensa dos delatores (agora teriam direito à metade dos bens do acusado); ratificaram a condenação ao confisco total de bens e ao degredo perpétuo dos que não colaborassem com a justiça e concediam o perdão aos que denunciassem os parceiros<sup>123</sup>.

O Tribunal do Santo Ofício ou a Santa Inquisição cumpriu um papel importante no controle sobre o sexo e a sexualidade. Originalmente, essa instituição tinha o objetivo de exterminar as heresias no campo teológico que surgiram entre os cátaros e os valdenses, no século XIII, mas, subsequentemente, listou no rol de crimes/pecado a sodomia, considerada também uma forma de heresia. Vainfas comenta que diversos comportamentos morais e sexuais foram associados, por razões diversas, a erros de fé. “Assim, foram penitenciados homens que diziam não haver pecado na fornicção, sodomitas, bigamos, blasfemos, suspeitos de seguirem a ‘seita de Lutero’, culpados de feitiçaria, (...)”<sup>124</sup>.

Nos séculos em que atuou na Europa, a Inquisição perseguiu e puniu sodomitas. Em Portugal, pelo menos trinta homens foram queimados em autos de Lisboa, Coimbra

---

<sup>119</sup> SERRÃO, Joel (dir.) **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Livraria Figueirinhas, s/d, p. 441-446.

<sup>120</sup> **Ordenações Afonsinas**, Livro V, Título XVII. Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/> Acesso em 05/05/2018.

<sup>121</sup> **Ordenações Manuelinas**, Livro V, Título XII. Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/> Acesso em 05/05/2018.

<sup>122</sup> MOTT, Luiz. Op. cit., pág. 51.

<sup>123</sup> **Ordenações Filipinas**, Livro V, Título XIII. Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm> Acesso em 05/05/2018.

<sup>124</sup> VAINFAS, Ronaldo. Op. cit., p. 309.

e Évora: três no século XVI e vinte e sete no século XVII. Foram considerados sodomitas incorrigíveis, devassos e escandalosos<sup>125</sup>.

A partir da segunda metade do século XIX, já extintos os tribunais do Santo Ofício, uma nova forma de compreensão da diversidade sexual surgiu como mecanismo de controle. Após a religião cristã, o Estado e os interesses burgueses terem, cada qual a seu modo e no geral de forma complementar e transversal, fixado as normas, coube à medicina endossar o que permaneceria na memória coletiva da sociedade ocidental como moralmente inaceitável nas questões da sexualidade humana.

Nesse século, a valorização da masculinidade e seu corolário (virilidade, força e coragem) atingiu o ápice. Comportamentos e atitudes associados à mulher (feminilidade, sensibilidade, submissão, passividade) não eram aceitos nos homens. A família burguesa estabeleceu-se, definitivamente, como o padrão. Mulher e filhos eram cuidados e guiados por um marido/pai autossuficiente, másculo e ativo. O homem saudável teria essas características, portanto, aquele que buscasse satisfação afetivo-sexual com outro homem, agindo como uma mulher, era considerado um doente. Como afirmou Foucault, nesse momento “a homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma”<sup>126</sup>. Se antes o sodomita era um indivíduo reincidente, agora surgia a espécie “homossexual”, composta por seres com comportamentos e desejos sexuais específicos e patologizados, de fato, “seres pervertidos”. Borrillo comenta:

A própria noção de homossexualidade é o resultado de uma tentativa de medicalização da velha ideia de sodomia; seus precursores foram Karl Heirinch Ulrichs (1825-1895), assim como Károly Mária Kertbeny (1824-1882). Com efeito, eles consideram que a ausência de desejo pelas pessoas do sexo oposto impele a relações necessariamente estéreis, situação considerada forçosamente patológica, sobretudo em um momento em que a teoria darwiniana sobre a evolução das espécies (...) confere posição de destaque à reprodução sexual. [A partir daí], uma forma moderna de hostilidade começou a desenhar-se, desde o final do século XIX, desencadeada por essa patologização da homossexualidade<sup>127</sup>.

Por ser considerada uma disfunção sexual, a homossexualidade deveria ter uma causa e uma cura. Estudos pretenderam descobrir as razões que levavam o indivíduo a desenvolver essa tendência sexual e as “soluções” que pretendiam aliviá-lo do sofrimento. A homossexualidade estava no mesmo patamar do sadomasoquismo, da

<sup>125</sup> MOTT, Luiz. Op. cit., p. 51.

<sup>126</sup> FOUCAULT, Michel. Op. cit., p. 42-43.

<sup>127</sup> BORRILLO, Daniel. Op. cit., p. 65.

necrofilia, do “travestismo”, do alcoolismo e da insanidade mental, tidos como perversões.

O “lesbianismo”, por sua vez, estava em pior situação: era considerada a principal causa de suicídio e “um sinal de doença hereditária do sistema nervoso central” e evidência funcional de degeneração. Neuroses, psicoses e deficiências físicas nos ancestrais foram consideradas causas hereditárias da homossexualidade. Na mesma medida, hipnose, punições e castração foram utilizadas no processo de “cura”<sup>128</sup>.

Nesse momento, o contexto socioeconômico fortaleceu o discurso pseudocientífico na busca de bodes expiatórios que respondessem pelas crises que os países ocidentais estavam enfrentando. Novas formas de controle social e ações punitivas surgiram baseadas na “teoria da homossexualidade degenerada”. Com isso, os profissionais da medicina ganharam prestígio e notoriedade, proclamando a capacidade de curar uma grande variedade de distúrbios mentais. Spencer afirma:

O declínio da taxa de natalidade na França, o aumento da criminalidade e do consumo do álcool deram munição às profecias de declínio nacional. Os calvinistas se apegaram à teoria da degeneração, uma vez que ela se encaixava nos conceitos de sua perfeição, como eleitos de Deus. Explicavam que o restante da raça humana, tendo se voltado contra Deus, estava rapidamente se tornando degenerada. Na Inglaterra, a teoria teve grande apoio da classe média devido ao êxodo rural, à queda da agricultura e ao crescente descontentamento das classes trabalhadoras. Os tumultos causados pelos desempregados assustavam a classe média (com lembranças distantes da Revolução Francesa) e a teoria da degeneração era usada para explicar a raiva “irracional” dos trabalhadores. A teoria era necessária para confinar a patologia social a uma classe restrita de degenerados. Na América, a grande procura pela mão de obra escassa tinha elevado os salários e atraía torrentes de imigrantes da Europa e do Oriente. Isso causou violentas disputas trabalhistas e os novos imigrantes passaram a ameaçar o domínio dos protestantes das classes média e alta. Quando a segurança da ordem estabelecida é ameaçada, as teorias que tipificam o inimigo como inferior e moralmente degenerado são consideradas necessárias na luta para dominar o recém-chegado<sup>129</sup>.

É preciso observar que a necessidade de pontuar a homossexualidade (e todas as variantes da diversidade sexual) como uma patologia fez com que também houvesse a urgência de nomear a orientação sexual adequada e sadia, a heterossexualidade. No século XIX, essa vertente sexual “nasceu”, visto que até então não se havia pensado nisso. Parecia óbvio que as pessoas que mantinham relações sexuais com outras do mesmo sexo biológico e/ou tinham comportamentos típicos do sexo oposto estavam

<sup>128</sup>SPENCER, Colin. **Homossexualidade**: uma história. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996, pp. 276-277.

<sup>129</sup>Idem, p. 279.

infringindo mandamentos divinos e regras sociais, numa evidência do livre-arbítrio que possuíam para agirem de forma errada e inaceitável. Todavia, no século XIX, essa “liberdade de agir para o mal” foi rotulada como anomalia e, em contraposição a ela, deveria ser destacado o que era considerado saudável. Louro amplia o entendimento acerca disso:

Tendo sido nomeados o homossexual e a homossexualidade, ou seja, o sujeito e a prática desviantes, tornava-se necessário nomear também o sujeito e a prática que lhes haviam servido como referência. Até então, o que era “normal” não tinha um nome. Era evidente por si mesmo, onipresente e, consequentemente (por mais paradoxal que pareça), invisível. O que, até então, não precisara ser marcado agora tinha de ser identificado. Estabelecia-se, a partir daí, o par heterossexualidade/homossexualidade (e heterossexual/homossexual), como oposição fundamental, decisiva e definidora de práticas e sujeitos. Entendia-se o primeiro elemento como primordial e o segundo como subordinado, numa oposição que, segundo teóricos contemporâneos, encontra-se onipresente na sociedade, marcando saberes, instituições, práticas, valores. Consolidava-se um marco, uma referência-mestra para a construção dos sujeitos<sup>130</sup>.

Percebe-se, portanto, que ao longo da História, discursos que resultaram em leis e normas, foram criados com o objetivo de estabelecer o que deve ser considerado aceitável, na sociedade ocidental, acerca da diversidade sexual. Ao longo dos séculos, a memória coletiva gerada sobre esse tema foi enquadrada com base em objetivos religiosos, econômicos e científicos.

Aqueles que estiveram no poder conseguiram ditar o certo e o errado, e como o Estado e todo o seu aparato (leis e punições) sempre estiveram ao lado dessa elite, o resultado foi uma severa perseguição ao pecador, ao desobediente e ao anormal. Como afirmou Borrillo, “centenas de tratados teológicos, enciclopédias médicas, recomendações morais, códigos e regulamentos, assim como contos de fadas, filmes e romances”, foram necessários para implantar nas consciências a estigmatização do outro percebido como diferente<sup>131</sup>. Compreende-se, a partir daí, as causas da discriminação, ainda existente na sociedade contemporânea, àqueles e àquelas que não estão conformados à heteronormatividade.

---

<sup>130</sup> LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Secad/MEC, 2009, p. 89.

<sup>131</sup> BORRILLO, Daniel. Op. cit., p. 106.

### 2.3 A diversidade sexual na História

Os comportamentos sexuais dos seres humanos foram (como ainda são) expressados de diferentes formas ao longo da História. Como a finalidade maior desta pesquisa é criar um suplemento pedagógico de utilidade para os professores tratarem da diversidade sexual nas aulas de história, torna-se necessário apontar a vivência sexual de algumas sociedades e civilizações, com o intuito de ampliar o conhecimento dos profissionais da educação e dos alunos, levando, possivelmente, à diminuição do preconceito e das discriminações.

Pesquisar a sexualidade humana e suas variadas manifestações no decorrer da História parece ter sido a razão de alguns projetos, como a do *British Museum*, que em 2013 publicou o livro *A little gay history: desire and diversity across the world* (“Uma pequena história gay: desejo e diversidade pelo mundo”, em tradução livre), na verdade um catálogo com peças comprovando que a homossexualidade faz parte da história da humanidade há pelo menos 4 mil anos<sup>132</sup>. As peças são de diversas partes do mundo. Antes dele, em 1996, Colin Spencer escreveu “Homossexualidade – uma história”, que atravessa um período de aproximadamente dois milênios para descrever o entendimento que as sociedades tinham dessa questão.

Em 2004, William Naphy publicou “*Born to be gay* – a história da homossexualidade”, em que persegue o mesmo objetivo, mostrando como antigas sociedades ocidentais e orientais vivenciavam a diversidade sexual. Outras pesquisas, mais delimitadas no espaço e temporalmente, também contribuíram para a ampliação do conhecimento acerca da sexualidade humana. É o caso de *Christianity, social tolerance and homosexuality*, de John Boswell, publicada em 1980. Nela, ele discorre sobre a suposta tolerância com a homossexualidade nos primórdios do cristianismo. Não conseguimos ter acesso a essas duas últimas fontes. Referências à pesquisa de Boswell, porém, são feitas em outras obras utilizadas por nós.

Seria enriquecedor, sem dúvida, a possibilidade de desenvolver uma pesquisa que abordasse esse tema englobando toda a história humana, no entanto, tal pretensão é inalcançável, seja pela falta de tempo para a empreitada seja pela falta de fontes históricas sobre as quais o trabalho se basearia. Portanto, para atingirmos o objetivo proposto para este trabalho, selecionamos como recorte espacial o Ocidente e como

---

<sup>132</sup>Disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/museu-londrino-conta-historia-da-homossexualidade-8937034> Acesso em 30/03/18.

recortes temporais alguns períodos históricos, de acordo com as fontes a que tivemos acesso: a Antiguidade Clássica, o período colonial brasileiro e o século XIX.

### 2.3.1 A diversidade sexual na Antiguidade Clássica: gregos e romanos

Começaremos com a Antiguidade Clássica devido à sua importância na formação da civilização ocidental, na qual nós estamos incluídos.

A Grécia Antiga não era um território unificado. Ela era formada por diversas cidades-Estado, que possuíam alguns aspectos culturais em comum, como a religião e o idioma, porém possuíam peculiaridades em outras áreas. Dentre essas cidades, Atenas e Esparta foram as que mais se destacaram.

Entre elas, havia diferenças no tratamento dado à mulher, por exemplo. Enquanto na primeira a mulher da elite vivia basicamente enclausurada, na segunda, ela desfrutava de mais liberdade, porque seu marido ficava mais tempo numa espécie de quartel do que em casa. As mulheres espartanas participavam dos treinamentos físicos na infância para que possuíssem corpos saudáveis, os quais gerariam filhos perfeitos. Em Esparta, a boa forma física era altamente valorizada devido ao militarismo. Quando chegavam à puberdade, estavam prontas para o casamento e, no geral, acostumavam-se com a longa ausência dos maridos<sup>133</sup>. Talvez esse fato tenha possibilitado a expressão de um amor homossexual entre as mulheres espartanas. Plutarco, historiador grego que viveu entre os anos 45 e 127 d. C., registrou que “em, Esparta, todas as melhores mulheres amavam garotas”, e quando duas se apaixonavam pela mesma menina, “elas tentavam entrar em um acordo e aprimorar a bem amada”<sup>134</sup>.

Em Atenas, contudo, a situação era outra. Lá, as mulheres, pelo menos publicamente, não podiam expressar sua sexualidade; viviam para as tarefas domésticas, privadas da liberdade de ir e vir e sem autonomia. Mesmo na classe rica, a norma era essa. As esposas dos proprietários ricos ficavam em casa, onde recebiam convidados, geralmente divertindo-os com danças e músicas. Xenofonte, historiador do século V a. C., registrou que “a noiva ideal deve viver sob severa supervisão antes do casamento, vendo, ouvindo e falando o menos possível. (...) Depois do casamento, ela deve ser sóbria e casta”, administrando os bens adquiridos pelo marido e criando os filhos com

---

<sup>133</sup>MACDONALD, Fiona. **Como seria sua vida na Grécia Antiga?** São Paulo: Editora Scipione, 2014, p. 18.

<sup>134</sup>SPENCER, Colin. Op. cit., p. 52.

sabedoria. Ao que Platão, filósofo que viveu entre os séculos V e IV a. C., complementou: “Temos cortesãs para nosso prazer, concubinas para o serviço pessoal diário e esposas para nos dar filhos e cuidar fielmente da nossa casa”<sup>135</sup>.

Às mulheres pobres cabia aprender um ofício que lhes ajudasse na sobrevivência. Por causa dele, conseguiam ter mais mobilidade nos espaços públicos, como criadas e comerciantes. Nas áreas rurais, trabalhavam nas atividades agropastoris. Todas, ricas ou pobres, não tinham direito à propriedade e estavam sempre sob a guarda legal de um homem: pai, marido ou outro parente do sexo masculino. Os casamentos eram arranjados e ir à escola não era permitido. As ricas aprendiam, em casa, a fiar, tecer, ler, escrever e contar. As pobres, o ofício dos pais<sup>136</sup>.

Com exceção de Esparta, onde as mulheres possuíam uma relativa liberdade, na Grécia Antiga, de modo geral, elas não tinham seus sentimentos ou desejos considerados, porém houve aquelas que transgrediram as normas e possivelmente foram discriminadas por isso. Como exemplo podemos citar Aspásia, que viveu no século V a. C., natural de Mileto, esposa do estadista ateniense Péricles, a qual discursava (teria, inclusive, ensinado técnicas de oratória ao marido e até ao filósofo Sócrates) e a quem o marido beijava em público, o que era considerado inadequado<sup>137</sup>. Outra mulher ousada foi Safo, famosa poetisa da ilha de Lesbos (de Lesbos derivaria, nos séculos seguintes, o termo lésbica), que viveu entre os séculos VII e VI a. C.. Originária de família rica, ela aprendeu a ler e a escrever. São creditadas a ela poesias que exaltavam o amor e a intimidade entre mulheres, como esta:

Átis

Não minto: eu me queria morta./Deixava-me, desfeita em lágrimas: “Mas, ah, que triste a nossa sina!/ Eu vou contra a vontade, juro, Safo”. “Seja feliz”, eu disse, “E lembre-se de quanto a quero. Ou já esqueceu?/ Pois vou lembrar-lhe os nossos momentos de amor./ Quantas grinaldas, no seu colo,— rosas, violetas, açafão — Trançamos juntas! Multiflores, colares atei para o tenro pescoço de Átis; os perfumes nos cabelos, os óleos raros da sua pele em minha pele! / (...) Cama macia, o amor nascia de sua beleza, e eu matava a sua sede” (...)<sup>138</sup>

Muitos dos seus poemas se perderam com o passar do tempo ou foram destruídos pela rigidez da Igreja Católica, que os considerava lascivos e imorais.

<sup>135</sup> Idem, p. 45.

<sup>136</sup> MACDONALD, Fiona. Op. cit., pp. 7, 18-19.

<sup>137</sup> Disponível em <http://socientifica.com.br/2016/10/aspasia-a-mulher-que-ensinou-eloquencia-a-socrates-e-pericles/> Acesso em 19/05/2018.

<sup>138</sup> PIGNATARI, Decio. **31 poetas 214 poemas: do Rigveda e Safo a Apollinaire** - Uma antologia pessoal de poemas traduzidos, com notas e comentários. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

Aspásia e Safo foram exceções na antiga sociedade grega. Eram mulheres de origem rica, que tiveram acesso à instrução e se destacaram no mundo dos homens. O conceito de interseccionalidade, apresentado no capítulo anterior desta pesquisa (pág. 34) pode ser utilizado aqui para explicar que, mesmo em grupos marginalizados, pode haver formas diferentes de discriminação se a classe social for abastada. As duas mulheres não deixaram de ser malvistas naquela sociedade, devido aos comportamentos que tinham, mas por causa da condição social que possuíam, tiveram acesso a serviços que as outras mulheres, pobres, não tinham.

Embora não estivesse falando sobre a sociedade grega antiga, Louro nos permite compreender melhor esse processo, quando afirma que outros fatores devem ser considerados nos estudos acerca de gênero (e por consequência da diversidade sexual), como a raça, a classe social e a etnia, as quais, ao se tornarem marcadores sociais, evidenciam que o poder não é linear ou hierárquico nas sociedades<sup>139</sup>.

Era comum nas cidades-Estado gregas a prática da pederastia, um ritual de iniciação ao mundo masculino que ocorria entre garotos e homens adultos que possuíam a cidadania. Para ser considerado cidadão, era necessário ser nativo, livre e com mais de 21 anos. Em Esparta, Creta e Tebas, por exemplo, “os casais de amantes homens eram incentivados como parte do treinamento e da disciplina militar”<sup>140</sup>. Esse rito foi praticado em outras sociedades, como a chinesa, a japonesa, algumas da África e da Oceania, porém, como o espaço selecionado para este trabalho está circunscrito no Ocidente, não faremos referência a elas<sup>141</sup>.

Pesquisadores contemporâneos utilizaram fontes como textos literários e não literários e imagens em pinturas e vasos, assim como grafites, para descreverem como esse ritual de pederastia ocorria na Grécia. O termo pederastia advém da junção de *paides*, que significa “menino”, associado à palavra *erastes*, que possui o sentido de “alguém com o cuidado de amar e educar um jovem”. Nessa relação, o adulto era o *erastés* e o menino era o *erômenos*. Era compreendida pela sociedade a necessidade de o jovem vivenciar essa experiência, a fim de que fosse preparado para a vida adulta. Ela ocorria na classe aristocrática e urbana<sup>142</sup>.

---

<sup>139</sup> LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. Op.cit.

<sup>140</sup> RICHARDS, Jeffrey. Op. cit., p. 137.

<sup>141</sup> No entanto, algumas das informações acerca desse costume em sociedades fora da Europa podem ser encontradas no primeiro capítulo de SPENCER, Colin. Op. cit.

<sup>142</sup> CANDIDO, Maria Regina. Pederastia: ritual de passagem na formação do jovem ateniense. In: ESTEVES, Anderson M. et al. **Homoerotismo na Antiguidade Clássica**. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016, p. 37.

O processo de iniciação começava com um jogo de sedução, com o apoio da família, que se sentiria envergonhada se nenhum homem se interessasse por seu filho. Os meninos mais desejáveis eram os mais inteligentes e valentes, não necessariamente os mais bonitos. O *erastés* (que tinha por volta de 25 anos) presenteava o *erômenos* (com a idade que variava entre 12 e 15 anos) e o levava para as florestas e montanhas, onde viviam por dois meses. Nesses locais, o jovem aprendia a caçar, a viver em ambientes inóspitos e a se tornar um homem honrado, qualidades essenciais para um futuro guerreiro. As relações sexuais aconteciam tendo sempre o adulto como ativo e o menino como passivo. Nessa situação, simbolizava-se o fato de o adulto possuir o estatuto jurídico da cidadania plena e ser politicamente ativo, enquanto o jovem se situava na categoria de ser passivo, que somente terá acesso à plena cidadania a partir dos vinte anos<sup>143</sup>.

Entre os gregos, a passividade não era aceita num cidadão adulto, visto que era típica das mulheres. O próprio ritual de pederastia fundamentava-se na possibilidade de o jovem aprender como ser ativo, por isso, se um homem fosse penetrado e/ou tivesse um comportamento efeminado, seria discriminado, o que evidencia que a sociedade grega, de modo geral, não valorizava o que podia ser remetido ao mundo feminino. Não era permitido se assemelhar a uma mulher, em nenhum aspecto. Também era criticado o *erastés* que somente buscasse a satisfação sexual e não os atributos morais e intelectuais do *erômenos*. Após os dois meses, o menino retornava ao lar e recebia três presentes (daí o interesse da família em que o *erastés* fosse de condição abastada).

Eram três [presentes], todos com significado simbólico: um boi, uma armadura e uma taça. (...) o menino sacrificava o boi a Zeus e havia uma procissão e uma festa. [Celebrava-se] o fato de que o menino dera seu primeiro passo em direção à vida adulta. Essas festividades eram muito apreciadas e toda a comunidade podia delas participar. (...) O menino, então, tornava-se um benfeitor da cidade, ao mesmo tempo em que mostrava devoção e gratidão a Zeus. O vinho era bebido nos banquetes e simpósios, em cerimônias cívicas e rituais, daí o presente da taça, que conferia o direito a tomar parte no banquete (mulheres e crianças não bebiam vinho). [A armadura] promovia o menino ao *status* de guerreiro e protetor do Estado<sup>144</sup>

Fica evidente que o relacionamento entre o jovem e o adulto possuía uma carga erótica e pedagógica, no qual cada um desempenhava um papel determinado pela norma social: o primeiro servindo ao segundo, enquanto este contribuía para a formação do conhecimento e o despertar das suas virtudes e habilidades.

<sup>143</sup>Idem, p. 39.

<sup>144</sup>SPENCER, Colin. Op. cit., p. 41.

De modo geral, até os 17 ou 18 anos, o menino continuava a ser um parceiro passivo. Em Atenas, a idade máxima era de 15 anos. Esse detalhe evidencia que havia uma diferenciação de uma cidade-Estado para outra em relação à aceitabilidade das práticas sexuais na Grécia Antiga. Finalmente aos 25 anos, ele se tornava um homem, assumindo o papel ativo, escolhendo, primeiramente, um menino, dando prosseguimento ao ritual, e depois se casando com uma mulher<sup>145</sup>.

Acredita-se que a pederastia com fins ritualísticos emergiu no período arcaico, entre os séculos VIII e V antes de Cristo. Embora tenha sido praticada pelos séculos seguintes, até a expansão do helenismo (entre os séculos IV e II a. C.), no período clássico ( V e IV a.C.), houve um desvirtuamento da prática, agora sintetizada na simples busca da satisfação sexual. Esse fato gerou críticas de alguns e preconceitos de outros, a tal ponto de haver medidas legais, tomadas pela família, para impedir que seus filhos sofressem algum tipo de abuso<sup>146</sup>.

Nem sempre os limites eram respeitados. Além de os *erastés* se apaixonarem por seus *erômenos*, alguns homens adultos agiam como passivos nas relações sexuais. A discriminação que sofriam se fossem expostos não era impeditivo para a prática, o que evidencia que a sexualidade humana não pode ser limitada por convenções sociais. O indivíduo tem interesses sexuais que são elaborados ou reelaborados no convívio com os outros.

A prática da prostituição era aceita se fosse exercida por escravos ou estrangeiros. Um cidadão não deveria se prostituir. Se o fizesse, sofreria uma grande penalidade: perderia a cidadania.

(...) a qualquer ateniense que fosse acusado de prostituição não lhe [seria] dada a possibilidade de tornar-se um dos nove arcontes, pois esse é um cargo que requer o uso de uma coroa devido à função sacerdotal. O acusado, por não ser puro, não tinha nenhum respeito ao seu corpo. Não podia nem agir em defesa da *pólis* ou em interesse da sociedade políade, ou mesmo ocupar qualquer cargo de interesse público em qualquer tempo ou situação na Ática (...). A lei também interditava o acesso do escravo no espaço de luta/*palestra*, assim como proibia que o escravo mantivesse relações sexuais com o jovem efebo. A mesma proibição similar foi citada por Aristóteles ao mencionar a lei de Creta. O propósito da lei se deve à função social do ritual da pederastia, demarcada pela função da relação de *philia* entre dois jovens envolvidos na formação educacional, visando à aquisição da cidadania<sup>147</sup>.

As relações sexuais constantes no rito da pederastia faziam parte de um processo aceito pela sociedade grega, ao mesmo tempo em que também era valorizado o

---

<sup>145</sup>Idem, p. 51.

<sup>146</sup>CANDIDO, M<sup>a</sup> Regina. Op. cit., pp. 40, 41, 46.

<sup>147</sup> Idem, p.48.

casamento entre um homem e uma mulher para enaltecimento do cidadão e para a reprodução. Dessa forma, podemos concluir que a bissexualidade estava inserida na sociedade grega com muita naturalidade. Era, segundo Spencer,

(...) uma bissexualidade equilibrada, na qual um cidadão era casado, tinha um relacionamento amoroso com um rapazinho e era também visto com cortesãs ou tinha uma amante (...). Dizia-se de Alcebiades, notório por sua beleza (...) que “em sua adolescência afastava os maridos de suas esposas e, quando jovem, as esposas de seus maridos”. O poeta Meleager descreve como as mulheres acendiam um fogo dentro dele, mas diz que eram os meninos que retinham as rédeas do desejo. “Que caminho, pergunta, devo tomar: o que leva ao menino ou o que leva à sua mãe?” (...) Xenofonte, ao mencionar o momento em que prisioneiros de guerra eram libertados, fala de soldados que, estimulados pelo desejo, contrabandeiam meninos ou mulheres de boa aparência<sup>148</sup>.

A sociedade grega era culturalmente bissexual para os homens, evidentemente. Para as mulheres, de modo geral, cabia a posição submissa e a função reprodutiva, numa relação heterossexual. Todavia, na expressão da sexualidade masculina havia limites bem definidos. As relações sexuais entre garotos da mesma idade eram desaprovadas, visto que, nesse caso, um deles exerceria o papel ativo, mas ainda não era considerado adulto para tal, acarretando assim uma infração da norma social, e o outro seria o passivo, situação que somente era aceita nas relações que ocorriam entre o *erastés* e o *erômenos*<sup>149</sup>.

Obviamente, na prática era comum o descumprimento desses preceitos, havendo homens adultos que continuavam passivos, garotos que agiam como ativos durante o ritual de pederastia e homens efeminados. Esses comportamentos presentes na sociedade grega evidenciam que a sexualidade é construída social e culturalmente, e não fixada biologicamente, além de indicar que as regras sociais, embora possam causar preconceito e discriminação, não exterminam o desejo dos indivíduos.

Com essas reflexões, compreende-se que a ideia de que, na Grécia Antiga, havia uma total liberdade nas questões relacionadas à diversidade sexual encontra mais amparo no senso comum do que nas fontes históricas. É fato que, comparando aquela sociedade com a contemporânea, algumas singularidades provocam surpresa, como a vivência de uma bissexualidade e de relações afetivo-sexuais entre os homens admitidas socialmente, algo que não ocorre com ampla aceitação em nossa época, mas não podemos esquecer que as mulheres, no geral, não tinham direito à expressão sexual e

<sup>148</sup>SPENCER, Colin. Op. cit., p. 48.

<sup>149</sup>RICHARDS, Jeffrey. Op. cit., p. 138.

que qualquer traço de efeminação nos homens era rigorosamente condenado, indício de que o sexo feminino era considerado inferior ao masculino.

Nesse ponto, a sociedade romana, no período da Antiguidade, não se diferenciou tanto da sociedade grega. As pessoas não eram classificadas como homossexuais ou heterossexuais, mas a bissexualidade era a ocorrência mais comum (vale lembrar que esses termos são criações da sociedade contemporânea). Havia prostituição masculina e feminina, chanceladas pelo Estado, que taxava seus ganhos, e os homens podiam manter relações sexuais com mulheres, escravos, jovens ou prostitutas sem serem criticados. Todavia, era imprescindível que os papéis e características da masculinidade e da feminilidade, culturalmente definidos e socialmente sancionados, fossem mantidos<sup>150</sup>.

Afora as semelhanças na aceitação da bissexualidade e valorização da masculinidade, a sociedade romana se diferenciava da grega no que diz respeito ao ritual de pederastia e ao tratamento dado às mulheres. O menino romano era educado para governar o mundo, com a força física e a bravura nas guerras e a superioridade de suas leis. Desde a infância, o menino da classe dos patrícios, a elite da época, aprendia a se impor sobre as pessoas de classe inferior e os escravos domésticos. Certamente, ele era ensinado que sua dominação também abrangia o desejo sexual. A sexualidade masculina romana estava baseada no princípio do estupro, ou seja, da exaltação da virilidade e da subjugação do mais fraco, portanto, a ideia pederasta grega de se galantear um adolescente, agradando-o para persuadi-lo, era repulsiva ao espírito romano, porque esse comportamento demonstrava uma sujeição contrária à natureza da virilidade<sup>151</sup>.

As relações sexuais entre homens e garotos eram permitidas desde que estes últimos fossem escravos. Era uma afronta para as classes ricas terem seus filhos no papel de passividade. Todavia, assim como ocorreu na Grécia Antiga (e continua acontecendo mundo afora nos dias atuais), a existência de leis proibindo certos comportamentos não extingue os desejos mais íntimos e não é garantia de que as práticas cerceadas deixarão de existir. Menosprezando as legislações que protegiam os meninos livres, as mulheres casadas, as viúvas e as virgens, os homens romanos continuavam com suas investidas<sup>152</sup>.

---

<sup>150</sup>Idem.

<sup>151</sup>SPENCER, Colin. Op. cit., pp. 67-68.

<sup>152</sup>Idem, p. 70-71.

As mulheres romanas não podiam participar das assembleias judiciárias e legislativas, mas eram, em alguns casos, a eminência parda que aconselhavam ou orientavam decisões. Tomavam parte na vida cultural e as casadas não sofriam a mesma opressão que as gregas. Embora fossem mais emancipadas, com liberdade para frequentarem os espetáculos públicos indiscriminadamente, na questão sexual ainda eram consideradas apenas em função do prazer que podiam proporcionar aos homens e na garantia da reprodução. A lesbiandade era hostilizada, pois implicava em mulheres exercendo o papel dominante masculino. Cabia ao homem o direito de dar prazer. Quando a mulher fazia isso, agia como usurpadora de um privilégio dele<sup>153</sup>.

No século I a. C., já na fase imperial, a sociedade romana, apesar das leis que reprimiam certas práticas sexuais consideradas promíscuas, vivia de forma a dar vazão a seus desejos. Em alguns bairros de Roma, havia prostíbulos com jovens e homens que faziam o papel ativo ou passivo, de acordo com a vontade do cliente. As relações sexuais entre os cidadãos não eram mais escondidas. “No exército, por exemplo, essas relações eram tão frequentes que Nerva e Trajano tiveram que proibir que um oficial superior fosse sodomizado por um subalterno; mas não o contrário, evidentemente.”<sup>154</sup> Até a travestilidade e a inversão dos papéis de gênero, inclusive de imperadores como Nero e Calígula, eram correntes. Juvenal, poeta do 1º século da era cristã, registrou:

Os homens encharcavam-se de perfume, penduravam colares no pescoço, alongavam as sobrancelhas com carvão, pintavam os olhos, prendiam o cabelo comprido em redes douradas, amarravam lenços em torno da cabeça e, munidos de espelhos, esfregavam as faces com farinha para torná-las macias<sup>155</sup>.

A moral restritiva, proveniente da influência do estoicismo e do judaísmo na composição puritana do cristianismo que se desenvolvia, se fortaleceu e foi defendida por aqueles que estavam no poder, com interesses políticos. Dessa forma, a bissexualidade, tão comum aos romanos e aos gregos, foi sendo combatida. Na mesma condição, as relações homossexuais masculinas (as femininas já não eram bem vistas por eles), a pederastia grega e quaisquer traços de travestilidade foram associados ao mal, ao paganismo, ao pecado. Consolidam-se, então, no Ocidente, as bases de uma memória coletiva que aponta como errado qualquer comportamento, prática ou orientação sexual que não estava de acordo com o padrão que salvaria a humanidade

---

<sup>153</sup>Idem, p. 69-70

<sup>154</sup>BARBOSA, Renata Cerqueira. Op. cit., p. 171.

<sup>155</sup>SPENCER, Colin. Op. cit., p. 72.

dos castigos divinos: sexo somente entre homens e mulheres casados<sup>156</sup>. “Foi-se firmando uma sistematização crescente de um modelo único para a sexualidade, o que permitiu, ao longo da história, afirmar que havia uma sexualidade má e outra boa.”<sup>157</sup>

A preocupação demográfica, num império em que a expectativa de vida era de 25 anos e em que apenas quatro de cada cem homens, e ainda menos mulheres, viviam além dos 50, era um fator a ser levado em consideração no controle do sexo. Fora isso, havia também a ocorrência de diversas catástrofes naturais que dizimavam parte da população. Instituído-se como o modelo de ação que seria seguido nos séculos seguintes do período medieval, no final do Império Romano do Ocidente já se delineavam as justificativas para a perseguição e punição dos homossexuais e afins. “Faz sentido, assim, que Justiniano tenha baixado duas leis anti-homossexuais, uma antes e outra depois de ter havido, no ano 542, uma epidemia de peste bubônica”<sup>158</sup>.

Boswell, em pesquisas sobre esse período, defendeu a tese de que, nos séculos iniciais do cristianismo, havia certa tolerância à homossexualidade. Parece que os tabus sobre a diversidade sexual ainda não haviam se consolidado, revelando uma ambiguidade de pensamento nessa área.<sup>159</sup> Em outra pesquisa, inclusive, ele relata a existência de casamentos entre homens no século I da era cristã, realizados pela Igreja. Mesmo que o significado do casamento tenha variado ao longo dos séculos, ele descobriu que os casamentos entre homens ocorriam nos moldes dos casamentos heterossexuais e que, certamente, em alguns deles havia mais do que um estabelecimento de contrato sobre divisão de riquezas, deduzindo que alguns casais masculinos realmente se amavam<sup>160</sup>.

Richards contesta a tese de que o cristianismo não é, fundamentalmente, hostil à homossexualidade. Para ele, Boswell exagera nessa argumentação quando defende que a intolerância surgida posteriormente não tem relação com os ensinamentos básicos cristãos<sup>161</sup>. Richards comenta que

---

<sup>156</sup>Idem, pp. 75-76.

<sup>157</sup>TORRES, Marco Antonio. Op. cit., p. 24.

<sup>158</sup>SPENCER, Colin. Op. cit., p. 76.

<sup>159</sup>BOSWELL, John. **Christianity, Social Tolerance and Homosexuality. Gay people in Western Europe from the beginning of the Christian Era to the fourteenth century.** Chicago: Phoenix edition, 1981 *apud* TORRES, Marco Antônio. Op. cit., p. 24.

<sup>160</sup>Boswell relatou suas descobertas no livro “União do mesmo sexo na Europa pré-moderna” (tradução livre), publicado em 1994. Não tivemos acesso a essa obra, mas as considerações apontadas baseiam-se em CHICHON, Ana Cláudia. **O casamento gay no ano 100 d. C.** Disponível em <https://hypescience.com/o-casamento-gay-no-ano-de-100-ac/> Acesso em 25/05/2018.

<sup>161</sup>RICHARDS, Jeffrey. Op. cit., p. 136.

(...) No período inicial da Idade Média, a punição era a penitência; no período posterior, a fogueira. Mas nunca foi questão de permitir aos homossexuais prosseguir em sua atividade homossexual sem punição. Eles eram obrigados a desistir dela ou arriscar a danação<sup>162</sup>.

Reconhecemos que, no âmbito desta dissertação, devido às limitações impostas pela falta de tempo e de documentos, não temos condições de promover um amplo debate sobre as divergências historiográficas acerca dessa questão, pois essa é uma temática complexa que exige o acesso a diversas fontes para o fornecimento de mais pistas que elucidem esse ponto. Essa tarefa pode se tornar uma futura pesquisa. Contudo, entendemos que é importante mencioná-las, pois tais diferenças de interpretação se materializam nos recursos didáticos que têm sido elaborados por diferentes historiadores e influenciam nos conhecimentos produzidos sobre a diversidade sexual. Além disso, essas divergências nos auxiliarão na elaboração do suplemento pedagógico, que será o produto desta pesquisa.

Para finalizarmos esta seção, concluímos que a sociedade romana modificou, de forma gradual, sua aceitação da diversidade sexual. Essa mudança de atitude deveu-se ao estabelecimento do cristianismo como religião oficial, o qual foi fortemente influenciado pelo estoicismo e pelo judaísmo, ambos defensores de uma moral mais repressora e austera como forma de atingir a felicidade e a espiritualidade, assim como para agradar a Deus. A partir daí, notadamente no período medieval, as leis estatais criadas para o controle da diversidade sexual seriam firmadas em seus preceitos.

### 2.3.2 A diversidade sexual no Brasil Colônia

Antes de os portugueses iniciarem a colonização onde, posteriormente, o Brasil se formou, diversos povos nativos viviam sua sexualidade de acordo com o que foi construído e aceito por suas respectivas sociedades. Como esses povos não possuíam escrita, o que pode ser descoberto dessa vivência está apoiado nos registros feitos pelos cronistas, geralmente a serviço da Coroa ou da Igreja, segundo as significações que eram habituais na Europa, carregadas de posicionamentos reprovadores. Quando esses documentos são analisados, é essencial extrair a descrição dos costumes dos nativos sem a influência dos preconceitos de quem fez o registro<sup>163</sup>.

---

<sup>162</sup>Idem, p. 152.

<sup>163</sup>SWAIN, Tânia Navarro. A construção imaginária da história e dos gêneros: o Brasil no século XVI. **Textos de história**. Brasília/UnB, v. 4, n. 2, 1996, p. 134.

Os europeus do século XVI já encaravam qualquer desvio da norma heterossexista como uma ofensa grave a Deus e um delito passível de punição. O cristianismo há muito era a religião dominante e as legislações civis e eclesiásticas baseavam-se nas prescrições dele. Não é à toa que o sistema jurídico português era entremeadado de proposições religiosas, numa evidência de que o poder temporal ainda era subordinado ao espiritual.

Na Europa, a sodomia era perseguida e punida, mas isso não significa que a prática tenha sido extinta. Pelo contrário. Em cidades como Orléans, Paris, Veneza e Florença havia bordéis masculinos, assim como pontos de encontro reconhecidos (casas de banho e barbearia, por exemplo). Gírias surgiram para designarem elementos do universo sodomítico. “Ganimedes” era utilizada para se referir a jovens dados à prática e a atividade em si era chamada de “o jogo”. “Caçar” equivalia ao “paquerar” contemporâneo. Membros da nobreza e do clero, além de estudantes das universidades, eram acusados de serem sodomitas. Se um número significativo de servos não entrou para os registros, se deve à pouca importância social destinada a essa classe e não que não houvesse sodomitas entre eles. A mesma justificativa pode ser dada à ausência de relatos acerca da sodomia entre as mulheres, no geral<sup>164</sup>.

Nesse período histórico, o sodomita era considerado um indivíduo desobediente às regras sociais, que assim agia ou por falta de mulheres ou do casamento. Não era alguém com uma inclinação independente (como diríamos na atualidade, alguém com uma orientação sexual diferente). Ele deveria ser punido por desobedecer a Deus e por cometer heresia, atraindo, assim, os castigos, dos quais toda a sociedade partilhava, como a peste e as calamidades naturais. Era um ponto de vista que se ampliava e era aceito desde os primeiros séculos da era cristã.

Herdeiros desse tipo de mentalidade, os colonizadores que aqui se estabeleceram observavam, com perplexidade, o “desregramento” em que viviam os nativos. Entretanto, essa perplexidade não impediu que também dessem vazão a seus impulsos e desejos. Bellini comenta que “a colônia parece não ter sido, no período quinhentista, muito favorável à implantação de certos padrões éticos e costumes portugueses”. A escassez de mulheres brancas era uma das justificativas para certo desleixo com a moral cristã metropolitana. Nem por isso, os primeiros colonizadores não se consideravam religiosos. Bellini conclui seu pensamento afirmando que

---

<sup>164</sup>RICHARDS, Jeffrey. Op. cit., p. 141.

(...) pode-se caracterizar a colônia brasileira, no seu primeiro século de existência, como um contexto complexo onde coexistiam elementos muitas vezes conflitantes: licenciosidade e um certo espírito religioso, caráter paradisíaco e infernal aos olhos do colonizador, entrechoque de autonomia e dependência em relação à metrópole, presença de espiritualidades diversas<sup>165</sup>.

Apesar disso, os costumes sexuais dos povos nativos eram rotulados como demoníacos; eram responsabilizados pela tentação que os colonizadores sofriam. Evidentemente, essa postura hipócrita se originava na ideia etnocêntrica de que o diferente de si é imoral ou mesmo amoral.

Em algumas comunidades nativas, a poligamia era uma idiossincrasia e a homossexualidade, como a entendemos hoje, era vivenciada. Os nambikuara, os kaingang e os tapirapé são alguns que praticavam a homossexualidade sem discriminação<sup>166</sup>. Horrorizado, o cronista Gabriel Soares de Sousa escreveu, no século XVI, sobre os tupinaés:

(...) são muito afeiçoados ao pecado nefando, entre os quais se não têm por afronta; e o que serve de macho, se tem por valente e contam esta bestialidade como proeza; e nas suas aldeias pelo sertão, a alguns que têm tenda pública a quantos os querem como mulheres públicas<sup>167</sup>.

Da mesma forma, outro cronista, ainda do século XVI, Gandavo, assinalou a travestilidade praticada por algumas mulheres nativas:

Algumas índias ha que também entre eles determinam de ser castas, as quaes nam conhecem homem algum de nenhuma qualidade, nem o consetirão ainda que isso as matem. Estas deixam todo exercício de mulheres e imitam os homem e seguem seus ofícios, como senam fossem femeas. Trazem os cabelos cortados da mesma maneira que os machos, e vão à guerra com seus arcs e frechas, e à caça perseverando sempre na companhia dos homens e cada uma tem uma mulher que a serve, com quem diz he casada, e assi se comunicam e conversam como marido e mulher<sup>168</sup>.

Swain assevera que os nativos destas terras conheciam poucas restrições sexuais e que “as categorias mulher/homem [entre eles] não eram definidas a partir do sexo biológico. Com efeito, cada qual podia escolher sua ligação a um ou outro grupo e exercer sua sexualidade como bem entendia”. A homossexualidade, assim como a travestilidade, segundo o próprio registro de Gandavo, eram práticas correntes e não

<sup>165</sup> BELLINI, Lígia. Op. cit., pp. 12-14.

<sup>166</sup> MOTT, Luiz. Relações raciais entre homossexuais no Brasil Colonial. *Revista de Antropologia*. São Paulo/USP, v. 35, 1992, p. 173. Remanescentes desses povos se localizam, respectivamente, no oeste de Mato Grosso e em Rondônia; em São Paulo e no sul do Brasil; no nordeste de Mato Grosso e no Parque Araguaia, em Tocantins.

<sup>167</sup> SOUSA, Gabriel Soares. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Editora Nacional, 1971, p. 334. Os tupinaés se localizavam onde atualmente são o sul da Bahia e o norte do Espírito Santo.

<sup>168</sup> GANDAVO, Pero Magalhães. *História da província de Santa Cruz*. Tratado da Terra do Brasil. São Paulo: Editora Obelisco, 1964, pp. 56-57. Gandavo se referia aos Aimorés, que se situavam no litoral do que atualmente é o estado do Espírito Santo.

acarretavam nenhum tipo de exclusão<sup>169</sup>. Sobre a diversidade sexual existente entre esses povos, Fernandes comenta que o “diferente” (para a sociedade contemporânea) não era considerado degradante e não sofria preconceito dentro de suas culturas, sendo, em algumas delas, relacionado a um papel religioso. Todavia, a colonização calcada na religiosidade cristã transplantou para estas terras a mentalidade europeia e aquilo que era julgado como certo e aprovado pelos portugueses tornou-se a norma que deveria ser seguida por todos os habitantes dos domínios da Coroa<sup>170</sup>.

O papel exercido pela mulher nas sociedades nativas também destoava daquele designado à mulher europeia. Os relacionamentos se constituíam sem hierarquias típicas da lógica binária macho-fêmea, muito comum entre os europeus. Os pajés, que eram os verdadeiros dirigentes devido à sabedoria acumulada com os anos e a crença na comunicação com o sobrenatural, podiam ser tanto homens quanto mulheres entre os tupinambás<sup>171</sup>. As mulheres não eram submissas aos homens e podiam mudar de parceiro sexual como quisessem<sup>172</sup>.

Com a chegada sistemática dos missionários cristãos, a “liberdade de costumes” dos nativos foi cerceada e pretendeu-se implantar na Colônia um “temor a Deus”, como parte do projeto moralizante, ratificado pelos objetivos do Concílio de Trento<sup>173</sup>. Os comportamentos das mulheres nativas foram comparados aos de prostitutas, por eles. Com espanto, os cronistas e/ou religiosos registraram que “(...) este povo é muito luxurioso, carnal e mais do que brutal, as mulheres especialmente, pois elas procuram e praticam todos os meios para atrair os homens ao ato.”<sup>174</sup> Não havia tabus quanto à castidade e relações incestuosas, embora, quanto a esse último aspecto, houvesse interdições em alguns povos<sup>175</sup>.

<sup>169</sup>SWAIN, Tania Navarro. Op. cit., p. 144.

<sup>170</sup>O pesquisador afirmou isso numa entrevista disponível em <http://www.jornalja.com.br/indios-gays-no-brasil-historias-nao-contadas-sobre-a-colonizacao-das-sexualidades-indigenas/> acessada em 25/05/2018. No entanto, sua tese completa é FERNANDES, Estevão Rafael. **Descolonizando sexualidades: enquadramentos coloniais e homossexualidade indígena no Brasil e nos Estados Unidos**. Brasília: Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, UnB, 2015. Tese de doutorado.

<sup>171</sup>HANS STADEN. **Dois viagens ao Brasil**. São Paulo: L & PM Editores, 2008, p. 175.

<sup>172</sup>CLAUDE D'ABBEVILLE. **História das missões dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. São Paulo: Martins Editora, 1945, p. 223.

<sup>173</sup>O Concílio de Trento (1545-1563) foi a reação da Igreja Católica ao protestantismo que se alastrava na Europa. Uma das medidas tomadas pelo Concílio foi a reafirmação dos dogmas católicos, inclusive a associação corpo-sexo-peccado, que se tornou a base moral das relações na Colônia. GOMES, Verônica de Jesus. **Vício dos clérigos: a sodomia nas malhas do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa**. Niterói: Programa de pós-graduação em História, UFF, 2010, p. 41. Dissertação de mestrado.

<sup>174</sup>THEVET, André. **Singularidades da França Antártica** – a que outros chamam de América. Paris: La Découverte, 1983, p.103.

<sup>175</sup>SWAIN, Tania Navarro. Op. cit., p. 144.

A moral europeia, com seus juízos de valor e opiniões etnocêntricas, se sobrepôs à cultura dos nativos. Essa forma ideológica de descrição dos costumes deles tornou-se um discurso fundador, que instaurou e criou uma nova memória e outra tradição.

As considerações sobre o patriarcalismo da sociedade indígena brasileira fazem parte de um discurso fundador, cuja memória e tradição sobre a relação de gêneros são assim inauguradas no Brasil. A história [retomou esses] discursos e nos [recriou] a imagem de um país do qual as origens “naturais” indicam uma predominância do homem sobre a mulher. As afirmações, assim fundadas, resultam na eterna “luta dos sexos” e “na universal dominação da mulher pelo homem”, discurso do qual os historiadores se fazem cúmplices ou mentores<sup>176</sup>.

Paulatinamente, os colonizadores, com o apoio dos religiosos, reproduziram na nova terra os elementos constituintes da memória coletiva formada por séculos na Europa, a qual seria a memória preservada pelos habitantes, ou seja, devido à força do aparato religioso e estatal, na figura da Inquisição, a forma de se considerar a diversidade sexual aqui seria a mesma que a da Metrópole. Práticas que anteriormente eram espontâneas tornaram-se motivo de culpa e vergonha. A posição da mulher nas sociedades nativas, de autonomia e importância, foi ajustada à representação que era feita dela na Europa, como um ser mental, moral e fisicamente frágil. A imagem de mulher forte, guerreira e independente, capaz de lutar, matar e assegurar sua sobrevivência na floresta, foi sendo desconstruída<sup>177</sup>.

Somavam-se aos “desvios sexuais” dos nativos os comportamentos, também considerados afrontadores, das negras e negros africanos, trazidos como mão de obra escravizada. De diferentes regiões da África, eles possuíam intimidade com práticas sexuais conhecidas dos nativos: poligamia, incesto, homossexualidade e travestilidade. Práticas essas também presentes na Europa cristã, mas perseguidas e discriminadas pelas leis.

Mott afirma que a pederastia tradicional, com variações, era praticada por povos como os daomeano, os ila, os lango, os nama, os siwan, os tamala e os tonga, e que a homossexualidade era aceita entre os nupe, da Nigéria, os azande, da África Central e os khoisan, da África do Sul, entre outros<sup>178</sup>.

Em Angola, de onde vieram vários africanos para a Colônia, a travestilidade era muito comum. Em 1681, certo Capitão Cardonega registrou:

---

<sup>176</sup>Idem, p. 142.

<sup>177</sup>Idem, p. 145.

<sup>178</sup>MOTT, Luiz. Idem. Remanescentes desses povos vivem, respectivamente, no Benin; em Zâmbia; em Uganda; na África do Sul, Namíbia e Botswana; no Saara; em Gana; em Zâmbia e no Zimbábue.

(...) Há entre os gentios de Angola muita sodomia, tendo uns com outros as imundícies e sujidades, vestindo como mulheres. Eles chamam pelo nome da terra: quimbandas (...). Andam sempre de barba raspada, que parecem capões, vestindo como mulheres<sup>179</sup>.

Aludindo a esse costume, praticado também no Congo, já um século antes, um homem denunciou Francisco Manicongo, escravo de um sapateiro na Bahia, que “usava do ofício de fêmea” nas relações que mantinha com outros negros, recusando-se a usar “o vestido de homem que lhe dava seu senhor”, preferindo “trazer um pano cingido com as pontes por diante”, à maneira dos jimbandas do Congo<sup>180</sup>.

Os africanos e as africanas que para cá vieram trouxeram seus costumes, suas práticas e sua sexualidade. Embora esses atos não fossem aceitos pela justiça civil e eclesiástica, e fossem reprimidos pela Inquisição, o fato é que também os brancos os praticavam. Com relação à diversidade sexual na Colônia, os processos inquisitoriais são uma grande fonte para a pesquisa. Mantidos com zelo pelos notários, esses processos continham o registro da confissão ou da denúncia de casos de sodomia, praticados por pessoas das mais variadas classes sociais, dos senhores aos escravizados. É interessante observar que, em algumas situações, era o escravizado que tomava a iniciativa para o ato sodomítico, conforme foi registrado nos processos a seguir.

Bastião de Moraes, pernambucano, filho do Juiz de Vila de Igarçu, 18 anos, relata que

(...) dormia certa noite em casa de seu tio quando um mulato escravo da casa, Domingos, 22 anos, veio a sua cama e o provocou a pecarem de maneira que, com efeito, o dito Domingos virou a ele confessante com a barriga para baixo e se lançou de bruços sobre suas costas e com seu membro viril desonesto penetrou no vaso traseiro dele, confessante, e dentro dele cumpriu, fazendo com ele por detrás como se fizera com mulher por diante, e ele isto mesmo fez também ele confessante com o dito Domingos, de maneira que ambos alternadamente consumaram na dita noite duas vezes o pecado nefando de sodomia, sendo um deles uma vez agente e outra paciente<sup>181</sup>.

Mateus Duarte, 50 anos, é um mulato que

(...) há um ano e meio esteve preso na cadeia de Salvador, acusado de ter cometido o pecado nefando de sodomia, segundo é público, o qual dizem que cometeu para o dito pecado a um moço branco de 17 anos e que o dito moço não consentiu e gritou. O mulato encontrava-se fugido da cadeia<sup>182</sup>.

---

<sup>179</sup> Idem.

<sup>180</sup> Livro da 1ª Visitação do Santo Ofício, Denúncias da Bahia, p. 407-408 *apud* VAINFAS, Ronaldo. Trópico dos pecados. Op. cit., p. 172. *Quimbandas* em Angola, *jimbandas* no Congo. Na contemporaneidade, *travestis*.

<sup>181</sup> Livro da 1ª Visitação do Santo Ofício, Confissões de Pernambuco, p.26 *apud* MOTT, Luiz. Idem, p. 12.

<sup>182</sup> Livro da 1ª Visitação do Santo Ofício, Denúncias da Bahia, p.249 *apud* MOTT, Luiz. Idem.

Diogo Rodrigues, mulato escravo delgado de corpo e já barbado, “provocou com abraços e tocamientos torpes”, a João Fernandes, filho de francês com mameluca, enquanto este estava deitado em sua cama. Como resultado dessa investida, João “consumou o ato nefando em três dias seguidos, sempre como agente”<sup>183</sup>.

No primeiro caso, depreende-se que o escravo Domingos não foi coagido ao ato, pelo contrário, foi ele o incitador. No segundo caso, Mateus Duarte é o solicitante e pode até ser que tenha usado de alguma violência. No terceiro, o escravo é o que faz a investida. Apesar de sua condição social na Colônia, os escravizados demonstraram iniciativa e coragem para realizarem seus desejos.

Há algumas evidências de que o afeto também era presente nas relações entre escravos e senhores, no campo da sodomia. O rezeiro João Carvalho de Barros, 26 anos, de Matoim, no Recôncavo Baiano, quando seu moleque Matias caíra do cavalo, levou-o para dormir ao pé da sua cama “para o curar com cuidado”, sendo que “algumas três vezes pegou nas partes vivendas do moleque e as meteu na sua própria boca”<sup>184</sup>. Também Antonio Oliveira Ramos, ermitão de Monte Serrat, deu provas de um profundo carinho por seu amante, um soldado que trouxera da África, com quem “tinha muita amizade”: dormiam juntos na mesma cama, “trancando-se na câmara onde faziam bula”, e o soldado tinha à sua disposição comida, vestidos e moleques para servi-lo<sup>185</sup>.

O que se pode concluir dos casos citados é que a coação nas relações sodomíticas entre senhores e escravos não era a regra. Houve demonstrações de afeto e cuidado por parte dos senhores e os escravos, por sua vez, não se mostraram incomodados com essa gentileza. Caso contrário, poderiam denunciar seus senhores, como outros para quem a propensão às práticas sodomíticas não compunham sua personalidade.

João da Silva, escravo de Manuel Alves Carvalho, de Olinda disse que seu dono “o comprara e levando-o para sua casa, (...) mandara que fosse ter com ele à sua cama e entendendo que era para ato pecaminoso, disse-lhe que se o comprara para este efeito, que o tornasse a vender”<sup>186</sup>. O moçambicano Francisco, da mesma forma, agiu contra a vontade de seu senhor, Jacinto Ferreira dos Campos. Admoestado a ceder, “repetiu umas dez vezes o santíssimo nome de Jesus, dizendo que não era mulher para saciar os

<sup>183</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, processo 2559 *apud* MOTT, Cripto-sodomitas em Pernambuco Colonial. **Revista Antropológica**. Recife/UFPE, v. 13, n. 2, ano 6, 2002, p. 24.

<sup>184</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, Processo 15.097 (1703).

<sup>185</sup> MOTT, Luiz. Homossexuais da Bahia *apud* GOMES, Verônica. Op. cit., p. 170.

<sup>186</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, IL, Caderno do Nefando n° 20, fl.329 (15-01-1762).

apetites de seu senhor”. Uma escrava forra aconselhou-o, então, a “que desse parte aos brancos, por que sabiam os meios que havia para fustigar semelhante pecado”<sup>187</sup>. João Marimba denunciou seu dono Francisco Serrão de Castro, o qual lhe ordenou “que lhe desse seu cu, ao que o negro respondeu que não era negra para pecar com ele, mas que era homem ainda que escravo”<sup>188</sup>.

Os escravizados podiam denunciar seus donos e alguns assim o fizeram, indicando que, no geral, se consentiam com os desejos de seus senhores, era porque também se “afeiçoavam ao nefando”<sup>189</sup> e não porque simplesmente eram obrigados a tal. Percebe-se, portanto, que a vivência da diversidade sexual, na Colônia, era pujante, ainda que vigiada. O autoritarismo da Inquisição não exterminou dos habitantes suas vontades e desejos<sup>190</sup>.

Vainfas explica que havia a tentativa de se impor uma moralidade sexual na Colônia, com a defesa do casamento. Para tanto,

(...) a Igreja [perseguia os amancebados, ameaçava os senhores que não casavam seus escravos, excomungava, intimidava e punia, indócil, as transgressões da moral]. E nisso, convém lembrar, foi muito auxiliada por parcela significativa da população, gente apegada à família, ao casamento e à vida conjugal<sup>191</sup>.

<sup>187</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, IL, Caderno do Nefando nº 20, fl. 364 (1758).

<sup>188</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, IL, Processo 17.759 (1759).

<sup>189</sup> O adjetivo *nefando* se refere “ao que não pode ser dito”, numa alusão à gravidade desses atos para a lei eclesiástica e também civil. Outros adjetivos também denominavam os praticantes de sodomia, como *fanchono*, *somítigo*, *fodincu* e *fodidincu*. O adjetivo *fanchono* era utilizado para tipificar o sodomita mais escandaloso e efeminado, que em uma sociedade patriarcal, cuja postura esperada de alguém do sexo masculino era a virilidade, não era bem aceito. Na contemporaneidade, o *fanchono* equivaleria à “bicha louca”. A própria alcunha “bicha” é de origem colonial, numa referência à *bicha*, nome pelo qual ficou conhecida popularmente a peste (possivelmente febre amarela) que assolou a Bahia no século XVII. Os sodomitas foram acusados de, com seus atos, provocarem a ira divina, que castigava o povo com a doença. Sobre a tal *bicha*, o cronista Sebastião da Rocha Pita disse que “(...) foram logo adoecendo e acabando tantas pessoas que se contavam os mortos pelos enfermos. Houve dias em que caíram duzentos e não escaparam dois. Estavam cheias as casas de moribundos, as igrejas de cadáveres, as ruas de tumbas”<sup>189</sup>. MOTT, O sexo proibido... Op. cit., p.119; WEHLING, Arno /WEHLING, M<sup>a</sup> José C. M. **Formação do Brasil Colonial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.269. Até mesmo o termo *gay*, largamente utilizado para designar homossexuais nos dias atuais, parece ter sua origem em tempos bem distantes, antes mesmo do período colonial. Mott explica: “(...) o professor John Boswell descobriu que, na verdade, desde o século XIV, no catalão provençal, a palavra ‘gai’, que inclusive deu origem às palavras ‘gaiato’ e ‘gaia ciência’, era sinônimo de ‘rapazes alegres’, trovadores com um comportamento andrógino. A alegria deles era considerada um tanto quanto sodomítica, e usada como sinônimo de homossexual. De modo que é uma palavra que tem raízes mais antigas do que se imagina”. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/homes/?go=detalhe&cid=660&pagina=4> Acesso em 18/07/2012.

<sup>190</sup> Os exemplos citados referem-se a relações sodomíticas entre homens, na maior parte entre escravizados e senhores. Obviamente, as mulheres também praticavam a sodomia e sobre algumas que foram denunciadas para os representantes da Inquisição na Colônia, pode-se ver MOTT, Luiz. **Homossexuais da Bahia** – Dicionário biográfico (Séculos XVI-XIX). Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 1999.

No entanto, como se depreende dos processos inquisitoriais, não havia obediência absoluta. A sexualidade na Colônia tinha, por um lado, um aspecto profundamente restritivo, carregado de culpabilidade, que lançou mão de meios jurídico-religiosos para a manutenção de uma pureza “divina”; por outro lado, alguns povos nativos e africanos, componentes dessa sociedade, estavam acostumados a uma vivência sexual que não encontrava similaridade entre os colonizadores. Nesse meio tão contraditório e conflituoso, a repressão não foi capaz de conter os delitos que afrontavam a lei, porém, consolidou-se a memória coletiva dos europeus cristãos, o que fez com que a diversidade sexual tão espontânea dos nativos e dos africanos fosse associada ao mal.

### 2.3.3 A diversidade sexual no século XIX

Na Europa, na primeira década do século XIX, pessoas ainda eram enforcadas por cometerem o delito da sodomia. No entanto, as revoluções burguesas (1830 e 1848) contiveram, definitivamente, a influência da Igreja no Estado, acarretando o desmoronamento do mecanismo inquisitorial. Apesar disso, as leis europeias continuaram criminalizando as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo biológico<sup>192</sup>.

O desenvolvimento da ciência e da medicina, entre outras consequências para as sociedades, criou a ideia de que os homossexuais eram seres que sofriam de uma patologia, que causava transtornos psíquicos, como a troca da identidade sexual e a distorção na libido. Dessa forma, o sodomita, como indivíduo que deliberadamente desobedecia às leis civis e divinas, desapareceu, e o homossexual surgiu como alguém incompleto, doente, até mesmo pervertido.

Várias gerações de médicos, na Europa e nos Estados Unidos, dedicaram-se a descobrir a causa daquilo que consideravam uma disfunção. Segundo Spencer, esse interesse exagerado pela patologização da homossexualidade, por parte da classe médica, justificava-se com a tentativa de ascensão social desses profissionais, que “tinham lutado para se destacar”, “num reflexo evidente de suas próprias lutas pela respeitabilidade e de suas próprias raízes burguesas”<sup>193</sup>.

---

<sup>192</sup>SPENCER, Colin. Op. cit., p. 235.

<sup>193</sup>Idem, p. 274.

Acrescentava-se a isso o fato de que, no século XIX, como nos precedentes, as crises socioeconômicas buscavam os responsáveis pelas dificuldades que a sociedade enfrentava. Aqueles e aquelas, que demonstravam as possibilidades da diversidade sexual em suas vidas, continuaram a sofrer perseguições, agora com base “científica”, para que coletivamente houvesse a impressão de que algo estava sendo feito para solucionarem os problemas sociais.

Károly Mária Kertbeny, médico húngaro, criou o termo “homossexual”, em 1869. Segundo ele, a Natureza confere a alguns indivíduos um impulso homossexual, que produz aversão ao sexo oposto<sup>194</sup>. Embora seu objetivo fosse, pelo viés da medicalização, elaborar justificativas para a extinção da criminalização das práticas homossexuais, uma nova forma de hostilidade a quem não se enquadrava no padrão heteronormativo foi desencadeada com essa concepção patológica da homossexualidade<sup>195</sup>.

A partir daí, o que se viu no século XIX e até meados do século XX, no Ocidente, foi o estabelecimento de uma “amizade especial”<sup>196</sup> para disfarçar o interesse afetivo-sexual entre pessoas do mesmo sexo. Os encontros furtivos, em locais específicos como bares e prostíbulos, continuaram ocorrendo, mas sempre sob a iminência de serem descobertos por batidas policiais inesperadas. Não havia mais pena de morte para os criminosos, entretanto, geralmente a punição com trabalhos forçados levava a isso. A alternativa para a condenação era sujeitar-se a tratamentos que prometiam a cura da disfunção sexual, porém, as castrações e as sessões de hipnose não extirpavam os desejos e as tendências inatas dos indivíduos<sup>197</sup>.

A psicanálise, fundada por Freud, encarou a homossexualidade como um percalço na evolução sexual do indivíduo, proveniente da deficiência afetiva na relação da criança com seus pais. Se por um lado, essa concepção não corrobora a criminalização dessa vertente afetivo-sexual, por outro endossa a ideia de patologia ou deficiência, ratificando a heterossexualidade como o padrão normal da expressão sexual dos seres humanos<sup>198</sup>.

Em meio a esse universo de patologização e de contínua criminalização nas legislações, algumas pessoas reivindicavam o fim do estigma de doente para quem não

---

<sup>194</sup>Idem.

<sup>195</sup>BORRILLO, Daniel. Op. cit., p. 65.

<sup>196</sup>Homossexuais escondiam seus relacionamentos íntimos com a alegação de que as pessoas envolvidas eram apenas amigas, o que seria mais facilmente aceito pela sociedade.

<sup>197</sup> SPENCER, Colin. Op. cit., pp. 242-246, 276-280.

<sup>198</sup>BORRILLO, Daniel. Op. cit. p. 69.

se enquadrava no padrão heterossexista. Em sua pesquisa, Spencer comenta a ação, no Reino Unido, de Walt Whitman, J. A. Symonds e Edward Carpenter, todos os três poetas e homossexuais, juntamente com Havelock Ellis, psicólogo heterossexual, que pretendiam humanizar a abordagem da homossexualidade, apresentando-a como viril, saudável, igualitária e não exploradora, para que a sociedade mudasse o conceito sobre ela. Enfatizavam a propagação de informações e o esclarecimento das autoridades como meio de dirimir preconceitos. Todavia, a pressão social não permitiu a publicação de muitos dos seus trabalhos e a despatologização da homossexualidade somente ocorreria cem anos depois, em 1990<sup>199</sup>. Outras expressões da diversidade sexual, como a assexualidade – a ausência de interesse sexual por qualquer sexo ou gênero – ainda não são aceitas como saudáveis e a transgeneridade - expressão de identidades de gênero - continua sendo considerada por muitos uma disforia ou transtorno de gênero<sup>200</sup>.

Percebe-se que, embora a memória coletiva de uma sociedade acerca da diversidade sexual se baseie em aparatos de controle, sempre há quem não se conforma e desafia os padrões estabelecidos como o correto a ser seguido, em qualquer período histórico. As sociedades criaram formas de lidar com a diversidade sexual, umas com mais liberalidade do que outras, preservados os devidos limites impostos pela própria cultura. Nesses contextos, certamente surgiram os “rebeldes”, mesmo que não haja registros de todos e todas que protestaram contra um padrão hegemônico de conduta sexual. Por isso, compreendemos que os impulsos sexuais, atualmente configurados sob os conceitos de orientação sexual e identidade de gênero, são elaborados e/ou reelaborados nas interações que ocorrem entre os indivíduos.

Debater essa questão nas aulas de História é uma oportunidade de esclarecimentos e aquisição de conhecimentos, que podem tornar possível uma convivência mais pacífica. Nesse sentido, o livro didático pode dar uma grande contribuição como recurso para os (as) professores (as), se a questão da diversidade sexual não estiver silenciada em suas páginas.

---

<sup>199</sup> SPENCER, Colin. Op. cit., pp. 280-288.

<sup>200</sup>Um movimento de mudança acerca dessa questão ocorreu em 19/06/2018, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a transgeneridade da lista de distúrbios mentais. Cada país terá que se adaptar à nova diretriz até 2022. **OMS reconhece que ser transgênero não é doença e retira classificação da CID.** Disponível em <https://igay.ig.com.br/2018-06-19/transgenero-oms-cid.html> Acesso em 29/06/2018.

### 3 ANÁLISE DAS COLEÇÕES DIDÁTICAS

Neste capítulo, faremos a análise das coleções didáticas com o objetivo de demonstrar as representações que são evidenciadas da diversidade sexual, nos livros de história, utilizados em turmas de 6º ao 9º ano. As fontes selecionadas compõem-se de cinco coleções didáticas, perfazendo um total de vinte livros, separados em duas categorias: os que são adotados na rede pública de ensino<sup>201</sup> e os que são direcionados para o uso nas escolas privadas<sup>202</sup>. A razão de contemplarmos essas duas categorias, na análise, relaciona-se com a possibilidade de conhecermos o panorama do ensino da diversidade sexual nos materiais didáticos que circulam nas duas redes oficiais de ensino, no município de Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro<sup>203</sup>. As coleções escolhidas são atuais e divulgadas nas escolas dessa região.

O procedimento metodológico adotado para a investigação desses livros baseia-se em três das quatro funções<sup>204</sup> essenciais que Choppin atribui ao livro didático, conforme apresentadas no primeiro capítulo desta dissertação (pág. 35). Os conteúdos que, de alguma forma, citam a diversidade sexual foram extraídos dos respectivos livros e analisados de acordo com o roteiro a seguir.

---

<sup>201</sup>VAZ, Maria Luísa; PANAZZO, Sílvia. **Jornadas.hist – História**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016; VAINFAS, Ronaldo *et al.* **História.doc**. São Paulo: Saraiva, 2017.

<sup>202</sup>MAGALHÃES, Gustavo Celso de; HERMETO, Miriam. **História Ensino Fundamental – Rede Pitágoras**. Belo Horizonte: Editora Educacional, 2016; GUERREIRO, Thales Adriano. **Tempo de História**. 1. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2011; \_\_\_\_\_. **Tempo de História**. 3. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.

<sup>203</sup>Pensamos ser interessante a investigação sobre essa realidade no município onde residimos e ensinamos.

<sup>204</sup>As funções são referencial, documental, ideológica e instrumental, no entanto, essa última não atende aos objetivos propostos, por isso, não será levada em consideração na análise a ser realizada.

**Quadro 02** – Roteiro de análise

FUNÇÃO	PROPOSTA
<b>Referencial</b>	Em que conteúdos, do 6º ao 9º anos, a diversidade sexual é, de alguma forma, mencionada.
<b>Documental</b>	Que documentos (textuais e/ou icônicos [fotografias, desenhos ou outras gravuras]) são fornecidos para a compreensão do tema, com a finalidade de desenvolver a criticidade dos alunos e o que eles evidenciam? A forma como o conteúdo é abordado permite ao professor promover uma discussão mais aprofundada com os alunos sobre as diferenças sexuais ou não favorece esse debate?
<b>Ideológica</b>	A forma como é representada a diversidade sexual provoca algum efeito nos/nas alunos/alunas LGBT? Em caso afirmativo, qual? Essa representação veicula valores das classes dirigentes? Que linguagem é usada para se referir às pessoas que não se enquadram no padrão heteronormativo? Distinguem-se as diversas expressões da sexualidade ou apenas citam-se os homossexuais ou <i>gays</i> ?

(Quadro elaborado por nós com base em CHOPPIN, Alan. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, USP, v. 30, n. 3, set./dez, 2004, p. 553.)

Começaremos pela coleção Tempo de História. Ela foi produzida para a rede privada de ensino e, portanto, não passou pelo crivo do Programa Nacional do Livro Didático, o PNLD, responsável por avaliar e selecionar os títulos que serão destinados às escolas públicas brasileiras. A importância dessa coleção para nossa análise repousa no fato de termos acesso a duas edições, nas quais se percebe uma forma diferente de abordagem da diversidade sexual. Todos os livros da 1ª edição, de 2011, estão divididos em 7 unidades, que, por sua vez, desdobram-se em 60 capítulos. Os únicos livros que fazem referência à diversidade sexual são os volumes destinados ao 7º e ao 9º anos.

O excerto a seguir foi retirado do volume dirigido ao 7º ano.

## Os homossexuais

Durante a Idade Média, um jovem homossexual era chamado de **Ganimedes** e a atividade homossexual era chamada de "o jogo" ou "a caça".

Nos primeiros séculos da Idade Média, por diversas vezes a relação sexual entre dois homens não era vista como um problema de ordem social. Ao ser descobertos, os homossexuais deveriam cumprir penitências leves com rezas e jejum.

A partir do século XIII, devido às epidemias e ao reduzido número de nascimentos e de homens adultos para o trabalho, a Igreja interferiu estimulando o aumento da procriação através do casamento. Com isso, a prática homossexual se tornou um **pecado grave**, devendo ser severamente punida.

A partir de então as práticas homossexuais foram violentamente perseguidas e, quando descobertas, os praticantes eram mortos na fogueira, pois se acreditava que o pecado deveria ser destruído pelo fogo.

Apesar disso, o número de homossexuais era relativamente grande. Cidades como Chartres, Orléans, Sens, Paris e, principalmente, Veneza e Florença, possuíam bordéis masculinos. Com a disseminação das relações homossexuais entre religiosos e entre jovens da nobreza, as autoridades e a Igreja iniciaram uma cruzada moralizante, que resultou em prisões, torturas e muitas fogueiras.

### Curioso é...

Na Grécia e Roma antigas a prática do homossexualismo não era vista como algo errado ou um pecado, sendo comum o amor entre homens e o desprezo ao amor das mulheres.

O apelido Ganimedes aos homossexuais refere-se à lenda grega em que Zeus se apaixona por um jovem troiano, de nome Ganimedes. Encantado com a beleza do mortal, Zeus transformou-se em águia, o raptou e o levou ao Olimpo. O nome Ganimedes, do grego, significa "alegrar-se na masculinidade".

Esse nome também foi dado à maior lua do planeta Júpiter. Galileu descobriu as quatro maiores luas desse planeta, e todas, posteriormente, receberam os nomes das paixões de Zeus.



**Excerto 01** – “Os homossexuais”. GUERREIRO, Thales Adriano. **Tempo de História**. 1. ed. 7º ano. São Paulo: Editora do Brasil, 2011, p. 41.

Com base no texto “Os homossexuais”, realizamos a seguinte análise a partir do procedimento metodológico adotado para esta pesquisa:

**Quadro 03** – Análise do Excerto 01.

FUNÇÃO	ANÁLISE
<b>Referencial</b>	O tópico “Os homossexuais” está inserido em um conteúdo dirigido ao 7º ano, “Os excluídos da sociedade feudal”.
<b>Documental</b>	O tópico é apresentado em um texto que cobre metade da página, aproximadamente. Há um desenho que ilustra a lenda narrada. É possível, para o professor, a partir do que é apresentado, suscitar discussões com a turma sobre o assunto, pois o texto apresenta uma linguagem acessível ao aluno.
<b>Ideológica</b>	O autor cita o apelido pelo qual os homossexuais eram conhecidos na Idade Média, mas não esclarece que o próprio termo “homossexuais” não existia. Havia os “sodomitas”, como eram chamados os homens que se relacionavam sexualmente com outros homens, considerados criminosos, indivíduos sem uma tendência homossexual inata, mas desobedientes deliberados das leis e, portanto, passíveis de punição pela justiça civil e eclesiástica <sup>205</sup> . É utilizado o substantivo “homossexualismo”, num livro de 2011, para se referir às práticas homossexuais. Desde a década de 1990, essa palavra, por possuir uma carga semântica discriminatória – pois o sufixo -ismo encerra a ideia de doença ou transtorno – vem sendo substituída pelo termo “homossexualidade”, para nomear essa vertente da sexualidade humana <sup>206</sup> . Além disso, seu comentário sobre as práticas sexuais na Antiguidade proporciona a compreensão de que não havia interdições no que diz respeito à sexualidade. Todavia, as fontes históricas indicam outra realidade, por isso, a apresentação do que era e do que não era considerado adequado

<sup>205</sup>Ver o 2º capítulo desta dissertação, pp. 58-60. O autor desse livro didático comete anacronismo. Paul Veyne adverte sobre a utilização dos anacronismos na História, “das palavras cujos sentidos pertencem à rede atual de significações, empregadas para significar seres ou situações longínquas no tempo e no espaço”. Sobre anacronismos, Foucault questiona a respeito da conveniência de dizer que mesmo os gregos eram homossexuais. “De fato, a noção de homossexualidade é pouco adequada para recobrir uma experiência, formas de valorização e um sistema de recortes tão diferente dos nossos”. SWAIN, Tânia Navarro. Op. cit., p. 151.

<sup>206</sup>BORTOLINI, Alexandre. **Diversidade sexual na escola**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008, p. 9.

	<p>nessa questão, naquele período, permitiria ao/à aluno (a) o entendimento de que a vivência da sexualidade é resultado de uma construção histórica<sup>207</sup>. Outro ponto a ser observado é que o autor comenta somente a homossexualidade masculina, esquecendo-se das mulheres.</p>
--	---

O próximo excerto foi retirado do volume do 9º ano, também da 1ª edição, de 2011.



A lei criminaliza também a discriminação, que nada mais é que o preconceito traduzido em ações. Isso ocorre quando alguém xinga outra pessoa para diminuí-la, trata com indiferença, ou de forma humilhante, um indivíduo, ou impede algum tipo de acesso ou a garantia da Constituição (emprego, serviço público etc.) a alguém de outra etnia, ou com deficiência física, por exemplo.

A lei no Brasil criminaliza a discriminação étnica, ou seja, o racismo. Mas ainda precisam ser regulamentadas leis que criminalizem outras formas de discriminação, como a sexual. Ainda é preciso criar leis específicas para punir esse tipo de hostilidade com mais rapidez e eficiência. No entanto, para formas de discriminação como a religiosa, social, política, econômica, incluindo a de gênero, vale ainda o artigo da Constituição que repudia preconceitos de qualquer natureza.

O preconceito não deve ser tolerado pela sociedade. E aí entra o maior desafio do século: promover a mudança de mentalidade.

A luta contra todas as formas de discriminação precisa ainda percorrer um longo caminho. Contudo, é urgente que os governos e todos os segmentos da sociedade civil se unam e se mobilizem nesse combate, só assim os cidadãos do século XXI talvez vivam em uma sociedade sem xenofobia, racismo, antissemitismo, homofobia e todas as formas de intolerância que ainda persistem.



Milhares de pessoas participam da 14ª Parada do Orgulho Gay (GLBT), realizada na Avenida Paulista, São Paulo, em 6 de junho de 2010.

**Excerto 02** – “Criminalização da intolerância”. GUERREIRO, Thales Adriano. **Tempo de História**. 1. ed. 9º ano. São Paulo: Editora do Brasil, 2011, p. 300.

Para a compreensão dos pontos analisados a partir do texto em tela, cuja temática é “Criminalização da intolerância”, apresentamos o quadro seguinte.

<sup>207</sup>Ver o 2º capítulo desta dissertação, p. 70.

**Quadro 04** – Análise do Excerto 02.

FUNÇÃO	PROPOSTA
<b>Referencial</b>	O texto faz parte de um conteúdo intitulado “Respeito ao outro: o desafio do século XXI”, do 9º ano.
<b>Documental</b>	No texto, há duas fotografias: de uma pessoa sentada em um lugar indefinido e da Parada do Orgulho Gay, em 2010, em São Paulo. A pessoa em questão pode ser um homem ou uma mulher; não dá para elucidar pela análise da fotografia, impedindo o entendimento de qual relação ela tem com o texto escrito. A fotografia da Parada, no ângulo em que foi tirada, dá destaque à bandeira e não à multidão. Dessa forma, o objeto não colabora para a visualização dos indivíduos LGBT, que são representados como uma massa sem rosto; pelo contrário, a bandeira esconde boa parte deles. Desse recurso fotográfico pode-se deduzir certa inferiorização das pessoas exibidas. Os textos utilizados pelo autor abordam de forma muito genérica a intolerância praticada contra grupos minoritários, entre eles a população LGBT, não permitindo uma discussão mais aprofundada sobre a diversidade sexual.
<b>Ideológica</b>	O autor faz referência às formas de discriminação (xenofobia, racismo, homofobia, antissemitismo) sem esclarecer o sentido dessas práticas, quais são os indivíduos ou grupos discriminados. Essa generalização contribui para invisibilizar mais ainda esses sujeitos, que, dessa forma, não têm suas particularidades históricas contempladas no conteúdo.

A 3ª edição, de 2016, da mesma coleção apresenta uma mudança significativa na abordagem da diversidade sexual. As referências ao tema continuam aparecendo nos livros do 7º e do 9º anos. Aquele dividido em 4 unidades e 12 capítulos, e este em 8 unidades e 28 capítulos.

Analisaremos, primeiramente, o volume destinado ao 7º ano.

## Nem todos eram bem-vindos

A partir do século X, a Igreja Católica, instituição com muita influência política na sociedade europeia medieval, começou a empreender perseguições a alguns grupos sociais.

Os judeus pertenciam a um desses grupos, mas nem sempre foram perseguidos pela Igreja. A convivência entre eles e os cristãos costumava ser pacífica até o final do século XI, quando houve o primeiro **pogrom**. Na região da Renânia, a oeste da atual Alemanha, ocorreu uma série de pogroms no início do verão de 1096. Desse período em diante, a violência era alimentada pelo espírito cruzadista contra as comunidades judaicas.

No século XIII, a Igreja, já incomodada com os judeus, ampliou a perseguição e expulsão deles de diversos locais da Europa.

Outro grupo, os homossexuais, reprovados socialmente desde o começo do cristianismo, foram tolerados pela Igreja até o século XIII. A partir desse período a homossexualidade também passou a ser condenada pela Igreja, e sua perseguição foi intensificada durante a Idade Média.

Assim, muitas coisas contrárias aos interesses da Igreja Católica foram consideradas heresia e, no século seguinte, os **hereges** constituíram o principal problema da Igreja. Para combatê-los, as autoridades eclesiásticas recomendavam o uso de tortura e a execução em fogueiras.

Professor, lembre aos alunos que os judeus são descendentes dos hebreus, povo que sofreu diáspora e foi espalhado por várias partes do mundo após a Palestina ser dominada por outros povos na Antiguidade.

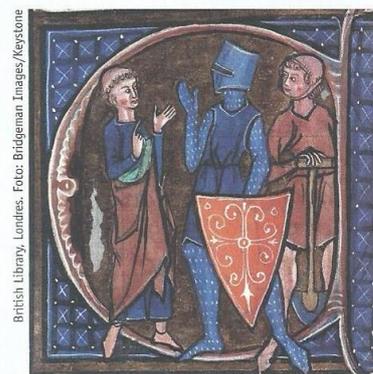
## O feudalismo

Denominamos feudalismo o período histórico correspondente ao predomínio das relações associadas ao espaço em torno da propriedade feudal (ou feudo) na sociedade europeia. Ele durou, aproximadamente, do final do século X até o século XIII. Dependendo do local, o feudalismo assumiu diferentes configurações.

Com a desagregação do Império Carolíngio no século IX, gradualmente os condes desse império se tornaram senhores regionais que estabeleciam relações de fidelidade entre si. Formaram-se unidades políticas independentes, associadas à terra, cuja posse era mantida por meio de vínculos pessoais que reforçavam o poder da aristocracia.

## O feudo

A economia da Europa medieval era rural. Ao longo dos séculos, desde o final do Império Romano, terras eram concedidas pelos senhores a seus vassalos em troca de prestação de serviços. Essas concessões eram chamadas de benefícios. Na Alta Idade Média elas não passavam de pai para filho, mas depois do século XI começaram a ser hereditárias, recebendo o nome de feudo.



British Library, Londres. Foto: Bridgeman Images/Keystone

Representação da ordem social tripartite da Idade Média.

*Oratores*: "aqueles que rezam"; *bellatores*: "aqueles que lutam"; e *laboratores*, "os que trabalham". Iluminura em pergaminho do livro *Li Livres dou Sante*, séc. XIII.

**Herege**: que ou quem professa ideias contrárias às geralmente admitidas pelo grupo dominante.

**Pogrom**: movimento violento contra grupos étnicos ou religiosos, em geral com massacre de populações.

Art. GLOSSÁRIO Penal e Lei n. 9.610/1998.  
LIVRO PARA ANÁLISE DO PROFESSOR - VENDA E REPRODUÇÃO PROIBIDAS

**Excerto 03** – “Nem todos eram bem-vindos”. GUERREIRO, Thales Adriano. **Tempo de História**. 3. ed. 7º ano. São Paulo: Editora do Brasil, 2016, p. 53.

As discussões sobre o texto “Nem todos eram bem-vindos” estão sistematizadas no quadro seguinte:

**Quadro 05** – Análise do Excerto 03.

FUNÇÃO	PROPOSTA
<b>Referencial</b>	O tópico “Nem todos eram bem-vindos” está inserido em um conteúdo dirigido ao 7º ano, “Feudalismo”.
<b>Documental</b>	Nitidamente resumida, se comparada à 1ª edição, a informação acerca da diversidade sexual compreende apenas quatro linhas e está misturada a outras do período feudal. E nos incita a curiosidade a justificativa que o autor teve para diminuir o conteúdo de uma edição para outra. Buscamos, no decorrer da pesquisa, contato com esse autor, mas ele não nos respondeu. A imagem que aparece está associada às três classes feudais (nobreza, clero e campesinato) e não às questões sexuais do período.
<b>Ideológica</b>	Persiste o anacronismo (em vez de sodomitas é utilizado o termo “homossexuais”). Quando se afirma que a Igreja era tolerante com a homossexualidade até o século XIII, cria-se a falsa ideia de que, no primeiro milênio do cristianismo, não foram impostas formas de controle sobre a sexualidade das pessoas. Se, por um lado a pena de morte foi aplicada poucas vezes para os/as que destoavam dos padrões sexuais estabelecidos pela Igreja, por outro não é menos verdade que já havia leis civis e eclesiásticas que discriminavam os sodomitas. Registrar, em meio a outras informações desse período, apenas poucas linhas sobre a homossexualidade, é um modo de desconsiderar a importância de debater tal assunto.

O próximo excerto pertence ao volume do 9º ano.

## Os homossexuais na Rússia

A homossexualidade não é crime na Rússia desde 1993; mas, assim como em outros países do mundo, enfrenta discriminação da sociedade. A situação agravou-se em 2013, quando foi aprovada uma lei que proíbe a propaganda de “formas não tradicionais de relações sexuais” para menores de 18 anos, ou seja, qualquer ato que vá contra o formato heteronormativo das relações afetivas.

Em 2014, com a realização das Olimpíadas de Inverno na cidade de Sochi, foi dada atenção internacional à questão. Ao serem questionados sobre a situação dos atletas, das comitativas e dos espectadores do evento, as autoridades russas disseram que todos eram bem-vindos. No entanto, qualquer forma de protesto ou até mesmo demonstração de afeto homossexual feita em público tornou-se passível de punição naquele governo, desde multas até prisão, e, no caso de estrangeiros, expulsão do país.

Foram realizados muitos protestos contra essa legislação e esse posicionamento político russo por reprimir a comunidade LGBT, que está proibida de organizar paradas do “orgulho gay” em solo russo, comuns em todo o mundo.

1. Com base no texto e em seus conhecimentos, explicita o que determinadas políticas, como a da Rússia, pode causar na vida de cidadãos homossexuais.

Resposta pessoal. Professor, trabalhe esse texto em sala de aula com os alunos e encaminhe a questão no sentido de fazer-lhes refletir o quanto esse tipo de política governamental restringe as liberdades individuais dos cidadãos, deixando claro também que a orientação sexual de um indivíduo não pode ser motivo para que sua liberdade seja reduzida.

**Excerto 04** – “Os homossexuais na Rússia”. GUERREIRO, Thales Adriano. **Tempo de História**. 3. ed. 9º ano. São Paulo: Editora do Brasil, 2016, p. 242.

A seguir, a análise desse excerto.

**Quadro 06** – Análise do Excerto 04.

FUNÇÃO	PROPOSTA
<b>Referencial</b>	O tópico exposto no excerto 04 está incluído no conteúdo sobre a Rússia contemporânea, “Rússia pós-comunismo”.
<b>Documental</b>	O tópico não é um conteúdo exclusivo e está exposto como uma informação do cotidiano russo, na atualidade; faz parte de um conteúdo, ao qual foi dada mais importância. Apresenta uma palavra (heteronormativo) e uma sigla (LGBT) que não foram apresentadas antes e cujos significados não foram explicitados.
<b>Ideológica</b>	Nesse volume, o autor não mencionou a história daqueles/as que não estavam conformados com os padrões sexuais estabelecidos pela sociedade. Todavia, neste momento ele aponta as dificuldades e lutas que os homossexuais precisam travar para viver na Rússia. Ao final do texto, ele cita a sigla LGBT, mas não dá o seu significado, favorecendo a falsa interpretação de que “homossexuais” e “LGBT” são sinônimos. Essa confusão contribui na invisibilização das outras categorias que compõem a diversidade sexual. Além disso, ao apontar essas dificuldades vivenciadas pelos homossexuais na sociedade russa sem a devida contextualização histórica, o autor pode favorecer a concepção de que pessoas LGBT são típicas deste século, como se não tivessem existido similares a elas no passado. É possível que ocorra, também, a impressão de que ser LGBT é, unicamente, viver em estado de luta e insegurança.

O próximo excerto pertence, ainda, ao mesmo volume do 9º ano.

## Lutas por direitos

Vários movimentos se destacaram na luta por direitos e mudanças na Constituição brasileira, mas vamos destacar dois: o movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) e a luta pelos direitos das mulheres. Apesar de a Constituição garantir que todos são iguais, na prática, as diferenças construídas historicamente acabam por prejudicar ou excluir uma parcela da população brasileira.

O movimento LGBT luta para conquistar os mesmos direitos dos heterossexuais. Entre suas pautas estão o casamento civil igualitário e a criminalização da **homofobia**.

O Brasil é um dos países onde há mais morte da população LGBT no mundo. Diferentemente do racismo, que já é crime (avanço conquistado também com muitas lutas de vários setores do movimento negro), a homofobia ainda não foi criminalizada. É por isso que a luta para criminalizá-la é uma das principais pautas do movimento LGBT, uma vez que essa população ainda sofre ataques físicos, mortes e estupros motivados pelo preconceito.

A luta das mulheres não é diferente. No que diz respeito aos salários, as mulheres ainda ganham menos que os homens para desempenhar as mesmas funções. Além disso, são vítimas constantes de violência doméstica e abusos nas ruas, e mesmo no ambiente de trabalho. Ao reconhecer os altos índices desse tipo de agressão, o governo sancionou o **feminicídio**, classificando os assassinatos de mulheres como crime hediondo, isto é, sujeito a penas mais graves.

Apesar desses avanços, a luta das mulheres segue contra o machismo e a cultura da violência sexual, por igualdade de direitos não apenas no papel, mas na prática, sobretudo para vivermos em um país onde os direitos da Constituição Cidadã sejam válidos para todos os brasileiros.

Vista aérea da 18ª Parada do Orgulho de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) de São Paulo, na Avenida Paulista, São Paulo (SP), 4 de maio de 2014.



**Feminicídio:** assassinato de mulheres.

**Homofobia:** preconceito contra homossexuais.

**Excerto 05** – “Lutas por direitos”. GUERREIRO, Thales Adriano. **Tempo de História**. 3. ed. 9º ano. São Paulo: Editora do Brasil, 2016, p. 271.

Segue a análise do excerto 05.

**Quadro 07** – Análise do Excerto 05.

FUNÇÃO	PROPOSTA
<b>Referencial</b>	O tópico exposto no excerto 05 encontra-se no conteúdo sobre “Os conflitos da atualidade”, do 9º ano.
<b>Documental</b>	Há uma fotografia que abrange grande parte da página, a qual, no ângulo em que foi tirada e com a amplidão do fundo, minimiza a bandeira e foca a multidão, criando a ideia da força que é necessária para a luta que segmentos marginalizados, como os LGBT e as mulheres, precisam ter, a fim de reivindicarem os direitos deles. Há coerência entre o efeito provocado pela fotografia e o texto escrito, no qual a palavra “população” aparece duas vezes.
<b>Ideológica</b>	A abordagem realizada não se preocupou em esclarecer por que mulheres e pessoas LGBT são, historicamente, discriminados e têm seus direitos negados. O autor não se preocupa em apontar as razões que levaram o Ocidente a considerar pessoas LGBT e mulheres como inferiores ou anormais. Novamente, isso pode favorecer a concepção de que pessoas LGBT são típicas deste século, como se não tivessem existido similares a elas no passado. O autor também erra quando cita a reivindicação pelo “casamento civil igualitário”, num livro publicado em 2016, quando a união estável para essas pessoas já estava liberada desde 2011 e o casamento civil desde 2013, no Brasil.

Algumas observações devem ser feitas sobre essas edições. Embora pertençam à mesma editora e ao mesmo autor, há uma grande discrepância, na questão da diversidade sexual, entre a 1ª e a 3ª edição. Sem dúvida, a 1ª tem o mérito de apontar o tema de forma inclusiva num conteúdo que é próprio do currículo de 7º ano. O autor percebeu que há abundantes fontes históricas que favorecem essa possibilidade e mesmo que tenha cometido erros conceituais e historiográficos, foi uma inovação a inserção desse tema no livro didático de história. Talvez a motivação esteja relacionada ao que foi discutido na 1ª Conferência LGBT, em Brasília, em 2008: a inclusão, nos livros e materiais didáticos, de conteúdos que abordassem a temática das questões de

gênero e de orientação sexual<sup>208</sup>. No entanto, após a pressão exercida por correntes conservadoras, que se fortaleceu na sociedade brasileira a partir de 2014, parece que o autor não teve a mesma possibilidade e, na edição de 2016, o conteúdo de quase uma página foi resumido a quatro linhas, no livro do 7º ano, e a caracterização dos LGBT como pessoas perseguidas que devem constantemente lutar pelos seus direitos foi a tônica no livro do 9º ano. É inegável que existe discriminação manifestada de várias formas contra essas pessoas, mas apontar que no período medieval elas eram perseguidas e que essa perseguição continua ocorrendo, sem que sejam contextualizados os interesses que levaram à formação de uma memória coletiva, no Ocidente, que preserva a imagem delas como pessoas erradas e sujas, impede a percepção de que a discriminação é uma construção histórica e que, portanto, não pode ser naturalizada.

A próxima coleção a ser analisada, intitulada História, foi elaborada por um sistema de ensino, a Rede Pitágoras, direcionada à rede privada de ensino. Ela é dividida em volumes semestrais, cada qual com duas unidades e três capítulos em cada uma. Algo referente à diversidade sexual foi incluído apenas no livro do 7º, volume 1, na 1ª unidade.

O excerto a seguir apresenta esse tópico.

---

<sup>208</sup> Ver o 2º capítulo desta dissertação, p. 49.

A **estabilidade física** e a social eram critérios importantes de legitimidade social. Por isso, pessoas sem moradia fixa ou "desclassificadas" eram marginais, como era o caso dos vagabundos, dos errantes e dos mendigos.



A **religião** católica era dominante e instituiu um grande número de heresias, a partir de seus dogmas e valores. Portanto, estabeleceu muitos sujeitos como hereges; estes não eram considerados dignos de existirem socialmente. Era o caso das bruxas e feiticeiras, dos membros de seitas não católicas e até mesmo das mulheres, que representavam o pecado original.

O **trabalho**, elemento que foi associado ao pecado original por muitos anos, passou a ser revalorizado, especialmente na Baixa Idade Média, quando a sociedade retomava o processo de crescimento econômico. Assim é que, a partir do século XIII, os ociosos e os mendigos válidos passaram a ser considerados figuras marginais.



Tudo o que não era considerado natural ou normal, segundo os **padrões dominantes**, era considerado marginal; era o caso, por exemplo, dos **homossexuais** e das figuras monstruosas.

Alguns grupos sociais eram alvo de fobias, tais como os judeus – em função, especialmente, de suas atividades comerciais – e os estrangeiros. Assim, a **identidade** era critério de exclusão social.

O **corpo** era um elemento importante para a marginalização, porque encarnava o pecado. Assim, os doentes (especialmente os leprosos, de chagas expostas) eram naturalmente considerados marginais.

*Tortura: queima de bruxas e prisioneiros. Miniatura do século XIV. Reprodução*

*Doentes de peste. Reprodução*

LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, [s/d].

**Excerto 06** – “Categorias de marginais medievais”. MAGALHÃES, Gustavo Celso; HERMETO, Miriam. **História**. Rede Pitágoras. 7º ano. Volume 1. Belo Horizonte: Editora Educacional, 2017, p. 22.

No quadro 08, apresentamos os resultados da análise do texto identificado pelo excerto 06.

**Quadro 08** – Análise do Excerto 06.

FUNÇÃO	PROPOSTA
<b>Referencial</b>	A referência a homossexuais aparece numa seção do conteúdo Feudalismo, do 7º ano.
<b>Documental</b>	As imagens representam pessoas doentes e as torturas que eram infligidas aos hereges, de modo geral. As palavras em negrito destacam o que os autores consideram que deve ser a palavra-chave em cada tópico. A referência à diversidade sexual é a palavra “homossexuais”, assinalada por nós. Essa única referência não favorece um debate profundo sobre a diversidade sexual naquele período.
<b>Ideológica</b>	Associada à marginalidade, a palavra designa um grupo considerado anormal que era excluído e discriminado. Não há explicação sobre os fatores históricos que causaram essa marginalização e ocorre a tendência de se considerar essa exclusão como algo inerente à História, como se desde sempre fosse assim. Também ocorre anacronismo com o uso da palavra “homossexuais”, no período histórico apontado.

Essa é a coleção, dentre as que analisamos, que menos abordou a questão da diversidade sexual. A importância que deu ao tema é evidenciada pela citação de apenas uma palavra (homossexuais), em um dos volumes da coleção. A palavra aparece sem prévias explicações, mas incluída num contexto de pessoas que eram marginalizadas. Se os alunos que estudam por ela não tiverem acesso a outras fontes, não compreenderão os fatores históricos que levaram à exclusão dessas pessoas e tenderão a naturalizar a discriminação de que são vítimas até a atualidade.

Analisaremos agora a coleção Jornadas.hist, que foi aprovada pelo PNLD de 2014 e destinada à rede pública de ensino. A única referência à diversidade sexual é apontada no livro do 9º ano, que está dividido em 8 unidades e 19 capítulos.

O primeiro excerto desse volume está inserido no conteúdo acerca do Nazismo.

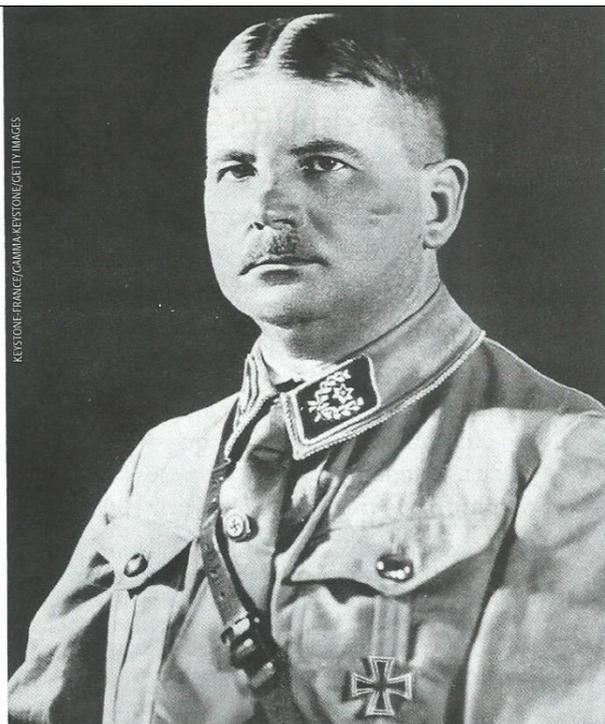
## Perseguições antisemitas e o Holocausto

Ao mesmo tempo em que se impunham militarmente, os nazistas aprofundavam o antisemitismo na Alemanha e nos territórios ocupados. Durante a guerra, o **Holocausto** vitimou milhões de judeus, que foram presos em campos de concentração e exterminados de diferentes formas: passando fome, contraindo doenças, asfixiados em câmaras de gás, executados por pelotões de fuzilamento. Alguns estudos indicam que o número de mortos pode ter atingido 6 milhões.

A violência praticada contra o povo judeu levou inúmeras famílias de origem judaica a fugir da Europa, migrando para países distantes das zonas de conflito, particularmente Estados Unidos, Argentina e Brasil.

O extermínio dos judeus foi uma das características mais marcantes da política nazista. Entretanto, outras pessoas consideradas “inferiores”, como os negros, os ciganos, os homossexuais e os comunistas, também foram enviadas para os campos de concentração.

**Holocausto:** entre os antigos hebreus, sacrifício em que se queimavam inteiramente as vítimas.



Ernst Röhm, líder da primeira milícia do Partido Nazista, Sturmabteilung (SA), em 1930. Homossexual assumido, era um dos homens de confiança de Hitler e o ajudou a ascender ao poder. Porém, foi assassinado por ser homossexual, com autorização de Hitler, em 1934, na Noite das Facas Longas. Estima-se que cerca de 15 mil homossexuais morreram em campos de concentração nazistas.

Professor, ressaltar a importância da tolerância e do respeito em relação à diversidade sexual. Comentar que, atualmente, no mundo, estão sendo implementadas e discutidas diferentes formas de punição para atitudes discriminatórias relacionadas a grupos de pessoas que têm manifestação sexual perseguida por homofóbicos e intolerantes.

**Excerto 07** – “Ernst Röhm”. VAZ, Maria Luísa; PANAZZO, Silvia. **Jornadas.hist.** 3. ed. 9º ano. São Paulo: Editora Ática, 2015, p. 125.

A seguir, a análise desse excerto.

**Quadro 09** – Análise do Excerto 07.

FUNÇÃO	PROPOSTA
<b>Referencial</b>	A primeira referência à diversidade sexual ocorre no conteúdo “Segunda Guerra Mundial”, do 9º ano.
<b>Documental</b>	É incluída a fotografia de Ernst Röhm, líder nazista e homossexual assumido. Os textos esclarecem que, mesmo sendo um homem de destaque na hierarquia do partido, foi eliminado por ser homossexual.
<b>Ideológica</b>	Primeiramente, o tema é mencionado nos horrores infligidos aos que o Nazismo considerava inferiores. Não é feita nenhuma problematização para promover explicações de por que os nazistas agiam assim com os homossexuais. Utilizar a fotografia do líder nazista homossexual personifica um grupo minoritário, mas, por outro lado, sem a devida contextualização, cria a percepção de que ninguém está a salvo da perseguição e da morte, se a sua homossexualidade for descoberta, por isso, é melhor, por uma questão de sobrevivência e segurança, manter a orientação sexual escondida.

O excerto a seguir faz parte de outro conteúdo do mesmo volume, do 9º ano.

## Uruguai

Nas eleições de 2014, o país elegeu pela terceira vez consecutiva um presidente de esquerda, o socialista Tabaré Vázquez, que governara o Uruguai entre 2005 e 2010. No segundo mandato, ele promete baixar os impostos, investir em educação e tecnologia, controlar a inflação e cuidar da segurança pública. O Uruguai é conhecido pelas medidas pioneiras em relação aos direitos civis e democráticos: o primeiro país a legalizar o divórcio, em 1932; o primeiro da América Latina a legalizar uniões civis entre pessoas do mesmo sexo e a permitir a adoção homoparental, em 2007. Em 2013, aprovou o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

**Excerto 08** – “Uruguai”. VAZ, Maria Luísa; PANAZZO, Silvia. **Jornadas.hist.** 3. ed. 9º ano. São Paulo: Editora Ática, 2015, p. 235.

O quadro 10 apresenta os resultados obtidos da análise realizada do texto anterior.

**Quadro 10**– Análise do Excerto 08.

FUNÇÃO	PROPOSTA
<b>Referencial</b>	A referência está explicitada no conteúdo “Governos populares na América Latina”, do 9º ano.
<b>Documental</b>	Há apenas um texto verbal. É possível iniciar um debate sobre homofobia ou direitos iguais para todos, a partir do que é apresentado.
<b>Ideológica</b>	As leis que beneficiam a população LGBT, no Uruguai, são citadas como se fossem uma dádiva de um governo condescendente. Se não for bem debatido, o tópico possibilita o entendimento de que “governos esclarecidos” são a solução para os males da sociedade, desconsiderando-se a necessidade da organização e atuação dos movimentos sociais. Superestima-se, dessa forma, a atuação dos governos enquanto a ação dos indivíduos organizados é desvalorizada.

Sobre essa coleção foi registrado, na avaliação do PNLD, que ela “(...) contribui para o desenvolvimento de ações positivas quanto à formação cidadã, com texto e atividades que promovem a difusão dos princípios da igualdade e do respeito ao convívio social (...)”<sup>209</sup>. Para uma obra que foi bem avaliada, consideramos que ela não foi eficiente no objetivo proposto de promover a “igualdade e o respeito ao convívio social”, pois somente no livro do 9º ano foram registradas alusões à diversidade sexual, mesmo assim nos moldes que outras coleções já apontaram: a apresentação dos homossexuais como seres sujeitos à perseguição e punição. Até que ponto esse tipo de representação pode ajudar a criar, nos alunos e alunas LGBT, um sentimento de autoestima, assim como possibilitar que os demais alunos construam outros conhecimentos sobre o que é homossexualidade, fugindo da lógica presente na sociedade de que é doença ou pecado, é algo que nos perguntamos. Parece que os avaliadores do PNLD esqueceram que não basta, para a promoção da igualdade e do

<sup>209</sup>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Guia de livros didáticos** – PNLD 2014. Brasília: SEB, 2013, p. 63.

respeito, a coleção apresentar temáticas relacionadas à história da África, à cultura afro-brasileira e à história dos povos nativos do Brasil. É preciso abordar, de forma elucidativa, a questão da diversidade sexual. Ela também faz parte da História humana.

A última coleção analisada também é direcionada às escolas públicas e aprovada pelo PNLD de 2017. Trata-se da História.doc. Nela, as menções à diversidade sexual estão registradas no livro do 7º ano, dividido em 5 unidades e 14 capítulos, e no livro do 9º ano, estruturado em 5 unidades e 18 capítulos.

O excerto a seguir refere-se ao 7º ano.

### O passado presente

Apesar da rivalidade, católicos e protestantes tinham em comum a rejeição ao homossexualismo amparada na antiga tradição bíblica. Já no Antigo Testamento consta que “abominável é” a relação sexual entre dois homens, como se um deles “fosse mulher” (*Levítico*, 18:22). No Novo Testamento, o apóstolo Paulo, que viveu no século I d.C., também condenou a sensualidade “de homens com homens” (*Epístola aos Romanos*, 1:27). A condenação bíblica aos homossexuais se transformou em uma perseguição implacável nos séculos XVI e XVII. Nesse período, na Espanha, o Tribunal da Inquisição mandou queimar 85 homens por essa conduta sexual. Na França, 38 foram executados pela mesma causa. Nos países calvinistas, cem homens foram queimados: trinta na Suíça e setenta na Holanda. Em 2013, porém, o papa Francisco I afirmou: “Se uma pessoa é gay e procura Jesus, e tem boa vontade, quem sou eu para julgá-la?”.

Com base no texto acima, responda às seguintes questões.

- 1 Há evidências, no Brasil atual, de assassinatos de homossexuais, como havia no século XVI ou XVII? Pesquise.
- 2 Como interpretar a posição do papa Francisco I sobre o assunto?

**Abominável:**  
detestável.

**Excerto 09** – “O passado presente”. VAINFAS, Ronaldo *et al.* **História.doc**. 2. ed. 7º ano. São Paulo: Editora Saraiva, 2016, p. 141.

A análise desse excerto encontra-se no quadro abaixo.

**Quadro 11** – Análise do Excerto 09.

FUNÇÃO	PROPOSTA
<b>Referencial</b>	A alusão à diversidade sexual ocorre no conteúdo Reformas Religiosas, do 7º ano.
<b>Documental</b>	Os autores buscam contrapor, por meio de texto verbal, as orientações bíblicas contra a homossexualidade com uma suposta indulgência do Papa atual nessa questão.
<b>Ideológica</b>	O termo homossexualismo ainda é utilizado, quando, desde 1990, é rejeitado pela comunidade científica por ter a concepção de doença. A forma como os autores abordaram o tema, com referências bíblicas e os extermínios de “homossexuais” no início da Modernidade, pode levar à presunção de que estes são, conseqüentemente, castigos por serem violadas leis divinas. Deve-se ter em mente que boa parte dos (as) alunos (as) professa a fé cristã e tende a crer de maneira inquestionável na Bíblia. Deveria ser apresentada uma contextualização histórica que esclarecesse por que os antigos judeus eram contrários às relações homossexuais. A afirmação do Papa permite inferir que é necessário um <i>gay</i> “buscar Jesus”, se quiser ser feliz. Toda a conotação religiosa do texto leva a crer que atualmente, para não serem punidos e julgados pelo Papa, os <i>gays</i> devem “aceitar Jesus”. Sabe-se que essa não é a realidade religiosa de toda a população LGBT. Nos exercícios propostos, não há a intenção de instigar a criticidade dos (as) alunos (a) quanto às informações bíblicas apresentadas, o que pode conduzir à compreensão de que antes era normal Deus castigar os que praticavam o “homossexualismo” e de que hoje, para não serem punidas, as pessoas LGBT precisam “procurar” Jesus. A maneira como os autores elaboraram esse tópico pode causar mais danos que benefícios para os (as) alunos (as) LGBT.

Os próximos tópicos são do livro do 9º ano.

### Cá entre nós

A perseguição nazista fez outras vítimas além dos judeus. Os homossexuais foram considerados como ameaça ao fortalecimento da “raça ariana”. Cerca de 50 mil foram presos. Eram identificados com um triângulo rosa na roupa. Os ciganos eram perseguidos e considerados indesejáveis. Estima-se que ao menos 5 mil ciganos foram presos em campos de concentração. Já os Testemunhas de Jeová eram perseguidos porque se opunham a qualquer ideologia política. Eram identificados com um triângulo roxo nas roupas.

**Excerto 10** – “Cá entre nós”. VAINFAS, Ronaldo *et al.* **História.doc.** 2. ed. 9º ano. São Paulo: Editora Saraiva, 2016, p. 99.

Esse texto é analisado no quadro a seguir.

**Quadro 12** – Análise do Excerto 10.

<b>FUNÇÃO</b>	<b>PROPOSTA</b>
<b>Referencial</b>	Os autores citam a questão da diversidade sexual no conteúdo “Ascensão do fascismo e do nazismo”, no 9º ano.
<b>Documental</b>	É apresentado um texto verbal que discorre sobre a perseguição sofrida pelos homossexuais, nesse período histórico.
<b>Ideológica</b>	Os homossexuais são citados num contexto de perseguição e aprisionamentos, os quais também sofreram outros grupos minoritários, como os ciganos e as Testemunhas de Jeová. Sem a devida explicação de por que os homossexuais eram mortos, que vá além da ameaça que eles ofereciam “ao fortalecimento da raça ariana”, os autores perdem a oportunidade de levar à compreensão dos alunos as razões da discriminação sexual no Ocidente.

O próximo excerto também se encontra no volume do 9º ano.

## O passado presente

Entre os anos 1960 e 1970 surgiram diversos movimentos considerados neonazistas. Muitos autores concordam que a Inglaterra foi o berço desses movimentos, relacionando-os com facções como os *skinheads*, que raspavam a cabeça para dificultar a identificação policial. Grupos neonazistas do mundo inteiro adotaram a cabeça raspada como marca.

O primeiro partido considerado neonazista foi a *Frente Nacional*, criado na Inglaterra em 1967 para defender brancos anglo-saxões contra a imigração.

A expansão do neonazismo incorporou, em alguns casos, a adoção de símbolos (suástica) e elementos da doutrina nazista, como a homofobia, a **xenofobia** e o antissemitismo.

No caso do Brasil, o neonazismo surgiu na década de 1980 nos estados da região Sul e espalhou-se pelo Sudeste. Diversos movimentos urbanos adotaram o nome de *Carecas*.

A antropóloga Adriana Dias fez estudo para mapear os neonazistas do Brasil, e estimou que eram, em 2013, cerca de 100 mil. Esse número corresponde a menos de 0,05% da população brasileira.

Diversos **crimes de ódio** cometidos no Brasil têm ligação com gangues neonazistas. As vítimas mais visadas são os homossexuais e os afrodescendentes. Tais grupos também hostilizam os brasileiros que migraram do Nordeste para trabalhar no Sul e no Sudeste.

- ▶ Considerando as características do nazismo original, discutam, em grupos, até que ponto é correto definir como neonazista esse tipo de movimento.

**Xenofobia:** ódio ou aversão aos estrangeiros.

**Crime de ódio:** crime movido pelo preconceito de raça, religião, orientação sexual ou nacionalidade.

**Excerto 11** – “Crimes de ódio”. VAINFAS, Ronaldo *et al.* **História.doc.** 2. ed. 9º ano. São Paulo: Editora Saraiva, 2016, p. 103.

As discussões sobre esse excerto estão no quadro 13.

### Quadro 13 – Análise do Excerto 11.

FUNÇÃO	PROPOSTA
<b>Referencial</b>	Os autores citam a questão da diversidade sexual numa seção, dentro do conteúdo “Ascensão do fascismo e do nazismo”, no 9º ano.
<b>Documental</b>	Utiliza-se um texto verbal para comentar a perseguição que homossexuais sofrem no Brasil por grupos neonazistas.
	A questão central desse texto é levar os alunos a refletirem sobre a coerência da nomeação desses grupos como “neonazistas”, visto que surgiram num contexto histórico diferente daquele em que o nazismo surgiu. A referência à

<b>Ideológica</b>	homofobia (sem explicação do que se trata) e aos homossexuais acontece para ilustrar grupos perseguidos por essas gangues. A repetição de uma expressão da diversidade sexual num contexto de violência, sem conduzir a uma ponderação de por que isso ocorre e quais as origens desse ato, reforça a concepção de que há certa naturalidade em agir com violência contra aqueles que destoam do padrão heteronormativo.
-------------------	--

O excerto a seguir é o último com referência, de alguma forma, à diversidade sexual, nesse volume do 9º ano.



Homossexuais com triângulo rosa na roupa em campo de concentração próximo a Berlim. Fotografia de Anthony Potter, 1938.

como “fábricas de morte”.

**Homofóbico:** pessoa que tem aversão a homossexualidade (homofobia).

**Homoerótico:** pessoa que tem atração sexual por pessoa do mesmo gênero.

**Homoafetivo:** aquele(a) que, além de homoerótico(a), mantém relações amorosas e/ou conjugais com pessoas do mesmo gênero.

**Atividade**

► Como vimos no capítulo anterior, os homossexuais também foram muito perseguidos pelos nazistas, considerados como uma ameaça ao “fortalecimento da raça alemã”. Cerca de 50 mil foram presos e parte deles foi assassinada nos campos da morte nazista. É possível afirmar que a perseguição aos homossexuais indica atitudes **homofóbicas** do regime nazista? Na sua opinião, os nazistas desprezavam a conduta **homoerótica** ou a orientação **homoafetiva**? Pesquisem, discutam em grupos.

**Excerto 12** – “Triângulo rosa”. VAINFAS, Ronaldo *et al.* **História.doc.** 2. ed. 9º ano. São Paulo: Editora Saraiva, 2016, p. 117.

Os resultados da análise foram sintetizados no quadro 14.

**Quadro 14**– Análise do Excerto 12.

FUNÇÃO	PROPOSTA
<b>Referencial</b>	A referência a homossexuais acontece no conteúdo “Segunda Guerra Mundial”, do 9º ano.
<b>Documental</b>	Trata-se de uma proposta de atividade, em grupo, com base na informação anteriormente apresentada sobre a perseguição nazista aos homossexuais. Uma fotografia mostra prisioneiros homossexuais num campo de concentração. A pergunta para discussão, nesse excerto, apresenta os conceitos de forma confusa, o que pode impedir a realização de um debate esclarecedor.
<b>Ideológica</b>	Há preocupação dos autores em promover discussões conceituais, mas não apresentam o atrelamento dessa proposta às questões históricas que geraram a repressão àqueles/àquelas que estão fora do padrão heteronormativo. O objetivo da atividade é gerar uma compreensão conceitual, que se torna inócua, não levando ao entendimento das razões da discriminação sexual e não contribuindo para a diminuição dos preconceitos.

A abordagem da diversidade sexual, nessa coleção, poderia ser mais profunda e criativa, considerando-se que dois de seus autores são pesquisadores do Brasil Colônia e da atuação da Inquisição nessas terras<sup>210</sup>. Há abundantes registros das expressões da sexualidade dos povos nativos, dos africanos escravizados e de outros habitantes da Colônia nos processos inquisitoriais e nos escritos dos cronistas, como apontamos no segundo capítulo desta dissertação.

Todavia, a despeito desse fato, nenhuma referência a essa questão é promovida nos conteúdos em que esses tópicos poderiam ser citados. Na avaliação da obra, expressada no PNLD de 2017, é dito que “o estudante é instigado a tomar posições, a vencer o preconceito e a respeitar as diferenças. (...) Em relação à homofobia e ao trabalho infantil, apresenta algumas questões para que o professor promova o debate em

<sup>210</sup>Os autores considerados são Ronaldo Vainfas e Daniela Calainho, que escreveram, respectivamente: VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados** – moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997; CALAINHO, Daniela B. **Agentes da fé: familiares da Inquisição portuguesa no Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSC, 2006.

sala de aula”<sup>211</sup>. Sem dúvida, a discussão possibilitada pelos tópicos em que a diversidade sexual é, de alguma forma, citada, pode favorecer o entendimento de que os homossexuais são perseguidos e muitas vezes discriminados violentamente. Contudo, para buscar a compreensão de quais fatores proporcionam, historicamente, essa repressão e o entendimento de que nem sempre foi assim, o professor não poderá contar apenas com o conhecimento veiculado por essa coleção. Esta, como apontamos na análise, na questão da diversidade sexual, pode provocar mais danos que benefícios aos alunos LGBT, por indicar o tema sob um viés religioso sem a devida contextualização (no livro do 7º ano) e por promover uma discussão conceitual inócua, sem o devido direcionamento que permita a compreensão de particularidades históricas (no livro do 9º ano).

### 3.1 Discussão dos resultados

O quadro abaixo sintetiza a análise das coleções, sinalizando o ano em que alguma menção ao tema da diversidade sexual é realizada.

**Quadro 15** – Síntese da análise

ANO	COLEÇÕES DE REDE PRIVADA			COLEÇÕES DE REDE PÚBLICA	
	TEMPO DE HISTÓRIA 1ª ed. (2011)	TEMPO DE HISTÓRIA 3ª ed. (2016)	HISTÓRIA (2017)	JORNADAS.HIST (2015)	HISTÓRIA.DOC (2016)
6º					
7º					
8º					
9º					

A maior parte das coleções menciona algo a respeito da diversidade sexual nos livros dirigidos ao 7º e ao 9º anos. Isso ocorre nos temas Feudalismo/Reformas Religiosas e Nazifascismo/Segunda Guerra Mundial, respectivamente. Nesse contexto, os homossexuais são perseguidos e geralmente torturados e mortos. Os autores não explicam o que é sodomia ou sodomita e muito menos os elementos que compuseram a memória coletiva do Ocidente acerca da diversidade sexual.

<sup>211</sup>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Guia de livros didáticos** – PNLD 2017. Brasília: SEB, 2016, p. 97.

A sexualidade feminina, a lesbiandade e a bissexualidade estão ausentes nesses registros, embora haja várias fontes históricas que citam essas práticas, como foi indicado no capítulo anterior desta dissertação. Toda a ampla expressão da diversidade sexual é restringida aos homossexuais masculinos, o que, a nosso ver, somente favorece a invisibilidade que as outras identidades sexuais sofrem na atualidade. A ausência de relatos acerca delas, nos conteúdos em que poderiam ser citadas nos livros didáticos, causa a falsa impressão de que essas identidades são próprias do século em que vivemos.

Outro ponto a se considerar é que, ao aparecer em contextos de perseguição e punição, sem que haja nenhum contraponto positivo (como algum homossexual/sodomita que fosse notável em sua área de conhecimento, como Leonardo da Vinci, entre outros), os tópicos apresentados nos livros contribuem para que se expanda o sentimento de inferioridade e vergonha, que pode acometer os alunos LGBT que têm contato com esse material. Acostumados a receberem a informação de que “a homossexualidade sempre foi banida” e de que “nenhum homossexual se destacou em algo bom” (sendo o único citado um nazista), esses estudantes perdem a oportunidade de terem referências positivas acerca da sexualidade e a crença na capacidade de progredir em seus estudos e carreira profissional, independentemente da orientação sexual e identidade de gênero que tenham.

Nenhum dos livros focalizados na pesquisa comenta algo sobre a diversidade sexual no 6º ano, no qual é estudado o conteúdo “Antiguidade Clássica”, que permite, indiscutivelmente, que esse tema seja debatido. O ritual grego de pederastia e a bissexualidade culturalmente típica da sociedade grega e da romana são assuntos que podem contribuir para a compreensão de que cada sociedade cria sua própria forma de encarar a sexualidade e que, no decorrer da história, outros interesses impuseram a essas vivências a chancela de pecado e anormalidade. Talvez isso ocorra porque os preconceitos ou mesmo os receios dos próprios autores dos livros didáticos não lhes permitem considerar adequado comentar tais assuntos com pré-adolescentes de 10 ou 11 anos. Como exposto na justificativa que nos levou a esta pesquisa, pode ser difícil abordar a questão da diversidade sexual em turmas com essa faixa etária, mas não é uma tarefa impossível, se for realizada com objetividade e naturalidade.

Os livros do 8º ano também se calam sobre o assunto da diversidade sexual, quando se sabe que, no período histórico abordado por eles, na Europa e no Brasil,

homens e mulheres extravasavam seus desejos e tendências sexuais, circunscritos no conceito abrangente de sodomia.

Menções mais profundas sobre os costumes sexuais das pessoas do passado são realizadas no livro do 7º ano, 1ª edição, da coleção Tempo de História, porém, como analisamos, elas apresentam erros conceituais e uma generalização que acarreta também em erros historiográficos. Em nenhuma das coleções há intenção de pontuar as condições sócio-históricas que transformaram a forma como a sexualidade era vivenciada e aceita, no Ocidente. A inexistência dessas informações perpetua a concepção de que “viado” e “sapatão” são pessoas da atualidade, com uma sexualidade suja e vergonhosa, sem similares no passado.

Choppin afirmou que o livro didático cumpre, entre outras funções, um emprego ideológico, que é um elemento constituinte no processo de formação de identidades dos indivíduos, nesse caso, especificamente, dos alunos. A influência que esse recurso tem na formação das identidades dos estudantes não pode ser desconsiderada, haja vista que, como comentamos no 1º capítulo deste trabalho, o livro didático é o livro mais lido pela população brasileira, depois da Bíblia<sup>212</sup>. Devido à sua importância, ele pode contribuir para a diminuição de preconceitos e discriminações, além de possibilitar a promoção da cidadania, que se reverte em mais respeito às diferenças. Entretanto, se num tema tão sensível quanto à diversidade sexual, ocorre um silenciamento ou a apresentação de um aspecto do tema de forma negativa e mesmo incoerente, a contribuição que esse recurso pode dar nessa área é mínima ou praticamente nula. De fato, o efeito surtido pode ser totalmente contrário ao que realmente contribuiria para o incentivo da igualdade e do respeito.

Em face do que expomos, entendemos que é necessário criar materiais didáticos que auxiliem, de forma mais incisiva e esclarecedora, os professores nas suas aulas de História, com o objetivo de tornar o tema da diversidade sexual mais próximo e compreensível para os alunos. Em última instância, um material como esse pode oferecer a todos eles um recurso que contribua para inovar nesse aspecto, discutindo a diversidade sexual da mesma forma que discutem outros temas da história dos povos estudados.

---

<sup>212</sup>Ver: “98% dos professores de escolas públicas usam livros didáticos”, publicado em 27/02/13, em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2013-02-27/98-dos-professores-de-escolas-publicas-usam-livros-didaticos.html>. Acesso em 23/04/17.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do desenvolvimento desta pesquisa, constata-se que, na elaboração do livro didático de História, desde sua origem como manual didático, ainda no século XIX, fica visível o controle do Estado sobre o que é ensinado, para que esteja de acordo com o que é considerado adequado pela elite intelectual e financeira do País. Esse agente regulador tem ação preponderante na formulação de leis e regulamentos que expressarão a vontade e as crenças desse grupo social. Sendo assim, é perceptível que o silenciamento imposto às questões da diversidade sexual nos livros didáticos é condizente com o que se preserva dela na memória coletiva ocidental. Essa memória tem em sua composição os interesses da maioria ou de quem pode controlar essa maioria, como afirmou Candau.

A memória se caracteriza por uma operação coletiva dos fatos e das interpretações do passado que se quer preservar. Sendo a essência da identidade, ela se relaciona às mentalidades e aos procedimentos coletivos. Portanto, a constituição da identidade de um indivíduo está ligada à memória coletiva do meio em que ele vive, a qual preserva do passado somente o que ainda está vivo na consciência dessa sociedade e aquilo que é mantido vivo está sujeito aos interesses e objetivos de quem controla o poder.

À vista disso, quando se aponta a elaboração da memória coletiva ocidental acerca da diversidade sexual, é preciso considerar que ela ocorreu sob a ação de alguns fatores, que tiveram como base comum a consolidação do cristianismo como uma religião calcada na monogamia, na heterossexualidade e nos fins procriadores do sexo. Essa formatação religiosa foi o aporte que condicionou o ideal burguês de família aos princípios cristãos, a partir do século XVII; que serviu de inspiração para o Estado criar leis discriminatórias e punitivas contra as pessoas que não se ajustavam a essa lógica, durante o período medieval, moderno e contemporâneo; e que contribuiu para a medicina iniciar o processo de patologização da diversidade sexual, no século XIX, reputando como doentio o que antes estava na esfera do pecado. Essa observação possibilita o entendimento de por que a sociedade atual preserva esse tema cercado por uma atmosfera de anormalidade, de erro e de inadequação.

Com isso em mente, é pertinente considerar o livro didático de História como lugar de memória, imbuído totalmente de certos aspectos dessa faculdade. Ao finalizarmos esta pesquisa, podemos afirmar que a diversidade sexual sofre um

enquadramento quando é mencionada nos livros didáticos de História. Esse enquadramento resulta da forma como a memória coletiva do Ocidente acerca desse tema foi elaborada, considerando-o sujo e inadequado para ser tratado em sala de aula. Na questão da diversidade sexual, pois o que é mantido pela memória coletiva ocidental é o que se reflete nesse recurso.

A produção de livros didáticos de História segue essa lógica. Se antes, como Lionço e Diniz afirmaram, havia a exigência do silêncio sobre a diversidade sexual nos livros didáticos, atualmente, pelo menos nos livros de História, o que prevalece é o enquadramento do tema de maneira que não fuja do que é preconizado na nossa memória coletiva.

O silenciamento absoluto sobre a diversidade sexual nos livros didáticos, de forma geral, foi rompido devido à pressão de movimentos sociais em defesa dos direitos das pessoas LGBT, que resultou em medidas legais, como as orientações do Programa Nacional do Livro Didático. Por isso, livros de português, sociologia e espanhol, além de alguns destinados às séries iniciais do ensino fundamental, já abordam o tema.

Nos livros de História analisados, ficou explícito que os conteúdos nos quais aparecem referências à diversidade sexual, de alguma forma, são a Inquisição, no 7º ano, e o Nazismo, no 9º ano. Tanto em um quanto no outro a tônica são a perseguição e a violência que conduziam os homossexuais masculinos à morte, naqueles períodos históricos, sem nenhuma problematização que explicasse por que foi assim ou sem mencionar pessoas que viveram sua sexualidade, nesses momentos, sem sofrerem essas punições.

Verificamos que somente a homossexualidade masculina é representada, ocultando-se as outras expressões da diversidade sexual, como a lesbiandade e a bissexualidade, e expressões de identidade de gênero, como a transgeneridade. Os autores desses livros procedem dessa forma, desconsiderando abundantes fontes que registraram esses comportamentos no passado. Mais uma evidência de que, alinhados ao que está presente na nossa memória coletiva, abordam o mínimo possível sobre um assunto que ainda não é plenamente aceitável na nossa sociedade.

Nesses livros, portanto, a diversidade sexual está representada sob um enquadramento que remete à marginalização, perseguição e extermínio de quem não está inserido no padrão heteronormativo. Esse tipo de representação pode favorecer a concepção, por parte dos alunos, de que há algo errado com os homossexuais, já que ao longo da História sempre foram perseguidos; que é aceitável que as discriminações

contemporâneas aconteçam, pois no passado também ocorriam. Sendo assim, forma-se para os alunos LGBT uma percepção de que a inferiorização de suas sexualidades é justificada na própria História e para os alunos heterossexuais cria-se a ideia de que a discriminação é natural, com ampla aceitação por parte do Estado, da religião e das instituições, visto que foi desse jeito no passado. Em nada contribui para a autoestima dos (as) alunos (as) LGBT saber, unicamente, que os homossexuais foram mortos na fogueira da Inquisição ou fuzilados por soldados nazistas. Também não contribui positivamente para os (as) alunos (as) transgêneros e bissexuais e para as alunas lésbicas não encontrarem referências a suas identidades e orientações sexuais nos livros didáticos. Eles (as) ficam com a falsa ideia de que, no passado, não havia pessoas com as mesmas características.

A pressão proveniente da atuação de movimentos sociais, que defendem os direitos daqueles (as) que divergem do padrão heteronormativo, tornou possível a realização de três conferências nacionais, na última década, que propuseram estratégias de combate à discriminação sexual no País. Entre elas, a inclusão de temas relacionados à diversidade sexual nos livros didáticos. No entanto, uma forte oposição perpetrada por setores cristãos e conservadores, notadamente o movimento Escola sem Partido e o Movimento Brasil Livre, criou na sociedade brasileira, em especial nos últimos quatro anos, uma histeria apocalíptica, prenunciadora do fim da família e da boa moral. Esses argumentos são os mesmos que, há dois mil anos, praticamente, motivaram a discriminação e a perseguição de quem vivenciava sua sexualidade livremente.

A polêmica decorrente dessa oposição é tão insidiosa que podemos observar alterações no Guia do PNLD, utilizado pelas comissões designadas para a análise dos livros didáticos que serão comprados pelo Governo Federal. Na edição de 2011, havia a orientação de que a diversidade fosse incluída nas coleções didáticas. Ainda que não especificasse a diversidade sexual, o contexto permitia esse entendimento<sup>213</sup>. Na edição de 2017, a última analisada por nós, a diversidade foi restringida às diferenças étnicas e religiosas, destacando a inserção de conteúdos referentes à temática indígena, africana e afro-brasileira<sup>214</sup>, no que essas coleções foram elogiadas. Na produção de livros didáticos de História, quando é analisado o tópico diversidade, tem-se esquecido que ela

---

<sup>213</sup>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Guia de livros didáticos** – PNLD 2011. Brasília: SEB, 2010, pp. 10-11.

<sup>214</sup>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Guia de livros didáticos** – PNLD 2017. Brasília: SEB, 2016, pp. 16, 19.

abrange também a sexualidade, um objeto de pesquisa tão legítimo, para a área, quanto qualquer outro relacionado aos seres humanos.

Esse fato corrobora o entendimento de que, nesses materiais, quando aparecem citações à diversidade sexual, elas não contribuem na promoção de debates que auxiliem na discussão sobre as razões de haver tanto preconceito com as diferentes expressões da sexualidade humana. Pelo contrário, os tópicos, inseridos nos conteúdos dos livros, proporcionam a percepção de que não há nenhum motivo para a felicidade e a autorrealização, caso o indivíduo seja LGBT. Pelo que é apontado, na História somente houve perseguição e assassinatos daqueles que não se conformavam com o padrão estabelecido como normal.

No decorrer da pesquisa, encontramos informações que serão muito proveitosas para os (as) professores (as) ao tratarem da questão da diversidade sexual nas aulas e que enriquecerão os conhecimentos dos (as) estudantes. Cada sociedade construiu sua própria forma de vivenciar a sexualidade. Nesse sentido, os gregos antigos estabeleceram um ritual de iniciação ao mundo adulto masculino, a pederastia, que aos olhos da sociedade contemporânea pode parecer estranho, mas que tinha sua lógica de funcionamento. Naquela civilização, a mulher tinha uma condição social inferiorizada, que não considerava sua sexualidade, ao passo em que os homens, cidadãos, podiam praticar a bissexualidade sem recriminações.

Os romanos da Antiguidade também vivenciavam a bissexualidade e a prostituição era uma atividade legalizada, recolhendo impostos para o Estado. A travestilidade era comum, praticada até por alguns imperadores. O estabelecimento do cristianismo, surgido no período imperial romano, contribuiu, fundamentalmente, para a formação de uma memória coletiva que passaria a considerar essas vivências da sexualidade como uma promiscuidade. Na sociedade romana, embora a mulher tivesse um pouco mais de liberdade que a grega, sua sexualidade estava igualmente destinada à satisfação masculina.

Entre os nativos que os portugueses encontraram por aqui havia uma valorização da mulher que não encontrava paralelo na Europa. Além disso, a forma de usufruir da sexualidade nestas terras era intensa. Travestilidade, homossexualidade e poligamia eram comuns a muitos grupos étnicos contactados pelos europeus. A visão eurocêntrica logo condenou essas práticas, disseminando o que estava consolidado na memória coletiva e instalando mecanismos de repressão, como as visitas inquisitoriais.

Os escravizados africanos também viviam sua sexualidade de forma livre, até chegarem aqui, quando ficavam sob o jugo opressor dos senhores. Todavia, ainda assim, como mostram os processos inquisitoriais, davam vazão aos seus desejos.

Será interessante para os (as) estudantes perceberem como a imposição da cultura europeia sobre a nativa e a africana foi a causa para o cerceamento da vivência sexual que durou todo o período colonial e chegou ao século XIX, novamente importando a concepção de que qualquer pessoa que não estava conformada à prática e aos comportamentos heterossexuais era doente e anormal. Essas informações são úteis para a compreensão de que, em matéria de sexualidade, não há novidades. Desde que surgiu no planeta e em convívio uns com os outros, a humanidade se expressou sexualmente de formas variadas. Se hoje essas expressões, no geral, não são aceitas é porque houve um processo histórico e social que as transformaram em algo inadequado e repugnante.

Por fim, constatamos ser extremamente necessária a produção de materiais didáticos que supram a ausência de informações históricas sobre a diversidade sexual, indicando a maneira como várias sociedades do passado construíram e vivenciaram suas sexualidades e quais os fatores, no Ocidente, contribuíram para rejeitá-las, estabelecendo um padrão único a ser seguido nesse campo.

Esses recursos podem auxiliar os (as) professores (as) de História na tarefa de apresentar e discutir o tema da diversidade sexual, com base em fontes históricas que registraram esses comportamentos no passado, a fim de ajudar o alunado a perceber que a discriminação não é natural; que ela tem uma construção situada no tempo, de acordo com certos interesses; e que pode ser desconstruída, favorecendo o respeito às diferenças de qualquer natureza.

Com essa proposta, foi elaborado o Material Didático de Apoio Docente. Esse suplemento apresenta sugestões de como abordar o tema da diversidade sexual com os (as) alunos (as) dos anos finais do ensino fundamental ao ensino médio, a fim de que ampliem a compreensão a respeito da historicidade da sexualidade humana. Embora os livros analisados fossem dirigidos aos anos finais do ensino fundamental, porque minha prática profissional é exercida nesse segmento, percebemos que o produto decorrente da pesquisa pode ser extremamente útil no ensino médio também. Além de textos informativos sobre a diversidade sexual e sua trajetória em diferentes períodos históricos, há propostas de utilização de diferentes vertentes artísticas e materiais didáticos que enfocam a diversidade sexual.

Assim, esperamos contribuir para que esse tema não seja mais um assunto alijado das aulas de História; que, além de política, economia e cultura, os alunos e as alunas também saibam que a maneira de viver a sexualidade foi construída socialmente pelos povos estudados; e que, do mesmo jeito que esses povos, nós também construímos a nossa e podemos, com conhecimento, diminuir os preconceitos e evitar ações discriminatórias.

Certamente, este trabalho não se esgota aqui. É possível que em projetos futuros intentemos ir além do que fizemos, contribuindo para que a diversidade sexual seja um tema tão facilmente apresentado e debatido, em sala de aula, quanto outros do currículo que os (as) professores (as) devem seguir, colaborando para que alunos e alunas LGBT sintam-se à vontade nas aulas de História.

## REFERÊNCIAS

- AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. Pars Prima secundae – Tratado da Bem-Aventurança. Artigo 4, Questão 65. Disponível em:  
<https://sumateologica.files.wordpress.com/2017/04/suma-teolc3b3gica.pdf>
- BARBOSA, Renata Cerqueira. Em busca de conceitos: sexualidade, homossexualidade e gênero na Antiguidade Clássica. In: ESTEVES, Anderson M. et al. **Homoerotismo na Antiguidade Clássica**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.
- BELLINI, Lúgia. **A coisa obscura** – mulher, sodomia e Inquisição no Brasil Colonial. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BÍBLIA SAGRADA**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Brasília: SBB, 1969.
- BITTENCOURT, Circe M<sup>a</sup> Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez Editora, 2004, p.301.
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia** – história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- BORTOLINI, Alexandre. **Diversidade sexual na escola: currículo e prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Educação, PUC-Rio, 2012. Dissertação de Mestrado.
- \_\_\_\_\_. **Projeto Diversidade Sexual na Escola**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Disponível em [ecos-adolesc.bvs.br/tiki-download\\_file.php?fileId=1](http://ecos-adolesc.bvs.br/tiki-download_file.php?fileId=1)
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** Disponível em [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf) Acesso em 02/06/17.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, inciso VI, Art. 2º. **Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático**. Disponível em

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9099-18-julho-2017-785224-publicacaooriginal-153392-pe.html>. Acesso em 14/10/17.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”**. Disponível em <http://www.prograd.ufu.br/legislacoes/lei-no-11645-de-10-marco-de-2008-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-indigena>. Acesso em 02/12/17.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências**. Disponível em [http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei\\_10639\\_09012003.pdf](http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_10639_09012003.pdf). Acesso em 02/12/17.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRITTO, Tatiana Feitosa de. **O livro didático, o mercado editorial e os sistemas de ensino apostilados**. Centro de Estudos da Consultoria do Senado. Brasília, 2011. Disponível em: [www.abrale.com.br/wp-content/uploads/Livro-didático-o-mercado-editorial-e-os-sistemasapostilados.pdf](http://www.abrale.com.br/wp-content/uploads/Livro-didático-o-mercado-editorial-e-os-sistemasapostilados.pdf) Acessado em 14/10/17.

BRITZMAN, Deborah. O que é essa coisa chamada amor. Identidade homossexual, educação e currículo. **Educação e realidade**, v.21, 1996.

**CADERNO ESCOLA SEM HOMOFOBIA** – Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011>

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

CARVALHAES, Leylah de/BORELA, Regina Nogueira. **História. Projeto Ligados.com.** 2º ano. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia.** 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

CHOPPIN, Alan. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa.** São Paulo, USP, v. 30, n. 3, set./dez, 2004.

CLAUDE D'ABBEVILLE. **História das missões dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas.** São Paulo: Martins Editora, 1945.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia:** Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos da população LGBT. **Relatório final da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT.** Brasília, 2016.

CUNHA, Luiz Antônio. **Ensino religioso na Base Nacional Curricular Comum?** Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=1F9bf0YL9mw&feature=youtu.be>  
Acesso em 06/01/18.

**DIDAUQUE** – A instrução dos Doze Apóstolos. Capítulo II. Disponível em <http://sagradamissao.com.br/2016/07/a-didauque-a-instrucao-dos-apostolos/>

ENGEL, Magali. História e Sexualidade. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história.** 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

ESTEVES, Anderson M. et al. **Homoerotismo na Antiguidade Clássica.** 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

FERNANDES, Estevão Rafael. **Descolonizando sexualidades:** enquadramentos coloniais e homossexualidade indígena no Brasil e nos Estados Unidos. Brasília: Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, UnB, 2015. Tese de doutorado.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**. Campinas/SP: Editora Papirus, 2003.

FONSECA, Thais Nivia de Lima. **História & Ensino de História**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I – A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANCO, Aléxia Pádua. Uma conta de chegada: a transformação provocada pelo PNLD nos livros didáticos de História. In: MAGALHÃES, Marcelo et al. (orgs). **Ensino de História – usos do passado, memória e mídia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FREITAS, Itamar. Livro didático de história: definições, representações e prescrições de uso. In: OLIVEIRA, Margarida Dias de; OLIVEIRA, Almir Félix Bueno de. **Livros didáticos de História: escolhas e utilizações**. Natal: Editora da UFRN, 2009.

FREITAS, Luciana M. A. de/COSTA, Elzimar G. de M. **Sentidos em lengua espanhola**. 1. ed. São Paulo: Editora Richmond, 2016.

FREITAS FILHO, Luciano Carlos Mendes de. **As rosas por trás dos espinhos: discursos e sentidos na formação de professores em face do debate da homofobia**. Recife: Programa de Pós-graduação em Educação, UFPE, 2009. Dissertação de mestrado.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula – Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **História da província de Santa Cruz**. Tratado da Terra do Brasil. São Paulo: Editora Obelisco, 1964.

GARRIDO, Mírian C.M. História que os livros didáticos contam depois do PNLD: história da África e dos afro-brasileiros por intermédio dos editais de convocação do

PNLD (2007-2011). **História e Perspectivas**. Uberlândia, n. 54, pp. 239-268, jan/jun 2016.

GLADSTONE, Marcos. **A Bíblia sem preconceitos**. 2. ed. Rio de Janeiro: ICC, 2010.

GOMES, Verônica de Jesus. **Vício dos clérigos: a sodomia nas malhas do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa**. Niterói: Programa de pós-graduação em História, UFF, 2010. Dissertação de mestrado.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HANS STADEN. **Duas viagens ao Brasil**. São Paulo: L & PM Editores, 2008.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça – interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**. São Paulo, USP, v. 26, n. 1, jun 2014.

HOCHBERG, Cassandra Gomes. **Safo e as lésbicas da ilha de Lesbos**. Disponível em [http://obviousmag.org/entre\\_o\\_mar\\_e\\_as\\_terras\\_do\\_meio/2016/safo-e-as-lesbicas-da-ilha-de-lesbos.html](http://obviousmag.org/entre_o_mar_e_as_terras_do_meio/2016/safo-e-as-lesbicas-da-ilha-de-lesbos.html)

JESUS, Beto de et al. **Diversidade sexual na escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens**. São Paulo: Editora Maxprint, 2008.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. **Espaço do currículo**, v.2, n.2, setembro/2009 a março/ 2010.

\_\_\_\_\_. Políticas de educação para a diversidade sexual: escola como lugar de direitos. In: LIONÇO, Tatiana/DINIZ, Debora (orgs). **Homofobia e Educação – um desafio ao silêncio**. Brasília: EdUnb, 2009.

KAMEL, Luciana. **Diversidade sexual nas escolas: o que os profissionais de educação precisam saber**. Rio de Janeiro: ABIA, 2008.

KARAWEJCZYK, Mônica. Vamos falar de... Gênero? Um debate necessário. **Revista do Lhiste**. Porto Alegre, n.5, vol.3, jul/dez, 2016.

KODAMA, Kaori. Uma missão para letrados e naturalistas: “Como se deve escrever a história do Brasil”? In: MATTOS, Ilmar Rohloff de. (org.) **Histórias do ensino da História no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Access, 1998.

LIONÇO, Tatiana/DINIZ, Debora (orgs). **Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: EdUnb, 2009.

LOPES, Jailson Silva. **Elementos da ética sexual tomista**. Natal: Programa de Pós-graduação em Filosofia, UFRN, 2011. Dissertação de Mestrado.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto: Porto Editora, 2000.

\_\_\_\_\_. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Secad/MEC, 2009.

MACDONALD, Fiona. **Como seria sua vida na Grécia Antiga?** São Paulo: Editora Scipione, 2014.

MATTOS, Selma Rinaldi de. Lições de Macedo: uma pedagogia do súdito-cidadão no Império do Brasil. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de. (org.) **Histórias do ensino da História no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Access, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Guia de livros didáticos – PNLD 2014**. Brasília: SEB, 2013.

MIRANDA, Sônia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 48, 2004.

MONTEIRO, Ana Maria. Professores e livros didáticos: narrativas e leituras no ensino de história. In: ROCHA, Helenice; RESNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo (orgs.). **A História na escola – autores, livros e leituras**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MOREIRA, Kênia Hilda. Livros didáticos de História no Brasil do século XIX: questões sobre autores e editores. **Educação e Fronteiras**. Dourados/MS, v. 3, n. 5, 2010.

MOTT, Luiz. Cripto-sodomitas em Pernambuco Colonial. **Revista Antropológicas**. Recife/UFPE, v. 13, n. 2, ano 6, 2002.

\_\_\_\_\_. **Homossexuais da Bahia** – Dicionário biográfico (Séculos XVI-XIX). Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 1999.

\_\_\_\_\_. Relações raciais entre homossexuais no Brasil Colonial. **Revista de Antropologia**. São Paulo/USP, v. 35, 1992.

\_\_\_\_\_. **O sexo proibido** – virgens, *gays* e escravos nas garras da Inquisição. Campinas: Papyrus, 1988.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. **PRO-POSIÇÕES**, v.23, n.3 (69), Campinas: set/dez 2012.

\_\_\_\_\_. Devem os livros didáticos de história ser condenados? In: ROCHA, Helenice et al. (orgs). **A escrita da história escolar: memória e historiografia**. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.13, n.25/26, 1993.

NEVES, L. de A. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. **História Oral**, vol. 3, 2000. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=issue&op=view&path%5B%5D=6&path%5B%5D=showToc>.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1981.

OLIVEIRA, Luiz F. de; COSTA, Ricardo Cesar R. da. **Sociologia para jovens do século XXI**. 4. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.

**ORDENAÇÕES AFONSINAS**, Livro V, Título XVII. Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/>

**ORDENAÇÕES FILIPINAS**, Livro V, Título XIII. Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>

**ORDENAÇÕES MANUELINAS**, Livro V, Título XII. Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/>

PIGNATARI, Decio. **31 poetas 214 poemas**: do Rigveda e Safo a Apollinaire - Uma antologia pessoal de poemas traduzidos, com notas e comentários. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PISCITELI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Revista Sociedade e Cultura**. Goiânia/UFG, v. 11, n. 2, jul/dez, 2008.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades** – a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

PRINTES, Rafaela B. Presença indígena nos livros didáticos de geografia. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**. Campinas, v. 4, n. 8, pp. 195-220, jul/dez 2014.

RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação** – As minorias na Idade Média. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1993.

RIOS, Luís Felipe et al. **Juventude e homossexualidade: o que os pais precisam saber.** Rio de Janeiro: ABIA, 2007.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento.** Seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Unesp, 2010.

SALLAS, Ana Luisa Fayet. **Visões do Brasil: Carl Fredrich von Martius e Sílvio Romero. XIX Encontro Nacional da ANPOCS.** Caxambu/MG, 1995.

SAN AGUSTÍN. **La ciudad de Dios.** Capítulo XIII. Disponível em [www.LibrosTauro.com.ar](http://www.LibrosTauro.com.ar)

SANTO AGOSTINHO. **A cidade de Deus.** Volume I (Livro I a VIII). Capítulo XXVI. 2 ed. Tradução De J. Dias Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

SANTOS, Beatriz B. M. dos. A História e os Estudos Sociais: o Colégio Pedro II e a reforma educacional da década de 1970. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH** São Paulo, julho, 2011.

SANTOS, Luciola L. de C. P. História das disciplinas escolares: perspectivas de análise. **Teoria & Educação.** Porto Alegre, n. 2, 1990.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. Manuais de didática da história destinados à formação de professores e a constituição do código disciplinar da história no Brasil: 1935-1952. **História.** São Paulo, v.30, n.2, 2011.

SECRETARIA de Direitos Humanos. **2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT - Por um País Livre da Pobreza e da Discriminação: Promovendo a Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Brasília, 2011.

SECRETARIA Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. **Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT**. Brasília, 2008.

SEPULVEDA, Denize; SEPULVEDA, José Antônio. Conservadorismo e educação escolar: um exemplo de exclusão. Movimento – **Revista de Educação**. Niterói, UFF, ano 3, n.5, 2016.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. O pensamento conservador e sua relação com práticas discriminatórias na educação: a importância da laicidade. **Revistas Teias**. Rio de Janeiro, UERJ, v. 17, n. 47, out-dez, 2016.

\_\_\_\_\_. **Emancipação social e exclusão no cotidiano escolar: A homofobia e sua influência nas tessituras identitárias**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Educação, UERJ, 2012. Tese de doutorado.

SERRÃO, Joel (dir.) **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Livraria Figueirinhas, s/d.

SILVA, Márcia Barbosa. **Representação de homossexuais nos livros didáticos de História**. Aracaju: Edise, 2016.

SILVA, Marcos Antônio. A fetichização do livro didático no Brasil. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v.37. n.3, set/dez, 2012.

\_\_\_\_\_. FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, n. 60, 2010.

SIMIELLI, M<sup>a</sup> Elena/CHARLIER, Anna Maria. **História. Projeto Ápis**. 5<sup>o</sup> ano. São Paulo: Editora Ática, 2014.

SOARES, Magda B. Um olhar sobre o livro didático. **Presença Pedagógica**. Belo Horizonte, v.2, n.12, nov/dez, 1996.

SOUSA, Gabriel Soares. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

SPENCER, Colin. **Homossexualidade**: uma história. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996.

SWAIN, Tânia Navarro. **A construção imaginária da história e dos gêneros**: o Brasil no século XVI. Textos de história. Brasília/UnB, v. 4, n. 2, 1996.

THEVET, André. **Singularidades da França Antártica** – a que outros chamam de América. Paris: La Découvert, 1983.

TORRES, Marco Antonio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na Escola**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados** – moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

WEHLING, Arno; WEHLING, M<sup>a</sup> José C. M. **Formação do Brasil Colonial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

**FONTES/LIVROS DIDÁTICOS**

GUERREIRO, Thales Adriano. **Tempo de História**. 3. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.

\_\_\_\_\_. **Tempo de História**. 1. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2011.

MAGALHÃES, Gustavo Celso de; HERMETO, Miriam. **História Ensino Fundamental – Rede Pitágoras**. Belo Horizonte: Editora Educacional, 2016.

VAINFAS, Ronaldo et al. **História.doc**. São Paulo: Saraiva, 2017.

VAZ, Maria Luísa; PANAZZO, Sílvia. **Jornadas.hist – História**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.



**APÊNDICE**

**MATERIAL DIDÁTICO DE APOIO DOCENTE**

**A diversidade sexual nas  
aulas de História**

**Fábio Gomes**

**UFRRJ  
2018**

### **Prezada professora, prezado professor!**

O tema da diversidade sexual ainda encontra resistência para ser tratado com naturalidade na sala de aula. Embora seja apenas mais uma das áreas em que a humanidade construiu comportamentos e modos, devido a alguns fatores ela está envolta numa aura de tabus, preconceitos, receios, discriminações e vergonha. Minha experiência, como professor por quase duas décadas, evidencia que não é fácil discutir esse assunto, no entanto, se quisermos promover mais respeito aos alunos que destoam do padrão sexual que foi imposto ao longo dos séculos, devemos fazer um esforço nesse sentido.

O livro didático de História pode ser um colaborador para atingirmos tal objetivo, todavia, segundo a pesquisa que desenvolvi no Mestrado Profissional em Ensino de História, esse material tem falhado nessa questão. Quando apresenta referências à diversidade sexual, o faz sempre sob o viés da perseguição e dos assassinatos, mencionando-a nos conteúdos como a Inquisição e o Nazismo, e omitindo as razões históricas que levaram o Ocidente a considerar o sexo um tabu, aceitável somente em relacionamentos heterossexuais. Além disso, a forma como as representações dessa temática são realizadas não favorece a elevação da autoestima de alunos LGBT, cooperando para a manutenção do complexo de inferioridade que acomete a alguns e até mesmo endossando as discriminações.

Este suplemento, chamado de Material Didático de Apoio Docente, foi elaborado a partir da pesquisa que desenvolvi. Tem como objetivo principal fornecer conhecimentos históricos ao/à professor (a) para que debata o tema da diversidade sexual com os (as) alunos (as), dos anos finais do ensino fundamental ao ensino médio, a fim de que ampliem a compreensão acerca da historicidade da sexualidade humana. São apresentadas sugestões de como abordar o tema com a turma, além de textos informativos sobre a diversidade sexual e sua trajetória em diferentes períodos históricos, e propostas de utilização de diferentes vertentes artísticas e materiais didáticos que enfocam a diversidade sexual.

Com isso, esperamos contribuir para que esse tema não seja mais um assunto alijado das aulas de História; que, além da política, economia e cultura, os alunos e as alunas também saibam que a maneira de viver a sexualidade foi construída socialmente pelos povos estudados; e que, do mesmo jeito que esses povos, nós também construímos a nossa e podemos, com conhecimento, diminuir os preconceitos e evitar ações discriminatórias.

## SUMÁRIO

1. Sugestões de atividades motivadoras.....	134.
1.1 Atividade 1 .....	134.
1.2 Atividade 2 .....	136.
2. A problemática da sexualidade.....	139.
2.1 O que é diversidade sexual.....	141.
3. Por que a diversidade sexual tornou-se condenável e perseguida no Ocidente.....	145.
3.1 Os interesses burgueses no controle do sexo.....	145.
3.2 A influência da religião no controle do corpo e da sexualidade.....	146.
3.3 Os sodomitas e a sodomia.....	149.
3.4 A patologização da diversidade sexual.....	151.
4. A diversidade sexual na Antiguidade Clássica.....	154.
4.1 Grécia Antiga.....	154.
4.2 Os antigos romanos.....	159.
5. A diversidade sexual no Brasil Colônia.....	163.
6. A diversidade sexual no século XIX.....	169.
7. Sugestões de produções artísticas para a reflexão sobre a diversidade sexual.....	171.
7.1 Filmes.....	171.
7.2 Escultura e pinturas.....	173.
7.3 Literatura.....	176.
8. Sugestões para aprofundamento.....	177.
9. Glossário.....	178.
10. Referências .....	182.

## 1. SUGESTÕES DE ATIVIDADES MOTIVADORAS

Iniciar uma discussão com a turma sobre a diversidade sexual pode causar no (a) professor (a) o receio de ofender os/as possíveis alunos (as) LGBT, de chocar aqueles e aquelas que são heterossexuais e de incomodar pais, responsáveis e gestores escolares. É um receio justificável, pois sabemos que a sexualidade, de forma geral, é um assunto que ainda encontra resistência para ser tratado com naturalidade, na sociedade em que vivemos. Pensando nisso, compartilho aqui duas atividades que desenvolvi para introduzir o tema nas aulas de História, de maneira que não suscitassem reações violentas ou constrangedoras. Percebi que, se ele vier inserido com outros temas também relacionados à discriminação, ficará mais fácil debatê-lo.

### 1.1 Atividade 1

A primeira atividade foi desenvolvida numa turma de 9º ano, em 2016. Organizei os alunos em grupos e pedi que trouxessem para a sala de aula informações sobre a biografia de uma pessoa pertencente a minorias discriminadas na nossa sociedade. Sem citar a minoria, solicitei que reparassem quais preconceitos e/ou discriminações essa pessoa teve de enfrentar e de que forma os superou. Entre negros e mulheres que se destacaram na sociedade, coloquei os nomes de Leonardo da Vinci, sodomita e grande artista e inventor do início da Idade Moderna, e Jean Wyllys, deputado federal da atualidade e homossexual assumido.

No dia da apresentação, cada grupo expôs sua pesquisa. Comentou-se como Joaquim Barbosa, mesmo sendo negro, chegou à presidência do Supremo Tribunal Federal; como Luís Inácio Lula da Silva, embora de origem pobre, tenha permanecido na presidência da República por dois mandatos; como Maria da Penha Maia Fernandes, barbaramente espancada pelo companheiro, tornou-se ícone na luta contra a misoginia e o machismo.

Na apresentação sobre Leonardo da Vinci, a grande surpresa para a turma foi saber que ele era sodomita (nesse ponto eu expliquei o significado do termo). Conheciam-no como grande gênio, não como um homem que se relacionava sexualmente com outros (e aqui eu percebo, com mais nitidez, como o silenciamento da memória acerca da diversidade sexual foi eficaz. Nenhum livro didático, ao ensinar sobre a importância de Leonardo da Vinci para o Renascimento, comenta sua identidade sexual. Se o fizesse, acredito que, para muitos alunos homossexuais, meninos ou meninas, essa informação contribuiria para elevar a autoestima e para todos provaria que a diversidade sexual é tão antiga quanto à própria humanidade).



Autorretrato de Leonardo da Vinci,  
aproximadamente 1512

Pintor, escultor, desenhista, arquiteto, astrônomo, engenheiro e inventor, Leonardo di ser Piero da Vinci nasceu em 15/04/1452, na aldeia de Vinci, perto de Florença, e morreu em 02/05/1519, aos 67 anos, em Amboise, na França. Aos 23 anos foi preso sob a acusação de sodomia, mas não chegou a sofrer as duras penalidades infligidas aos sodomitas, porque contava com o apoio e a proteção de pessoas influentes daquele período.

Disponível em  
<https://portugalgay.pt/news/090118A/historia-nova-biografia-apresenta-leonardo-da-vinci-como-homem-abertamente-gay>

O grupo que fez a apresentação sobre Jean Wyllys destacou como, vencendo preconceitos, ele conseguiu chegar à Câmara dos Deputados, mas expressou certa rejeição à forma de ele agir. Consideraram-no radical, grosso, exagerado. Percebi que essas observações estavam de acordo com o que partidários do também deputado Jair Bolsonaro expõem sobre Jean Wyllys. Mas eu soube ouvir os comentários e ajudá-los a analisar com criticidade o embate que ocorria entre esses dois deputados.



Jean Wyllys de Matos Santos, deputado federal.

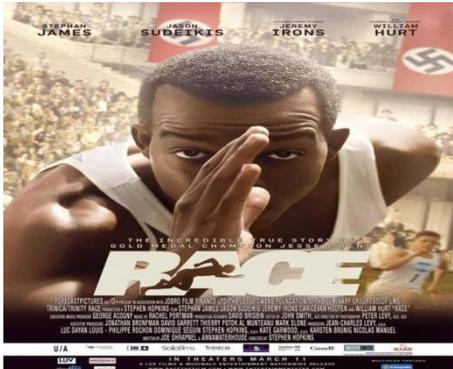
Nascido em 10/03/1974, em Alagoinhas (BA), foi eleito deputado federal pelo PSDL-RJ para os mandatos 2011-2014 e 2015-2018. É jornalista, escritor e professor universitário. Tornou-se conhecido do grande público após sua participação no *reality show* Big Brother, em 2005, exibido pela Rede Globo de Televisão. Em sua prática política mostra-se um defensor das minorias no País, especialmente das pessoas LGBT.

Disponível em <http://jeanwyllys.com.br/wp/bio>

Avalio essa atividade como proveitosa. Foi possível debater a questão da diversidade sexual com a turma, ajudando-a a perceber que a sexualidade é apenas um dos componentes da identidade de uma pessoa e tive a oportunidade de abordar a diversidade sexual em diferentes momentos do Ocidente, conforme o que se encontra nos capítulos 4, 5 e 6 deste material.

## 1.2 Atividade 2

A segunda atividade foi desenvolvida em outra turma de 9º ano, no ano de 2017. Assistimos juntos ao filme *Race*, de 2016. O filme relata a história de Jesse Owens, atleta negro, dos Estados Unidos, que participou das Olimpíadas de Berlim, de 1936, sob o regime nazista, ganhando quatro medalhas de ouro. O filme aborda o racismo presente não somente na Alemanha hitlerista, mas também na sociedade estadunidense, o que provocou enormes desafios na vida de Owens. De imediato, os alunos fizeram comparações com a situação dos negros nos Estados Unidos da atualidade e no Brasil. Chegaram à constatação de que o racismo ainda persiste.

	<p>Race</p> <p>2016 • Drama/Filme de Esportes • 2h 14m</p> <p>Data de lançamento: 23 de junho de 2016 (Brasil)</p> <p>Direção: Stephen Hopkins</p> <p>Prêmios: Prêmio Genie de Melhor Ator.</p> <p>Produção: Stephen Hopkins, Kate Garwood, Luc Dayan.</p> <p>Roteiro: Anna Waterhouse, Joe Shrapnel.</p>
---	---

Em seguida, debatemos a crônica “Dos muros”, escrita por Luís Fernando Veríssimo e publicada no jornal O Globo, de 05 de fevereiro de 2017. Nela, o autor comenta os muros famosos que a humanidade construiu ao longo da História, como a Muralha da China, as Muralhas de Jericó e o Muro de Berlim. Ele finaliza criticando a intenção do presidente norte-americano, Donald Trump, de construir um muro na fronteira entre seu país e o México, levando o leitor a refletir sobre as barreiras ideológicas e sociais existentes na sociedade.

Concluído o debate sobre a crônica, fizemos as possíveis associações com o filme exibido e perguntei: “Quais muros temos em nossa sociedade?”. A turma compreendeu perfeitamente o sentido metafórico da pergunta e começou a citar as diversas discriminações praticadas pelas pessoas, entre elas, a discriminação sexual. Dividi a turma em grupos e para cada um pedi que elencasse o que leva as pessoas a praticarem discriminações contra negros, deficientes, pobres, pessoas LGBT, entre outros citados.

## DOS MURROS

Os Muros de Jericó, nos conta a Bíblia, caíram depois de um sítio de sete dias. Os israelitas, após a fuga do Egito e os 40 anos no deserto, invadiram a cidade do Vale do Rio Jordão, desprotegida com a queda da sua fortificação. Os Muros de Jericó ficaram na história bíblica como um exemplo do poder da fé, pois foram as preces e as encantações dos sitiantes, além das cornetas, que os destruíram. Ou seja, os Muros de Jericó foram derrubados, literalmente, no grito.

Não há paralelo possível entre os Muros de Jericó e outros muros famosos, como o Muro de Berlim. No caso deste, o governo comunista da Alemanha Oriental justificava a existência da excrescência como uma maneira de segurar cidadãos para os quais o Estado assegurava educação e saúde, mas que não resistiam ao apelo do outro lado, ainda mais que Berlim Oriental era um lugar lúgubre e Berlim Ocidental uma vitrine para o que o capitalismo tem de mais chamativo. Onde é que entra a comparação com os Muros de Jericó? O Muro de Berlim também caiu no grito. Não resistiu ao clamor internacional pela sua destruição. E, certamente, a algumas preces também.

A Grande Muralha da China foi construída para proteger o Império Chinês de incursões de tribos inimigas. Sua construção começou há dois mil anos, e não se sabe se um dia cumpriu seu objetivo militar ou apenas sua função como limite do insular Império do Meio, um símbolo do seu distanciamento do resto do mundo. A Grande Muralha da China não foi destruída. Pior, virou atração turística.

Israel, esquecendo-se de Jericó, construiu um muro para separá-lo de territórios palestinos e também está sendo muito criticado por isso, embora não se espere que ceda ao clamor crescente tão cedo. E temos o muro proposto por Trump para impedir a entrada de mexicanos e centro-americanos nos Estados Unidos. O mais importante do muro do Trump não é o muro, é o clamor contra o muro. Que talvez não impeça a sua criação, mas pode levar a uma revolta – junto com as outras barbaridades propostas por Trump – que o faça repensar tudo, inclusive seu penteado. As cornetas já começaram.

A atividade foi interessante porque, entre outras razões, possibilitou aos alunos perceberem o que podemos chamar de “historicização da discriminação”, ou seja, em que momento da História essa discriminação começou. Obviamente não houve profundidade nos resultados e nem era meu objetivo esperar isso de alunos do 9º ano. No entanto, tais resultados serviram como elemento provocador para que eu debatesse com eles a temática da diversidade sexual, comentando os fatores que levaram à perseguição daquelas pessoas que não estavam conformadas ao padrão sexual considerado correto, na sociedade ocidental (essas informações estão no capítulo 3).

Os alunos participaram ativamente, compartilharam experiências, compreenderam a dificuldade de acabar com a discriminação e assumiram o compromisso de eles próprios terem mais respeito com pessoas LGBT. Nessa turma, havia um aluno homossexual e percebi o alívio que aquela aula lhe provocou. Não fiz qualquer pregação moral sobre o respeito aos que são diferentes da maioria. Fiz, pelo contrário, os alunos refletirem sobre a questão, a partir de recursos como um filme e uma crônica. Também realizei essa atividade com turmas do 8º ano e os resultados obtidos foram igualmente satisfatórios.

Essas duas atividades fomentaram as discussões sem incitar ofensas, possibilitando descobertas que favorecem a compreensão de por que existe discriminação sexual e também o entendimento de que a sexualidade é uma construção social.

portanto histórica, assim como a discriminação. Se ela é construída pelas sociedades, também pode ser desconstruída, permitindo o surgimento e a manutenção de relações amistosas pautadas no respeito e na aceitação.

Essas atividades são sugestões que incluo aqui porque me auxiliaram a atingir o objetivo de discutir a diversidade sexual com meus alunos, nas aulas de História. Elas podem ser adaptadas ou aprimoradas, de acordo com a realidade de cada turma. Outras possibilidades de recursos ou fontes de conhecimento para os (as) professores (a) são sugeridas nos capítulos 7 e 8 deste material.

## 2. A PROBLEMÁTICA DA SEXUALIDADE

Falar de sexualidade nem sempre foi algo aceito ou permitido. Na própria universidade, nos cursos de História, teoricamente um local de maior autonomia e vanguarda, durante muito tempo o tema foi considerado pouco acadêmico. Talvez porque, devido aos resquícios da Era Vitoriana, no campo moral, e aos efeitos da Revolução Industrial, na área político-econômica, os historiadores estivessem mais preocupados com outros objetos de estudo. A partir do final da década de 1960, com o avanço das manifestações feministas e as discussões sobre as questões de gênero, que se iniciaram décadas antes, além da invenção da pílula anticoncepcional, que facilitou a dissociação entre sexo e reprodução, ocorreram mudanças na forma de se enxergar a mulher e a sexualidade, o que fez o tema ser mais discutido pela sociedade e, conseqüentemente, na universidade. Louro afirma que

*(...) o poder não poderia mais, a esse momento, ser compreendido como um movimento hierárquico linear, centralizado ou de direção única. Assumia-se que vários marcadores sociais combinavam-se sempre, de formas peculiares, situadas, o que passa a impedir a concepção simplista de homem dominante versus a mulher dominada. O conceito de gênero investe, de forma enérgica, contra a lógica essencialista que acredita num homem e numa mulher universais e trans-históricos<sup>215</sup>.*

De fato, o movimento feminista contribuiu decisivamente para os questionamentos acerca da ordem sexual vigente, o que também favoreceu a luta por igualdade e direitos das pessoas alijadas da lógica binária macho-fêmea ou masculino-feminino.

Nas décadas seguintes, entre 1970 e 1990, estudiosos importantes contribuíram para uma pesquisa sistemática e abrangente da sexualidade. Foucault, Richards, Bellini, Mott e Vainfas, entre outros, colaboraram para que o assunto se tornasse um legítimo objeto de pesquisa<sup>216</sup>. Naquele momento entendeu-se que:

*(...) a incorporação pela história de objetos tais como a sexualidade (...) pode representar o aprofundamento de reflexões bastante significativas em torno, por exemplo, da vida cotidiana, vista como palco privilegiado da diversidade das vivências e ideias, dos fatos culturais e, portanto, das tensões e conflitos considerados em sua dimensão microscópica e que expressam não apenas continuidades e permanências, mas também as pequenas grandes mudanças operadas de forma quase invisível no dia-a-dia de personagens de carne e osso<sup>217</sup>.*

Embora as pesquisas desses autores tenham originado um conjunto útil de informações importantes sobre sexualidade e alguns aspectos da diversidade sexual, no campo da História, a aplicação desse conhecimento foi

<sup>215</sup> LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto: Porto Editora, 2000, p. 15.

<sup>216</sup> Ver, à guisa de comprovação, FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I** – A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1979; BELLINI, Lígia. **A coisa obscura** – mulher, sodomia e Inquisição no Brasil Colonial. São Paulo: Brasiliense, 1987; MOTT, Luiz. **O sexo proibido** – virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição. Campinas: Papirus, 1988; RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação** – As minorias na Idade Média. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1993; VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados** – moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

<sup>217</sup> ENGEL, Magali. História e Sexualidade. In: CARDOSO, Ciro Flamarion ; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, p. 311.

praticamente nula nos livros didáticos dessa disciplina. Os produtores desses materiais mantiveram-se silenciados em relação a essas questões.

Se a sexualidade, compreendida como uma dimensão da liberdade humana relacionada à busca do prazer físico e emocional, abrangendo aspectos biológicos, psíquicos, sociais, culturais e históricos<sup>218</sup>, encontrou barreiras para ser discutida na sociedade e no meio acadêmico, a diversidade sexual, por sua vez, enfrentou (e enfrenta) mais empecilhos. Ela é um dos aspectos mais polêmicos da vida humana. Com o desenvolvimento e a ampliação dos meios de comunicação, frequentemente são noticiados casos de violência contra aqueles que não estão enquadrados no padrão heterossexual, considerado normal e aceitável para a conduta sexual humana. Nas escolas, por exemplo, são notórios os casos de discriminação contra alunos e professores que possuem identidades de gênero e orientação sexual diferentes da maioria.

Em junho de 2008, foi realizada a primeira Conferência Nacional, em Brasília, de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais<sup>219</sup>. O evento fazia parte da agenda de atividades organizadas, nesse ano, para celebrar o sexagênio da Declaração Universal dos Direitos Humanos e também era reflexo dos debates promovidos na Conferência de Yogyakarta, na Indonésia, um ano antes, dos quais o Brasil participou<sup>220</sup>.

Elaborada a partir de discussões promovidas nos níveis municipal e estadual, essa Conferência teve como objetivos norteadores a reivindicação da criminalização da homofobia, a promulgação da união civil entre parceiros do mesmo sexo e a mudança do prenome das travestis e das pessoas transgêneros. No âmbito educacional, propunha, entre outros pontos, a inclusão nos livros e materiais didáticos, de conteúdos que abordassem a temática das questões de gênero e de orientação sexual.

Somente a partir de 2008, portanto, foram realizadas, efetivamente, menções à diversidade sexual, nos livros didáticos, contudo, ainda de forma tímida ou, como no caso dos livros didáticos de História, de maneira inadequada ou insuficiente, sem problematizações dos elementos que fundamentaram a formação da memória coletiva ocidental acerca desse tema.

## 2.1 O que é diversidade sexual

A diversidade sexual refere-se às diferentes possibilidades de expressão da sexualidade ao longo da vida humana. Nesse contexto, a heterossexualidade, compreendida como a relação sexual ou afetivo-sexual com pessoas do sexo oposto, torna-se apenas uma das possíveis expressões da sexualidade. A homossexualidade (sexualidade

<sup>218</sup>JESUS, Beto de et al. **Diversidade sexual na escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens**. São Paulo: Editora Maxprint, 2008, p. 15.

<sup>219</sup>SECRETARIA Especial dos Direitos Humanos. **Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT**. Brasília, 2008.

<sup>220</sup>A Conferência de Yogyakarta foi coordenada pela Comissão Internacional de Juristas e pelo Serviço Internacional de Direitos Humanos. Como efeito desse evento, foi publicado o documento “Princípios de Yogyakarta”, que expressam os princípios jurídicos internacionais a serem considerados na aplicação da legislação global às violações dos direitos humanos com base na orientação sexual e identidade de gênero. Ver [http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf)

vivenciada, sexual ou afetivamente, entre pessoas do mesmo sexo biológico) e a bissexualidade (parcialmente desvinculada da relação sexual exclusiva entre homens e mulheres) também são expressões humanas da sexualidade.

Afirmar que a homossexualidade, a bissexualidade e a heterossexualidade são expressões da sexualidade humana não significa afirmar que são uniformes, ou seja, vivenciadas todas da mesma forma. Existem diferentes expressões do desejo e da sexualidade em cada um desses grupos. A satisfação sexual não é alcançada sempre da mesma forma. Determinadas práticas, essenciais para a satisfação de alguns casais heterossexuais, por exemplo, são pouco interessantes, desagradáveis ou mesmo repulsivas para outros casais desse mesmo grupo. Conclui-se, então, que não existe só uma possibilidade de expressão da sexualidade ao longo da vida, ou seja, um único modelo válido de experiência sexual. Por isso, é mais coerente afirmar que existem sexualidades manifestadas em homossexualidades, heterossexualidades e bissexualidades, em contraposição a uma única sexualidade, por serem tantas as formas de vivenciá-la. E é justamente isso que caracteriza a diversidade sexual.

Alguns conceitos, neste momento, devem ser apresentados para uma compreensão mais ampla da diversidade sexual.

CONCEITO	DEFINIÇÃO
SEXO	Classificação biológica das pessoas como machos ou fêmeas, baseada em características orgânicas como cromossomos, níveis hormonais, órgãos reprodutivos e genitais. Algumas pessoas nascem com características biológicas dos dois sexos: <b>os/as intersexuais</b> . O sexo biológico não define o comportamento masculino ou feminino das pessoas; o que faz isso é a cultura, a qual define alguém como masculino ou feminino, e essa definição muda de acordo com a cultura de que falamos.
GÊNERO	O gênero é construído socialmente, designando papéis considerados tipicamente masculinos ou femininos. Não está, necessariamente, atrelado ao sexo biológico, pois os indivíduos podem exercer papéis e ter comportamentos diferentes do que é esperado do seu sexo biológico.
IDENTIDADE DE GÊNERO	Gênero com o qual o indivíduo se identifica, que pode ou não concordar com o que lhe foi atribuído no nascimento. Sendo assim, as pessoas <b>cisgêneros</b> identificam-se com o gênero que lhes foi designado ao nascerem e as <b>transgêneros</b> não se identificam com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento.
ORIENTAÇÃO SEXUAL	Diferentemente do senso pessoal de pertencer a algum gênero, a orientação sexual é a atração afetivo-sexual por alguém. Dessa forma, os indivíduos podem ser heterossexuais, homossexuais ou bissexuais. Há, inclusive, os assexuais, que não sentem atração sexual por nenhum gênero, e os pansexuais, que extrapolam essas limitações e se relacionam sexualmente com qualquer gênero.

Algumas observações importantes:

- Uma pessoa **intersexual** tem um corpo que varia do padrão de masculino ou feminino culturalmente estabelecido, no que se refere a configurações dos cromossomos, localização dos órgãos genitais (testículos que não desceram, pênis muito pequeno ou clitóris muito grande, final da uretra deslocado da ponta do pênis, vagina ausente), coexistência de tecidos testiculares e de ovários.
- A **intersexualidade** se refere a um conjunto amplo de variações dos corpos tidos como masculinos e femininos, que engloba, conforme a denominação médica, hermafroditas verdadeiros e pseudo-hermafroditas. O grupo composto por pessoas intersexuais tem-se mobilizado cada vez mais, em nível mundial, para que a intersexualidade não seja entendida como uma patologia, mas como uma variação, e para que não sejam submetidas, após o parto, a cirurgias ditas 'reparadoras', que as mutilam e moldam órgãos genitais que não necessariamente concordam com suas identidades de gênero ou orientações sexuais.
- Há pessoas transgêneros que se conformam com o corpo que possuem, mas não com o comportamento e papel de gênero que a sociedade espera delas. Outras, para aceitarem a si mesmas, necessitam fazer uma cirurgia de **redesignação sexual**, por meio da qual seus genitais estarão de acordo com a identidade de gênero que têm.
- A **transgeneridade** é um conceito "guarda-chuva" justamente porque o sentimento de inadequação do sexo biológico com a identidade de gênero não se reflete de forma única para todas as pessoas com essas especificidades. Nesse contexto, podemos citar **as travestis**, que não têm intenção de alterar seu sexo biológico. A ambivalência é a característica principal das travestis: expressam-se de forma feminina, mas mantêm alguns atributos masculinos.
- Também são exemplos de transgêneros os artistas que fazem uso de feminilidade estereotipada e exacerbada em suas apresentações, as **drag queens** (sendo mulheres fantasiadas como homens, são **drag kings**). O termo mais antigo, usado no Brasil para tratá-los, é o de artistas transformistas. *Drag queens/king* são transformistas que vivenciam a inversão do gênero como espetáculo, não como identidade. As **cross-dressers** (homens que gostam de se vestir com peças de roupas femininas, mas que não são necessariamente homossexuais) e as **butches** (mulheres lésbicas que se vestem e se comportam de maneira bastante masculinizada, aproximando-se do modo de se portar dos homens machões) também podem ser consideradas manifestações da transgeneridade.
- Os/as **transexuais** seriam as pessoas transgêneros que realizaram a redesignação sexual, no entanto, movimentos de defesa dos direitos desses indivíduos preferem, mesmo nesses casos, o nominativo "transgênero", visto que "transexual" remete à ideia de patologia com a qual esses grupos não concordam.

Outro termo que deve ser apresentado é o de **heteronormatividade**, pois a discussão sobre diversidade sexual, na atualidade, é vinculada a esse conceito. A heteronormatividade é instituída como única possibilidade legitimada de expressão sexual e de gênero. A lógica binária, base da heteronormatividade, pressupõe a existência de somente dois sexos (macho e fêmea), dois gêneros (masculino e feminino), com a preponderância do primeiro sobre o segundo, e apenas uma orientação sexual (heterossexualidade).

Uma sociedade heteronormativa não aceita as diferentes expressões da diversidade sexual porque desconsidera que as identidades de gênero e a sexualidade humana não se restringem à biologia e que elas estão intrinsicamente ligadas à história, ao desejo, à experiência individual e aos marcadores culturais de cada sociedade.

A não aceitação de indivíduos, que estão fora do sistema heteronormativo, provoca casos de violência (simbólica ou real). Em 2008, sob a supervisão do Ministério da Educação, foi realizada uma pesquisa em 500 escolas do País, com alunos dos anos finais do ensino fundamental, do ensino médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de envolver profissionais da educação e responsáveis pelos alunos, que visava a formular estratégias que promovessem a redução das desigualdades relacionadas a resultados educacionais. Concluiu-se que as orientações sexuais que não se enquadram na heteronormatividade são uma das três maiores causas de discriminação sofrida, não somente pelos estudantes, mas também por professores<sup>221</sup>. Passados dez anos da realização da pesquisa, percebe-se que a violência contra aquelas e aqueles que não se enquadram no padrão heteronormativo não diminuiu.

Segundo os dados levantados pelo Grupo Gay da Bahia, em 2017, foram assassinadas 445 pessoas, no Brasil, devido à sua identidade de gênero e/ou orientação sexual<sup>222</sup>. T tamanha violência deve ser motivo de preocupação por parte das autoridades políticas e policiais, como também dos gestores e profissionais da educação. Situações como as descritas devem ser alvo de projetos educacionais no ambiente escolar, a fim de que os alunos compreendam o contexto histórico-social no qual a discriminação que as motiva se originou.

De maneira geral, as pessoas que não se enquadram no padrão heteronormativo têm sido designadas pela sigla **LGBT**, que é o resultado de um processo decorrente das mudanças sociais e das lutas políticas desenvolvidas nas últimas décadas.

---

<sup>221</sup>A pesquisa pode ser encontrada em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf>. Acesso em 19/04/17.

<sup>222</sup>O **Grupo Gay da Bahia** é a mais antiga associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil em atuação. Fundado em 1980, registrou-se como sociedade civil sem fins lucrativos em 1983, sendo declarado de utilidade pública municipal em 1987. Ocupa, desde 1995, a Secretaria de Direitos Humanos da ABGLT, e a Secretaria de Saúde desde 1998. Ver: <http://www.ggb.org.br/ggb.html> Acesso em 11/07/17. A informação sobre as 445 pessoas assassinadas pode ser encontrada em SOUTO, Luiza. **Assassinatos de LGBT crescem 30% entre 2016 e 2017, segundo relatório.**

Disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/assassinatos-de-lgbt-crescem-30-entre-2016-2017-segundo-relatorio-22295785> Acesso em 19/02/2018.

- ❖ LGBT refere-se a **Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros**. Atualmente, essa sigla é a usada pelo movimento social brasileiro e por entidades governamentais. A letra L no início marca a desigualdade de gênero que diferencia homossexuais femininos e masculinos.
- ❖ Inicialmente, usou-se **GLS** que contemplava **Gays, Lésbicas e Simpatizantes**.
- ❖ Alguns países usam a denominação **LGBTTIS** para se referir a **Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Intersexuais e Simpatizantes**, todavia essa não é a denominação usual no Brasil.
- ❖ Internacionalmente, a sigla mais utilizada é **LGBTI**, que abrange as pessoas **Intersexuais**.
- ❖ Uma nomenclatura que vem ganhando força é **LGBTQ** ou **LGBTQI**, pois inclui, além da orientação sexual e da diversidade de gênero, a perspectiva teórica e política dos **Estudos Queer**.
- ❖ A letra **P**, para **Pansexuais**, e a letra **A**, para **Assexuais**, também podem ser acrescentadas na sigla, contudo são menos usadas.
- ❖ Pessoas pansexuais sentem-se atraídas, sexualmente, por todos os tipos de gênero sexual e/ou identidades de gênero. Os/as assexuais não sentem atração ou desejo sexual.

A aversão à população LGBT tem sido denominada, de forma genérica, de **homofobia**, termo criado, ao que tudo indica, em 1965, pelo psicólogo norte-americano George Weinberg para designar o medo de homossexuais, que algumas pessoas demonstraram numa conferência sobre homossexualidade. A partir daí, a palavra tornou-se notória na mídia, porém, na atualidade, para muitos ativistas ela diria respeito principalmente a homens *gays*. Por isso, outros termos foram adotados como **lesbofobia, bifobia e transfobia**, para particularizar as violências e discriminações sofridas pelas lésbicas, bissexuais e transgêneros, respectivamente.

A homofobia é associada ao **heterossexismo**, o qual é considerado um dispositivo intelectual e político de discriminação, apoiado num sistema que segrega as pessoas segundo a orientação sexual. Heterossexismo e heteronormatividade, portanto, podem ser considerados sinônimos.

Importante!

“**Queer**” é uma palavra inglesa que pode ser traduzida como “estranho”, “não convencional”, “transviado”. É uma forma pejorativa para se referir a gays e lésbicas, em países anglófonos. Uma vertente do movimento LGBT passou a assumir a expressão, de forma afirmativa, para expressar suas posições políticas. A teoria queer se contrapõe a normas, padrões e binarismos, entendendo que toda identidade é o efeito de um contexto histórico-social de relações de poder, portanto, deve-se desnaturalizar a identidade sexual e criar conhecimentos que favoreçam a tomada de poder.

### 3. POR QUE A DIVERSIDADE SEXUAL TORNOU-SE CONDENÁVEL E PERSEGUIDA NO OCIDENTE

No Ocidente, a memória coletiva acerca da sexualidade foi elaborada a partir de alguns elementos relacionados à religião, ao Estado, aos interesses econômicos e aos preceitos médicos. A memória de uma sociedade é uma construção coletiva e somente permanece o que ainda está vivo na consciência do grupo. Todavia, como nem todos os componentes de uma sociedade recordam os mesmos fatos da mesma forma, haja vista as diversas reações às experiências vividas marcadas pela subjetividade, a elaboração da memória coletiva segue uma modalidade culturalmente determinada e socialmente organizada, na qual somente uma maioria dos membros desse grupo compartilha o estado considerado.

A representação produzida por essa maioria é capaz de tornar-se “uma memória massiva, coerente, compacta e profunda”, assumindo a “dimensão importante da estruturação de um grupo”, refletindo, assim, diretamente na percepção de sua própria identidade<sup>223</sup>. Tal processo fica evidenciado na aceitação ou não aceitação das diversas expressões da sexualidade ao longo do tempo. Os interesses de grupos com poder de controle (e aqui podemos considerar a Igreja Católica, o Estado, a burguesia) prevaleceram sobre os pontos de vista de indivíduos desviados da norma estabelecida nessa área, os quais tiveram suas diferenças sexuais e de gênero desconsideradas para que uma identidade “comum” a todos fosse construída. Essa disputa de memórias produziu, portanto, um enquadramento de acordo com os interesses da maioria ou de quem podia controlar a maioria, com o objetivo de criar um sentimento de identidade no grupo, excluindo, geralmente com violência, aqueles e aquelas que divergiam dessa identidade.

Para corroborar esse ponto de vista, podemos citar Barbosa para quem os discursos, implícitos ou explícitos, integrantes de obras literárias, filosóficas ou historiográficas, contribuíram para colocar a homossexualidade (e qualquer expressão sexual diferente da considerada padrão) na marginalidade. Esses discursos foram “silenciados pela história ou negligenciados e mantidos numa condição interpretativa baseada em um senso comum, produzido e reproduzido conforme os interesses de uma ideologia político-cultural dominante”<sup>224</sup>.

#### 3.1 Os interesses burgueses no controle do sexo

Foucault, em seu clássico *História da sexualidade*, afirmou que, a partir do século XVII, no Ocidente, as transformações econômicas pelas quais a sociedade estava passando, com o advento do capitalismo e do processo de industrialização, contribuíram enormemente para as mudanças nos comportamentos sexuais das pessoas. Se antes, no entendimento dele, havia relativa liberalidade nessa área, agora era necessário um controle sobre os casais,

<sup>223</sup>CANDAUI, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Editora Contexto, 2016, pp. 24-26, 44.

<sup>224</sup>BARBOSA, Renata Cerqueira. Em busca de conceitos: sexualidade, homossexualidade e gênero na Antiguidade Clássica. In: ESTEVES, Anderson M. et al. *Homeroetismo na Antiguidade Clássica*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016, pp. 172 e 173.

especialmente os pobres, para que o sexo tivesse o objetivo primordial de fornecer mão de obra para as fábricas que começavam a surgir. Ao impor a família burguesa como a família padrão (pai, mãe e filhos, constituição familiar que gerava necessidades de consumo interessantes para a produção industrial incipiente), o sistema capitalista definia a família natural, que não admitia o reconhecimento de novos arranjos familiares. Com isso, o casamento heterossexual e a monogamia foram defendidos como os padrões a que todos deveriam submeter-se.

*(...) Diz-se que no início do século XVII ainda vigorava certa franqueza. As práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce; t (...) Gestos diretos, discursos sem vergonha, transgressões visíveis, anatomias mostradas e facilmente misturadas, crianças astutas vagando, sem incômodo nem escândalo, entre os risos dos adultos: os corpos "pavoneavam". Um rápido crepúsculo se teria seguido à luz meridiana, até as noites monótonas da burguesia vitoriana. A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. (...) No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este status e deverá pagar as sanções<sup>225</sup>.*

Além disso, não era mais permitido esbanjar a força física nos prazeres sexuais, pois ela era necessária no trabalho fabril. Embora o sexo continuasse a ser praticado como antes, refletindo os desejos de pessoas com orientações sexuais e identidades de gênero diversas, nesse momento o estabelecimento de um padrão heteronormativo, imposto pela elite burguesa e baseado na religião cristã, com o apoio do Estado, excluiu da considerada "normalidade" quem fugisse à regra. Nesse contexto, a homossexualidade não era desejada e o casal heterossexual protagonizava e determinava o comportamento sexual.

*(...) Esse discurso sobre a repressão moderna do sexo se sustenta. Sem dúvida porque é fácil de ser dominado. Uma grave cautela histórica e política o protege; pondo a origem da Idade da Repressão no século XVII, após centenas de anos de arejamento e de expressão livre, faz-se com que coincida com o desenvolvimento do capitalismo: ela faria parte da ordem burguesa. A crônica menor do sexo e de suas vexações se transpõe, imediatamente, na cerimoniosa história dos modos de produção: sua futilidade se dissipa. Um princípio de explicação se esboça por isso mesmo: se o sexo é reprimido com tanto rigor, é por ser incompatível com uma colocação no trabalho, geral e intensa; na época em que se explora sistematicamente a força de trabalho, poder-se-ia tolerar que ela fosse dissipar-se nos prazeres, salvo naqueles, reduzidos ao mínimo, que lhe permitem reproduzir-se<sup>226</sup>.*

### 3.2 A influência da religião no controle do corpo e da sexualidade

Deve-se ponderar, no entanto, que a memória coletiva da civilização ocidental acerca da diversidade sexual teve como base preponderante a religião cristã, imposta à força pela Igreja Católica e pelos reinos que se formaram

<sup>225</sup>FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I* – A vontade de saber. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, pp. 8-9.

<sup>226</sup>Idem, pp. 10-11.

após a queda do Império Romano do Ocidente, em 476. Foi à concepção cristã de sexo e sexualidade que o sistema burguês-capitalista recorreu para iniciar o padrão normatizador citado por Foucault. No Ocidente, os argumentos religiosos foram fundamentais para a elaboração de uma mentalidade que condena a diversidade sexual. As leis de cunho cristão, criadas no período da Inquisição com base na teologia tomista, contribuíram para a formação de uma memória coletiva que apontava a heteronormatividade como regra, porque levava à procriação, e qualquer vivência sexual diferente como pecado e crime.

No século XIII, Tomás de Aquino preconizava a heterossexualidade como a ordem divina que conduziria à consecução dos desígnios que Deus havia projetado para a humanidade, visto que somente por meio dela as pessoas se reproduzem. Dessa forma, o exemplo dos animais deveria ser copiado: entre eles, segundo o ponto de vista do teólogo, não há comportamentos homossexuais e o ato sexual conduz, inegavelmente, à procriação<sup>227</sup>. Somente no matrimônio, portanto, estava justificada a prática sexual, pois:

*(...) o fim intencionado pela natureza, na conjunção matrimonial, é a geração de filhos e a criação deles; e para esse bem ser alcançado, tornou ela deleitável a cópula carnal, (...). Ora, toda relação carnal buscada só pelo prazer que encerra, sem a referir ao fim visado pela natureza, colide com esta. (...) como a criação e a instrução dos filhos pelos pais se prolonga diuturnamente, a lei natural exige a diuturna coabitação entre pai e mãe, a fim de em comum criarem os filhos<sup>228</sup>.*

Esse entendimento serviu de base para a lógica burguesa, a partir do século XVII, e mesmo na atualidade, passados mais de quinhentos anos desde a publicação original da obra mais conhecida de Tomás de Aquino (escrita entre 1265 e 1273, mas publicada somente em 1485), é perceptível como o pensamento tomista acerca do casamento monogâmico e da reprodução permanece nos credos cristãos de diferentes igrejas. Esse fato evidencia a importância que a religiosidade teve, no Ocidente, para a composição de uma memória coletiva que condena as expressões sexuais que não seguem o esquema heteronormativo, todavia, recuando mais no tempo, podemos perceber que Tomás de Aquino baseou sua doutrina em Santo Agostinho, que consolidou, no final do século IV e início do V, a associação entre sexo e pecado original.

*Antes da queda do homem, ambos (...) tinham, pois, os olhos abertos, mas não olhavam de modo que conhecessem o que a graça lhes encobria, quando seus membros ignoravam o que é desobedecer à vontade. Ao faltar esta graça, para que a desobediência fosse castigada com pena recíproca, achou-se no movimento do corpo uma desavergonhada novidade, que converteu em indecente nudez e os deixou envergonhados e confusos<sup>229</sup>.*

<sup>227</sup> LOPES, Jailson Silva. **Elementos da ética sexual tomista**. Natal: Programa de Pós-graduação em Filosofia, UFRN, 2011, pp. 27, 65. Dissertação de Mestrado.

<sup>228</sup> AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. Pars Prima secundae – Tratado da Bem-Aventura. Artigo 4, Questão 65, p. 3986. Disponível em: <https://sumateologica.files.wordpress.com/2017/04/suma-teolc3b3gica.pdf> Acesso em 05/05/2018.

<sup>229</sup> SAN AGUSTÍN. **La ciudad de Dios**. Capítulo XIII, p. 355.

Disponível em [www.LibrosTauro.com.ar](http://www.LibrosTauro.com.ar) Acesso em 05/05/2018. Tradução nossa.

Santo Agostinho também pregou contra os “invertidos”, que eram os homens que se vestiam e agiam sexualmente como mulheres, nos cultos pagãos, expressando não somente o repúdio aos cultos não cristãos, mas também às identidades de gênero que não se enquadravam na lógica binária bíblica.

*Não me recordo de ter lido em parte alguma nem Varrão faz qualquer referência acerca dos invertidos consagrados à Grande-Mãe com tal desprezo de tudo o que, para um homem e uma mulher, constitui o pudor, os quais se viam, ainda ontem, de cabelos encharcados de perfume, cara pintada, membros lânguidos, andar efeminado, a deambularem pelas praças e ruas de Cartago, chegando mesmo a exigir ao público com que possam manter a sua vergonhosa existência. A compreensão falha, a razão ruboriza-se, emudece a palavra! A Grande-Mãe superou todos os outros deuses, seus filhos, não pela grandeza da sua majestade, mas pelo crime. A este monstro nem a monstruosidade de Jano se compara. A monstruosidade de Jano estava apenas nas imagens, mas aquela mostra a crueldade da sua deformidade nos seus próprios mistérios. (...) Nem os tão numerosos e tão graves estupros de Júpiter superam esta ignomínia. Este, no meio dos seus atentados contra as mulheres, só com Ganimedes desonrou o Céu; mas ela, com tantos invertidos profissionais e públicos, profanou a Terra e ultraja o Céu<sup>230</sup>.*

Antes do Bispo de Hipona, porém, o cristianismo primitivo já delimitava o que era permitido na esfera da sexualidade para seus seguidores e para todos que, posteriormente, seriam alcançados pela fé católica. A Didaquê, catecismo cristão compilado provavelmente entre os anos 60 e 90 da era cristã, originário de diversas fontes orais e escritas, é considerada a mais antiga fonte de legislação eclesiástica seguida por inúmeras igrejas cristãs. Como um manual de conduta, a Didaquê reitera alguns dos ensinamentos de Jesus Cristo, contidos nos Evangelhos, entre eles o amor ao próximo e a disposição de perdoar e servir. Sobre a sexualidade, está escrito na obra:

*O segundo mandamento da Instrução (dos Doze Apóstolos) é: Não matarás, **não cometerás adultério; não te entregará à pederastia, não fornicarás**, não furtarás, não exercerás magia nem bruxaria (charlatanice). Não matarás criança por aborto, nem criança já nascida; não cobiçarás os bens do próximo<sup>231</sup>. (Grifo nosso)*

Os imperativos destacados denotam a preocupação que os primeiros líderes cristãos tinham em controlar o sexo e a sexualidade como uma forma de sobrepor a nova religião que surgia aos velhos cultos religiosos, agora chamados pagãos. Havia a necessidade de se fundar uma identidade com a qual o “povo escolhido pelo Deus verdadeiro” se distinguiria dos infiéis. E essa identidade tinha como elemento principal a pureza sexual, compreendida como um comportamento que destoasse totalmente da liberdade (considerada libertinagem pelos cristãos) que os povos que “não conheciam a Deus” tinham em suas práticas sexuais.

Ao serem ratificados o adultério e a fornicação como pecados, a monogamia e a castidade foram consolidadas como padrões inquestionáveis de conduta para casados e solteiros, respectivamente. A proibição

<sup>230</sup> SANTO AGOSTINHO. **A cidade de Deus**. Volume I (Livro I a VIII). Capítulo XXVI. 2 ed. Tradução De J. Dias Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p. 671.

<sup>231</sup> **DIDAQUÊ** – A instrução dos Doze Apóstolos. Capítulo II. Disponível em <http://sagradamissao.com.br/2016/07/a-didaque-a-instrucao-dos-apostolos/>

mencionada sobre a pederastia (em algumas traduções o imperativo é substituído por “Não corrompa os jovens”<sup>232</sup>) fazia referência às relações homossexuais entre adolescentes e homens adultos, ocorridas num ritual de iniciação ao mundo masculino, da Grécia Antiga (mais adiante, neste suplemento, essa prática será abordada). Com isso, a homossexualidade era instituída como algo errado e antinatural.

Não podemos desconsiderar a influência que o estoicismo, corrente filosófica criada por Zenão de Cício, no século IV a.C., e desenvolvida por várias gerações de filósofos, exerceu sobre o cristianismo primitivo na elaboração de uma moral virtuosa e puritana. Os estóicos pregavam a dominação dos impulsos e o controle das paixões por meio da reflexão. A felicidade seria alcançada quando o indivíduo tivesse autocontrole e equilíbrio. Nesse contexto, o sexo deveria ser praticado apenas no casamento para o refinamento do espírito. Aos não casados, a alternativa era o celibato. Com isso, quando o cristianismo surgiu, encontrou elementos restritivos da diversidade sexual que logo foram cooptados pelos primeiros líderes da religião nascente, como forma de se distinguirem daquele velho mundo de prazeres e carnalidade, e para a elaboração de um novo, no qual o que mais contava era a espiritualidade, compreendida como a vitória do espírito sobre a carne.

Importante!

Além do estoicismo, o judaísmo primitivo também contribuiu para o cristianismo se imbuir de uma condenação a priori das relações sexuais que não levavam à procriação e aos comportamentos que não se encaixavam na lógica binária dos gêneros. Assim, a homossexualidade, masculina ou feminina, a bissexualidade e a travestilidade foram consideradas expressões sujas e pecaminosas da sexualidade humana.

### 3.3 Os sodomitas e a sodomia

No período medieval e moderno, as leis civis e eclesiásticas que passaram a regular o sexo e a sexualidade evidenciaram a perfeita simbiose entre a Igreja e o Estado, que por força da lei e do castigo, impunham o que devia ser aceito como natural ou como antinatural. Tornou-se um consenso que os sodomitas eram criminosos, portanto, passíveis de punição neste mundo e condenação no que viria. Havia punições severas para quem era sodomita. Esse indivíduo não era compreendido como alguém com uma sexualidade desviante, mas sim como uma pessoa que, deliberadamente, desobedecia às leis estabelecidas e transgredia a norma aceita socialmente. Portanto, se era um transgressor, deveria ser punido.

**Sodomia** é um termo que, dependendo do tempo histórico, pode considerar distintas práticas sexuais, tendo em comum a sua não aceitação pela moral vigente. Tradicionalmente, é associada à cidade bíblica de Sodoma, onde viveriam, num constante frenesi de orgias, homens homossexuais, os quais causaram a ira divina, que destruiu a

<sup>232</sup> DIDAQUE – A instrução dos Doze Apóstolos. Capítulo II. Disponível em [http://www.escolacharlesspurgeon.com.br/files/pdf/DIDAQUE\\_A\\_Instrucao\\_dos\\_Doze\\_Apostolos.pdf](http://www.escolacharlesspurgeon.com.br/files/pdf/DIDAQUE_A_Instrucao_dos_Doze_Apostolos.pdf) Acesso em 05/05/2018.

cidade com fogo dos céus. Esse relato encontra-se no capítulo 19 de Gênesis, no Velho Testamento da Bíblia. Entretanto, essa explicação para a destruição de Sodoma é contestada por estudiosos. Segundo Gladstone, a destruição se deu como castigo pela xenofobia dos habitantes daquele local, que não usaram de hospitalidade para com os estrangeiros (os anjos enviados por Deus). Sustentando-se em outras passagens bíblicas, explica que “Sodoma cometeu abominação por sua constante hostilidade, segregação e agressão ao ser humano”<sup>233</sup>. Vainfas cita que “teólogos como Orígenes e Ambrásio fizeram idêntica leitura ‘não sexualizada’ da destruição de Sodoma”, confirmando que a destruição da cidade deveu-se à inospitalidade dos sodomitas e à contundente reprovação judaica a tal atitude<sup>234</sup>.

O livro de Levítico, no Velho Testamento é explícito na proibição de relações sexuais masculinas e parece que, com base nessa proibição, o apóstolo Paulo condenou a sensualidade entre homens e usou o termo sodomita para se referir ao praticante desse pecado<sup>235</sup>. A partir de então, a palavra passou a designar um conjunto de práticas sexuais não aceitas pela Igreja: a masturbação (chamada de molície), as medidas contraceptivas e a bestialidade (sexo com animais), configurando-se como uma forma antinatural de devassidão, já que não conduzia à procriação. Posteriormente, o IV Concílio de Latrão<sup>236</sup> universalizou o celibato, tornando-o obrigatório para a carreira eclesiástica, e consolidando o matrimônio como uma instituição verdadeiramente cristã, um ideal de vida para os leigos, no qual – e tão somente – o uso de sêmen era permitido, mesmo assim, com restrições. O sexo anal entre os casais era malvisto (chamado posteriormente de sodomia imperfeita), dada a impossibilidade de procriar dessa forma. Finalmente, a partir do século XIII, os atos sodomíticos adquiriram uma configuração mais específica na conceituação cristã de luxúria, quando foram estritamente ligados ao sexo anal praticado entre homens. Tal prática recebeu o nome de sodomia perfeita e entrou para o rol de crimes passíveis da pena capital.

O Concílio de Nablus, realizado em Jerusalém em 1120, já havia estabelecido que os sodomitas do sexo masculino, adultos e reincidentes, seriam queimados pela justiça civil, medida que os equiparava aos assassinos, hereges e traidores. A legislação portuguesa exemplificou bem a forma como os preceitos religiosos serviram como base para o Estado criar sistemas de controle sobre a sexualidade dos seus súditos. O que poderia ser considerado somente pecado, também era crime, segundo as leis portuguesas.

<sup>233</sup>GLADSTONE, Marcos. **A Bíblia sem preconceitos**. 2 ed. Rio de Janeiro: ICC, 2010, pp. 31-33.

<sup>234</sup>VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados – moral, sexualidade e Inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 188.

<sup>235</sup>**BÍBLIA SAGRADA**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Brasília: SBB, 1969. Velho Testamento: Levítico, p.139, versículo 22; Novo Testamento: p. 195, versículos 26-27 e p. 217, versículo 10.

<sup>236</sup>Os Concílios eram reuniões de líderes da alta cúpula da Igreja Católica, em que discutiam e decidiam as medidas que deveriam ser tomadas para, entre outros objetivos, manter a “pureza” da doutrina e o controle sobre as heresias.


 Importante!

As Ordenações do Reino explicitavam esses crimes e as penalidades aplicáveis aos criminosos. As Ordenações do Reino se referem aos códigos legislativos oficiais portugueses: as Ordenações Afonsinas (vigentes até 1514), Manuelinas (de 1514 a 1603) e Filipinas (a partir de 1603). De acordo com as Ordenações Afonsinas, foi o pecado da sodomia o responsável pelo dilúvio, pela destruição de Sodoma e Gomorra, além da Ordem dos Templários, por isso, tal delito deveria ser punido com a morte na fogueira. As Ordenações Manuelinas instituíram o confisco dos bens, estendendo a infâmia do crime aos descendentes. Para o delator, concediam a recompensa de um terço dos bens do acusado e punição para os que não denunciassem. As Ordenações Filipinas, por fim, confirmaram a pena capital aos sodomitas, incluindo as mulheres (todavia, a partir de 1646, os inquisidores restringiram a condição de crime somente à sodomia perfeita, a cópula anal entre homens); aumentaram a recompensa dos delatores (agora teriam direito à metade dos bens do acusado); ratificaram a condenação ao confisco total de bens e ao degredo perpétuo dos que não colaborassem com a justiça e concediam o perdão aos que denunciassem os parceiros.

O Tribunal do Santo Ofício ou a Santa Inquisição<sup>237</sup> cumpriu um papel importante no controle sobre o sexo e a sexualidade. Originalmente, essa instituição tinha o objetivo de exterminar as heresias no campo teológico que surgiram entre os cátaros e os valdenses, no século XIII, mas, subsequentemente, listou no rol de crimes/pecado a sodomia, considerada também uma forma de heresia. Diversos comportamentos morais e sexuais foram associados, por razões diversas, a erros de fé.

Nos séculos em que atuou na Europa, a Inquisição perseguiu e puniu sodomitas. Em Portugal, pelo menos trinta homens foram queimados em autos de Lisboa, Coimbra e Évora: três no século XVI e vinte e sete no século XVII. Foram considerados sodomitas incorrigíveis, devassos e escandalosos.

### 3.4 A patologização da diversidade sexual

A partir da segunda metade do século XIX, já extintos os tribunais do Santo Ofício, uma nova forma de compreensão da diversidade sexual surgiu como mecanismo de controle. Após a religião cristã, o Estado e os interesses burgueses terem, cada qual a seu modo e no geral de forma complementar e transversal, fixado as normas, coube à medicina endossar o que permaneceria na memória coletiva da sociedade ocidental como moralmente inaceitável nas questões da sexualidade humana.

<sup>237</sup>Originalmente, a Inquisição foi uma instituição da Igreja Católica Apostólica Romana, criada pelo papa Urbano IV, no século XIII, e dirigida especificamente contra os cátaros e os valdenses, que discordavam de alguns pontos doutrinários, como a reencarnação. Os bispos eram os responsáveis em investigar possíveis hereges antes da instituição dos tribunais inquisitoriais. Após um período de dormência, os Tribunais do Santo Ofício foram reativados, no século XVI, por decisão do Concílio de Trento, para reafirmar o poder católico, impedindo o avanço do protestantismo e perseguindo pessoas julgadas como hereges (notadamente os cristãos-novos, as mulheres consideradas bruxas e os sodomitas). NOVINSKY, Anita. A Inquisição, uma revisão histórica. In: Carneiro, Maria Luiza (coord.). **Inquisição: ensaios sobre mentalidade, heresias e arte**. Rio de Janeiro. Expressão & Cultura, 1992.

Nesse século, a valorização da masculinidade e seu corolário (virilidade, força e coragem) atingiu o ápice. Comportamentos e atitudes associados à mulher (feminilidade, sensibilidade, submissão, passividade) não eram aceitos nos homens. A família burguesa estabeleceu-se, definitivamente, como o padrão. Mulher e filhos eram cuidados e guiados por um marido/pai autossuficiente, másculo e ativo. O homem saudável teria essas características, portanto, aquele que buscasse satisfação afetivo-sexual com outro homem, agindo como uma mulher, era considerado um doente. Como afirmou Foucault, nesse momento “a homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma”<sup>238</sup>. Se antes o sodomita era um indivíduo reincidente, agora surgia a espécie “homossexual”, composta por seres com comportamentos e desejos sexuais específicos e patologizados, de fato, “seres pervertidos”. Borrillo comenta:

*A própria noção de homossexualidade é o resultado de uma tentativa de medicalização da velha ideia de sodomia; seus precursores foram Karl Heirinch Ulrichs (1825-1895), assim como Károly Mária Kertbeny (1824-1882). Com efeito, eles consideram que a ausência de desejo pelas pessoas do sexo oposto impele a relações necessariamente estereis, situação considerada forçosamente patológica, sobretudo em um momento em que a teoria darwiniana sobre a evolução das espécies (...) confere posição de destaque à reprodução sexual. [A partir daí], uma forma moderna de hostilidade começou a desenhar-se, desde o final do século XIX, desencadeada por essa patologização da homossexualidade<sup>239</sup>.*

Por ser considerada uma disfunção sexual, a homossexualidade deveria ter uma causa e uma cura. Estudos pretenderam descobrir as razões que levavam o indivíduo a desenvolver essa tendência sexual e as “soluções” que pretendiam aliviá-lo do sofrimento. A homossexualidade estava no mesmo patamar do sadomasoquismo, da necrofilia, do “travestismo”, do alcoolismo e da insanidade mental, tidos como perversões. O “lesbianismo”, por sua vez, estava em pior situação: era considerada a principal causa de suicídio e “um sinal de doença hereditária do sistema nervoso central” e evidência funcional de degeneração. Neuroses, psicoses e deficiências físicas nos ancestrais foram consideradas causas hereditárias da homossexualidade. Na mesma medida, hipnose, punições e castração foram utilizadas no processo de “cura”.

Nesse momento, o contexto socioeconômico fortaleceu o discurso pseudocientífico na busca de culpados que respondessem pelas crises que os países ocidentais estavam enfrentando. Novas formas de controle social e ações punitivas surgiram baseadas na “teoria da homossexualidade degenerada”. Com isso, os profissionais da medicina ganharam prestígio e notoriedade, proclamando a capacidade de curar uma grande variedade de distúrbios mentais. Spencer afirma:

<sup>238</sup> FOUCAULT, Michel. Op. cit., p. 42-43.

<sup>239</sup> BORRILLO, Daniel. **Homofobia** – história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 65.

*O declínio da taxa de natalidade na França, o aumento da criminalidade e do consumo do álcool deram munição às profecias de declínio nacional. Os calvinistas se apegaram à teoria da degeneração, uma vez que ela se encaixava nos conceitos de sua perfeição, como eleitos de Deus. Explicavam que o restante da raça humana, tendo se voltado contra Deus, estava rapidamente se tornando degenerada. Na Inglaterra, a teoria teve grande apoio da classe média devido ao êxodo rural, à queda da agricultura e ao crescente descontentamento das classes trabalhadoras. Os tumultos causados pelos desempregados assustavam a classe média (com lembranças distantes da Revolução Francesa) e a teoria da degeneração era usada para explicar a raiva “irracional” dos trabalhadores. A teoria era necessária para confinar a patologia social a uma classe restrita de degenerados. Na América, a grande procura pela mão-de obra escassa tinha elevado os salários e atraía torrentes de imigrantes da Europa e do Oriente. Isso causou violentas disputas trabalhistas e os novos imigrantes passaram a ameaçar o domínio dos protestantes das classes média e alta. Quando a segurança da ordem estabelecida é ameaçada, as teorias que tipificam o inimigo como inferior e moralmente degenerado são consideradas necessárias na luta para dominar o recém-chegado<sup>240</sup>.*

---

<sup>240</sup> SPENCER, Colin. **Homossexualidade**: uma história. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996, pp. 279.

## 4 A DIVERSIDADE SEXUAL NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA

A Antiguidade Clássica tem grande importância na formação da civilização ocidental, na qual nós estamos inseridos. Dos gregos antigos herdamos a ideia de democracia e das atividades políticas, embora com variações, como meios de expressar a vontade de uma maioria ou coletividade. Também foram eles que produziram expressões artísticas e esportivas praticadas até a atualidade, como o teatro e as Olimpíadas. Os romanos da Antiguidade nos legaram o latim, língua-mãe de outras faladas no Ocidente, e a estrutura e a compreensão do Direito como instrumento para a resolução de conflitos na sociedade. Além disso, foi nesse período histórico que surgiu o cristianismo, religião que muito contribuiu para o enquadramento da diversidade sexual como algo danoso, na memória coletiva ocidental.

### 4.1 Grécia Antiga

Começemos pela Grécia Antiga. Ela não tinha um território unificado, mas sim formado por diversas cidades-Estado, que possuíam alguns aspectos culturais em comum, como a religião e o idioma, porém possuíam peculiaridades em outras áreas. Dentre essas cidades, Atenas e Esparta foram as que mais se destacaram por terem, ao longo dos séculos desse período histórico, adquirido a supremacia sobre as outras, com expressivas vitórias militares.

Entre elas, havia diferenças no tratamento dado à mulher, por exemplo. Enquanto na primeira a mulher da elite vivia basicamente enclausurada, na segunda, ela desfrutava de mais liberdade, porque seu marido ficava mais tempo numa espécie de quartel do que em casa. As mulheres espartanas participavam dos treinamentos físicos na infância para que possuíssem corpos saudáveis, os quais gerariam filhos perfeitos.

Em Esparta, a boa forma física era altamente valorizada devido ao militarismo. Quando chegavam à puberdade, estavam prontas para o casamento e, no geral, acostumavam-se com a longa ausência dos maridos. Talvez esse fato tenha possibilitado a expressão de um amor homossexual entre as mulheres espartanas. Plutarco, historiador grego que viveu entre os anos 45 e 127 d. C., registrou que “em Esparta, todas as melhores mulheres amavam garotas”, e quando duas se apaixonavam pela mesma menina, “elas tentavam entrar em um acordo e aprimorar a bem amada”<sup>241</sup>.

Em Atenas, contudo, a situação era outra. Lá, as mulheres, pelo menos publicamente, não podiam expressar sua sexualidade; viviam para as tarefas domésticas, privadas da liberdade de ir e vir e sem autonomia. Mesmo na classe rica, a norma era essa. As esposas dos proprietários ricos ficavam em casa, onde recebiam convidados, geralmente divertindo-os com danças e músicas. Xenofonte, historiador do século V a. C., registrou que “a noiva ideal deve viver sob severa supervisão antes do casamento, vendo, ouvindo e falando o menos possível. (...) Depois do casamento, ela deve ser sóbria e casta”, administrando os bens adquiridos pelo marido e criando os filhos com

---

<sup>241</sup>SPENCER, Colin. Op. cit., p. 52.

sabedoria. Ao que Platão, filósofo que viveu entre os séculos V e IV a. C., complementou: “Temos cortesãs para nosso prazer, concubinas para o serviço pessoal diário e esposas para nos dar filhos e cuidar fielmente da nossa casa”<sup>242</sup>.

Às mulheres pobres cabia aprender um ofício que lhes ajudasse na sobrevivência. Por causa dele, conseguiam ter mais mobilidade nos espaços públicos, como criadas e comerciantes. Nas áreas rurais, trabalhavam nas atividades agropastoris. Todas, ricas ou pobres, não tinham direito à propriedade e estavam sempre sob a guarda legal de um homem: pai, marido ou outro parente do sexo masculino. Os casamentos eram arranjados e ir à escola não era permitido. As ricas aprendiam, em casa, a fiar, tecer, ler, escrever e contar. As pobres, o ofício dos pais.

Com exceção de Esparta, onde as mulheres possuíam uma relativa liberdade, na Grécia Antiga, de modo geral, elas não tinham seus sentimentos ou desejos considerados, porém houve aquelas que transgrediram as normas e possivelmente foram discriminadas por isso. Como exemplo podemos citar Aspásia, que viveu no século V a. C., natural de Mileto, esposa do estadista ateniense Péricles, a qual discursava (teria, inclusive, ensinado técnicas de oratória ao marido e até ao filósofo Sócrates) e a quem o marido beijava em público, o que era considerado inadequado. Outra mulher ousada foi Safo, famosa poetisa da ilha de Lesbos, que viveu entre os séculos VII e VI a. C.. Originária de família rica, ela aprendeu a ler e a escrever.

Importante!

Originalmente, a palavra “lésbica” designava quem nascia na ilha de Lesbos. Séculos mais tarde, a palavra passou a indicar uma mulher que deseja sexualmente outra, por causa dos poemas com alto teor erótico, descrevendo relacionamentos entre mulheres, escritos pela poetisa Safo. Por isso, do nome dela surgiu o adjetivo “sáfico”, com o mesmo sentido. A ousadia de Safo, num contexto marcado pela condição inferiorizada da mulher, fez com que alcançasse notoriedade na Grécia Antiga. No período medieval, marcado pela religiosidade cristã e pelo controle do corpo e do sexo, assim como pela subjugação do feminino, Safo foi considerada prostituta, louca e as referências a ela eram sempre negativas.

São creditadas a ela poesias que exaltavam o amor e a intimidade entre mulheres, como esta, dirigida a Átis, mulher com a qual possivelmente se envolveu:

<sup>242</sup> Idem, p. 45.

Átis

Não minto: eu me queria morta.

Deixava-me, desfeita em lágrimas: “Mas, ah, que triste a nossa sina! “Eu vou contra a vontade, juro, Safo”. “Seja feliz”, eu disse, “E lembre-se de quanto a quero. Ou já esqueceu?”

Pois vou lembrar-lhe os nossos momentos de amor. Quantas grinaldas, no seu colo, - rosas, violetas, açafão - Trançamos juntas! Multiflores, colares atei para o tenro pescoço de Átis; os perfumes nos cabelos, os óleos raros da sua pele em minha pele!”

(...) Cama macia, o amor nascia de sua beleza, e eu matava a sua sede” (...) <sup>243</sup>

Muitos dos seus poemas se perderam com o passar do tempo ou foram destruídos pela rigidez da Igreja Católica, que os considerava lascivos e imorais.

Aspásia e Safo foram exceções na antiga sociedade grega. Eram mulheres de origem rica, que tiveram acesso à instrução e se destacaram no mundo dos homens.

Era comum nas cidades-Estado gregas a prática da **pederastia**, um ritual de iniciação ao mundo masculino que ocorria entre garotos e homens adultos que possuíam a cidadania. Para ser considerado cidadão, era necessário ser nativo, livre e com mais de 21 anos. Em Esparta, Creta e Tebas, por exemplo, os casais de amantes homens eram incentivados como parte do treinamento e da disciplina militar. Esse rito também foi praticado em outras sociedades, como a chinesa, a japonesa, algumas da África e da Oceania.

Importante!

Pesquisadores contemporâneos utilizaram fontes como textos literários e não literários e imagens em pinturas e vasos, assim como grafites, para descreverem como esse ritual de pederastia ocorria na Grécia. O termo pederastia advém da junção de *paides*, que significa “menino”, associado à palavra *erastes*, que possui o sentido de “alguém com o cuidado de amar e educar um jovem”. Nessa relação, o adulto era o *erastés* e o menino era o *erômenos*. Era compreendida pela sociedade a necessidade de o jovem vivenciar essa experiência, a fim de que fosse preparado para a vida adulta. Ela ocorria na classe aristocrática e urbana.

O processo de iniciação começava com um jogo de sedução, com o apoio da família, que se sentiria envergonhada se nenhum homem se interessasse por seu filho. Os meninos mais desejáveis eram os mais inteligentes e valentes, não necessariamente os mais bonitos. O *erastés* (que tinha por volta de 25 anos) presenteava o *erômenos* (com a idade que variava entre 12 e 15 anos) e o levava para as florestas e montanhas, onde viviam por dois meses. Nesses locais, o jovem aprendia a caçar, a viver em ambientes inóspitos e a se tornar um homem honrado, qualidades

<sup>243</sup>PIGNATARI, Decio. 31 poetas 214 poemas: do Rigveda e Safo a Apollinaire - Uma antologia pessoal de poemas traduzidos, com notas e comentários. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

essenciais para um futuro guerreiro. As relações sexuais aconteciam tendo sempre o adulto como ativo e o menino como passivo.

Nessa situação, simbolizava-se o fato de o adulto possuir o estatuto jurídico da cidadania plena e ser politicamente ativo, enquanto o jovem se situava na categoria de ser passivo, que somente terá acesso à plena cidadania a partir dos vinte anos. Entre os gregos, a passividade não era aceita num cidadão adulto, visto que era típica das mulheres.

O próprio ritual de pederastia fundamentava-se na possibilidade de o jovem aprender como ser ativo, por isso, se um homem fosse penetrado e/ou tivesse um comportamento efeminado, seria discriminado, o que evidencia que a sociedade grega, de modo geral, não valorizava o que podia ser remetido ao mundo feminino. Não era permitido se assemelhar a uma mulher, em nenhum aspecto. Também era criticado o *erastês* que somente buscasse a satisfação sexual e não os atributos morais e intelectuais do *erômenos*.

Após os dois meses, o menino retornava ao lar e recebia três presentes (daí o interesse da família em que o *erastês* fosse de condição abastada).

*Eram três [presentes], todos com significado simbólico: um boi, uma armadura e uma taça. (...) o menino sacrificava o boi a Zeus e havia uma procissão e uma festa. [Celebrava-se] o fato de que o menino dera seu primeiro passo em direção à vida adulta. Essas festividades eram muito apreciadas e toda a comunidade podia delas participar. (...) O menino, então, tornava-se um benfeitor da cidade, ao mesmo tempo em que mostrava devoção e gratidão a Zeus. O vinho era bebido nos banquetes e simpósios, em cerimônias cívicas e rituais, daí o presente da taça, que conferia o direito a tomar parte no banquete (mulheres e crianças não bebiam vinho). [A armadura] promovia o menino ao status de guerreiro e protetor do Estado<sup>244</sup>.*

Fica evidente que o relacionamento entre o jovem e o adulto possuía um sentido erótico e pedagógico, no qual cada um desempenhava um papel determinado pela norma social: o primeiro servindo ao segundo, enquanto este contribuía para a formação do conhecimento e o despertar das suas virtudes e habilidades.

De modo geral, até os 17 ou 18 anos, o menino continuava a ser um parceiro passivo. Em Atenas a idade máxima era de 15 anos. Esse detalhe evidencia que havia uma diferenciação de uma cidade-Estado para outra em relação à aceitabilidade das práticas sexuais na Grécia Antiga. Finalmente aos 25 anos, ele se tornava um homem, assumindo o papel ativo, escolhendo, primeiramente, um menino, dando prosseguimento ao ritual, e depois se casando com uma mulher.

Acredita-se que a pederastia com fins ritualísticos emergiu no período arcaico, entre os séculos VIII e V antes de Cristo. Embora tenha sido praticada pelos séculos seguintes, até a expansão do helenismo (entre os séculos IV e II a. C.), no período clássico (V e IV a.C.), houve um desvirtuamento da prática, agora sintetizada na simples busca da

---

<sup>244</sup>SPENCER, Colin. Op. cit., p. 41.

satisfação sexual. Esse fato gerou críticas de alguns e preconceitos de outros, a tal ponto de haver medidas legais, tomadas pela família, para impedir que seus filhos sofressem algum tipo de abuso.

Nem sempre os limites eram respeitados. Além de os *erastés* se apaixonarem por seus *erômenos*, alguns homens adultos agiam como passivos nas relações sexuais. A discriminação que sofriam se fossem expostos não era impeditivo para a prática, o que evidencia que a sexualidade humana não pode ser limitada por convenções sociais. O indivíduo tem interesses sexuais que são elaborados ou reelaborados no convívio com os outros.

A prática da prostituição era aceita se fosse exercida por escravos ou estrangeiros. Um cidadão não deveria se prostituir. Se o fizesse, sofreria uma grande penalidade: perderia a cidadania.

*(...) a qualquer ateniense que fosse acusado de prostituição não lhe [seria] dada a possibilidade de tornar-se um dos nove arcontes, pois esse é um cargo que requer o uso de uma coroa devido à função sacerdotal. (...) Não podia nem agir em defesa da pólis ou em interesse da sociedade poliade, ou mesmo ocupar qualquer cargo de interesse público em qualquer tempo ou situação na Ática (...). A lei também interditava o acesso do escravo no espaço de luta/palestra, assim como proibia que o escravo mantivesse relações sexuais com o jovem efebo. (...) O propósito da lei se deve à função social do ritual da pederastia, demarcada pela função da relação de *philia* entre dois jovens envolvidos na formação educacional, visando à aquisição da cidadania<sup>245</sup>.*

As relações sexuais constantes no rito da pederastia faziam parte de um processo aceito pela sociedade grega, ao mesmo tempo em que também era valorizado o casamento entre um homem e uma mulher para enaltecimento do cidadão e para a reprodução. Dessa forma, podemos concluir que a bissexualidade estava inserida na sociedade grega com muita naturalidade. Era, segundo Spencer,

*(...) uma bissexualidade equilibrada, na qual um cidadão era casado, tinha um relacionamento amoroso com um rapazinho e era também visto com cortesãs ou tinha uma amante (...). Dizia-se de Alcebiades, notório por sua beleza (...) que “em sua adolescência afastava os maridos de suas esposas e, quando jovem, as esposas de seus maridos”. O poeta Meleager descreve como as mulheres acendiam um fogo dentro dele, mas diz que eram os meninos que retinham as rédeas do desejo: “Que caminho, pergunta, devo tomar: o que leva ao menino ou o que leva à sua mãe?” (...)<sup>246</sup>.*

A sociedade grega era culturalmente bissexual para os homens, evidentemente. Para as mulheres, de modo geral, cabia a posição submissa e a função reprodutiva, numa relação heterossexual. Todavia, na expressão da sexualidade masculina havia limites bem definidos. As relações sexuais entre garotos da mesma idade eram desaprovadas, visto que, nesse caso, um deles exerceria o papel ativo, mas ainda não era considerado adulto para tal, acarretando assim uma infração da norma social, e o outro seria o passivo, situação que somente era aceita nas relações que ocorriam entre o *erastés* e o *erômenos*.

<sup>245</sup> Idem, p. 48.

<sup>246</sup> SPENCER, Colin. Op. cit., p. 48.

Obviamente, na prática era comum o descumprimento desses preceitos, havendo homens adultos que continuavam passivos, garotos que agiam como ativos durante o ritual de pederastia e homens efeminados. Esses comportamentos presentes na sociedade grega evidenciam que a sexualidade é construída social e culturalmente, e não fixada biologicamente, além de indicar que as regras sociais, embora possam causar preconceito e discriminação, não exterminam os desejos sexuais dos indivíduos.



Importante!

Com essas reflexões, compreende-se que a ideia de que, na Grécia Antiga, havia uma total liberdade nas questões relacionadas à diversidade sexual encontra mais amparo no senso comum do que nas fontes históricas. É fato que, comparando aquela sociedade com a contemporânea, algumas singularidades provocam surpresa, como a vivência de uma bissexualidade e de relações afetivo-sexuais entre os homens admitidas socialmente, algo que não ocorre com ampla aceitação em nossa época, mas não podemos esquecer que as mulheres, no geral, não tinham direito à expressão sexual e que qualquer traço de efeminação nos homens era rigorosamente condenado, indício de que o sexo feminino era considerado inferior ao masculino.

#### 4.2 Os antigos romanos

Nesse ponto, a sociedade romana, no período da Antiguidade, não se diferenciou tanto da sociedade grega. As pessoas não eram classificadas como homossexuais ou heterossexuais, mas a bissexualidade era a ocorrência mais comum (vale lembrar que esses termos são criações da sociedade contemporânea). Havia prostituição masculina e feminina, chanceladas pelo Estado, que taxava seus ganhos, e os homens podiam manter relações sexuais com mulheres, escravos, jovens ou prostitutas sem serem criticados. Todavia, era imprescindível que os papéis e características da masculinidade e da feminilidade, culturalmente definidos e socialmente sancionados, fossem mantidos.

Afora as semelhanças na aceitação da bissexualidade e valorização da masculinidade, a sociedade romana se diferenciava da grega no que diz respeito ao ritual de pederastia e ao tratamento dado às mulheres. O menino romano era educado para governar o mundo, com a força física e a bravura nas guerras e a superioridade de suas leis. Desde a infância, o menino da classe dos patrícios, a elite da época, aprendia a se impor sobre as pessoas de classe inferior e os escravos domésticos. Certamente, ele era ensinado que sua dominação também abrangia o desejo sexual. A sexualidade masculina romana estava baseada no princípio do estupro, ou seja, da exaltação da virilidade e da subjugação do mais fraco, portanto, a ideia pederasta grega de se galantear um adolescente, agradando-o para persuadi-lo, era repulsiva ao espírito romano, porque esse comportamento demonstrava uma sujeição contrária à natureza da virilidade.

As relações sexuais entre homens e garotos eram permitidas desde que estes últimos fossem escravos. Era uma afronta para as classes ricas terem seus filhos no papel de passividade. Todavia, assim como ocorreu na Grécia Antiga (e continua acontecendo mundo afora nos dias atuais), a existência de leis proibindo certos comportamentos não extingue os desejos mais íntimos e não é garantia de que as práticas cerceadas deixarão de existir. Menosprezando as legislações que protegiam os meninos livres, as mulheres casadas, as viúvas e as virgens, os homens romanos continuavam com suas investidas.

Importante!

As mulheres romanas não podiam participar das assembleias judiciárias e legislativas, mas eram, em alguns casos, a eminência parda que aconselhavam ou orientavam decisões. Tomavam parte na vida cultural e as casadas não sofriam a mesma opressão que as gregas. Embora fossem mais emancipadas, com liberdade para frequentarem os espetáculos públicos indiscriminadamente, na questão sexual ainda eram consideradas apenas em função do prazer que podiam proporcionar aos homens e na garantia da reprodução. A lesbiandade era hostilizada, pois implicava em mulheres exercendo o papel dominante masculino. Cabia ao homem o direito de dar prazer. Quando a mulher fazia isso, agia como usurpadora de um privilégio dele.

No século I a. C., já na fase imperial, a sociedade romana, apesar das leis que reprimiam certas práticas sexuais consideradas promíscuas, vivia de forma a dar vazão a seus desejos. Em alguns bairros de Roma, havia prostíbulos com jovens e homens que faziam o papel ativo ou passivo, de acordo com a vontade do cliente.

As relações sexuais entre os cidadãos não eram mais escondidas. No exército, por exemplo, essas relações eram frequentes e a hierarquia de postos não era mais respeitada. Até a travestilidade e a inversão dos papéis de gênero, inclusive de imperadores como Nero e Calígula, eram correntes. Juvenal, poeta do I<sup>o</sup> século da era cristã, registrou:

*Os homens encharcavam-se de perfume, penduravam colares no pescoço, alongavam as sobrancelhas com carvão, pintavam os olhos, prendiam o cabelo comprido em redes douradas, amarravam lenços em torno da cabeça e, munidos de espelhos, esfregavam as faces com farinha para torná-las macias<sup>247</sup>.*

A moral restritiva, proveniente da influência do estoicismo e do judaísmo na composição puritana do cristianismo que se desenvolvia, se fortaleceu e foi defendida por aqueles que estavam no poder, com interesses políticos. Dessa forma, a bissexualidade, tão comum aos romanos e aos gregos, foi sendo combatida. Na mesma condição, as relações homossexuais masculinas (as femininas já não eram bem vistas por eles), a pederastia grega e quaisquer traços de travestilidade foram associados ao mal, ao paganismo, ao pecado.

<sup>247</sup>SPENCER, Colin. Op. cit., p. 72.



Importante!

Consolidam-se, então, no Ocidente, as bases de uma memória coletiva que aponta como errado qualquer comportamento, prática ou orientação sexual que não estava de acordo com o padrão que salvaria a humanidade dos castigos divinos: sexo somente entre homens e mulheres casados. “Foi-se firmando uma sistematização crescente de um modelo único para a sexualidade, o que permitiu, ao longo da história, afirmar que havia uma sexualidade má e outra boa”<sup>248</sup>.

A preocupação demográfica, num império em que a expectativa de vida era de 25 anos e em que apenas quatro de cada cem homens, e ainda menos mulheres, viviam além dos 50, era um fator a ser levado em consideração no controle do sexo. Fora isso, havia também a ocorrência de diversas catástrofes naturais que dizimavam parte da população. Instituindo-se como o modelo de ação que seria seguido nos séculos seguintes do período medieval, no final do Império Romano do Ocidente já se delineavam as justificativas para a perseguição e punição dos homossexuais e afins.

Boswell, em pesquisas sobre esse período, defendeu a tese de que, nos séculos iniciais do cristianismo, havia certa tolerância à homossexualidade. Parece que os tabus sobre a diversidade sexual ainda não haviam se consolidado, revelando uma ambiguidade de pensamento nessa área.<sup>249</sup> Em outra pesquisa, inclusive, ele relata a existência de casamentos entre homens no século I da era cristã, realizados pela Igreja. Mesmo que o significado do casamento tenha variado ao longo dos séculos, ele descobriu que os casamentos entre homens ocorriam nos moldes dos casamentos heterossexuais e que, certamente, em alguns deles havia mais do que um estabelecimento de contrato sobre divisão de riquezas, deduzindo que alguns casais masculinos realmente se amavam<sup>250</sup>.

Richards contesta a tese de que o cristianismo não é, fundamentalmente, hostil à homossexualidade. Para ele, Boswell exagera nessa argumentação quando defende que a intolerância surgida posteriormente não tem relação com os ensinamentos básicos cristãos<sup>251</sup>. Richards comenta que

*(...) No período inicial da Idade Média, a punição era a penitência; no período posterior, a fogueira. Mas nunca foi questão de permitir aos homossexuais prosseguir em sua atividade homossexual sem punição. Eles eram obrigados a desistir dela ou arriscar a danação*<sup>252</sup>.

<sup>248</sup>TORRES, Marco Antonio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na Escola**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 24.

<sup>249</sup>BOSWELL, John. **Christianity, Social Tolerance and Homosexuality. Gay people in Wester Europe from the benginning of the Christian Era to the forteenth century**. Chicago: Phoenix edition, 1981 *apud* TORRES, Marco Antônio. Op. cit., p. 24.

<sup>250</sup>Boswell relatou suas descobertas no livro “Unões do mesmo sexo na Europa pré-moderna” (tradução livre), publicado em 1994. Não tivemos acesso a essa obra, mas as considerações apontadas baseiam-se em CHICHON, Ana Cláudia. **O casamento gay no ano 100 d. C.** Disponível em <https://hypescience.com/o-casamento-gay-no-ano-de-100-ac/> Acesso em 25/05/2018.

<sup>251</sup>RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação** – As minorias na Idade Média. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, p. 136.

<sup>252</sup>Idem, p. 152.

Para finalizarmos este capítulo, concluímos que a sociedade romana modificou, de forma gradual, sua aceitação da diversidade sexual. Essa mudança de atitude deveu-se ao estabelecimento do cristianismo como religião oficial, o qual foi fortemente influenciado pelo estoicismo e pelo judaísmo, ambos defensores de uma moral mais repressora e austera como forma de atingir a felicidade e a espiritualidade, assim como para agradar a Deus. A partir daí, notadamente no período medieval, as leis estatais criadas para o controle da diversidade sexual seriam firmadas em seus preceitos.

## 5 A DIVERSIDADE SEXUAL NO BRASIL COLÔNIA

Anteriormente à chegada dos portugueses onde, posteriormente, surgiu o Brasil, diversos povos nativos viviam sua sexualidade de acordo com o que foi construído e aceito por suas respectivas sociedades. Como esses povos não possuíam escrita, o que pode ser descoberto dessa vivência está apoiado nos registros feitos pelos cronistas, geralmente a serviço da Coroa ou da Igreja, segundo as significações que eram habituais na Europa, carregadas de posicionamentos reprovadores. Quando esses documentos são analisados, é essencial extrair a descrição dos costumes dos nativos sem a influência dos preconceitos de quem fez o registro.

Os europeus do século XVI já encaravam qualquer desvio da norma heterossexista como uma ofensa grave a Deus e um delito passível de punição. O cristianismo há muito era a religião dominante e as legislações civis e eclesiásticas baseavam-se nas prescrições dele. Não é à toa que o sistema jurídico português era entremeado de proposições religiosas, numa evidência de que o poder temporal ainda era subordinado ao espiritual.

Na Europa, a sodomia era perseguida e punida, mas isso não significa que a prática tenha sido extinta. Pelo contrário. Em cidades como Orléans, Paris, Veneza e Florença havia bordéis masculinos, assim como pontos de encontro reconhecidos (casas de banho e barbearia, por exemplo). Gírias surgiram para designarem elementos do universo sodomítico. “Ganimedes” era utilizada para se referir a jovens dados à prática e a atividade em si era chamada de “o jogo”. “Caçar” equivalia ao “paquerar” contemporâneo. Membros da nobreza e do clero, além de estudantes das universidades, eram acusados de serem sodomitas. Se um número significativo de servos não entrou para os registros, se deve à pouca importância social destinada a essa classe e não que não houvesse sodomitas entre eles. A mesma justificativa pode ser dada à ausência de relatos acerca da sodomia entre as mulheres, no geral.

Importante!

Nesse período histórico, o sodomita era considerado um indivíduo desobediente às regras sociais, que assim agia ou por falta de mulheres ou do casamento. Não era alguém com uma inclinação independente (como diríamos na atualidade, alguém com uma orientação sexual diferente). Ele deveria ser punido por desobedecer a Deus e por cometer heresia, atraindo, assim, os castigos, dos quais toda a sociedade partilhava, como a peste e as calamidades naturais. Era um ponto de vista que se ampliava e era aceito desde os primeiros séculos da era cristã.

Herdeiros desse tipo de mentalidade, os colonizadores que aqui se estabeleceram observavam, com perplexidade, o “desregramento” em que viviam os nativos. Entretanto, essa perplexidade não impediu que também dessem vazão a seus impulsos e desejos. A escassez de mulheres brancas era uma das justificativas para certo desleixo com a moral cristã metropolitana.

Apesar disso, os costumes sexuais dos povos nativos eram rotulados como demoníacos; eram responsabilizados pela tentação que os colonizadores sofriam. Evidentemente, essa postura hipócrita se originava na ideia etnocêntrica de que o diferente de si é imoral ou mesmo amoral.

Em algumas comunidades nativas, a poligamia era uma idiosincrasia e a homossexualidade, como a entendemos hoje, era vivenciada. Os nambikuara, os kaingang e os tapirapé são alguns que praticavam a homossexualidade sem discriminação<sup>253</sup>. HorrORIZADO, o cronista Gabriel Soares de Sousa escreveu, no século XVI, sobre os tupinaés:

*(...) são muito afeiçoados ao pecado nefando, entre os quais se não têm por afronta; e o que serve de macho, se tem por valente e contam esta bestialidade como proeza; e nas suas aldeias pelo sertão, a alguns que têm tenda pública a quantos os querem como mulheres públicas<sup>254</sup>.*

Da mesma forma, outro cronista, ainda do século XVI, Pero de Magalhães Gandavo, assinalou a travestilidade praticada por algumas mulheres nativas:

*Algumas índias ha que também entre eles determinam de ser castas, as quaes nam conhecem homem algum de nenhuma qualidade, nem o consetirão ainda que isso as matem. Estas deixam todo exercício de mulheres e imitam os homem e seguem seus ofícios, como senam fossem femeas. Trazem os cabelos cortados da mesma maneira que os machos, e vão à guerra com seus arcos e frechas, e à caça perseverando sempre na companhia dos homens e cada uma tem uma mulher que a serve, com quem diz he casada, e assi se comunicam e conversam como marido e mulher<sup>255</sup>.*

Importante!

Os nativos destas terras conheciam poucas restrições sexuais. As categorias mulher/homem (entre eles) não eram definidas a partir do sexo biológico e cada qual podia escolher sua ligação a um ou outro grupo e exercer sua sexualidade como bem entendesse. A homossexualidade, assim como a travestilidade, segundo o próprio registro de Gandavo, era uma prática como outra qualquer e não acarretava nenhum tipo de exclusão. O “diferente” (para a sociedade contemporânea) não era considerado degradante e não sofria preconceito dentro de suas culturas, sendo, em algumas delas, relacionado a um papel religioso. Todavia, a colonização calcada na religiosidade cristã transplantou para estas terras a mentalidade europeia e aquilo que era julgado como certo e aprovado pelos portugueses tornou-se a norma que deveria ser seguida por todos os habitantes dos domínios da Coroa.

O papel exercido pela mulher nas sociedades nativas também destoava daquele designado à mulher europeia. Os relacionamentos se constituíam sem hierarquias típicas da lógica binária macho-fêmea, muito comum entre os europeus. Os pajés, que eram os verdadeiros dirigentes devido à sabedoria acumulada com os anos e a crença na comunicação com o sobrenatural, podiam ser tanto homens quanto mulheres entre os tupinambás. As mulheres não eram submissas aos homens e podiam mudar de parceiro sexual como quisessem.

<sup>253</sup> MOTT, Luiz. Relações raciais entre homossexuais no Brasil Colonial. *Revista de Antropologia*. São Paulo/USP, v. 35, 1992, p. 173.

Remanescentes desses povos se localizam, respectivamente, no oeste de Mato Grosso e em Rondônia; em São Paulo e no sul do Brasil; no nordeste de Mato Grosso e no Parque Araguaia, em Tocantins.

<sup>254</sup> SOUSA, Gabriel Soares. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Editora Nacional, 1971, p. 334. Os tupinaés se localizavam onde atualmente são o sul da Bahia e o norte do Espírito Santo.

<sup>255</sup> GANDAVO, Pero de Magalhães. *História da província de Santa Cruz*. Tratado da Terra do Brasil. São Paulo: Editora Obelisco, 1964, pp. 56-57. Gandavo se referia aos Aimorés, que se situavam no litoral do que atualmente é o estado do Espírito Santo.

Com a chegada sistemática dos missionários cristãos, a “liberdade de costumes” dos nativos foi cerceada e pretendeu-se implantar na Colônia um “temor a Deus”, como parte do projeto moralizante, ratificado pelos objetivos do Concílio de Trento. Os comportamentos das mulheres nativas foram comparados aos de prostitutas, por eles. Com espanto, os cronistas e/ou religiosos registraram que “(...) este povo é muito luxurioso, carnal e mais do que brutal, as mulheres especialmente, pois elas procuram e praticam todos os meios para atrair os homens ao ato.”<sup>256</sup> Não havia tabus quanto à castidade e relações incestuosas, embora, quanto a esse último aspecto, houvesse interdições em alguns povos.

A moral europeia, com seus juízos de valor e opiniões etnocêntricas, se sobrepôs à cultura dos nativos. Essa forma ideológica de descrição dos costumes deles tornou-se um discurso fundador, que instaurou e criou uma nova memória e outra tradição.

*As considerações sobre o patriarcalismo da sociedade indígena brasileira fazem parte de um discurso fundador, cuja memória e tradição sobre a relação de gêneros são assim inauguradas no Brasil. A história [retomou esses] discursos e nos [recriou] a imagem de um país do qual as origens “naturais” indicam uma predominância do homem sobre a mulher. As afirmações, assim fundadas, resultam na eterna “luta dos sexos” e “na universal dominação da mulher pelo homem”, discurso do qual os historiadores se fazem cúmplices ou mentores<sup>257</sup>.*

Paulatinamente, os colonizadores, com o apoio dos religiosos, reproduziram na nova terra os elementos constituintes da memória coletiva formada por séculos na Europa, a qual seria a memória preservada pelos habitantes, ou seja, devido à força do aparato religioso e estatal, na figura da Inquisição, a forma de se considerar a diversidade sexual aqui seria a mesma que a da Metrópole. Práticas que anteriormente eram espontâneas tornaram-se motivo de culpa e vergonha. A posição da mulher nas sociedades nativas, de autonomia e importância, foi ajustada à representação que era feita dela na Europa, como um ser mental, moral e fisicamente frágil. A imagem de mulher forte, guerreira e independente, capaz de lutar, matar e assegurar sua sobrevivência na floresta, foi sendo desconstruída.

Somavam-se aos “desvios sexuais” dos nativos os comportamentos, também considerados afrontadores, das negras e negros africanos, trazidos como mão de obra escravizada. De diferentes regiões da África, eles possuíam intimidade com práticas sexuais conhecidas dos nativos: poligamia, incesto, homossexualidade e travestilidade. Práticas essas também presentes na Europa cristã, mas perseguidas e discriminadas pelas leis.

<sup>256</sup> THEVET, André. **Singularidades da França Antártica** – a que outros chamam de América. Paris: La Découvert, 1983, p.103.

<sup>257</sup> SWAIN, Tânia Navarro. A construção imaginária da história e dos gêneros: o Brasil no século XVI. **Textos de história**. Brasília/UnB, v. 4, n. 2, 1996, p. 142.

A pederastia tradicional, com variações, era praticada por povos como os daomeano, os ila, os langa, os nama, os siwan, os tamala e os tonga, e a homossexualidade era aceita entre os nupe, da Nigéria, os azande, da África Central e os khoisan, da África do Sul, entre outros<sup>258</sup>.

Em Angola, de onde vieram vários africanos para a Colônia, a travestilidade era muito comum. Em 1681, certo Capitão Cardonega registrou:

*(...) Há entre os gentios de Angola muita sodomia, tendo uns com outros as imundícies e sujidades, vestindo como mulheres. Eles chamam pelo nome da terra: quimbandas (...). Andam sempre de barba raspada, que parecem capões, vestindo como mulheres<sup>259</sup>.*

Aludindo a esse costume, praticado também no Congo, já um século antes, um homem denunciou Francisco Manicongo, escravo de um sapateiro na Bahia, que "usava do ofício de fêmea" nas relações que mantinha com outros negros, recusando-se a usar "o vestido de homem que lhe dava seu senhor", preferindo "trazer um pano cingido com as pontes por diante", à maneira dos jimbandas do Congo<sup>260</sup>.

Os africanos e as africanas que para cá vieram trouxeram seus costumes, suas práticas e sua sexualidade. Embora esses atos não fossem aceitos pela justiça civil e eclesiástica, e fossem reprimidos pela Inquisição, o fato é que também os brancos os praticavam. Com relação à diversidade sexual na Colônia, os processos inquisitoriais são uma grande fonte para a pesquisa. Mantidos com zelo pelos notários, esses processos continham o registro da confissão ou da denúncia de casos de sodomia, praticados por pessoas das mais variadas classes sociais, dos senhores aos escravizados. É interessante observar que, em algumas situações, era o escravizado que tomava a iniciativa para o ato sodomítico, conforme foi registrado nos processos a seguir.

Bastião de Moraes, pernambucano, filho do Juiz de Vila de Igaraju, 18 anos, relata que:

*(...) dormia certa noite em casa de seu tio quando um mulato escravo da casa, Domingos, 22 anos, veio a sua cama e o provocou a pecarem de maneira que, com efeito, o dito Domingos virou a ele confessante com a barriga para baixo e se lançou de braços sobre suas costas e com seu membro viril desonesto penetrou no vaso traseiro dele, confessante, e dentro dele cumpriu, fazendo com ele por detrás como se fizera com mulher por diante, e ele isto mesmo fez também ele confessante com o dito Domingos, de maneira que ambos alternadamente consumaram na dita noite duas vezes o pecado nefando de sodomia, sendo um deles uma vez agente e outra paciente<sup>261</sup>.*

Mateus Duarte, 50 anos, é um mulato que

<sup>258</sup> Remanescentes desses povos vivem, respectivamente, no Benin; em Zâmbia; em Uganda; na África do Sul, Namíbia e Botswana; no Saara; em Gana; em Zâmbia e no Zimbábue.

<sup>259</sup> MOTT, Luiz. Relações raciais entre homossexuais no Brasil Colonial. *Revista de Antropologia*. São Paulo/USP, v. 35, 1992, p. 145.

<sup>260</sup> Livro da 1ª Visitação do Santo Ofício, Denúncias da Bahia, p. 407-408 *apud* VAINFAS, Ronaldo. Trópico dos pecados. Op. cit., p. 172. *Quimbandas* em Angola, *jimbandas* no Congo. Na contemporaneidade, *travestis*.

<sup>261</sup> Livro da 1ª Visitação do Santo Ofício, Confissões de Pernambuco, p.26 *apud* MOTT, Luiz. Idem, p. 12.

*(...) há um ano e meio esteve preso na cadeia de Salvador, acusado de ter cometido o pecado nefando de sodomia, segundo é público, o qual dizem que cometeu para o dito pecado a um moço branco de 17 anos e que o dito moço não consentiu e gritou. O mulato encontrava-se fugido da cadeia*<sup>262</sup>.

Diogo Rodrigues, mulato escravo delgado de corpo e já barbado, “provocou com abraços e tocamentos torpes”, a João Fernandes, filho de francês com mameluca, enquanto este estava deitado em sua cama. Como resultado dessa investida, João “consumou o ato nefando em três dias seguidos, sempre como agente”<sup>263</sup>.

No primeiro caso, depreende-se que o escravo Domingos não foi coagido ao ato, pelo contrário, foi ele o incitador. No segundo caso, Mateus Duarte é o solicitante e pode até ser que tenha usado de alguma violência. No terceiro, o escravo é o que faz a investida. Apesar de sua condição social na Colônia, os escravizados demonstraram iniciativa e coragem para realizarem seus desejos.

Há algumas evidências de que o afeto também era presente nas relações entre escravos e senhores, no campo da sodomia. O reneiro João Carvalho de Barros, 26 anos, de Matoim, no Recôncavo Baiano, quando seu moleque Matias caíra do cavalo, levou-o para dormir ao pé da sua cama “para o curar com cuidado”, sendo que “algumas três vezes pegou nas partes vivendas do moleque e as meteu na sua própria boca”<sup>264</sup>. Também Antonio Oliveira Ramos, ermitão de Monte Serrat, deu provas de um profundo carinho por seu amante, um soldado que trouxera da África, com quem “tinha muita amizade”: dormiam juntos na mesma cama, “trancando-se na câmara onde faziam bula”, e o soldado tinha à sua disposição comida, vestidos e moleques para servi-lo<sup>265</sup>.

Importante!

O que se pode concluir dos casos citados é que a coação nas relações sodomíticas entre senhores e escravos não era a regra. Houve demonstrações de afeto e cuidado por parte dos senhores e os escravos, por sua vez, não se mostraram incomodados com essa gentileza. Caso contrário, poderiam denunciar seus senhores, como outros para quem a propensão às práticas sodomíticas não compunham sua personalidade.

João da Silva, escravo de Manuel Alves Carvalho, de Olinda disse que seu dono “o comprara e levando-o para sua casa, (...) mandara que fosse ter com ele à sua cama e entendendo que era para ato pecaminoso, disse-lhe que se o comprara para este efeito, que o tornasse a vender”<sup>266</sup>. O moçambicano Francisco, da mesma forma, agiu contra a vontade de seu senhor, Jacinto Ferreira dos Campos. Admoestado a ceder, “repetiu umas dez vezes o santíssimo nome de Jesus, dizendo que não era mulher para saciar os apetites de seu senhor”. Uma escrava forra aconselhou-o, então,

<sup>262</sup> Livro da 1ª Visitação do Santo Ofício, Denúncias da Bahia, p.249 *apud* MOTT, Luiz. *Idem*.

<sup>263</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, processo 2559 *apud* MOTT, Cripto-sodomitas em Pernambuco Colonial. **Revista Antropológicas**. Recife/UFPE, v. 13, n. 2, ano 6, 2002, p. 24.

<sup>264</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, Processo 15.097 (1703).

<sup>265</sup> MOTT, Luiz. Homossexuais da Bahia *apud* GOMES, Verônica. *Op. cit.*, p. 170.

<sup>266</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, IL (Inquisição de Lisboa), Caderno do Nefando nº 20, fl.329 (15-01-1762).

a “que desse parte aos brancos, por que sabiam os meios que havia para fustigar semelhante pecado”<sup>267</sup>. João Marimba denunciou seu dono Francisco Serrão de Castro, o qual lhe ordenou “que lhe desse seu cu, ao que o negro respondeu que não era negra para pecar com ele, mas que era homem ainda que escravo”<sup>268</sup>.

Os escravizados podiam denunciar seus donos e alguns assim o fizeram, indicando que, no geral, se consentiam com os desejos de seus senhores, era porque também se “afeiçoavam ao nefando” e não porque simplesmente eram obrigados a tal<sup>269</sup>. Percebe-se, portanto, que a vivência da diversidade sexual, na Colônia, era pujante, ainda que vigiada. O autoritarismo da Inquisição não exterminou dos habitantes suas vontades e desejos.

Nesse meio tão conflituoso, a repressão não foi capaz de conter os delitos que afrontavam a lei, porém, consolidou-se a memória coletiva dos europeus cristãos, o que fez com que a diversidade sexual tão espontânea de alguns povos nativos e africanos fosse associada ao mal.

Importante!

O adjetivo **nefando** se refere “ao que não pode ser dito”, numa alusão à gravidade desses atos para a lei eclesiástica e também civil. O adjetivo **fanchono** era utilizado para tipificar o sodomita mais escandaloso e efeminado. Na contemporaneidade, o fanchono equivaleria à “bicha louca”. A própria alcunha **bicha** é de origem colonial, numa referência à bicha, nome pelo qual ficou conhecida popularmente a peste (possivelmente febre amarela) que assolou a Bahia no século XVII. Os sodomitas foram acusados de, com seus atos, provocarem a ira divina, que castigava o povo com a doença. Sobre a tal bicha, o cronista Sebastião da Rocha Pita disse que “(...) foram logo adoecendo e acabando tantas pessoas que se contavam os mortos pelos enfermos. Houve dias em que caíram duzentos e não escaparam dois. Estavam cheias as casas de moribundos, as igrejas de cadáveres, as ruas de tumbas”. MOTT, Luiz. *O sexo proibido – virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição*. Campinas: Papyrus, 1988, p.119; WEHLING, Arno; WEHLING, M<sup>a</sup> José C. M. *Formação do Brasil Colonial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.269.

Até mesmo o termo **gay**, largamente utilizado para designar homossexuais nos dias atuais, parece ter sua origem em tempos bem distantes, antes mesmo do período colonial. Mott explica: “(...) o professor John Boswell descobriu que, na verdade, desde o século XIV, no catalão provençal, a palavra ‘gai’, que inclusive deu origem às palavras ‘gaiato’ e ‘gaia ciência’, era sinônimo de ‘rapazes alegres’, trovadores com um comportamento andrógino. A alegria deles era considerada um tanto quanto sodomítica, e usada como sinônimo de homossexual. De modo que é uma palavra que tem raízes mais antigas do que se imagina”.

<sup>267</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, IL, Caderno do Nefando nº 20, fl. 364 (1758).

<sup>268</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, IL, Processo 17.759 (1759).

<sup>269</sup> Os exemplos citados referem-se a relações sodomíticas entre homens, na maior parte entre escravizados e senhores. Obviamente, as mulheres também praticavam a sodomia e sobre algumas que foram denunciadas para os representantes da Inquisição na Colônia, pode-se ver MOTT, Luiz. *Homossexuais da Bahia – Dicionário biográfico (Séculos XVI-XIX)*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 1999.

## 6 A DIVERSIDADE SEXUAL NO SÉCULO XIX

Na Europa, na primeira década do século XIX, pessoas ainda eram enforcadas por cometerem o delito da sodomia. No entanto, as revoluções burguesas (1830 e 1848) contiveram, definitivamente, a influência da Igreja no Estado, acarretando o desmoronamento do mecanismo inquisitorial. Apesar disso, as leis europeias continuaram criminalizando as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo biológico.

Importante!

O desenvolvimento da ciência e da medicina, entre outras consequências para as sociedades, criou a ideia de que os homossexuais eram seres que sofriam de uma patologia, que causava transtornos psíquicos, como a troca da identidade sexual e a distorção na libido. Dessa forma, o sodomita, como indivíduo que deliberadamente desobedecia às leis civis e divinas, desapareceu, e o homossexual surgiu como alguém incompleto, doente, até mesmo pervertido. Várias gerações de médicos, na Europa e nos Estados Unidos, dedicaram-se a descobrir a causa daquilo que consideravam uma disfunção.

Esse interesse exagerado pela patologização da homossexualidade, por parte da classe médica, justificava-se com a tentativa de ascensão social desses profissionais, que se esforçavam para ganhar destaque e respeito ao mesmo tempo em que valorizavam suas próprias raízes burguesas. Acrescentava-se a isso o fato de que, no século XIX, como nos precedentes, as crises socioeconômicas buscavam os responsáveis pelas dificuldades que a sociedade enfrentava. Aqueles que demonstravam as possibilidades da diversidade sexual em suas vidas continuaram a sofrer perseguições, agora com base “científica”, para que coletivamente houvesse a impressão de que algo estava sendo feito para solucionar os problemas sociais.

Károly Mária Kertbeny, médico húngaro, criou o termo “**homossexual**”, em 1869. Segundo ele, a Natureza confere a alguns indivíduos um impulso homossexual, que produz aversão ao sexo oposto. Embora seu objetivo fosse, pelo viés da medicalização, elaborar justificativas para a extinção da criminalização das práticas homossexuais, uma nova forma de hostilidade a quem não se enquadrava no padrão heteronormativo foi desencadeada com essa concepção patológica da homossexualidade.

A partir daí, o que se viu no século XIX e até meados do século XX, no Ocidente, foi o estabelecimento de uma “amizade especial” para disfarçar o interesse afetivo-sexual entre pessoas do mesmo sexo. Homossexuais escondiam seus relacionamentos íntimos com a alegação de que as pessoas envolvidas eram apenas amigas, o que seria mais facilmente aceito pela sociedade.

Os encontros furtivos, em locais específicos como bares e prostíbulos, continuaram ocorrendo, mas sempre sob a iminência de serem descobertos por batidas policiais inesperadas. Não havia mais pena de morte para os criminosos, entretanto, geralmente a punição com trabalhos forçados levava a isso. A alternativa para a condenação

era sujeitar-se a tratamentos que prometiam a cura da disfunção sexual, porém, as castrações e as sessões de hipnose não extirpavam os desejos dos indivíduos.

A psicanálise, fundada por Freud, encarou a homossexualidade como um percalço na evolução sexual do indivíduo, proveniente da deficiência afetiva na relação da criança com seus pais<sup>270</sup>. Se por um lado, essa concepção não corrobora a criminalização dessa vertente afetivo-sexual, por outro endossa a ideia de patologia ou deficiência, ratificando a heterossexualidade como o padrão normal da expressão sexual dos seres humanos.

Em meio a esse universo de patologização e de contínua criminalização nas legislações, algumas pessoas reivindicavam o fim do estigma de doente para quem não se enquadrava no padrão heterossexista. Em sua pesquisa, Spencer comenta a ação, no Reino Unido, de Walt Whitman, J. A. Symonds e Edward Carpenter, todos os três poetas e homossexuais, juntamente com Havelock Ellis, psicólogo heterossexual, que pretendiam humanizar a abordagem da homossexualidade, apresentando-a como viril, saudável, igualitária e não exploradora, para que a sociedade mudasse o conceito sobre ela. Enfatizavam a propagação de informações e o esclarecimento das autoridades como meio de dirimir preconceitos.

Todavia, a pressão social não permitiu a publicação de muitos dos seus trabalhos e a despatologização da homossexualidade somente ocorreria cem anos depois, em 1990. Outras expressões da diversidade sexual, como a **assexualidade** – a ausência de interesse sexual por qualquer sexo ou gênero – ainda não são aceitas como saudáveis e a **transgeneridade** – expressão de identidades de gênero – continua sendo considerada por muitos uma disforia ou transtorno de gênero<sup>271</sup>.

Percebe-se que, embora a memória coletiva de uma sociedade acerca da diversidade sexual se baseie em aparatos de controle, sempre há quem não se conforma e desafia os padrões estabelecidos como o correto a ser seguido, em qualquer período histórico. As sociedades criaram formas de lidar com a diversidade sexual, umas com mais liberalidade do que outras, preservados os devidos limites impostos pela própria cultura. Nesses contextos, certamente surgiram os “rebeldes”, mesmo que não haja registros de todos que protestaram contra um padrão hegemônico de conduta sexual. Por isso, compreende-se que os impulsos sexuais, atualmente configurados sob os conceitos de orientação sexual e identidade de gênero, são elaborados e/ou reelaborados nas interações que ocorrem entre os indivíduos.

---

<sup>270</sup>Sigmund Schlomo Freud (1856-1939) foi o fundador da Psicanálise, método que pretende resgatar os traumas e choques sofridos em algum momento da vida, reprimidos no inconsciente. Desde o início de suas pesquisas, ele se interessou pela sexualidade e pelos mecanismos que controlam a mente humana.

<sup>271</sup>Um movimento de mudança acerca dessa questão ocorreu em 19/06/2018, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a transgeneridade da lista de distúrbios mentais. Cada país terá que se adaptar à nova diretriz até 2022. **OMS reconhece que ser transgênero não é doença e retira classificação da CID.** Disponível em <https://igay.ig.com.br/2018-06-19/transgenero-oms-cid.html> Acesso em 29/06/2018.

## 7 SUGESTÕES DE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS PARA A REFLEXÃO SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL

### 7.1 Filmes

As produções cinematográficas são um recurso valioso para promover discussões sobre a diversidade sexual, pois possibilitam um exercício de alteridade, que pode suscitar empatia por quem não está enquadrado no padrão heteronormativo, ao mesmo tempo em que proporcionam o autoconhecimento. A seguir, são sugeridos alguns filmes sobre a temática da diversidade sexual. Eles favorecem a compreensão e a sensibilização do (a) professor (a) para esse tema. Se for apropriado, os filmes podem ser exibidos para a turma.



#### **Diferente dos outros** (1919 – Drama/Policial – 50 min)

Dirigido por Richard Oswald e Magnus Hirschfeld, o filme estreou na antiga República de Weimar. Ainda em preto e branco, pode ser o mais antigo com temática *gay*. É um marco de coragem e ousadia num período em que a homossexualidade era punida com prisão naquele país. Relata a história fictícia, mas espelha o que acontecia naquela sociedade, de um violinista de sucesso, que se apaixona por um de seus alunos. Flashbacks mostram como ele se tornou ciente de sua orientação sexual e como tentou inicialmente modificá-la para, em seguida, compreendê-la. Aproveitando o clima de perseguição aos homossexuais, um chantageista ameaça expor o violinista. O Código Penal, promulgado em 1871, que considerava a homossexualidade um crime, vigorou até 1994, na Alemanha. A partir desse filme, é possível discutir a permanência da criminalização de expressões da diversidade sexual, na atualidade, em países como Irã e Uganda, por exemplo.



#### **Meu passado me condena** (1961 – Drama/Policial – 1h41min)

Com direção de Basil Dearden, esse filme inglês aborda a temática *gay* na época em que a homossexualidade era criminalizada na Inglaterra. Assim como “Diferente dos outros”, este filme vale pela ousadia e coragem em trazer à tona os sofrimentos infligidos àqueles que não estavam enquadrados no padrão heteronormativo da sociedade inglesa do século XX. Após o suicídio de seu amante, um respeitado advogado arrisca a carreira e o casamento enfrentando uma rede de chantagem contra homossexuais. Manter relações homossexuais era considerado um crime na Inglaterra e no País de Gales até 1967, na Escócia até 1980 e na Irlanda do Norte até 1982. O filme serve de partida para a discussão sobre o conservadorismo sexual na sociedade britânica e o posicionamento atual da Igreja Anglicana sobre a diversidade sexual.



#### **Vida nua** (1975 – Drama/Biografia – 1h18min)

Jack Gold dirigiu esse filme inglês, o qual é uma adaptação da autobiografia de Quentin Crisp (1908-1999), ícone *gay* da Inglaterra, no século vinte. Crisp enfrentou, com extraordinária coragem, inteligência e senso de humor, o preconceito e as perseguições ao longo de décadas. Por ser efeminado, até entre os próprios *gays* sofria discriminação. Foi um homem muito à frente de seu tempo, que jamais abdicou de seu direito de ser e de existir, ainda que tenha sofrido por conta disso. O filme favorece a discussão sobre identidade e papéis de gênero, que são esperados dos homens e das mulheres na sociedade.



#### **Bruno** (2000 – Comédia/Drama – 1h48min)

Shirley MacLaine dirige esse filme norte-americano, que relata a história de Bruno, um menino inteligente que gosta de usar vestidos. Esse hábito desperta a ira e os preconceitos da comunidade em que vive. Bom filme para propiciar discussões sobre *bullying*, respeito às diferenças e identidade de gênero.



### **Kinsey – Vamos falar de sexo** (2004 – Drama/Biografia – 1h58min)

Essa produção alemã e norte-americana, dirigida por Bill Condon, apresenta a história real de Albert Kinsey, que em 1948 abalou a conservadora sociedade estadunidense ao lançar seu livro *Sexual Behavior in the Human Male*, com uma ampla pesquisa sobre o comportamento sexual de milhares de pessoas. O assunto, até então pouquíssimo abordado, tornou-se tema de debates e provocou polêmica na sociedade. Serve de base para debates acerca do que é a diversidade sexual e das raízes da discriminação, que impede a livre aceitação daquilo que foge à convencionalidade, nas questões sexuais.



### **Azul é a cor mais quente** (2013 – Drama – 3h07min)

Dirigida por Abdellatif Kechiche,, essa produção francesa possibilita a discussão sobre a lesbiandade, ao exibir a história das descobertas sexuais de duas adolescentes. Permite também o debate sobre o machismo na sociedade contemporânea.



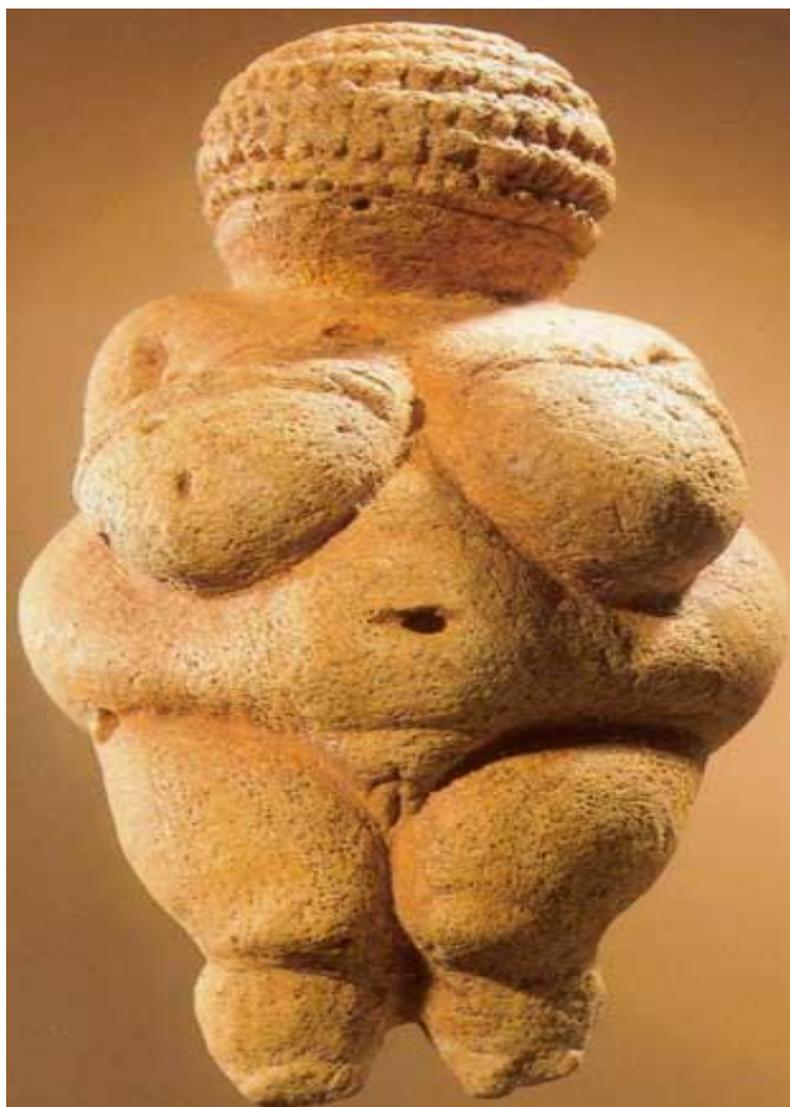
### **Beijos escondidos** (2016 - Drama – 1h27min)

O filme, dirigido pelo francês Didier Bivel, expõe a história de Nathan, um adolescente que se apaixona por Louis, colega de sua turma. Numa festa, os dois se beijam e alguém tira uma foto deles. A divulgação da foto provoca situações de discriminação e a busca da defesa da própria identidade como forma de superação dos desafios que os dois têm de enfrentar. O filme também aborda os preconceitos dos pais contra os filhos LGBT e a importância da família no processo de descoberta da sexualidade, da autovalorização e do autorreconhecimento, na vida de um jovem. Se o (a) professor (a) considerar pertinente, trechos dele podem ser exibidos numa reunião com os (as) responsáveis para promover a discussão sobre orientação sexual e homofobia.

## 7.2 Escultura e pinturas

As imagens têm a capacidade de criar condições para a imaginação e para o levantamento de hipóteses acerca de um tema. No caso da diversidade sexual, podem evidenciar práticas e comportamentos que há séculos integram o cotidiano dos seres humanos. Algumas delas são apontadas a seguir.

### Vênus de Willendorf



Essa escultura de 11,1 cm de altura, confeccionada em calcário, foi encontrada próxima de Willendorf, na Áustria, em 1908. Construída há mais de 22 mil anos, ainda no Período Paleolítico, a estatueta apresenta um corpo feminino, com formas avantajadas, exibindo os seios protuberantes e o órgão genital. Várias hipóteses tentam explicar o sentido dela, desde a possibilidade de ser um talismã religioso, com referência à Grande Mãe, divindade cultuada pelos povos desse período histórico, até a valorização da fertilidade, pois o corpo exibido pode ser o de uma mulher grávida. O fato é que o artefato também favorece o entendimento de que, há milhares de anos, a sexualidade já era considerada uma das facetas importantes da vida, a tal ponto de ser a motivação para a construção de um objeto que exhibe, de forma muito expressiva, a genitália feminina.

### Prato ateniense (530-430 a.C.)



A imagem nesse prato de cerâmica representa uma cena do ritual de pederastia que acontecia em Atenas. Nela, o homem adulto toca o órgão genital do adolescente, que recebe o toque de forma passiva, provavelmente após os dois chegarem de uma atividade ao ar livre, que podia ser um treinamento físico ou uma caçada.

Objetos como pratos e vasos, com imagens mostrando cenas sexuais entre homens, eram comuns na Grécia Antiga. Todavia, não há a mesma quantidade de registros nas artes visuais das práticas sexuais femininas, o que se explica pela inferiorização que a mulher sofria naquela sociedade.

Aline Couri coordenou a criação de um *blog*, que aborda a representação, nas artes visuais, desses relacionamentos sexuais, entre os gregos antigos. É uma fonte importante de pesquisa sobre esse tema. (<https://havi20151.wordpress.com/2016/07/03/a-homossexualidade-na-grecia-antiga-e-suas-representacoes-na-arte/>)

### Afresco de Pompeia, provavelmente do século I d.C.



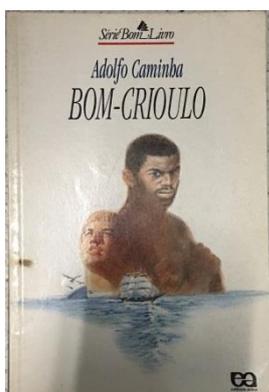
A cidade de Pompeia sofreu, no ano 79 da nossa era, uma grande destruição com a erupção do vulcão Vesúvio, no entanto, alguns afrescos foram conservados e muitos deles registram momentos de intimidade sexual. Nesse afresco, a imagem exibe a relação sexual que ocorre entre dois homens e uma mulher, evidenciando explicitamente a liberdade sexual que havia na sociedade romana, antes da consolidação do cristianismo como religião oficial.

Aline Couri supervisionou também a criação de outro *blog*, que contempla a representação, nas artes visuais, do papel sexual exercido por mulheres, da Antiguidade, no Egito e na sociedade romana. Desse *blog*, retiramos a imagem do afresco acima.

(<https://hav120151.wordpress.com/2015/09/28/a-mulher-e-a-sexualidade-um-recorte-do-egito-ao-mediterraneo-em-comparacao-com-as-propagandas-da-actualidade/>)

### 7.3 Literatura

A literatura, mesmo fictícia, é permeada por costumes e comportamentos da época em que foi produzida. Nesse sentido, algumas obras permitem a compreensão de como a diversidade sexual era expressada em certos períodos da História. Citamos alguns livros que indicam esse direcionamento. Eles foram escritos e publicados no século XIX, quando ocorreu o processo de patologização da diversidade sexual e quando todo comportamento, que se afastava dos padrões estabelecidos como corretos e preservados como tal na memória coletiva ocidental, era considerado anormal.



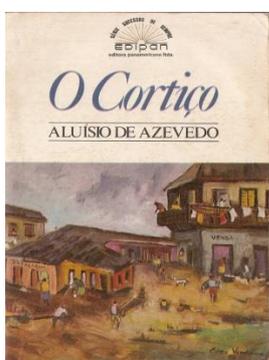
#### Bom-crioulo

Publicado no Rio de Janeiro, em 1895, este romance de Adolfo Caminha (1867-1897) foi o primeiro, no País, a ter o foco do enredo centrado na questão da diversidade sexual, o que causou um choque na sociedade da época. Nele, o protagonista, Amaro, um homem negro, forte e destemido, se envolve emocional e sexualmente com Aleixo, um homem branco e frágil, que por sua vez mantém um caso com Caroline. A possibilidade de discussão sobre homossexualidade e bissexualidade, além da visão patologizante sobre as expressões sexuais que não se coadunavam com a heteronormatividade no século XIX, tornam interessante a leitura dessa obra.



#### O Barão de Lavos

Abel Botelho publicou esse livro em Portugal, em 1891. No século XIX, a sociedade europeia relacionava a homossexualidade com a pederastia e a pedofilia. Pederastia aqui não se refere ao ritual de iniciação para a vida adulta, que ocorria entre um *erastês* e um *erômenos*, na Grécia Antiga, mas sim à corrupção dos jovens, promovida por homens doentes, como enxergava a sociedade conservadora. A obra é uma crítica à homossexualidade em si, percebida como uma patologia e uma degeneração do indivíduo, a qual leva, inevitavelmente, à destruição. Sua leitura favorece a percepção do contexto histórico e social que estabeleceu a diversidade sexual como algo anormal, ao mesmo tempo em que permite o diálogo com a forma como a sociedade contemporânea a considera.



#### O cortiço

Romance de Aluísio Azevedo, publicado em 1890, a obra tem como tema central a exploração e as péssimas condições de vida dos moradores dos cortiços da capital do País, no final do século XIX. Nesse contexto, é apresentado o relacionamento homossexual entre Pombinha e sua madrinha, Léonie. Ainda sob o enfoque de patologização e anormalidade, o relacionamento das duas revela a sensualidade e a força dos instintos no comportamento humano. Por apresentar esse relacionamento e ser considerado um livro depravado, O cortiço foi proibido por décadas nas escolas.

## 8 SUGESTÕES PARA APROFUNDAMENTO

Alguns materiais foram produzidos com o objetivo de fornecer aos/às professores (as) ideias que facilitem a discussão da diversidade sexual na escola. Embora não sejam direcionados especificamente às aulas de História, podem contribuir para tornar os debates acerca do tema, nessa disciplina, muito interessantes e produtivos. A seguir, há uma relação dessas produções consultadas por nós. Elas sugerem métodos e recursos, além de disponibilizarem informações a respeito da diversidade sexual.

### Juventude e homossexualidade: o que os pais precisam saber

RIOS, Luís Felipe et al. Rio de Janeiro: ABIA, 2007.

### Diversidade sexual na escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens

JESUS, Beto et al. São Paulo: ECOS, 2008.

### Diversidade sexual nas escolas: o que os profissionais de educação precisam saber

KAMEL, Luciana. Rio de Janeiro: ABIA, 2008.

### Projeto Diversidade Sexual na Escola

BORTOLINI, Alexandre. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Disponível em [ecos-adolesc.bvs.br/tiki-download\\_file.php?fileId=1](https://ecos-adolesc.bvs.br/tiki-download_file.php?fileId=1)

### A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na Escola

TORRES, Marco Antonio. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

### Educação sexual na sala de aula – Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças

FURLANI, Jimena. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

**Caderno Escola sem homofobia** - Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011> Esse material foi pejorativamente chamado de *kit gay* por políticos da bancada conservadora do Congresso Nacional. Para não sofrer um desgaste político, a então presidente Dilma Rousseff, em 2011, suspendeu a distribuição do material para as escolas do País. Longe de pretender transformar alunos (as) heterossexuais em homossexuais, como afirmavam os conservadores, o material oferece estratégias de combate à homofobia nas escolas e de valorização de todos (as) que não estão enquadrados no padrão heteronormativo.

## 9 GLOSSÁRIO

O objetivo desta seção é permitir uma rápida consulta ao significado das palavras mais utilizadas em relação à diversidade sexual.

- ✓ **Assexual** – o ser humano que não sente desejos e/ou atração sexual.
- ✓ **Bicha** – ofensa utilizada para se referir aos homossexuais masculinos. Tem sua origem no século XVII, na Bahia colonial, quando uma peste, possivelmente febre amarela, dizimou centenas de vidas. Chamada de “bicha”, a peste logo foi associada aos sodomitas, porque a sociedade acreditava que era a consequência de um castigo divino, causado pela depravação dos homens que se relacionavam sexualmente com outros. Na atualidade, alguns grupos de pessoas LGBT utilizam o termo como forma de autoafirmação e de se posicionarem politicamente em defesa dos seus direitos.
- ✓ **Bifobia** – aversão a pessoas bissexuais.
- ✓ **Bissexual** – o indivíduo que sente desejos e atração sexual tanto por homens quanto por mulheres.
- ✓ **Butch** – mulher lésbica que se veste e age como um homem machão.
- ✓ **Cisgênero** – pessoa que se identifica com o gênero que lhe foi designado ao nascer. Um homem cisgênero (usualmente chamado de homem cis) tem o sexo biológico e a identidade de gênero masculinos, assim como uma mulher cisgênero (usualmente chamada de mulher cis) tem o sexo biológico e a identidade de gênero femininos. Todavia, um homem cis ou uma mulher cis podem ser homossexuais ou bissexuais, pois expressam, como orientação sexual, a homossexualidade ou a bissexualidade.
- ✓ **Cross-dresser** – homem que sente satisfação em se vestir com roupas femininas, mas que não é necessariamente homossexual.
- ✓ **Diversidade sexual** – engloba as diferentes possibilidades de expressão da sexualidade ao longo da vida humana. Nesse contexto, a heterossexualidade, a homossexualidade e a bissexualidade são expressões humanas da sexualidade.
- ✓ **Drag king** – mulher artista, também chamada transformista, fantasiada como homem, que faz uso da masculinidade estereotipada e exacerbada em suas apresentações.
- ✓ **Drag queen** – homem artista, também chamado transformista, fantasiado de mulher, que faz uso da feminilidade estereotipada e exacerbada em suas apresentações. *Drag queens/kings* são transformistas que vivenciam a inversão do gênero como espetáculo, não como identidade.
- ✓ **Fanchono** – adjetivo para tipificar o homem escandaloso e efeminado, no período colonial.
- ✓ **Gay** – proveniente do catalão do século XIV, era sinônimo de “rapazes alegres”, trovadores com um comportamento andrógino. Designa os homossexuais masculinos.

✓ **Gênero** – construído socialmente, o gênero se relaciona aos papéis considerados tipicamente masculinos ou femininos. Não está, necessariamente, atrelado ao sexo biológico, pois os indivíduos podem exercer papéis e ter comportamentos diferentes do que é esperado do seu sexo biológico.

✓ **GLS** – sigla que designava *Gays*, Lésbicas e Simpatizantes.

✓ **Heterossexual** – indivíduo que sente desejos e atração sexual por pessoas do sexo oposto.

✓ **Heteronormatividade** – é instituída como única possibilidade legitimada de expressão sexual e de gênero. A lógica binária, base da heteronormatividade, pressupõe a existência de somente dois sexos (macho e fêmea), dois gêneros (masculino e feminino), com a preponderância do primeiro sobre o segundo, e apenas uma orientação sexual (heterossexualidade).

✓ **Heterossexismo** – sinônimo de heteronormatividade.

✓ **Homossexual** – pessoa que sente desejos e atração sexual por outra do mesmo sexo biológico.

✓ **Homofobia** – aversão, geralmente demonstrada de forma violenta, aos homossexuais. Genericamente, também se refere à discriminação que pessoas lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros sofrem.

✓ **Identidade de gênero** – gênero com o qual o indivíduo se identifica, que pode ou não concordar com o que lhe foi atribuído no nascimento.

✓ **Intersexual** – indivíduo que apresenta órgãos genitais masculinos e femininos. Pessoas intersexuais têm-se mobilizado cada vez mais, em nível mundial, para que a intersexualidade não seja entendida como uma patologia, mas como uma variação, e para que não sejam submetidas, após o parto, a cirurgias ditas ‘reparadoras’, que as mutilam e moldam órgãos genitais que não necessariamente concordam com suas identidades de gênero ou orientações sexuais.

✓ **Lésbica** – mulher que sente desejos e atração sexual por outras mulheres.

✓ **Lesbofobia** – aversão às lésbicas, que geralmente ocorre de forma violenta.

✓ **LGBT** – sigla mais usual na atualidade para se referir a Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis e Transgêneros.

✓ **LGBTQ** – nomenclatura que vem ganhando força, pois inclui, além da orientação sexual e da diversidade de gênero, a perspectiva teórica e política dos Estudos *Queer*.

✓ **LGBTI** – sigla internacionalmente mais utilizada, que abrange também as pessoas Intersexuais.

✓ **LGBTTIS** – denominação utilizada em alguns países para se referir a Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Intersexuais e Simpatizantes. Todavia, não é a denominação usual no Brasil.

- ✓ **Nefando** - do latim *nefandus*, significa "o que não pode ser dito". Referia-se às relações sodomíticas, consideradas horríveis e deploráveis pela sociedade medieval e moderna.
- ✓ **Orientação sexual** - a orientação sexual é a atração afetivo-sexual por alguém. Dessa forma, os indivíduos podem ser heterossexuais, homossexuais ou bissexuais. Há, inclusive, os assexuais, que não sentem atração sexual por nenhum gênero, e os pansexuais, que extrapolam essas limitações e se relacionam sexualmente com qualquer gênero.
- ✓ **Pansexual** - indivíduo que sente desejos e atração sexual por pessoas com variadas identidades de gênero e orientação sexual.
- ✓ **Papel de gênero** - comportamento, construído socialmente, esperado de homens e mulheres. Para exemplificar, na nossa sociedade, de modo geral, espera-se que homens sejam valentes e contidos em suas emoções e que mulheres sejam delicadas e prestativas.
- ✓ **Pederastia** - na Grécia Antiga, especialmente em Atenas, referia-se ao ritual de passagem para o mundo adulto, do qual todo adolescente da elite deveria participar, a fim de ter sua cidadania garantida. A pederastia incluía o convívio e o relacionamento sexual, por alguns meses, entre o *erastês* (homem adulto) e o *erômenos* (adolescente). No século XIX, o termo passou a ter uma conotação altamente negativa, indicando a exploração sexual que um homem adulto infligia a um jovem.
- ✓ **Queer** - palavra inglesa que pode ser traduzida como "estranho", "não convencional", "transviado". É uma forma pejorativa para se referir a gays e lésbicas, em países anglófonos. Uma vertente do movimento LGBT passou a assumir a expressão, de forma afirmativa, para expressar suas posições políticas. A teoria queer se contrapõe a normas, padrões e binarismos, entendendo que toda identidade é o efeito de um contexto histórico-social de relações de poder.
- ✓ **Redesignação sexual** - cirurgia reparadora, por meio da qual pessoas intersexuais ou transgêneros conformarão seus genitais com a identidade de gênero que têm.
- ✓ **Sexo** - classificação biológica das pessoas como machos ou fêmeas, baseada em características orgânicas como cromossomos, níveis hormonais, órgãos reprodutivos e genitais. O sexo biológico não define o comportamento masculino ou feminino das pessoas; o que faz isso é a cultura, a qual define alguém como masculino ou feminino, designando-lhe o papel de gênero a ser cumprido. Essa definição muda de acordo com a cultura de que falamos.
- ✓ **Sexualidade** - dimensão da liberdade humana relacionada à busca do prazer físico e emocional, abrangendo aspectos biológicos, psíquicos, sociais, culturais e históricos.
- ✓ **Sodomia** - conceito genérico para atos sexuais considerados pecado e crime, no período medieval, como a masturbação, o sexo com animais, o sexo anal homossexual ou heterossexual e os métodos

contraceptivos. Ao fim da Idade Média, de forma geral na Europa, a “sodomia perfeita” se restringia a sexo anal entre homens e a “sodomia imperfeita” relacionava-se a sexo anal praticado por um casal heterossexual.

✓ **Sodomita** – no final da Idade Média e início da Moderna, era o indivíduo que desobedecia à regra estabelecida e se relacionava sexualmente com alguém do mesmo sexo. Deve-se observar que, nesses períodos históricos, o sodomita não era considerado alguém com tendências sexuais definidas, mas um pecador que não se sujeitava aos mandamentos divinos e um infrator que não cumpria a lei civil, portanto, deveria ser punido, o que podia acontecer com degredo, confisco dos bens e morte na fogueira.

✓ **Transfobia** – aversão, geralmente demonstrada com violência, a travestis ou a pessoas trans.

✓ **Transexual** – referia-se a indivíduos intersexuais que fizeram a cirurgia de redesignação sexual. Na atualidade, o termo não é muito aceito, sendo preterido por “transgênero”.

✓ **Transgênero** – indivíduo que não se identifica com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhe foi determinado quando de seu nascimento. Uma mulher transgênero (usualmente chamada de mulher trans), por exemplo, tem o sexo biológico masculino, mas identifica-se com o gênero feminino. Já um homem transgênero (usualmente chamado de homem trans) tem o sexo biológico feminino, mas sua identidade de gênero é masculina. A orientação sexual varia, assim como acontece com as pessoas cis, portanto, um homem trans será homossexual se sentir desejos ou atração sexual por outro homem, e será heterossexual, se a sua atração e o seu desejo sexual forem direcionados para mulheres.

✓ **Travesti** – homem que se expressa de forma feminina, mas mantém alguns atributos masculinos. A ambivalência é a característica principal das travestis, pois elas não têm intenção de alterar seu sexo biológico. É um exemplo de transgeneridade, visto que o sentimento de inadequação do sexo biológico com a identidade de gênero não se reflete de forma única para todas as pessoas com essas especificidades.

## 10 REFERÊNCIAS

Para o aprofundamento das informações apresentadas, disponho as fontes que consultei para a produção da minha pesquisa.

AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. Pars Prima secundae – Tratado da Bem-Aventura. Artigo 4, Questão 65. Disponível em: <https://sumateologica.files.wordpress.com/2017/04/suma-teologica3b3gica.pdf>

BELLINI, Lígia. **A coisa obscura** – mulher, sodomia e Inquisição no Brasil Colonial. São Paulo: Brasiliense, 1987.

**BÍBLIA SAGRADA**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Brasília: SBB, 1969.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia** – história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BRITZMAN, Deborah. O que é essa coisa chamada amor. Identidade homossexual, educação e currículo. **Educação e realidade**, v.21, 1996.

CANDAUI, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

CLAUDE D'ABBEVILLE. **História das missões dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. São Paulo: Martins Editora, 1945.

**DIDAQUÊ** – A instrução dos Doze Apóstolos. Capítulo II. Disponível em <http://sagradamissao.com.br/2016/07/a-didaque-a-instrucao-dos-apostolos/>

ENGEL, Magali. História e Sexualidade. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

ESTEVES, Anderson M. et al. **Homoerotismo na Antiguidade Clássica**. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

FERNANDES, Estevão Rafael. **Descolonizando sexualidades**: enquadramentos coloniais e homossexualidade indígena no Brasil e nos Estados Unidos. Brasília: Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, UnB, 2015. Tese de doutorado.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I** – A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **História da província de Santa Cruz**. Tratado da Terra do Brasil. São Paulo: Editora Obelisco, 1964.

GLADSTONE, Marcos. **A Bíblia sem preconceitos**. 2. ed. Rio de Janeiro: ICC, 2010.

GOMES, Verônica de Jesus. **Vício dos clérigos**: a sodomia nas malhas do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa. Niterói: Programa de pós-graduação em História, UFF, 2010. Dissertação de mestrado.

HANS STADEN. **Duas viagens ao Brasil**. São Paulo: L & PM Editores, 2008.

HOCHBERG, Cassandra Gomes. **Safo e as lésbicas da ilha de Lesbos**. Disponível em [http://obviousmag.org/entre\\_o\\_mar\\_e\\_as\\_terras\\_do\\_meio/2016/safo-e-as-lesbicas-da-ilha-de-lesbos.html](http://obviousmag.org/entre_o_mar_e_as_terras_do_meio/2016/safo-e-as-lesbicas-da-ilha-de-lesbos.html)

JESUS, Beto de et al. **Diversidade sexual na escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens**. São Paulo: Editora Maxprint, 2008.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. **Espaço do currículo**, v.2, n.2, setembro/2009 a março/ 2010.

LIONÇO, Tatiana/DINIZ, Debora (orgs). **Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: EdUnb, 2009.

LOPES, Jailson Silva. **Elementos da ética sexual tomista**. Natal: Programa de Pós-graduação em Filosofia, UFRN, 2011. Dissertação de Mestrado.

LOURD, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto: Porto Editora, 2000.

\_\_\_\_\_. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Secad/MEC, 2009.

MACDONALD, Fiona. **Como seria sua vida na Grécia Antiga?** São Paulo: Editora Scipione, 2014.

MOTT, Luiz. Cripto-sodomitas em Pernambuco Colonial. **Revista Antropológicas**. Recife/UFPE, v. 13, n. 2, ano 6, 2002.

\_\_\_\_\_. **Homossexuais da Bahia – Dicionário biográfico (Séculos XVI-XIX)**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 1999.

\_\_\_\_\_. Relações raciais entre homossexuais no Brasil Colonial. **Revista de Antropologia**. São Paulo/USP, v. 35, 1992.

\_\_\_\_\_. **O sexo proibido – virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição**. Campinas: Papyrus, 1988.

**ORDENAÇÕES AFONSINAS**, Livro V, Título XVII. Disponível em <http://www.ci.uc.pt/ihiti/proj/afonsinas/>

**ORDENAÇÕES FILIPINAS**, Livro V, Título XIII. Disponível em <http://www.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>

**ORDENAÇÕES MANUELINAS**, Livro V, Título XII. Disponível em <http://www.ci.uc.pt/ihiti/proj/manuelinas/>

PIGNATARI, Decio. **31 poetas 214 poemas: do Rigveda e Safo a Apollinaire - Uma antologia pessoal de poemas traduzidos, com notas e comentários**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades – a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação – As minorias na Idade Média**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1993.

RODRIGUES, Humberto; CASTRO, Cláudia de. Amor entre iguais. **Revista Aventuras na História**. Edição 56, março, 2008.

SAN AGUSTÍN. **La ciudad de Dios**. Capítulo XIII. Disponível em [www.LibrosTauro.com.ar](http://www.LibrosTauro.com.ar)

SANTO AGOSTINHO. **A cidade de Deus**. Volume I (Livro I a VIII). Capítulo XXVI. 2. ed. Tradução de J. Dias Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

SEPULVEDA, Denize. **Emancipação social e exclusão no cotidiano escolar: A homofobia e sua influência nas tessituras identitárias**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Educação, UERJ, 2012. Tese de doutorado.

\_\_\_\_\_; SEPULVEDA, José Antônio Conservadorismo e educação escolar: um exemplo de exclusão. Movimento – **Revista de Educação**. Niterói, UFF, ano 3, n.5, 2016.

SERRÃO, Joel (dir.) **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Livraria Figueirinhas, s/d.

SOUSA, Gabriel Soares. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

SPENCER, Colin. **Homossexualidade: uma história**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996.

SWAIN, Tânia Navarro. **A construção imaginária da história e dos gêneros: o Brasil no século XVI**. Textos de história. Brasília/UnB, v. 4, n. 2, 1996.

THEVET, André. **Singularidades da França Antártica – a que outros chamam de América**. Paris: La Découvert, 1983.

TORRES, Marco Antonio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na Escola**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados – moral, sexualidade e Inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. M. **Formação do Brasil Colonial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.